

Mestrado em História e Patrimónios

2024

Henrique Borges Rosa e Costa Firmino

**A iconografia de África na cartografia portuguesa no início da
Idade Moderna (sécs. XV e XVI)**

Dissertação de Mestrado com vista à obtenção do grau de mestre em História e Patrimónios
pela Universidade do Algarve

Orientadora: Professora Doutora Renata Klautau Malcher de Araújo

Declaração de autoria e dos direitos de autor reservados

A iconografia de África na cartografia portuguesa no início da Idade Moderna (sécs. XV e XVI)

Declaração de autoria do trabalho, de uma pesquisa idónea e da expressão de um pensamento crítico e livre, sem recurso a plágio ou usurpação de pensamento intelectual de outrem para benefício próprio.

X

Henrique Firmino,
Orientando

© Copyright 2024: *Henrique Borges Rosa e Costa Firmino*

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor

Agradecimento

A maratona de uma tese como esta não foi caminho fácil nem pacífico. Os socalcos da vida e a incerteza do futuro deixam por vezes marcas fortes no labor quotidiano do ser humano. Ainda assim, não posso deixar de frisar o apoio incondicional, mesmo que nem sempre diretamente, da minha família e amigos no decurso deste processo longo e inconstante.

A beleza de viver está, precisamente, na resolução dos problemas quotidianos através de redes consanguíneas e sociais que nos moldam na forma que devemos ser, e quando o devemos ser, e sem esse apoio intangível, de uma mensagem, uma cerveja, um jantar, um passeio, um sorriso, ou um olhar indiscreto, nada seria possível.

Não nomearei nem ordenarei os meus agradecimentos, ainda que sejam do mais profundo que a alma me permite expressar, mas devo dizer que a lista, ainda que pouco extensa, é repleta de um obrigado sentido e emotivo. A expressão mais correta seria um obrigado e até já, seria sinal de que valeu a pena. Será que vale mesmo tudo a pena? Não creio que tenho alma, no sentido literal da palavra, para o confirmar, ou pelo menos nenhuma que me leve a amedrontar as profundezas escaldantes ou alturas vertiginosas que a ela tanto pesa, mas tenho uma energia ou aura como lhe queiram chamar, que me leva a crer que vale a pena se sentirmos que o fizemos por valer.

Agradeço a mim próprio por, mesmo com todos os entraves autoimpostos, mesmo com tantos dias desmotivados, ou mesmo pelas simples vicissitudes da vida, ter cumprido o percurso a que me propus.

Agradeço também o apoio académico que tive, destacando a minha orientadora de tese, a Professora Doutora Renata Araújo pelas constantes revisões, dicas e sugestões, sempre criticamente úteis e pertinentes, fosse para orientar o texto ou congratulá-lo.

Obrigado a todos e ... até já.

Resumo

A Cartografia tem sido alvo de inúmeros estudos, investigações e debates ao longo dos séculos, seja pela sua história ou pela influência que teve em momentos marcantes da Humanidade. Durante os Descobrimentos, a cartografia foi uma das ferramentas de orientação das navegações, e conseqüentemente, um meio de expressão das novas descobertas. No impulsionar da Era dos Descobrimentos, a imagem passou a ter um peso intrínseco às cartas, uma vez que estas representavam, geralmente, interesses político-religiosos, interesses nacionais, ou interesses de cariz social.

A iconografia, por sua vez, na forma de iluminuras e miniaturas pintadas nos pergaminhos com as partes do mundo se queria representar já desenhada, foi recorrente na cartografia medieval e manteve-se até à Modernidade, muitas vezes evidenciando as novas descobertas, mas quase sempre interpretativa num dado contexto ou espaço geopolítico, evidenciando uma linha unilateral e uma leitura enviesada dos mapas. Simultaneamente, a empresa dos descobrimentos portugueses auxiliou-se da cartografia para mapear, representar e ilustrar as terras e povos recém-descobertos, exaltando cada vez mais a conquista de territórios antes desconhecidos. A presente tese pretende demonstrar como a cartografia quinhentista serviu para legitimar as conquistas e empresas ao longo da costa africana, mas também para dar a conhecer ao Ocidente uma parte até então pouco conhecida. O objetivo será estudar o caso africano recorrendo às imagens, mitos e iluminuras presentes na cartografia portuguesa, enquanto elementos de expressão artística, mas também de representação socio-político-religiosa da África subsaariana, na ótica europeia.

Palavras-chave: História da cartografia, iconografia, Descobrimentos, cartógrafos portugueses, século XVI, África

Abstract

Cartography has been the subject of countless studies, investigations and debates over the centuries, both because of its history and because of the influence it has had on key moments in humanity's history. During the Age of Discovery, cartography was one of the tools used to guide navigations and, consequently, a means of expressing new discoveries. In the wake of the Age of Discovery, images became an intrinsic part of the charts, since they generally represented religious-political interests, national interests or social interests.

Iconography, in turn, in the form of illuminations and miniatures painted on parchments with the parts of the world that were to be represented already drawn, was recurrent in medieval cartography and remained until modern times, often highlighting new discoveries, but almost always interpretative in a given context or geopolitical space, showing a unilateral and bias line of map reading. At the same time, the portuguese discovery endeavour relied on cartography to map, represent and illustrate the newly discovered lands and natives, increasingly exalting the conquest of the territory of the antipodes. This thesis aims to demonstrate how 16th century cartography served to legitimise the conquests and enterprise along the African coast, but also to make known to the ecumenical world a part of it that had hitherto been little known. The aim will be to study the African case using images, myths and illuminations present in Portuguese cartography as elements of artistic expression, but also of socio-political-religious representation of sub-Saharan Africa from a European perspective.

Keywords: History of Cartography, iconography, Age of Discovery, portuguese cartographers, 16th century, Africa

Índice

Introdução	1
1. A África na cartografia portuguesa do início da Idade Moderna	8
1.1 Contextualização da situação cartográfica portuguesa desde os seus primórdios	8
1.2 Teoria do sigilo e a sua posição face à cartografia dos Descobrimentos	20
2. Imagens de afirmação de poder	24
2.1 O desenho da costa: entre as bandeiras e os padrões.....	24
2.2 Serra Leoa: uma alegoria do espaço ou uma afirmação do poder?.....	48
3. Localizar os mitos	60
3.1 O Nilo e o problema hidrográfico de África (entre classicismo, tradicionalismo e empirismo) ..	60
3.2 Preste João - O mito, a lenda, o aliado cristão	80
4. Representar o espaço ocupado	97
4.1 Castelo de São Jorge da Mina, uma marca da presença portuguesa.....	97
4.2 Imagens de um pretérito desvanecido: Sijilmasa e Arguim	117
4.2.1 Sijilmasa.....	117
4.2.2 Arguim.....	124
4.3 O outro lado de África	131
5. O preenchimento espacial do <i>hinterland</i>	147
5.1 Entre Montes, vegetações e animais	147
5.1.1 Os “Montes Claros” e a cisão de África	147
5.1.2 Alimária no contexto cultural das cartas.....	156
5.1.3 Atlas Miller (1519): uma anomalia bem-afortunada	165
5.2 Um interior desnudo de humanos	170
5.2.1 Imagens do “outro” e o seu significado iconográfico.....	170
5.2.2 Uma alegoria cruzadística.....	183
Conclusão	190
Fontes eletrónicas	
Referências Bibliográficas	

Lista de cartas

- 1330, Angelino Dulceti, Carta do Mediterrâneo, do Mar Negro e da Europa Ocidental, Collezione privata di Principe Filippo Corsini.
- 1367, Francesco Pizigano, Carta do Mediterrâneo, com o Mar Negro e o Mar Cáspio, e as Costas do Noroeste de África da Europa Ocidental, Library of Congress, Washington D.C., cota G5672.M4P5 1367 .P6 1802.
- 1368ca., Gillmus Soleri, Carta do Mediterrâneo, do Mar Negro e da Europa Ocidental, Bibliothèqu Nationale de France, cota GE B-1131 (RES).
- 1375ca., [Abraham Cresques], Atlas do Mundo (Atlas Catalan), Bibliothèqu Nationale de France, cota Espagnol 30.
- 1439ca., Gabriel de Vallseca, Carta do Mediterrâneo, Mar Negro e Europa Ocidental, Biblioteca de Catalunya, cota Inv. 3236.
- 1459, Fra Mauro e Andrea Bianco, Mappamundi di Fra Mauro, Biblioteca Nazionale Marciana, Veneza.
- 1462ca., Anónimo (Petrus Roselli?), Carta Catalã, Biblioteca Estense, Modena, cota C.G.A.1.
- 1471ca., Anónimo, Carta de Modena, Biblioteca Estense, de Modena, cota C.G.A.5.C.
- 1478, Sweynheim, K, e Buckinck, A. [Claudius Ptolemaeus, séc. II a.c.], [Mapa do Mundo segundo a *Geographia* de Ptolomeu], Library of Congress, Washington D.C., cota 2021668470.
- 1485(-92?), Pedro Reinel, Carta do Atlântico Norte e do Ocidente do Mediterrâneo, Archives Départementales de la Gironde, França, cota 2 Fi 1582-2.
- 1492, Jorge de Aguiar, Carta Náutica, Yale University Library, EUA, cota 2005107.
- 1500, Juan de la Cosa, Planisfério, Museo Naval de Madrid, Espanha, cota MNM-257.
- 1510ca. Anónimo (Pedro Reinel?), Carta do Mediterrâneo, Biblioteca Estatal da Baviera, Baviera, cota Cod. Icon. 138/40.
- 1501-06ca., Anónimo, Kunstmann III (Fac-simile), Bibliothèqu Nationale de France, Paris, cota CPL GE B-1120 (RES)
- 1502, Anónimo, Planisfério de Cantino, Biblioteca Estense, Modena, cota C.G.A.2.
- 1502-06ca., Anónimo, Kunstmann II, Bayerische Staatsbibliothek, Munique, cota Cod. icon. 133
- 1510ca., Jorge Reinel(?), Carta da África Oriental e do Índico, Herzog August Bibliothek, Alemanha, cota Cod. Guelf. Aug. Fol. 98 (K4).
- 1513, Francisco Rodrigues, *Livro...*, Assemblée Nationale, França, cota Ms 1248. E/D 19.

- 1516, Martin Waldseemüller, Planisfério (Carta Marina) [Impresso], Library of Congress, EUA, cota G1015 .S43 1517.
- 1517ca., Anónimo (Pedro Reinel?), Carta do Oceano Índico e da África Oriental, Bibliothèque Nationale de France, CPL GE AA-565 (RES).
- 1518ca., Anónimo (Pedro Reinel?), Carta do Oceano Índico, British Museum, Londres.
- 1519, Lopo Homem-Reinéis, Atlas Miller, Bibliothèque Nationale de France, Paris, cota GE AA-640 (RES).
- 1522ca., [Pedro Reinel], Carta do Oceano Índico e das Molucas, British Library, cota Additional MS. 9812.
- 1528, Pero Fernandes, Carta do nordeste do oceano Atlântico, Destruída. Disponível em: <https://medea.fc.ul.pt/view/chart/687>.
- 1529, Diogo Ribeiro, Carta universal en que se contiene todo lo que del mundo se ha descubierto fasta agora, Library of Congress, Washington D.C., cota G3200 1529 .R5 1887 MLC.
- 1534, Gaspar Viegas, Carta do Atlântico, Bibliothèque Nationale de France, cota GE B-1132 (RES).
- 1534(antes de), Gaspar Viegas, Atlas (de Valladolid), Real Chancillería de Valladolid, Espanha, cota Planos y dibujos carpeta 13, num. 190.
- 1535ca., Pedro Reinel(?), Carta náutica, National Maritime Museum, Greenwich, G213:2/4.
- 1540ca., Jorge Reinel, Carta do Atlântico Sul, James Ford Bell Library, EUA, cota 1540 mRe.
- 1545, Pero Fernandes, Planisfério, Österreichische Nationalbibliothek, Viena, cota FKB 272-11 KAR MAG.
- 1545ca., António Pereira, Fragmento de mapa do Norte de África e o Mediterrâneo, Arquivo da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, cota PT/MVCT-AMVCT/AAL/CMVCT/Z/FM/1.
- 1546, João Freire, Atlas, Huntington Library, EUA, cota mssHM 35.
- 1550-1560ca., Anónimo, Atlas, National Maritime Museum, Greenwich, cota P/14.
- 1550-60ca., Anónimo (Jorge Reinel?), Carta do Atlântico, Biblioteca Nacional de Paris, cota Inv. Gen. 217.
- 1550ca., Anónimo, Carta do Atlântico, Bodlain library, Oxford, Filmstrip Roll 194B, frame (1-7).
- 1550ca., Anónimo, Carta do Atlântico, Royal Geographical Society, Londres, cota MR Portolan Chart 49.
- 1550ca., Anónimo, Panisfério, Biblioteca Vallicelliana, Roma, cota Invent. Gen. 103.

- 1554, Lopo-Homem, Planisfério, Museo di Storia della Scienza, Firenze, cota SDA 037.
- 1558, Diogo Homem, Atlas Queen Mary I, British Library, Londres, cota Add MS 5415 A.
- 1558ca. Sebastião Lopes, Carta Náutica, British Library, Londres, cota Add. 27303.
- 1559, André Homem, *Universa ac navigabilis to / tius terrarum orbis descrip /tio, cum omnibus por /tubus, Ynsulis, fluviis, Promo /toris, stationibus, Angulis, ac /sinibus, adicta certíssima, tum / Latiudinis tum longitudinis graduū /dimensione, ut nihil reliquum sit, quod ad / Yustum cosmographiae tractatum spectare videatur / Andreas Homo /cosmographus /luzitanus me / faciebat Antver /piae anno milles /simo quingentesi /mo quinquagesimo, nono, Blibliothèque Nationale de France, Paris, cota GE CC-2719 (RES).*
- 1560, João de Lisboa, Livro da Marinharia, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, cota Colecção Cartográfica, n.º 166.
- 1561, Bartolomeu Velho, Carta do Oceano Índico, Istituto e Museo do Storia della Scienza, Florença.
- 1561ca., Bartolomeu Velho, Carta do Oceano Atlântico, Istituto e Museo do Storia della Scienza, Florença.
- 1563, Lázaro Luís, Atlas, Academia das Ciências de Lisbo, Lisboa, cota Azul 14/1.
- 1565, Sebastião Lopes, Atlas, Newberry Library, Chicago, cota Ayer MS map 26.
- 1565ca., Diogo Homem, Atlas, Biblioteca Nacional da Rússia, cota F. 342. Collection of maps and plans, No. 1505 (sheet 5 ob.-6).
- 1568, Bartolomeu Velho, Atlas, The Huntington Library, EUA, cota mssHM 44.
- 1568, Diogo Homem, Atlas, Sächsische Landesbibliothek, Dresden, cota Mscr. Dresd. F 59a.
- 1570ca., Domingos Teixeira, Carta do Atlântico, Bodleian Library, Londres, cota Filmstrip Roll 194B, frame 8(-15).
- 1575ca., Luís Teixeira, Carta do Mediterrâneo, Mar Negro e Europa Ocidental, Huntington Library, EUA, cota HM 1549.
- 1576ca., Fernão Vaz Dourado, Atlas, Biblioteca Nacional de Portugal, cota Ilum. 171.
- 1580, Fernão Vaz Dourado, Atlas, Munchener Bibliothek, Munique, cota BSB-Hss Cod.icon. 137.
- 1584ca., Bartolomeu Lasso, Carta Náutica do Oceano Atlântico, Bibliothèque Nationale de France, cota GE B-1204 (RES).
- 1588ca., Bartolomeu Lasso, Carta do Atlântico Norte, koninklijke Bibliotheek van België, Bélgica, cota S.l : s.n, [ca 1588].
- 1590ca., Sebastião Lopes (Pedro Lemos?), Planisfério, Bibliothèque Nationale de France, Paris, cota GE SH ARCH-38.

- 1590, Bartolomeu Lasso, Atlas, Bibliotheek van het Mariteeme Museum, Holanda, cota WAE898 A to H.
- 1596, Cipriano Sanches Vilavicêncio, Carta do Atlântico, Portugaliae Monumenta Cartographica (Volume V).
- 1600ca., Luís Teixeira, Carta do Atlântico, Biblioteca Nazionale Centrale, Florença, cota Port. N.27.
- Século XV-XVI(?), Anónimo, Carta da Costa Ocidental de África, Biblioteca Estense Universitaria, Modena, cota C.G.A.5.A (1).

Lista de Figuras

- 1470ca., Anónimo (Georg von Ehingen?), Rei D. Afonso V de Portugal, esboço manuscrito e pintado à mão presente no diário de Jorge de Ehingen (1428-1508), Württembergische Landesbibliothek, Stuttgart, Alemanha.
- 1499ca., Giuliano Dati(?), Frontispício do poema “The Great Magnificence of Prester John, Lord of Greater India and of Ethiopia”, The British Museum, Londres, cota C.20-C.30.
- 1515 [1990], Albrecht Dürer, Xilogravura [fac-simile], British Library, cota 2015,4049.12.

Introdução

A cartografia portuguesa tem provido, ao longo do último século, essencialmente, um senso mandatário de aquisição material e simbólica dos Descobrimentos portugueses, atendendo às implicações reais e mundanas que a expansão ultramarina requereu. Assim, consolidou-se na segunda metade do século passado um arquivo histórico e cultural sem precedentes com a publicação de VI volumes dos *Portugaliae Monumenta Cartographica* em celebração da morte do impulsionador dos Descobrimentos, o Infante D. Henrique. A compilação do repositório existente e sobrevivente de cartas náuticas, portulanos, mapas e atlas de cartografia portugueses, por todo o mundo, viu ser-lhe dado o devido destaque com a celebração desta *opus magnum*. Todavia, contrariamente à evocação crescente do labor investigativo e académico em torno da questão do surgimento da ideia¹ de África e da asserção do continente africano e da sua geografia, o *hinterland* (ou sertão), esse espaço mitificado, ficou por decifrar, por lhe conferir uma análise mais sistémica entre a factualidade (empiricamente obtida) e a tradição (fortemente presa ao jugo intelectual medieval). A pintura dos mapas, implícita na cartografia a partir do século XIII², e amplamente difundida nas escolas cartográficas europeias entre os séculos XIV e XV, ficou à margem de uma análise aprofundada e pragmática.

Ainda que escassa na sua essência, mas referenciada já no século XV, a cartografia portuguesa, ricamente ilustrada e legendada, viu os primórdios da sua ascendência artística e cosmográfica com os avanços quase ininterruptos das navegações portuguesas, ao serviço, primeiramente ao serviço do Infante, e depois dos Reis que o sucederam e ficaram encarregues do portfólio que deste herdaram. Foi na vigência henriquina, por mais de 40 anos, que a cartografia portuguesa tomou a ponte de embarque e se provou apta em ocupar o lugar entre as escolas mediterrâneas, já seculares nesta arte, entenda-se, as escolas cartográficas italiana e maiorquina. Se o embrião da escola cartográfica portuguesa foi, no princípio do século XV, um processo lento e implantado de outras escolas, os testemunhos literários, os livros de viagem e as crónicas foram uma fonte imprescindível para se conhecer hoje a história da cartografia moderna portuguesa

¹ Francesc Relaño com a sua tese de doutoramento, *The Idea of Africa within myth and reality ...* (1997); Joaquim Gaspar particularmente nos estudos sobre a declinação magnética e os erros cartométricos nos mapas portugueses, particularmente no caso de África; Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, além de trabalhos individuais, permitiram um conhecimento mais realista da cartografia portuguesa, onde se destaca, nas primeiras cartas, o continente africano, com a publicação dos *Portugaliae Monumenta Cartographica* (1960).

² Época em que se conhecem os primeiros exemplares cartográficos com rica ornamentação, destacando-se a cartografia bíblica dos *mappamundi*, nomeadamente o mapa circular do mundo de Ebstorf (ca. início séc. XIII), o mapa-mundo de Psalter (ca. 1260), ou ainda a *Tabula Rogeriana* de Muhamad al-Idrisi (ca. finais séc. XIII).

e, igualmente importante, do processo dos descobrimentos ultramarinos. A iluminura, o texto e a carta, foram complementos de si mesmos, funcionando correlativamente para fornecer as informações que chegavam das viagens portuguesas no périplo de África, e dos feitos portugueses no além-mar. É na Modernidade que a imagem ou a ilustração, gravada nas cartas náuticas, se socorre das fontes literárias para transmitir, visualmente, a ideia subjacente no texto. A imagem passa a ser, na verdade, “um complemento do discurso escrito, sendo a figuração, muitas vezes, e antes de mais, a tradução gráfica do conteúdo temático” (Hanenberg, 2002: 123).

A primazia de Portugal no avanço náutico pelo Atlântico, e consequente inovação da cartografia mediterrânea, no enigmático continente africano, permitiu aos portugueses tomar a vanguarda no desbravamento do oceano e da costa africana, corroborando, por um lado, e desmistificando, por outro, alguns pressupostos classicistas e medievais sobre a ecúmena, a habitabilidade da Terra e a outra face do mundo³, os antípodas. Importa realçar que os esforços da coroa portuguesa nos feitos expansionistas, nomeadamente no recolhimento de informações sobre povos africanos, a procura de figuras lendárias como o Preste João, ou no decurso do descobrimento dos caminhos marítimos para a Índia, a África Oriental e o Brasil, levaram à tomada da vanguarda tecnológica e científica da cartografia portuguesa, no Ocidente. A importância das cartas de marear, ou aludidos *portulani*, uma cartografia utilitária, foi suplantada por uma cartografia de aparato ou ostensiva, claramente mais preocupada em exhibir e enaltecer, ao leitor, o poderio português e a afirmação dos descobrimentos portugueses bastante pronunciadamente, nomeadamente, dos feitos e conquistas portuguesas em África, primeiramente, na Ásia e no Brasil, de seguida.

Fora na preparação das navegações, que Portugal se socorreu de mestres de cartas de marear transnacionais, numa primeira fase, e de cosmógrafos portugueses, posteriormente, quando estes tomaram os conhecimentos do ofício, que rapidamente se deu o “surgimiento de una preocupación por mejorar las cartas marinas, para hacer más segura la navegacion, (...) que podemos llamar de la escuela portuguesa” (Recio, 2006: 185). Como bem elucidam Gallozi e Cigola (2020: 618), “la cartografia nautica di questo periodo ha raggiunto un vocabolario iconografico maturo (...), che trova stilemi comuni tra le varie produzioni cartografiche, che

³ Na ideia de um mundo tripartido, em que a África era o continente condenado, onde residiam seres deformados e na aceitação medieval, condenados, segundo as crenças religiosas que abordam a criação e divisão do mundo.

differiscono essenzialmente per le capacità artistiche degli autori”⁴.

As cartas passam a auferir uma duplicidade simbólica, a de ferramentas úteis à navegabilidade, e a de objetos de ostentação associados ao poder ou à capacidade financeira do seu requeredor. Ocorre então a transição das cartas exclusivamente para a navegação, conhecidas como cartas de marear ou portulanos, que deixavam o interior dos continentes vazios e desvirtuados de ilustrações de que género fosse, para as cartas náuticas⁵, adornadas e embelezadas, que eram enriquecidas com arte imaginativa e fabulosa de modo a ocupar o vazio do desconhecimento de lugares interiores (Recio, 2006).

Posto isto, é de referir que, uma escolha cuidada e seletiva (passe a redundância), foi necessária para garantir que, dentro da possibilidade e praticabilidade do tema em questão, se apresente um estudo o mais imparcial e rigoroso possível sobre este período. Entre os mapas selecionados encontram-se cartas de famílias de cartógrafos portugueses que ganharam reputação nos seus anos de ofício e que, por sua vez, tiveram maior destaque, chegando até nós alguns dos seus trabalhos. Alguns exemplos disso são as famílias: Reinéis, os Homem, os Teixeira, e outras cujo nome de família difere, mas onde há laços de consanguinidade. Assim, foram usados no decorrer deste trabalho, cerca de cinco dezenas de obras cartográficas⁶ (cartas náuticas, planisférios, atlas e mapas-mundo), de autoria portuguesa, resultantes da recolha de várias obras de 22 cartógrafos portugueses, além de se incluir ainda cerca de 6 cartas cujos autores são anónimos (e não houve ainda uma atribuição, ainda que conjectural, da sua autoria). Para

⁴ “A cartografia náutica deste período atingiu um vocabulário iconográfico maduro (...), que encontra características estilísticas comuns entre as várias produções cartográficas, que diferem essencialmente pelas competências artísticas dos seus autores”. Tradução livre do autor.

⁵ Esta transição foi irregular e inconstante, Sima Krtalic (2022) evidencia que, a procura por um padrão cartográfico foi incerto na primeira metade do século XVI, dando para tal o exemplo das distinções projeccionais entre a Carta Náutica de Jorge de Aguiar, a Carta do Atlântico de Pedro Reinel (1485) e a Carta Náutica de Pero Fernandes (1528) onde as inconsistências na orientação das cartas, inconformidades na massa terrestre desenhada (área projetada no pergaminho face ao mundo realmente conhecido), ou o número de rumos incluídos para o auxílio à navegação são inconsistentes. Segundo a doutoranda em História e Filosofia das Ciências, na viragem do século XV, “(...) we are seeing the beginnings of a massive compositional layout problem, a page layout problem, because in about two hundred years, the center of the nautical chart had been on the Mediterranean (...). The first thing that, apparently, the portuguese cartographers decided upon was to get rid of the mediterranean – lets flip the sheet and we are going to focus on the North-South axis, we are going to focus on the Atlantic world -” (Krtalic, 2022: [09:18-10:27]).

⁶ É importante referir que foram intencionalmente selecionadas apenas pergaminhos, logo cartografia manuscrita, por considerar que um estudo conjunto entre cartografia impressa e manuscrita poderia dispersar a atenção central na iconografia, como forma de encurtar o leque de cartas para análise, e por considerar que o escopo de análise das duas formas de representação cartográfica são na sua base díspares, com interesses, fins e métodos de produção antagónicos. Além disso, tendo em conta o corte temporal deste trabalho remete para os séculos XV e XVI, pareceu-me insatisfatório estar a incluir cartas portuguesas impressas de África com valor iconográfico, dado que o reportório de cartas seria muito escasso para o estudo pretendido.

destacar alguns, entre os mais referenciados veremos, quantitativamente, Pedro e Jorge Reinel, Fernão Vaz Dourado, Sebastião Lopes e Diogo Homem. Das cartas apresentadas em discussão, estão também cartas com interesse correlativo de cartógrafos estrangeiros, nomeadamente das escolas italiana e maiorquina, comportando diversas cartas náuticas, planisférios e *mapas-múndi*.

Seguidamente, considero que, sem uma análise contextual e “historiográfica” das cartas e da sociedade tardo medieval, não será possível compreender verdadeiramente o significado ou o contexto sociopolítico e religioso que influenciou a representação imagética pelos cartógrafos portugueses. Assim sendo, mostrou-se imperativo, a definição dos seguintes objetivos, a) reconhecer quais foram as principais influências na cartografia quinhentista portuguesa e, conseqüentemente, na iconografia; b) desconstruir o conceito da “imagem” na cartografia portuguesa, procurando perceber qual o simbolismo e significado que esta acarreta; e ainda, c) fazer um paralelismo entre as cartas selecionadas e o expansionismo português durante os Descobrimentos, num constante cotejo entre cartas e textos, quando assim for pertinente.

O tema desta tese abarca toda uma confluência de influências medievais e modernas que conduziram ao surgimento de uma cartografia própria e versátil, ainda que menos idílica, e mais racional, como mais adiante explicarei, que a cartografia que a precedeu. Como o título tenta evidenciar, a confluência entre a cartografia e a iconografia foi notória na história cartográfica portuguesa, e como tudo principia nalgum espaço e tempo, pretenderei com este trabalho desenvolver uma discussão académica em torno das imagens, ícones, miniaturas e iluminuras que tão ricamente preenchem as cartas e mapas manuscritos portugueses na Época Moderna.

Aquando da definição do tempo histórico a ser objeto de estudo deste trabalho, compreendi ser essencial, não apenas abarcar elementos iconográficos da cartografia quinhentista, mas foi rapidamente compreensível que a cartografia quatrocentista, ainda que diminuta comparativamente, seria fulcral para fazer um estudo completo sobre esta temática. De igual modo, a seleção de cartas foi outro fator fundamental na definição do rumo analítico que o trabalho iria seguir. Dada a riqueza arquivística de cartas do século XVI, vi-me obrigado a definir alguns critérios de seleção das mesmas, evitando entrar numa redundância do material para análise, e comportando num grupo homogéneo, por um lado, e heterogéneo, por outro, de cartas e cartógrafos portugueses com material iconográfico relevante para o tema. A opção final foi a de fazer a recolha da cartografia conhecida entre 1471 (datação aproximada da Carta de

Modena, assunto mais aprofundado nos capítulos seguintes)⁷ até ao final do século XVI, fechando este com uma Carta do Atlântico de Luís Teixeira de cerca de 1600.

Do leque de cartas conhecidas, entre as quais algumas anónimas, mas consideradas portuguesas, procurei selecionar criteriosamente aquelas que teriam maior interesse para o estudo iconográfico do continente africano na cartografia portuguesa, seguindo os critérios da temporalidade das cartas (datação destas), a legibilidade das suas iluminuras, a naturalidade dos cartógrafos que as confeccionaram (tendo como prioridade obras de cartógrafos portugueses), e a circunscrição de cartografia manuscrita apenas. Deste modo, devo fazer a ressalva de que algumas cartas, igualmente notórias, ou de cartógrafos conceituados por algum motivo, seja pelo perfeccionismo dos contornos continentais, seja pelo pioneirismo das suas cartas, ou pela riqueza iconográfica em cartas que não representem África, foram considerados secundários para o trabalho em análise. Além disso, dentro da panóplia de cartas e mapas de alguns cartógrafos em análise, suprimiram-se também aquelas que teriam menor teor iconográfico ou que não fossem imprescindíveis para o estudo da iconografia.

O corte histórico pretendido, cuja escolha das cartas se prende essencialmente ao século XVI, por ser considerado o expoente máximo da cartografia manuscrita portuguesa e de forte iluminura na mesma, rapidamente se mostrou dependente da obra cartográfica quatrocentista. Por essa razão, e como já referi, de forma a garantir uma coerência temporal e historiográfica, foi necessário abordar a cartografia do século XV, por acompanhar o crescimento do ofício da cartografia em Portugal, e por permitir compreender com maior ponderação a mudança do paradigma cartográfico em Portugal entre a centúria de quatrocentos e quinhentos.

Assim, após a definição do objeto de estudo e das fontes primárias (cartografia) e secundárias (documentos), vi-me compelido a fracionar em diferentes capítulos (macro analíticos) a análise do objeto, os mapas ilustrados. A divisão do trabalho em diferentes grupos temáticos serve de ponto de partida para as diferentes fases de desenvolvimento do tema central do trabalho que, por sua vez, estará organizado em subcapítulos (micro analíticos) onde será analisado mais pormenorizadamente um conjunto de subtemas que complementam cada uma das partes. A ideia foi afunilar a análise das cartas entre a imagem genérica da situação cartográfica no Portugal tardo-medieval, redirecionando ao longo dos capítulos a análise para uma leitura mais circunscrita das imagens, agrupando-as nos demais subcapítulos. Assim decidi dividir o

⁷ Possivelmente a primeira carta portuguesa conhecida, excluindo as cartas não assinadas e não datadas, mas que se presumem portuguesas.

trabalho nos seguintes temas, “A África na cartográfica portuguesa do início da Idade Moderna”, onde trabalharei, essencialmente, a contextualização do tema do trabalho, apresentando uma introdução histórica à cartografia portuguesa e ao peso das influências estrangeiras sobre esta. Para isso, elencarei obras portuguesas e estrangeiras, de modo a melhor apresentar a situação cartográfica em Portugal nos séculos XV e XVI, e a relação afeta aos descobrimentos ultramarinos.

Posteriormente, avançarei para temas de índole iconográfico, começando por apresentar uma imagem macroscópica das pretensões portuguesas na cartografia, e dos elementos iconográficos que estes utilizavam para enaltecer a reivindicação dos feitos portugueses e conquistas marítimas a sul do Bojador, subjacente ao capítulo “Imagens de afirmação de poder”. De seguida, no capítulo “Localizar os mitos”, decidi entrar no escopo das tradições medievais na cartografia, aprofundando mitos seculares do continente africano, como o Preste João e a hidrografia do rio Nilo. Aqui não só se analisa a evolução destes mitos através das imagens, como se pretende perceber a continuidade destes no campo iconográfico e cartográfico, num período marcado pelo empirismo das navegações portuguesas, que não raras vezes desconstruíram muitas das concepções medievais sobre África.

No penúltimo capítulo, intitulado “Representar o espaço ocupado”, farei uma maior aproximação da iconografia mais simbólica na cartografia na qual as imagens tomam a posse do mapa pela sua mensagem subjacente, ou, como aprofundarei posteriormente, verificar-se-á que há imagens cujo simbolismo é efémero ou suplantado por um outro mais proeminente. Aqui o interesse é analisar as cartas na época em que foram feitas e tentar perceber qual o valor sociopolítico, cultural e ideológico destas, particularizando as imagens emblemáticas, no contexto em que foram criadas. O posicionamento geoestratégico ou o enaltecimento imagético das imagens a estudar será um dos pontos chave neste capítulo, em que verificaremos o poder das imagens e o simbolismo que tinham no ideário tardo-medieval e moderno, entre as classes altas (comendatários das cartas e, por sua vez, no trabalho artístico nas mesmas).

Por fim, ultimando os capítulos macro analíticos, importa referir ainda, sob o título “Preenchimento espacial do *hinterland*”, uma análise iconográfica do *hinterland* incógnito, parcamente explorado à data, onde começamos a evidenciar algumas estratégias iconográficas de ocupação do espaço desconhecido, tentando perceber se o espaço “vazio” é intencionalmente ocupado de arbitrarismos imagéticos ou através de imagens emblemáticas e simbólicas. Além disso, este tema procura também fazer um retrato etnográfico do gentio, ou como veremos, da

escassa representação deste. Posto isto, o objetivo foi ler os mapas como um conjunto interdependente, ainda que cada carta seja singular, e não como elemento isolado num sistema fechado e independente. Implicitamente, procurei fazer um paralelismo entre o avanço dos Descobrimentos e a progressão do olhar sobre África, na perspetiva artística dos mapas, o que se optava por esconder ou omitir e o que se exaltava, bem como compreender o simbolismo por trás dessas escolhas iconográficas.

1. A África na cartografia portuguesa do início da Idade Moderna

1.1 Contextualização da situação cartográfica portuguesa desde os seus primórdios

A história da cartografia portuguesa tem sido documentada como repleta de mistérios e incertezas, causadas, substancialmente, pela parca informação documental do princípio da Era dos Descobrimentos e pela escassa sobrevivência, que se tenha conhecimento, de cartas portuguesas, ou do ofício dos portugueses, durante quase toda a centúria de quatrocentos. Não obstante, é sabido e consensual que a introdução desta mestria foi induzida pelo Infante D. Henrique, tanto pela necessidade que o empreendimento das navegações marítimas requeria, como pelas suas próprias ambições e convicções⁸.

O princípio do ofício da cartografia em Portugal ter-se-á dado aquando da contratação de Judah Cresques, ou como ficaria conhecido na literatura portuguesa, Jácome de Maiorca, pelo Infante D. Henrique entre as décadas de 20 e 30 do século XV, com o intuito de “ensinar sua sciencia aos officiais Portuguezes daquele”⁹ (Barros, 1777, D. I, L. I, Cap. XVI: 133). O mestre de cartas de marear, e de instrumentos para a navegação teria sido, assim, o precursor da escola cartográfica portuguesa no primeiro quartel de 1400, a muito custo do Infante (Figueiredo, 1926). Atente-se ao que diz Zurara¹⁰ sobre o empreendimento dos descobrimentos ser uma empresa exclusiva do Infante, que usava da sua fazenda (ou da Ordem de Cristo, da qual era Grão-Mestre) para suportar as despesas das expedições à costa africana.

David Buisseret (2003) empurra a vinda do maiorquino para 1440, o que parece improvável dadas as fontes consentâneas desse período, que aludem para 10 ou 20 anos antes.¹¹ Ainda que seja um tanto subjetiva a data da sua chegada a Portugal, denota-se uma clara influência da Escola de Maiorca, legitimamente apropriada, vendo-se já na carta de Jorge de Aguiar (1492) e na Carta de Pedro Reinel (ca.1485-1492) a inclusão de ilustrações como referência visual complementar à informação literária (roteiros ou cartas) e oral (testemunhos, ou fontes

⁸ Ver Gomes Eanes Zurara [1841], Capítulo VIIº, *No qual se monstam cinco razões porque o senhor iffante foe movido de mandar buscar as terras de Guine*, p. 44-50. Resumidamente, o autor destaca motivos de cariz geopolítico, comercial, político-militar, religioso e metafísico, seguindo a sequência da obra.

⁹ Ver João de Barros, Década I, Livro I, Capítulo XVI, *Das feições da pessoa do Infante D. Henrique: e dos costumes, que teve em todo o decurso de sua vida*.

¹⁰ Cap. XVIIIº, *Como Lançarote requereu licença ao Iffante pera ir com seus navyos a Guinee*, “E per semelhante fezerom no começo desta conquista ca logo nos primeiros anos, veendo as grandes armações que o Inffante fazia, com tamanhas despesas, leixavam o cuidado de suas próprias fazendas, e ocupavamse em departyr o que pouco conheciam (...)”, p. 104.

¹¹ Na comunidade académica, a vinda do maiorquino é consensualmente aceite como tendo acontecido no primeiro quartel do século XV, embora possa haver uma divergência de opiniões face à década exata.

oculares) que circulava nestes meios. A cartografia portuguesa aparenta compartilhar de uma similitude artística e de conceptualização cartográfica à de Dulcerti, que Bataller (2015) retém como precursor do hibridismo cartográfico da Escola Maiorquina, responsável pelo uso da justaposição das características dos *mappamundi*, particularmente a imensa iconografia e notas textuais, com as características geográficas e mediterrâneas dos portulanos medievais.

Essa informação gráfica, toponímica, e cartográfica era constantemente reformada, sendo substituída por novas informações provenientes muitas vezes do contacto *in loco* de marinheiros e navegadores durante os Descobrimentos, cujos testemunhos e experiências seriam as principais fontes da época na renovação do conhecimento sobre a costa africana, a navegabilidade do oceano e a habitabilidade dos territórios da zona tórrida. Destro (2012) denota que se atestava, constantemente, a racionalidade do conhecimento científico e geográfico das cartas, particularmente dos contornos geográficos e das regiões incógnitas do interior com recursos a textos e imagens, numa constante construção imagética e imaginária do espaço não-europeu, em contraposição com o europeu.

Foi, assim, com o experimentalismo dos Descobrimentos, que os portugueses e, posteriormente, as demais potências europeias, se aproximaram, gradualmente, de testemunhos e relatos mais fidedignos. Francesc Relaño reconhece nos seus trabalhos sobre África que as primeiras obras da cartografia moderna, e a iconografia que a acompanhou, eram sintomáticas do preceito que o preenchimento do desconhecido conquistara, reiterando aos próprios mapas e cartas náuticas um valor cultural e simbólico que se sobrepunha ao valor material e utilitário da cartografia antiga que impelia um maior rigor gráfico e técnico (Relaño, 1993).

Verificar-se-ia, tal como esclarece Woodward (1987), que o avanço marítimo sob a costa africana viria a refletir-se nas cartas náuticas do século XV, algumas das quais exprimindo claramente essa influência dos relatos portugueses, tais como no *mappamundi* de Fra Mauro (1459)¹² ou na carta de Piri Reis (1513)¹³, onde os seus autores expressam explicitamente que tomaram por influência várias cartas portuguesas ou relatos de navegadores portugueses.

¹² A relação de Fra Mauro com Portugal não se limitava ao contacto com marinheiros portugueses, mas floresceu até às camadas mais prestigiantes da ordem social portuguesa, tendo-lhe sido comissionado, a pedido do Rei D. Afonso V, em 1457, um mapa mundo, para o qual “he was provided with charts showing the latest discoveries of the Portuguese” (Crone, 1953: 54).

¹³ Ver Guedes, M. (2009) A carta náutica de Piri Reis (Piri Reis Haritasi), 1513, 95-111. Max Guedes apresenta uma tradução a uma das legendas da carta na extremidade desta, onde Piri Reis descreve ter consultado “20 cartas náuticas e mapas-múndi. (...) Além desses, foram consultados, também, mais um mapa árabe de Hind e outros, feitos por quatro portugueses, que «mostravam Hind, Sind e China geograficamente desenhados»” p. 102.

Infelizmente, e mesmo havendo evidências dessa circulação de informação e, eventualmente de cartas náuticas portuguesas, “no portolan chart survived before the end of the fifteenth century” (Sheehan, 2014: 3). Esta falta de conhecimento das ditas cartas é, por si só desanimador, mais ainda quando sabemos por fontes da época que haveria já na primeira metade do século XV um conjunto de cartas que haviam sido encomendadas pelo Infante D. Henrique, provavelmente a cosmógrafos ou “mestres de cartas de marear” da “escola” que ajudou a criar. Gomes Eanes Zurara, nas *Crónicas...*, menciona, mais do que uma vez, já na década de 40, que o Infante teria encomendado novas cartas náuticas onde mandara assentar as recém-descobertas que se faziam¹⁴.

Nos primeiros mapas¹⁵ da cartografia moderna portuguesa, a costa de África não aparece total cartografada, o que é explicável pela datação das cartas. Remeterá já para a viragem do século, logo após as viagens de Pedro Álvares Cabral e dos irmãos Corte-Real, o surgimento pela primeira vez, na história da cartografia portuguesa, da primeira carta a reivindicar este feito, com um contorno total e altamente preciso do continente africano, o Planisfério de Cantino (1502), sobre a qual o trabalho do investigador e ex-Oficial da Marinha, Joaquim Alves Gaspar tem incidido repetidamente¹⁶. Em contrapartida, o interior do continente era drasticamente desconhecido, com exceção do Norte de África, levando a que florescesse “así un campo de cultivo propicio para la proliferación de todo tipo de fabulaciones míticas” (Relaño, 1993: 177). Paulatinamente, começando pelo advento da passagem do Cabo Bojador (1434), e passando pela circum-navegação do mundo (1519-21), bem como os ulteriores contactos com os povos das zonas tórridas, foram-se desconstruindo muitas propostas teológicas e geográficas de que esses espaços eram inabitáveis e inalcançáveis. Contudo, não houve uma total desapropriação de conceitos pré-Descobrimientos, como é o caso da denominação geográfica e etnográfica da massa africana, Etiópia ou toponimicamente descrita como *Aethiopia*¹⁷, que significa “face queimada” no vocabulário grego. Segundo José da Silva Horta, o termo supramencionado teria um duplo significado, “por um lado são «etíopes» o conjunto dos povos submetidos aos rigores

¹⁴ Zurara refere uma primeira vez que o Infante havia encomendado cartas de marear, e noutra passagem já informa que haviam sido adicionadas as recém-descobertas em 1446. Ver Cap. LXXVIº, p. 360; e Cap. LXXVIIIº, p. 372.

¹⁵ Modena termina o contorno do continente depois do *Rio do Lago*, a carta de Pedro Reinel no Rio Poderoso (a sul da anterior) e a Carta de Jorge de Aguiar no Cabo Corso (territorialmente, é das três a carta que menos massa terrestre, de África, representa, embora seja a carta mais recente).

¹⁶ Particularmente estudos cartométricos.

¹⁷ Para um estudo da sua evolução dos topónimos de África ver, Waldman, M. (2014) Cartografia de África: Toponímia, Africanidade e Imaginário. *Revista Equador*, 3 (1), 25-41.; Olivia, A. R. (2008) Da Aethiopia à África: As ideias de África, do medievo europeu à Idade Moderna. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, 5 (4), 1-20. Disponível em: [ARTIGO_DaAethiopiaAfrica.pdf \(unb.br\)](#).

do sol; por outro é a designação espontânea do Negro como tipo mais característico deste grupo humano” (Horta, 1991: 47).

Fabricio e Vitte associam esses pré-conceitos às “concepções medievais sobre o mundo conhecido e as descrições cosmológicas sobre a esfericidade da Terra” (2021: 67) que imaginavam e postulavam a possibilidade de ocupação desses territórios por seres que a ecúmena medieval desconhecia, gerando “medo e curiosidade sobre o que há além dos limites humanos” dotando os seus habitantes de “características maravilhosas” (*idem*, 2021: 67).



Figura 1 - Recorte de parte da costa da África Ocidental no Mappamundi de Fra Mauro (1459).

Nas legendas assinaladas podemos ver a relação entre os descobrimentos portugueses e as fontes de Mauro:

8 “Muitas opiniões e muitos textos afirmam que nas regiões mais a sul a água não circula toda esta zona habitada e temperada. Mas ouvi muitas opiniões do contrário, acima de tudo daqueles que foram enviados pela sua Majestade, Rei de Portugal, em caravelas para que eles pudessem explorar e ver com os próprios olhos. (...) e em cada lugar encontraram costas navegáveis, com boa profundidade e com boas condições de navegação sem nenhuns obstáculos. Estes homens desenharam novas cartas náuticas e deram nomes a rios, golfos, cabos e portos, dos quais eu obtive uma cópia”.

29 “Tenho ouvido muitas vezes dizer que aqui há uma coluna com uma mão e uma inscrição que informa que não se pode ir além deste ponto. Mas aqui gostaria que os portugueses que navegam neste mar dissessem se o que ouvi é verdade, porque não tenho a coragem de o afirmar”.

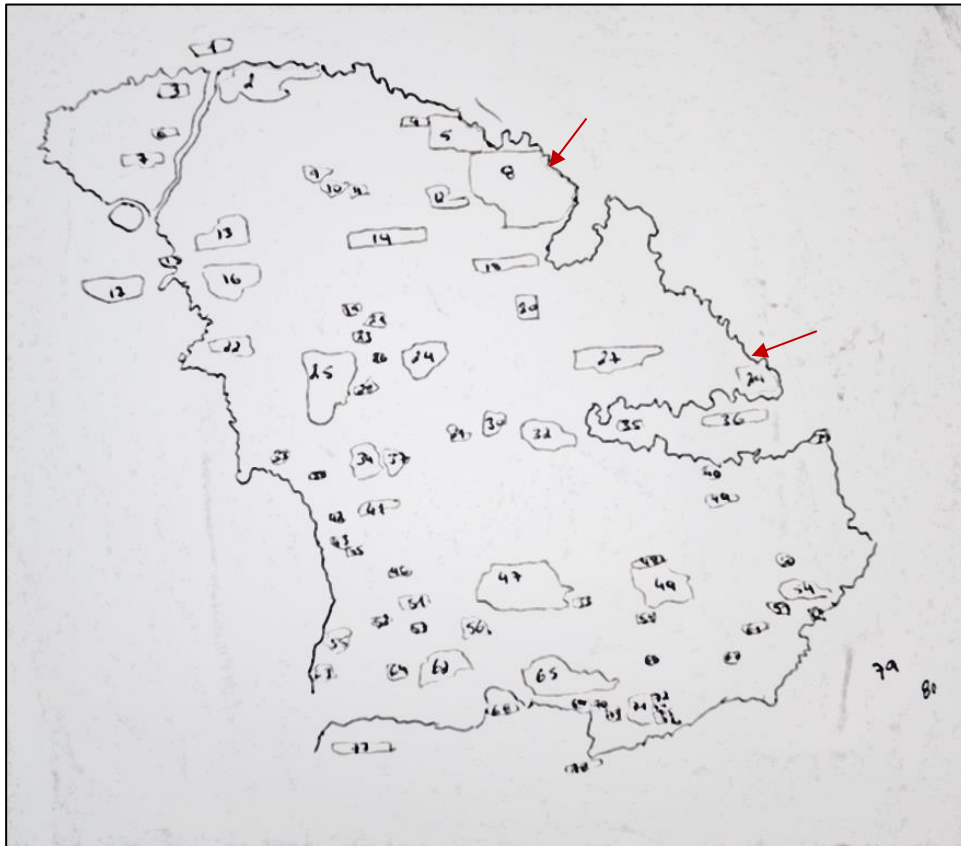


Figura 2 - Esboço próprio com a enumeração, descendente, das várias legendas presentes no Mappamundi de Fra Mauro, recorte do continente africano.

É verossímil afirmar que, as cartas náuticas e os atlas que compilavam várias cartas do *orbis terrarum*, foram por um lado instrumentos para um fim e, paralelamente, por outro lado, um meio informativo durante a exploração ultramarina portuguesa. Isso é verificável, por exemplo, nas *Décadas da Ásia*, de João de Barros. Numa passagem em que refere o medo ou insegurança que assolava a corte no virar do século XV sobre que rota tomar para a Índia, o autor refere que haveria uma carta de marear com todo o contorno africano da costa até então descoberta e que seria a sua grandeza que os assombraria. No entanto, embora não seja mencionado pelo cronista, é expectável que, com base na tradição medieval da imagem de África e na literatura da época (roteiros, livros de viagem, crónicas, entre outros), os investidores deste empreendimento tivessem sido demovidos face às incertezas do desfecho do périplo de África, ou até, por certo, da incerteza que tal fosse possível. O investimento de renda, homens e recursos neste

empreendimento seria assim injustificável face às incertezas que o desfecho imaginado parecia apresentar¹⁸.

... e ainda a muitos, vendo na carta de marear huma tão grande costa de terra pintada, e tantas voltas de rumos, que parecia rodearem as nossas naos duas vezes o mundo sabido, por entrar no caminho d'ouro novo, que queríamos descobrir, fazia nelles esta pintura huma tão espantosa imaginação, que lhes assombrava o juízo (Barros, 1777, D. I, L. VI, Cap. I: 3).

Numa retrospectiva às cartas náuticas portuguesas, denota-se, com base na cartografia documentalmente manifesta, isto é, conhecida e retratada, que esta apresenta características particularmente utilitárias, assemelhando-se em formato e projeção à Escola Italiana (Genovesa, Veneziana e Pisana), com alta precisão geográfica e avultada toponímia costeira. Mas apresenta também características mais ousadas de preenchimento espacial, ilustração legitimadora do *hinterland* e embelezamento cartográfico através de elementos iconográficos (Buisseret, 2003). Por conseguinte, a cartografia portuguesa terá procurado, primeiro de tudo, registrar nas novas cartas, encomendadas pelo Infante, as descobertas africanas com a maior precisão possível, sob as quais havia obtido exclusividade, por bula papal em 1455 quando, já no fim de vida, o Papa Nicolau V lhe assegurara “toda la costa del Cabo Non y Cabo Bojador” (Padrón, 1971: 453).

Portanto, como Sergio Hernández (2014) relembra, seguiria o modelo dos portulanos, que seriam obras exclusivas das classes mercantis ou da alta nobreza, onde prevalecia a preocupação em indicar com precisão os acidentes geográficos e a localização dos portos (isto é, útil à navegação). Todavia, dependendo da posição social e capacidade financeira de quem as encomendava, a carta podia ser adornada, evidenciando-se na era pré-Descobrimientos, uma perpetuação iconográfica da “*mirabilia y las alegorías míticas*” (*idem, ibidem*: 90). Michienzi e Vagnon (2018) recordam que, já em Maiorca, em algumas oficinas cartográficas, se fazia distinção no preço das cartas para marinheiros [isto é, exclusivamente para fins de navegação] e as cartas adornadas ou pintadas, geralmente para fins ostentativos ou de foro político onde se incluía nas várias regiões do mundo bandeiras e brasões heráldicos como meio de soberania ou legitimação do espaço.

Uma clara divisão pode ser definida acerca das influências das diferentes escolas cartográficas mediterrâneas na cartografia portuguesa. Se por um lado as cartas portuguesas, assinadas e sem

¹⁸ Além de Barros, Zurara descreve esta tradição de medo e incredibilidade face ao que se pretendia. Vejam-se os capítulos VIIIº e IXº, particularmente as páginas 51 e 58 onde o cronista explora melhor as incertezas e receios nos primeiros anos de exploração marítima portuguesa.

autoria determinada, da centúria de quatrocentos são quase exclusivamente cópias artísticas e técnicas da escola italiana, como é o caso da Carta Anónima de 1471 em Modena¹⁹ ou um conjunto de fragmentos anónimos²⁰, possivelmente portugueses, por outro, vemos uma sobriedade artística, topográfica e iconográfica mais ao jus maiorquino ou catalão, com forte ornamentação no interior dos continentes e nos mares. Neste último caso, temos exemplos de cartografia exímia nesta arte como a vasta obra de Fernão Vaz Dourado, Lázaro Luiz, Sebastião Lopes, ou de famílias de cartógrafos, como os Homem, Reineis, Teixeira, entre outros.

É de saber separar, contudo, os trabalhos cartográficos ilustrados por pintores ou iluminadores, como muito pertinentemente esclarece Vasco Medeiros (2022), dos trabalhos exclusivamente executados pelos cartógrafos, que acarretariam, logo, o ofício de ilustradores (mostrando competências polivalentes). Desses, conhecem-se alguns casos como o Atlas Miller²¹ de Homem-Reineis e os Atlas de Fernão Vaz, respetivamente. Esta arte de cartografar sucedeu a já aludida Escola Maiorquina que implantara, primeiramente, nesta arte e ofício, as funcionalidades geográficas dos portulanos, tipicamente mediterrâneos, com forte ornamentação e inscrições tipicamente medievais dos *mappamundi* (Becker, 2017).

Neste campo intelectual, as navegações e as expedições austrais ao Cabo Não (e Bojador), sedimentaram na cartografia portuguesa empenho inigualável, contribuindo diretamente para o preenchimento espacial e o contorno continental, cada vez mais precisos e fundamentados, dos territórios meridionais. Será normal, dessa maneira, perceber que muitas cartas tardo-medievais, como a de Andrea Bianco²², de Fra Mauro, Piri Reis, ou tantas outras, façam menção de recém-descobertas portuguesas através do aprovisionamento de certos topónimos e acidentes geográficos, à data incognoscíveis, na cartografia transnacional. Navegadores, exploradores, escrivães e figuras da alta nobreza e clero em Portugal, fariam parte das fontes circulatórias na

¹⁹ Atualmente na Biblioteca Estense, a naturalidade da carta foi apontada como sendo indubitavelmente portuguesa. Segundo Cortesão *et al.*, (1960: 4) “algumas das razões mencionadas para a autoria e naturalidade da carta, devem-se à nomenclatura da mesma em “português” [arcaico daí as aspás, provavelmente uma mistura entre as línguas vernaculares portuguesa e espanhola] e também à representação de três cidades, cada uma com enorme igreja, em França, e as outras em Lisboa e em Marrocos, isto é, Ceuta”.

²⁰ Por exemplo o Fragmento guardado na Torre do Tombo, infelizmente em péssimo estado de conservação e com representação geográfica muito diminuta (a região oriental da Península Ibérica e o Noroeste mediterrâneo). Arquivado sob cota Fragmentos, cx. 20, n.º 7.

²¹ Atualmente na Biblioteca Nacional de França, Paris. Na *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota esclarecem a coautoria da carta, e os desafios dessa atribuição. Ver P.M.C., Volume I, p. 55-61.

²² Na última carta conhecida do cartógrafo, datada de 1448 e atualmente presente na Biblioteca Ambrosiana, Milão, já aparece o topónimo *Cavo Verde* como penúltima referência toponímica costeira ao findar da costa ocidental africana.

Cristandade que contribuíaam ativamente para o enriquecimento dos conhecimentos astronómicos, cartográficos, geográficos e cosmográficos que serviam de fonte oral, escrita ou visual de muitos *portolani* da época (Kogman-Apel, 2014). Compreende-se, portanto, que muitos cartógrafos e cosmógrafos acompanhavam as expedições, outros usavam relatos de navegadores, exploradores e escrivães como os de Gomes Eannes Zurara, de Alvise Cadamosto ou Duarte Pacheco Pereira, para nomear alguns. Quando não havia acesso a fontes primárias, muita da sua informação recaía sobre testemunhos secundários, publicamente conhecidos ou não e veiculados em vários períodos dos Descobrimentos (Destro, 2012).

Luís Albuquerque *et al.* (1991) referem inclusive que, no caso português, essa informação chegara à corte, e população letrada em geral, ao longo dos séculos XIV e XV, principalmente no caso iconográfico, de forma dúbia e dotada de estereótipos complexos, numa ambivalência entre a maravilha e o desapareço. Cartograficamente, pelo menos, podemos contestar, à luz da cartografia cognoscível, que essa representação imagética de África e do espaço africano não era, pelo menos nas cartas conhecidas, dependente de tradicionalismos medievais (seja na perspectiva etnográfica ou do bestiário).

Contudo, há algumas exceções curiosas e que levantam algumas questões particularmente importantes do meu ponto de vista. Das cartas e cartógrafos conhecidos, vemos casos atípicos de representação de bestiário nas cartas de André Homem (fig. 5) e Diogo Homem (fig. 6), o que é mais interessante por serem provavelmente irmãos e por terem ambos trabalhado para cortes estrangeiras. Em comparação com as cartas de Lopo Homem, precursor da escola cartográfica desta família, vemos claras diferenças de representação imagética do espaço. Este é um traço pouco comum nas escolas cartográficas portuguesas, que, por norma, “se constituíam em oficinas com uma tradição estilística própria (...), tendo as suas raízes nos ambientes da cartografia mediterrânea” (Rabelo, 2009: 126-27). Talvez a resposta esteja precisamente na origem da criação das cartas, na “oficina geolocalizada”, por assim dizer, de cada cartógrafo, mas essa é uma matéria que requer uma atenção própria, a qual não poderei aprofundar aqui. Além das supramencionadas, verifica-se esta “intrusão” do fantástico na cartografia portuguesa numa carta anónima, mas provavelmente portuguesa, atualmente presente na Biblioteca Estense (C.G.A.5.A(1)), na qual verificamos uma dupla representação de iconografia fantástica, uma na região ocidental, a sul de Cabo Verde, outra na região do Norte de África (figs. 3 e 4).

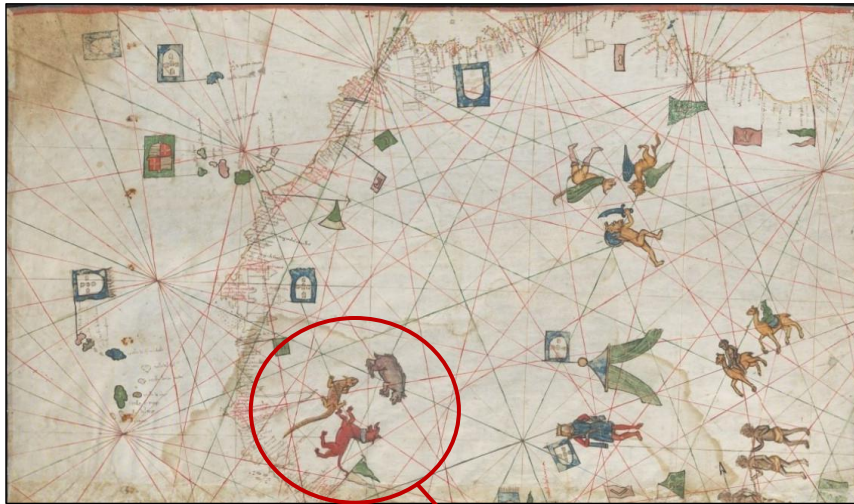


Figura 3 - Carta Anónima do século XV-XVIca. em que se podem ver três figuras com características bestiais ou fantásticas na região central do Norte de África; e ainda 3 animais na região de Cabo Verde, um deles apresentando semelhanças a um dragão ou fera seu semelhante.



Figura 4 - Podemos ver, em ampliado, a imagem do bestiário na Carta anónima do século XV-XVI.

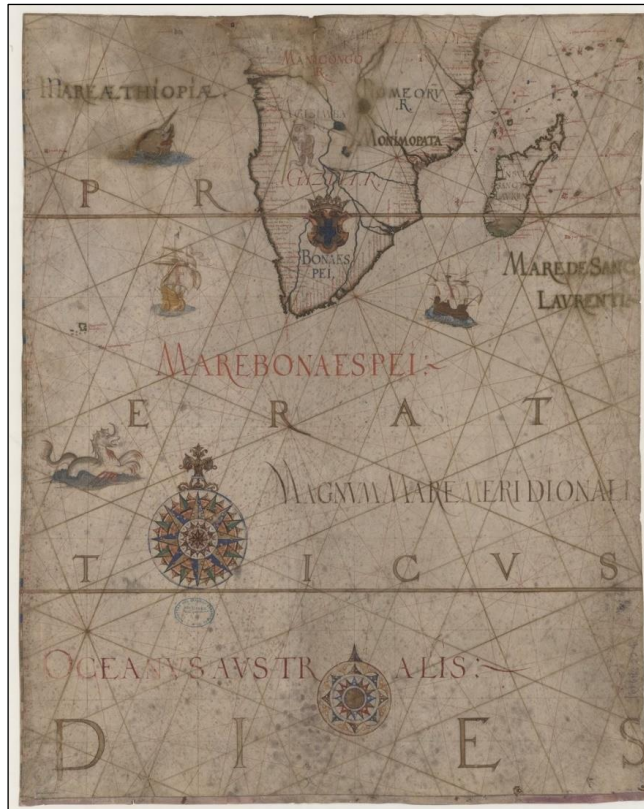


Figura 5 - Planisfério de André Homem, fôlio da África Meridional e Ilha de São Lourenço [Madagáscar] (1559). Neste fôlio, o cartógrafo optou por ilustrar uma figura mítica no “Magnum Mar Meridionalis”.



Figura 6 – Criaturas fantásticas no Atlas Queen Mary de Diogo Homem (1558). Nas representações acima podemos ver duas criaturas ilustradas no oceano, a primeira no Atlântico, e a segunda no Índico. Ambas apresentam características mistas de animais terrestres (fictícias até) e marítimos, veja-se por exemplo a incorporação das escamas no corpo, bem como as barbatanas, mas do tronco para cima, a cabeça, portanto, são ilustradas características semelhantes à de um dragão ou serpente, respetivamente.

Durante as navegações portuguesas, vê-se uma mudança de paradigma nas funções e características dos portulanos. Passam de cartas de rumos ou “rumbos”, para cartas oceânicas, sendo muitas vezes preenchidas ou “reeditadas” por cosmógrafos a bordo dos navios portugueses, de que se conhecem os exemplos de Duarte Pacheco Pereira e de João de Barros (Medeiros, 2022). Lentamente, entre os séculos XV e XVI, começou-se cada vez mais a verificar uma pluralência nas navegações, necessária devido às particularidades destas expedições, e pela exigência premente de legitimação da pretensão aos territórios recém-descobertos, ainda que os Sumos Pontífices fossem autoridade suprema sobre a reclamação destas terras²³. Verifica-se, portanto a justaposição pragmática dos portulanos por cartas tipicamente portuguesas, os roteiros atlânticos, que “sucedieron a los portulanos mediterráneos [e] en los barcos entraron los escribanos, que fueron también geógrafos y cronistas” (Padrón, 1971: 28).

Importa aqui refletir sobre o que diz António Martínez Sanchez sobre a transição do estilo cartográfico nas cartas portuguesas. Segundo Sanchez (2019: 26), é preciso compreender que o avanço marítimo português exigiu “intensas transformaciones técnicas (...) de sus practicantes” sendo que, primeiramente, “las cartas utilizadas por los pilotos portugueses para explorar la costa atlántica de África eran similares a las cartas portolanas italianas, mallorquinas y catalanas”, tendo depois necessitado de um aperfeiçoamento em função dos novos desafios de navegação marítimos, afetando também a arte cartográfica, quer a nível técnico quer a nível representativo.

O lote de cartas portuguesas existente, até pelo menos o final do século XVI, é quase exclusivamente manuscrita, e bastante ilustrada, geralmente com bandeiras, estruturas acasteladas e elementos naturalistas. Deste modo, e contrariamente ao que se vê na cartografia maiorquina ou catalã, apercebemo-nos que a cartografia portuguesa subvalorizava o preenchimento toponímico das regiões africanas, ainda que as procurasse preencher iconograficamente (Brentjes, 2014). Já Baig (2001: 591) alerta para o facto de “algunes cartes incorporaven informació geogràfica de caràcter econòmic i polític de les terres interiors no essencials per a la navegació, però sí per a la pràctica del comerç que motivava el viatge”. Por conseguinte, também se poderá depreender que a omissão de elementos iconográficos nas cartas portuguesas poderá ser intencional e preponderante para a salvaguarda dos interesses de quem requisitava as obras cartográficas. Além disso, Neves (2017) considera que, devido a uma

²³ Amplamente difundido nas crónicas portuguesas de quatrocentos e quinhentos.

ignorância dos espaços do *hinterland* dos territórios recém-descobertos, o cartógrafo optava por preencher simbolicamente os espaços incógnitos, geralmente com bandeiras ou brasões, e outras “cenar pictóricar”, como forma de dissimulação do espaço desconhecido. A autora refere ainda que o mesmo sucedia com a toponímia do interior, onde por vezes se acrescentavam cidades ou regiões fictícias como forma de esconder o desconhecimento absoluto do espaço.

No seguimento deste pensamento, atente-se ao que defende Alexandra Campos no excerto abaixo, por sumariar de forma explanatória o que se tem vindo a dizer,

... a persistência da produção de obras iluminadas e manuscritas em Portugal durante todo o século XVI devem ser entendidas (...) como algo que está estreitamente relacionado com o seu objetivo último. Trata-se de obras que se dirigem, na sua larga maioria, a grupos restritos de pessoas (reis, cortesãos, humanistas) e que manifestam pelas suas características, a ligação entre a arte e o poder (Campos, 1996: 83).

Concordando com as ideias proferidas pela autora, devo reforçar ainda que a cartografia portuguesa parece acautelar uma maior preocupação artística mais fidedigna do que outras do seu tempo. A legitimação das possessões portuguesas e a ostentação dos feitos portugueses, empregues na cartografia, dependiam de uma certa credibilidade ou autenticidade e exaltação de aspetos chave, como o abuso de bandeiras nos territórios dominados, ou a exaltação desmesurada de entrepostos. Simultaneamente, incluíam-se ilustrações político-religiosas, como o Preste João, ou igrejas e símbolos religiosos (cruzes), como forma de legitimar a superioridade e a pretensão portuguesa sobre os territórios por si descobertos. Quase que estar um passo à frente do adversário e mostrar-lhe isso através da elaboração cuidadosa e pensada da arte cartográfica, nomeadamente, de maior valor político em cartas elaborada para oferta a outras coroas europeias²⁴.

O estabelecimento de uma cartografia padronizada, executada segundo os ideais e normativas régias, era normalmente executada nos *Armazéns da Guiné e da Índia*, que não era nada mais nada menos que uma oficina (ou gabinete) estatal que controlava os assuntos do além-mar, particularmente dos assuntos comerciais e legislativos dos novos territórios e faziam inclusive o controlo das mercadorias de África e da Índia. Foi o primeiro grande centro administrativo dos negócios ultramarinos, intitulado de Armazém da Guiné e da Índia, estava sob controlo régio e terá iniciado atividade no reinado de D. Afonso V, na segunda metade do século XV (Martínez, 2019). Originalmente implantada como Casa da Guiné na vila de Lagos, durante a

²⁴ Temos como exemplo o caso da oferta do Atlas Miller ao Rei Francisco I da França, por parte de D. Manuel I, e ainda a oferta do Planisfério de Pero Fernandes ao rei castelhano D. Carlos V, já no reinado de D. João III.

vigência do Infante D. Henrique, este estabelecimento estava responsável pela administração das empresas de África, como o armazenamento das mercadorias e tráfego das caravelas que dali retornavam, e também da instrução de navegadores e cartógrafos (Vargas, 1995).

Além das questões mercantis, este *Armazém*, estava incumbido de produzir as cartas náuticas, que deveriam ser constantemente atualizadas em consonância com os novos descobrimentos. Por essa razão, e após passar, em 1499 a ter sede em Lisboa, dele provieram, muito provavelmente, as primeiras cartas com base no afamado *padrão real*, que auxiliavam os navegadores nas viagens para África e o Oriente. Estas cartas padronizadas comportavam pelo menos duas funções, uma seria o auxílio à navegação; a outra prendia-se à atualização cartográfica dos novos descobrimentos, razão pela qual, retornadas das viagens, estas deviam ser devolvidas “with their anotations and revisions (...) [para que o] “new knowledge was then applied to a master world” (Alegria *et al.*, 2007), que estaria disposto no Armazém da Guiné e das Índias.

1.2 Teoria do sigilo e a sua posição face à cartografia dos Descobrimentos

Não aprofundando a questão do sigilo nos Descobrimentos, considero que é, no mínimo, necessário levantar um pequeno debate introdutório à questão visto que esta foi uma das abordagens contemporâneas sobre a cartografia portuguesa.

Não fosse o génio de Jaime Cortesão tão proactivamente ambicioso em caracterizar as empresas portuguesas no período dos Descobrimentos como feitos diligentemente inteligentes, não haveria consubstanciado uma problemática tão afincadamente debatida na contemporaneidade. Falo dos esforços louváveis, mas não menos questionáveis, do historiador português Jaime Cortesão, principal defensor da Teoria do Sigilo durante essa era, particularmente no reinado de D. João II, e menos vincado, nos de D. Afonso V e D. Manuel I. Pelo esforço do tempo, foi surgindo contra o dito historiador, “progressiva revelação e estudo de novos documentos (...) mostrando que o volume e circulação de informação era bem maior na altura [Descobrimentos] do que a podia supor anteriormente” (Domingues, 1990: 188).

Uma teoria baseada em quezílias reais, pretensões territoriais, omissão imposta de informação, subversão de mapas, penalizações decretadas, entre outras postulações articuladamente justificadas, o historiador consentiu em assumir e defender vigorosamente, que houve uma prática secretista durante os Descobrimentos, à qual a expressão “política de sigilo” ressalta

aquando da discussão do fenómeno, aparentemente irrefutável aos olhos dos seus defensores. Ironicamente, é o próprio Jaime Cortesão o primeiro a contrariar, talvez inconscientemente, a sua teoria autotrófica²⁵, ao afirmar justamente que, na preparação dos portugueses para as expedições ultramarinas, o Infante D. Henrique encomendou o apoio de cartógrafos e cosmógrafos estrangeiros, entre os quais, Jaime de Maiorca, que a pedido do dito infante “iniciou, c. 1420, os portugueses na arte cartográfica” (Cortesão, 1960: 136). Apenas num mundo fantasiado se poderá crer que não haveria fuga de informação se algum dos “convidados” do Infante assim o entendesse.

A tese cortesiana tem sido, portanto, criticamente vista como defendida por conjeturas e suposições que pouco se regem pelo *testis unos, testis nullus* que o historiador tanto pretende conservar para justificar as suas clamações históricas. Por essa razão, alguns dos críticos desta teoria confrontam a complexa conjetura ahistórica que tanto *A Política de Sigilo nos Descobrimientos* (1960), como outras obras predecessoras, parecem tentar reforçar.

O historiador e geógrafo brasileiro Thomas O. Marcondes de Souza, contemporâneo de Jaime Cortesão, fez duras crítica à teoria, contrapondo quase ponto por ponto a substância dessa tese. Cortesão advogava que não haveriam cartas de marear portuguesas conhecidas do quatrocentos, à exceção de dois portulanos e uma carta atribuída a Pedro Reinel com uma representação bastante fidedigna de África (ca. 1485), e uma carta náutica de Jorge de Aguiar (1492), sendo também escassos os documentos sobre o descobrimento antecedente do Brasil ou descobertas na costa africana, também elas forçosamente escondidas, porque “quanto mais secretas, mais foram objeto de curiosidade interessada dos estrangeiros” (Cortesão, 1960: 42).

Sobre isto, Francisco Domingues e Duarte Leite concordam que, para Cortesão, a ausência anunciada ou a inexistência física de documentação da época das explorações, seria *ipso facto* um sigilo altamente orquestrado. Uma das provas irrefutáveis para o historiador era o simples desaparecimento documental dessas empresas tão secretas que foi razão suficiente para justificar a parca ou inexistente informação portuguesa sobre tal ainda que esses feitos não fossem consubstanciados material ou imaterialmente em mapas ou documentos oficiais. A defesa de engendramentos secretos, do desaparecimento “injustificável” de mapas e roteiros, das empresas dissimuladas na África, ou do secretismo sobre novos descobrimentos partiam

²⁵ Na ideia de que desenvolve a sua teoria com base nos seus pressupostos e conjeturas, sem se importar com a validade ou base académica das suas hipóteses, sem necessidade de concordância externa. Na medida que a teoria evolui dentro de si mesma e por si mesma.

assim do princípio de que a prova máxima desses feitos ou agenda era precisamente a sua falta de legitimação consubstanciada, a falta de suporte documental diga-se (Domingues, 1990).

José Madrid (2021: 9), deixa também uma nota crítica a esta teoria afirmando que, “the measures taken in contracting foreign pilots perfectly reflects the dichotomy of theory and practice in the protection of cartographic knowledge”, pelo que esta premissa é suportada por um dos documentos sobreviventes de quatrocentos, ainda que publicado em quinhentos, falo do testemunho escrito em *Navegações* de Alvise Cadamosto, onde relata as suas viagens à costa africana. No Capítulo I da sua obra deixa um relato pessoal sobre como veio a navegar sob a alçada henriquina e de que achava o dito Infante sobre estrangeiros receberem licença para navegar para lá do Bojador. Resuma-se esta ideia com o excerto abaixo, pondo em evidência aquilo que muitos académicos têm contrariado na proposta cortesiana sobre os descobrimentos.

... ou armar a Caravella á sua custa, e carregalla também de mercancia ; e quem isto fizesse seria obrigado a pagar de volta, por uso e direito, ao dito Senhor o quarto de toda a carga, que importasse, sendo o resto seu : ou o Sr. Infante armaria a Caravella, a quem quizesse, pondo este da sua parte sómente as mercadorias; e então de volta partirião por metade, tudo quanto trouxessem dos ditos Lugares ; e em caso que nada trouxessem, a despesa correria por conta do dito armador (...). Se alguém da nossa Nação [Veneza] queria commetter a viagem, faria nisso huma cousa muito grata ao Sr. Infante, que lhe faria mercê, pois presumia, que nas ditas terras se descobririão especiarias, e outras cousas boas, de que os Venezianos erão mais conhecedores, do que nenhuma outra Nação (Cadamosto, 1507 [1944]: 6).

Não nos dispersando e regendo-me pelo intellecto defendido sobre as pretensões em África e demais disputas, devemos confrontar algumas das críticas a Jaime Cortesão de modo a afunilar a sua tese e retirar o devido proveito que a mesma poderá vir a ter na discussão cartográfica que se avizinha.

Assim sendo, e não querendo descredibilizar por completo o fundamento da teoria do sigilo, tirando-lhe o valor histórico que detém, ou a legitimidade em algumas das relações episódicas de África, devemos cingir essa teoria ao que pode ter sido, factualmente, uma prática intencional das coroas ibéricas. Estariam estas, segundo o historiador, principalmente interessadas em guardar em “segredo de Estado” tudo o que fosse de interesse económico ou territorial. Posto isto, é de referenciar o almirante estadunidense Samuel E. Morison (1940) ao alertar-nos que tal prática existiu, mas numa perspetiva economicista, nomeadamente no que concerne às descobertas de regiões auríferas ou comercialmente benéficas para trocas comerciais ou para o tráfico de escravos. Por conseguinte, é notório, também no caso espanhol,

segundo defende Thomas Hillerkuss²⁶, que se procurou “esconder” ou pelo menos omitir documentalmente a localização de regiões mineiras, nomeadamente de extração de prata, bem precioso e particularmente valorizado na troca comercial asiática (Hillerkuss, 1940).

É crível que, como adverte Crone (1953), D. João II tenha sido o precursor desta tentativa de manter os descobrimentos portugueses fora do escopo de outras coroas europeias chegando até a banir a circulação de cartas náuticas durante a sua regência. Contudo, como o autor bem alude, é necessário atender à permutabilidade dos cartógrafos dentro do círculo régio durante o período expansionista, levando assim a questionar a praticidade do secretismo imposto pelos reis portugueses. Posteriormente, em 1504, “el rey Don Manuel de Portugal prohibía, bajo pena de muerte, el ‘dar indicaciones sobre la navegación mas allá del río Congo” (Cuadrado, 2000: 62), mas a verdade é que a produção consentânea desse período amplamente divulga as recentes descobertas portuguesas, bem como reforma a informação anteriormente cartografada. Segundo José Madrid (2021: 2) “this paradoxal inevitability resulted in a theory-practice dichotomy”, o que levou o cartógrafo a deliberar constantemente o que devia esconder e o que podia divulgar no que concerne ao conhecimento geográfico da época (Sandman, 2008).

A suposta solidez da teoria do sigilo cai, assim, por insuficiência de defesa de um “mosaic of cases in which cartographic information circulated freely (...)”, que, à luz do que se conhece e daquilo que foi dito anteriormente, “seems unwarranted to continue using the Teoria do Sigilo as a reason to avoid clarifying certain historical or documental problems” (Madrid, 2021: 11).

²⁶ Para um conhecimento detalhado da estratégia cartográfica na omissão ou subversão da localização de algumas das principais minas de prata ver o artigo Hillerkuss, T. (2013) As minas da Nova Espanha em mapas do século XVI. Um segredo de Estado?. *Apuntes* [online], 26 (1), 10-25.

2. Imagens de afirmação de poder

2.1 O desenho da costa: entre as bandeiras e os padrões

Como referi no capítulo anterior mostrou-se cada vez mais imperativa a necessidade de legitimação da posse das novas terras descobertas, particularmente entre o final do século XV e o princípio do século XVI. Foi nesse enredo político-militar, que as coroas europeias, Portugal particularmente, recorreram à cartografia como auxiliar legitimador e corroborador das suas pretensões territoriais, servindo de ferramenta de afirmação, amplamente manifestada pelos Estados colonizadores daí por diante (Moreira, 2012). Seguindo a ideia de Alexandra Campos (1996: 61) de que “qualquer mapa é um instrumento cujo papel fundamental é o de servir para governar, gerir e/ou administrar um território”, podemos considerar que os mapas monumento ou de aparato (não raros no caso português) serviram, portanto, de legitimadores dessa governação, auferindo paralelamente uma riqueza imagética e artística renovada²⁷.

Complementarmente, J. Brian Harley²⁸ propõe que se observem os mapas na sua perspectiva utilitarista, ou seja, como meios para um fim, suportando-se principalmente da linguagem gráfica (ou artística), textual e geográfica como elementos intencionais (e chamativos, acrescente-se) e providos de segundas intenções. Desse modo, é fundamental compreender o mapa através do contexto em que o mesmo fora executado, tomando atenção às influências externas que podem limitar ou coagir a liberdade dessa execução (Rabelo, 2009). Por outras palavras, poderá dizer-se que a finalidade de um mapa está intimamente ligada ao contexto sociopolítico em que foi executado e à “força” dos seus pares (entenda-se outros artífices ou figuras de autoridade). Por conseguinte, o cartógrafo, ou o iluminador, são assim coagidos, direta ou indiretamente, pelos interesses de quem requisita a carta ou do destinatário desta, limitando-o artisticamente, e até na representação geográfica (ou geopolítica) do mundo. No caso português, começou-se a verificar uma maior preocupação em enfatizar as conquistas costeiras em detrimento do desconhecido, ou do pouco explorado interior continental já no século XVI. Enquanto o *hinterland* é mantido vazio e pouco ilustrado, bem como as regiões marítimas, a costa africana é bastante mais ilustrada, geralmente com estandartes e bandeiras,

²⁷ Quero com isto dizer, menos fantasiada e mais “politizada”, na perspectiva em que o desconhecido se torna um objetivo secundário, passando o conhecido a requerer uma maior atenção das Coroas.

²⁸ Algumas das obras mais citadas do historiador, e trabalhos de relevo são: Harley, J. B. (1992) *Deconstructing the map*. IL: Program of African Studies, Northwestern University, (3), 10-13. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2027/spo.4761530.0003.008>; Harley J. B. & Woodward D. (eds.) (1987) *The History of Cartography Volume 1: Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago and London: University of Chicago Press.; e, Harley, J. (2001) *The new nature of maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

estilo iconográfico tipicamente ligado à escola cartográfica portuguesa (Recio, 2006). Há vastos exemplos de cartas cujo destaque visual são as dezenas de bandeiras circundantes às costas continentais, como marcos ou sinalizadores de localidades de interesse comercial ou da presença local de postos portugueses, veja-se a Carta do Atlântico de Gaspar Viegas (1534) (fig. 7) ou a Carta do Atlântico Norte de Pedro Lemos (1594) (fig. 8) como exemplos paradigmáticos. Mesmo com 60 anos de diferença, a forma de representação artística da costa ocidental africana, mantém-se praticamente inalterada (não obstante o posicionamento das bandeiras e diferenças estilísticas).



Figura 7 - Carta do Atlântico e do Mediterrâneo, Gaspar Viegas (1534).

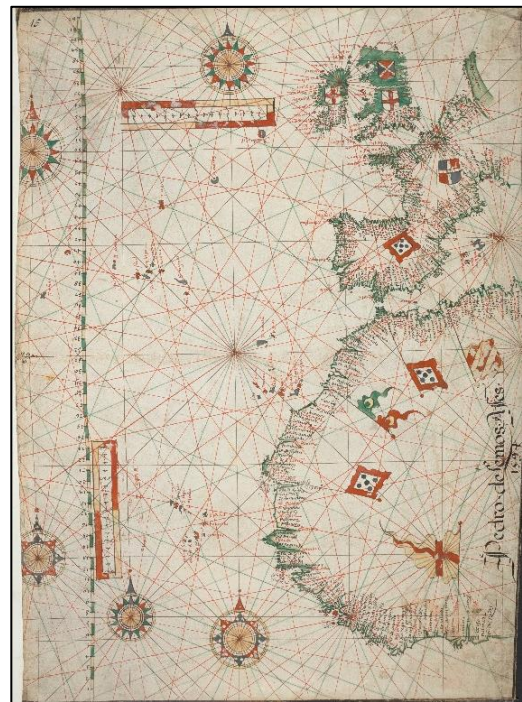


Figura 8 - Carta da Costa Ocidental de África e da Europa, Pedro de Lemos (1594).

O uso deste tipo de iconografia é sustentado por um peso simbolizador de poder e legitimador territorial que recorria às bandeiras, aos brasões de armas e, no caso português, posteriormente aos padrões, para enfatizar “the political status of a given region” (Relaño, 1997: 120). Aquilo que Yuka Kadoi (2010) define como “símbolos de soberania”, geralmente diferenciados iconograficamente, de Estado para Estado, adotando diferentes designs e cores, e que fora particularmente importante no mundo Medieval e na Antiguidade, dado que a população iletrada suplantara a população mais erudita e alfabetizada.

Na vanguarda desta forma representativa de soberania dos vários territórios do mundo conhecido, está a obra cartográfica de Carignano de princípios do século XIV, na qual, segundo Quartapelle (2023: 9), Giovanni da Carignano “transformed the image itself into “text”, that is, he drew the images so they could convey an idea and express a concept without the need for words”. O autor prossegue e afirma ainda que, “the use of heraldic shields that Carignano placed next to the names of cities (...) represented the “political” dimension of territories”.

Na linha condutora do parágrafo anterior, aproveite-se a contribuição de Alexandra Campos ao apontar que entre as cartas portuguesas de quinhentos a que melhor evidencia o simbolismo da heráldica na cartografia portuguesa é o Planisfério atribuído a Pero Fernandes com datação de 1545, recorrendo, implicitamente, a um património simbólico com quase trezentos anos. A carta, que será possivelmente uma oferta de D. João III a Carlos V de Espanha²⁹, usa as armas de Portugal e Espanha para representar a possessão das terras ultramarinas e a respetiva dominação do espaço (Campos, 1996). É nessa cronologia que Neves realça o crescendo da projeção imperialista na cartografia portuguesa, que viu o seu apogeu no reinado de D. João III, cada vez menos preocupado em financiar “expedições em busca de novas terras, mas [mais preocupado em] encontrar um modo de garantir a posse daquelas já conhecidas” (Neves, 2017: 24), que segundo a autora se definia pela ilustração de “pequeninas bandeiras dispostas sobre a carta” (*idem, ibidem*), como a mesma evidencia numa Carta do Atlântico, da autoria de Jorge Reinel (ca.1540) (fig. 9).

Por vezes, e não são raros os casos portugueses, encontram-se cartas com um simbolismo político ainda mais reivindicativo que as demais (também ornamentadas), geralmente “disfarçadas” de *mappamundi* (ou planisférios), embora carreguem um maior peso reivindicativo e simbólico de poder. Encontra-se assim, nesses mapas, descrições do mundo por vezes fantasiosas ou simplesmente, intencionais e infundamentadas, ao ponto de apenas operarem no campo expositivo (ou de ocupação do espaço vazio), procedentes de relações práticas de poder ou rivalidades interterritoriais (Harley, 2005). É nesse sentido, também, que surgem ilustrações, em muitas cartas portuguesas de quinhentos, “por toda a África, [que enaltecem] o sucesso das conquistas (...) por cavaleiros do rei³⁰ e armas portuguesas” (Neves, 2017: 24). No período compreendido entre a década de 1540 e 1570, temos os casos de

²⁹ Ver P.M.C. (1962), Volume I, 155-157.

³⁰ Em relação à ilustração de cavaleiros na cartografia (episódio belicista ilustrado geralmente no Norte de África), aparentemente de origem portuguesa e evidente em pelo menos três cartas de autoria de três cartógrafos portugueses (ainda que a representação em si não difira muito), farei uma análise mais cuidada no capítulo “O preenchimento espacial do *hinterland* – Um interior desnudo de humanos”.

cartógrafos como Pero Fernandes, Lopo Homem, Domingos Teixeira, ou ainda o de um anónimo português (de cerca de 1550), que apresentam Planisférios de índole política e chamativos para as disputas territoriais entre Portugal e Espanha face ao, não muito antigo, Tratado de Tordesilhas, mostrando uma clara “preocupação em demarcar limites (...) [nas] terras que couberam a cada um pela partilha [deste]” (Neves, 2017: 24) (figs. 10 a 13).



Figura 9 - Carta do Atlântico de Jorge Reinel (1540ca.).



Figura 10 - Planisfério, Anónimo (ca. 1550), atualmente na Biblioteca Vallicelliana. Tome-se especial atenção à orla dos continentes, onde saltam à vista as inúmeras bandeiras correspondentes aos respetivos soberanos de cada um dos territórios onde estas se encontram. Só em África há 14 bandeiras portuguesas das 21 presentes.



Figura 11 - Carta Náutica do Atlântico, Anónimo (ca. 1550), atualmente na Royal Geographical Society. O destaque desta carta anónima portuguesa vai para o litoral dos continentes, havendo, no caso africano, 9 bandeiras portuguesas face às 12 presentes.



Figura 12 - Planisfério de Lopo Homem (1554). O destaque vai igualmente para as bandeiras na orla dos continentes.

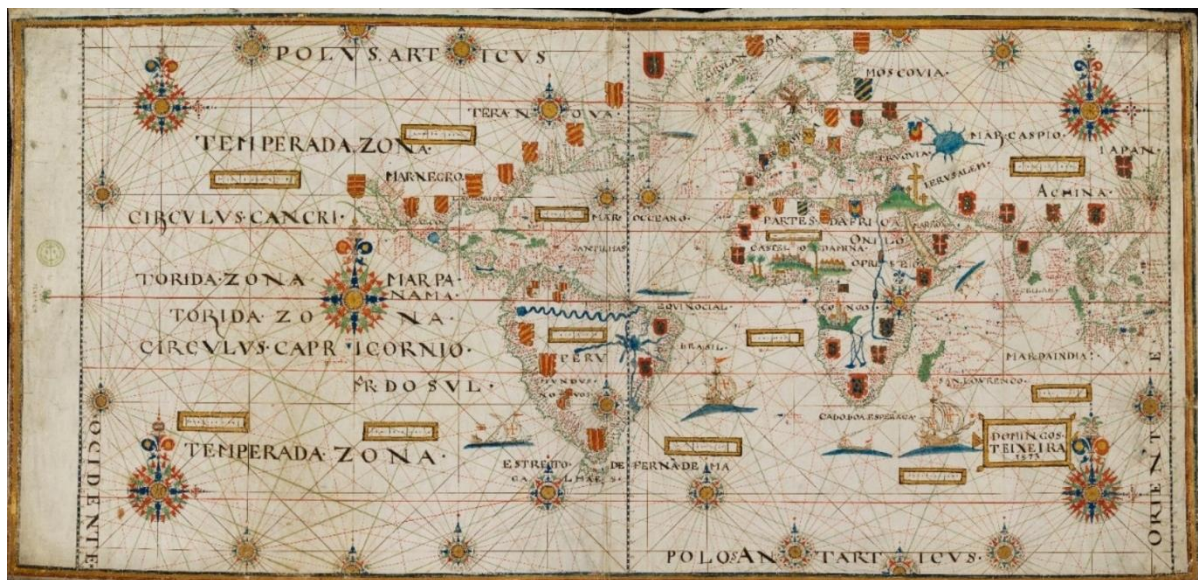


Figura 13 - Planisfério de Domingos Teixeira (1573), também conhecido como “Mapa de Tordesilhas”. A soberania imagética neste mapa mundo são as dezenas de bandeiras, e a linha de demarcação segundo o Tratado de Tordesilhas de 1494. Em cada uma das respectivas partes dos assinantes (Portugal e Espanha), são figuradas bandeiras como legitimação e soberania das terras descobertas e conquistadas.

No entanto, é ainda no século XV que se verifica, primeiramente, o uso de elementos simbólicos de poder (como as bandeiras), para ilustrar as regiões portuguesas em África. O primeiro exemplo é a Carta de Pedro Reinel, ilustrada “com vinte e seis bandeiras, das quais quinze são em África” (Barbosa, 2017: 180). Ademais, embora não datada e sem autoria atribuída, temos ainda o antecessor cartográfico de Reinel, a Carta anónima de Modena de cerca de 1471 (fig. 15), onde já aí surgem bandeiras portuguesas nas regiões de Arguim e da Mina. Luís Moreira (2012: 32), refere que este tipo de ornamentação era quase que normativa na cartografia oficial, ao jugo da Coroa portuguesa, e que seria em regra “consultada por monarcas, militares e diplomatas”, pelo que é natural, que em muitos casos, as cartas e mapas desenvolvidos tivessem como objetivo ilustrar ou “sinalizar” os principais territórios portugueses (nomeadamente aqueles com que Portugal mantinha uma relação comercial ou que seriam de interesse estratégico ultramarino), razão pela qual temos várias cartas de vários cartógrafos portugueses com a ilustração apenas de bandeiras nas orlas costeiras, seja em África como noutros territórios portugueses, tal como no Índico ou no Atlântico Ocidental.

Na Carta de Jorge de Aguiar (fig. 14), Barbosa (2017) alerta para o uso das bandeiras como forma de “delimitação” territorial³¹, chamando a atenção para as bandeiras muçulmanas em Marrocos, e para as bandeiras portuguesas em Arguim e na Mina do Ouro, claras possessões portuguesas, assim confirmável por, à data da carta, já se terem estabelecido relações comerciais com os habitantes dessas regiões e construído inclusive entrepostos portugueses. Embora seja, razoavelmente lógico, que se faça essa distinção, foi Giovanni da Carignano, como bem evidencia Francesc Relaño, quem primeiramente utilizou esta forma de demarcação de soberania política, utilizando diferentes cores nas bandeiras para designar o detentor do controlo político de determinado território. De acordo com Relaño (1997: 12), o cartógrafo genovês fez “use of black in the African cities’ banners (...) to indicate cities under Muslim control”, a cor fora propositadamente escolhida para distinguir “the most important “political” difference in geographical boundaries in the Middle Ages: distinction between territories under Christian and Muslim domination³²”. Curiosamente, no caso português, o preto não chegou a ser usado com

³¹ Nesta perspetiva, é mais concebível considerar que a razão não é necessariamente de delimitação, dado que não há fronteiras definidas, mas sim de afirmação da possessão ou controlo da localidade em questão. Isto é notório se separarmos entre controlo português e “mouro” (ou, nos casos da África Ocidental, sob influência religiosa/doutrinal islâmica) em vários topónimos de localidades no litoral africano. A bandeira era também uma sinalização de locais seguros para o comércio ou para aportar caso necessário.

³² O uso da cor pode também estar associado a conotações religiosas dentro do mundo Islâmico, tendo estas se padronizado na cartografia recorrendo ao uso da cor vermelha e verde, ou vermelha e azul, como fundo para as flâmulas e bandeiras sob territórios ocupados por forças islâmicas. Yuka Kadoi (2010: 145) explica que, “as an idea for the distinction of state symbols developed, the colour of the banner eventually reflected religious or

esse propósito, ainda que as distinções cromáticas e pictográficas nas bandeiras de regiões sob a soberania cristã e muçulmana sejam claras.

Aquilo que se verifica na “iconografia do poder” ou simbólica deste, é uma apropriação que principiou com os portulanos, tipicamente mediterrâneos, onde se inseriam imagens de posse territorial e de regiões comercialmente viáveis (Scottton e Nogueira, 2017). Salta à vista que, “as imagens escolhidas e a sua localização não são totalmente desprovidas de sentido; ao contrário, (...) o cartógrafo abria uma janela ao universo mental europeu (...) de imagens e símbolos” (Neves, 2017: 22), que advinha de uma evolução artística notável a partir do século XVI na cartografia da Europa Ocidental, onde Portugal não fugiu à regra (Freire, 2010). O eclodir da guerra diplomática entre Portugal e Espanha que despoletara Tordesilhas, e mais tarde o Tratado de Madrid, com a perpetuação do conflito diplomático no Pacífico pelas Ilhas Molucas³³ (Ilhas das Especiarias), colocou a cartografia no principal palco de reivindicação territorial entre os contestantes dessas disputas (Marques, 1994). Neste sentido, António Sánchez (2019) avança que o papel do cartógrafo despertou e aguçou os problemas diplomáticos ibéricos nas possessões ultramarinas, introduzindo inclusive uma nova preocupação cartográfica, a de projeções cartográficas de maior teor “administrativo” (por norma, planisférios), que para lá do uso prático na navegação, foram principalmente convulsas nas questões diplomáticas.

political affiliations in the Islamic world”, sendo que, contextos político-militares internacionais (como a queda de Constantinopla em 1453), levou a que se passasse a identificar, relutantemente, as principais cidades ao jugo muçulmano com os símbolos socioculturais que os identificavam, nomeadamente bandeiras pintadas estereotipicamente, geralmente com luas-crescentes e as mesmas cores (Renda, 2007).

³³ Embora não seja aqui abordada a questão da posse destas ilhas pacíficas, é claro nas cartas portuguesas esta rivalidade e necessidade de afirmação política com recursos à cartografia, ver os exemplos das cartas de Lopo Homem, Lázaro Luís ou Fernão Vaz Dourado.

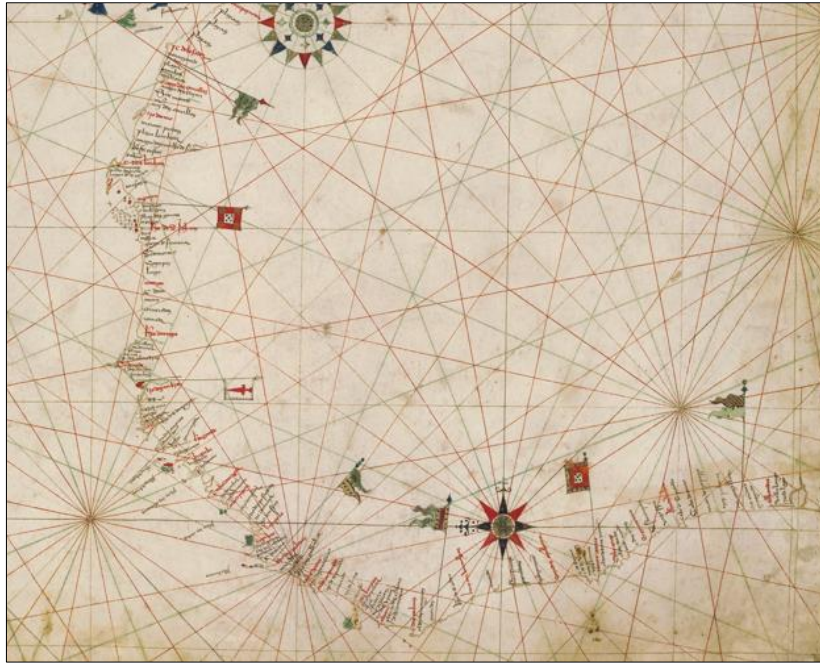


Figura 14 – Carta Náutica [Anónima], (c.1471). Provavelmente a primeira carta portuguesa que se conhece, apresentando bastantes semelhanças artísticas com a Carta de Jorge de Aguiar está fielmente datada de 1492. As bandeiras estão dispostas nos territórios portugueses, mas não só. Estão ilustradas bandeiras que parecem evidenciar o controlo pelos muçulmanos, ou melhor aposta, e que desenvolve mais adiante, da islamização dos povos abandeirados.



Figura 15 – Detalhe da Carta Náutica de Jorge de Aguiar. Neste excerto podemos ver as bandeiras portuguesas (cristãos) e muçulmanas (islâmicas) no Magrebe e em Cabo Verde.

Deste modo, é seguro dividir em duas fases todo um reportório de cartas que auferem elementos simbólicos de poder (brasões, estandartes, etc), que dão conta de um constante enviesamento do ofício de fazer cartas de marear, nas contestações ou impugnações dos Descobrimentos. A primeira fase terá lugar, essencialmente, no período de atividade da família Reinell, cuja obra cartográfica comporta, sensivelmente, cinquenta anos, entre o final do quatrocentos³⁴ e a primeira metade do quinhentos, e que se caracteriza pelo uso de bandeiras referentes às navegações portuguesas e tendencialmente ao uso de símbolos ou imagens representativas da coroa portuguesa (as quinas). Numa segunda fase, já no reinado joanino, e até à década de 70, assiste-se à eleição de bandeiras com cariz político (bandeiras régias) ou político-militar (bandeiras com símbolo da Ordem de Cristo) e a uma maior incorporação de adornos alusivos à possessão territorial da Coroa, particularmente nos já aludidos planisférios de Domingos Teixeira (fig.13) ou na carta anónima presente na Royal Geographical Society (fig. 11), que apresentam uma clara distinção entre dois campos político-sociais com recursos à ornamentação de bandeiras e brasões de armas.

No quadro abaixo, ainda que constitua uma seleção singela e incompleta³⁵ (por incorporar apenas um período que corresponde a cerca de um século e meio), apresenta elementos de comparação interessantes para a compreensão do que foi dito, nomeadamente por vermos pelo menos três bandeiras-tipo usadas na cartografia portuguesa.

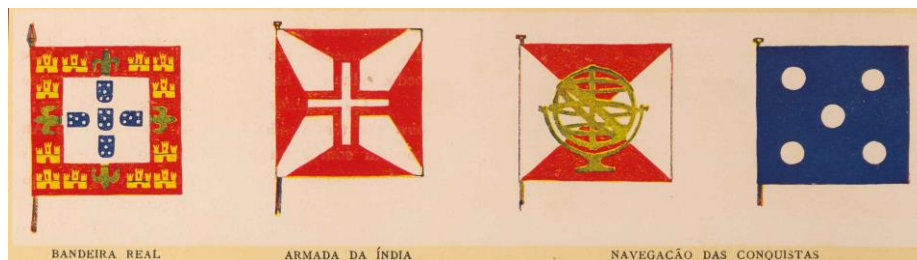


Figura 16 - Ilustração de quatro bandeiras usadas durante os descobrimentos, por Alfredo Roque Gameiro e Alberto de Sousa em *Quadros da História de Portugal* (1917)³⁶.

³⁴ Sem qualquer prova indubitável, devo apenas salvaguardar que, com base nas cartas até hoje conhecidas, é para mim crível que os Reinell terão sido uma das primeiras famílias de cartógrafos portugueses a desempenhar funções correntes, acreditando eu, que entre 1443 e a segunda metade do século XV, haveria um maior peso de cartógrafos estrangeiros em Portugal, ou a encomenda de determinadas cartas seria requisitada a entidade externas (como foi o caso do pedido feito por D. Afonso V a Frau Mauro em 1457 para lhe fazer um mapa-mundo). No entanto, compreendo a conjetura desta afirmação e deixo aqui uma nota introspectiva dessa realização.

³⁵ A gravura das *Bandeiras navaes portuguesas desde o seculo XV até à actualidade* [final do século XX] de Guilherme Luís dos Santos Ferreira, publicado pela Companhia Nacional Editorial em Celebração do IV centenário do descobrimento da Índia, apresenta um conjunto de exemplares mais abrangente, mas muito semelhante para o século XV e XVI à ilustração apresentada na fig. 16. Ainda assim, para um cotejo dos dois exemplares, a gravura encontra-se para consulta online ou presencial, sob a cota E. 559 R. na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.

³⁶ As duas bandeiras do meio (segunda e terceira) correspondem àquelas elencadas entre a década de 30 de 1500 e daí em diante; a última corresponde à bandeira usada, quase exclusivamente, nas primeiras cartas portuguesas

Chagas Franco e João Soares (1917, Cap. 21) explicam que, a partir do reinado de D. Manuel I, embora não exclusivamente neste, passamos a ter mais evidente na cartografia portuguesa bandeiras “da Esfera (divisa pessoal de D. Manuel) e a das quinas”, sendo posteriormente partilhada a representação territorial das novas conquistas com bandeiras “da Ordem de Cristo, (...) especialmente destinada à Armada da Índia”. Esta consciencialização de transição estilística suporta aquilo que pude distinguir nas cartas selecionadas da centúria de Quinhentos. Primeiramente verificamos um uso mais homogéneo de estilos e cores na cartografia, com demarcações mais ou menos coerentes, depois surgem novos elementos estilísticos como a esfera de D. Manuel I, ou novos estilos nas bandeiras, com um novo desenho das quinas (por norma em forma de X), maioritariamente com fundo branco e quase sempre com uma borda vermelha. Por fim, verifica-se uma predominação de bandeiras com a Cruz da Ordem de Cristo que, como veremos, será principalmente difundida na cartografia após a apropriação governativa, e vitalícia, das principais Ordens Militares-Religiosas de Portugal em 1551, período que, “com D. Sebastião (1557-1578) e mesmo já antes, durante a regência de D. Catarina de Áustria, se tornou mais evidente a utilização da Cartografia como instrumento de Poder” (Moreira, 2012: 18).

Por conseguinte, podemos afirmar, que as primeiras cartas portuguesas, comportando o período entre o século XV (1485), devido à datação da primeira carta com autoria atribuída e primeiro exemplar desta bandeira) e o primeiro quartel do século XVI (até cerca de 1522, última datação de uma carta anónima, possivelmente de um dos Reineis), a predominância iconográfica recai no uso de bandeiras, precisamente inseridas nas regiões controladas por portugueses³⁷, particularmente bandeiras com fundo azul (por vezes bordadas a vermelho) preenchidas por cinco quinas em forma de “x” (ou assim simbolizadas, pintadas em círculos a cinzento) (ver por exemplo as figs. 15 a 17). Não será de estranhar, que numa fase de expansão marítima, fossem identificados os portos ou localidades onde se estabelecera uma relação comercial visto que este tipo de bandeira já seria usado nas caravelas como forma de identificar as embarcações comerciais (Ferreira, 1876)³⁸.

que, só na década de 1520/30, foram gradualmente substituídas pelas que a antecedem na gravura ilustrada; já a primeira bandeira, da Casa de Aviz, não apresenta qualquer tipo de representação nas cartas portuguesas, com exceção da Carta de Modena (1471), ainda que já sem a flor-de-lis empregue.

³⁷ Nas cartas da primeira fase, por mim supramencionada, vemos uma coerência geográfica na colocação de bandeira portuguesas (bandeira das quinas, com fundo azul), entre as cartas do Oceano Índico dos Reineis, o Planisfério de Cantino e o Livro de Francisco Rodrigues, vejam-se os exemplos das bandeiras em Sofala, Moçambique, Mombaça e Mogadaxo (figs. 14-18).

³⁸ Ver a Gravura de G. L. dos Santos mencionada na nota 35.

Assim, podemos presumir que na cartografia se viu trasladada essa simbolização como forma de orientar o piloto ou capitão (nos casos de uso prático) ou, nas cartas de aparato, como elemento estilístico. Na primeira fase, a obra cartográfica dos Reineis é uma das mais proeminentes no uso da bandeira azul com as cinco quinas, verificando-se em todas as suas cartas, começando pela Carta Náutica de Pedro Reinel em 1485 (fig. 23), e terminando com a Carta do Oceano Atlântico de Jorge Reinel (1540ca.) (fig. 9), ainda que esse estilo de desenhar as bandeiras viu-se replicado por outros cartógrafos por mais de um século. Corroboramos igualmente, do mesmo período, outras cartas que seguem a tradição como o Planisfério de Cantino (fig.17) ou no Planisfério de Francisco Rodrigues (separado por fólhos corográficos) (figs. 17 e 18), abrindo caminho para que se postule a estandardização desta bandeira entre a viragem do século e o final da década de 1520. Convencionalismos deste tipo, que Leonor Costa (1988) denota nas cartas portulanos relativamente à demarcação de acidentes geográficos na costa dos continentes, permitem identificar padrões identitários entre escolas e oficinas cartográficas³⁹, “porque as preocupações estéticas atribuídas, sobretudo, às representações (...) de símbolos de poder (bandeiras ou escudos heráldicos) são susceptíveis de mutações, de acordo com os locais de produção ou/e o destinatário da carta” (*idem, ibidem*: 4).



Figura 17 – Infelizmente a resolução da imagem não é a ideal para reproduzir com qualidade este planisfério, ainda assim, as bandeiras com fundo azul, orla vermelha e as quinas é bastante nítida na costa dos continentes, marcando a presença portuguesa nesses territórios ou o descobrimento dessas terras por navegadores portugueses.

³⁹ Direi até, de períodos de influência ou de transição artística, como aqui tentei dividir os estilos artísticos nas bandeiras na cartografia portuguesa do século XVI.



Figura 18 - Carta do Oceano Índico [Pedro Reinel] (1522ca.). Com poucas exceções, a grande maioria de bandeiras ornamentadas na costa africana, e nas restantes regiões incluídas da carta, vemos uma bandeira com fundo azul e cinco pontos cinzentos homólogos.

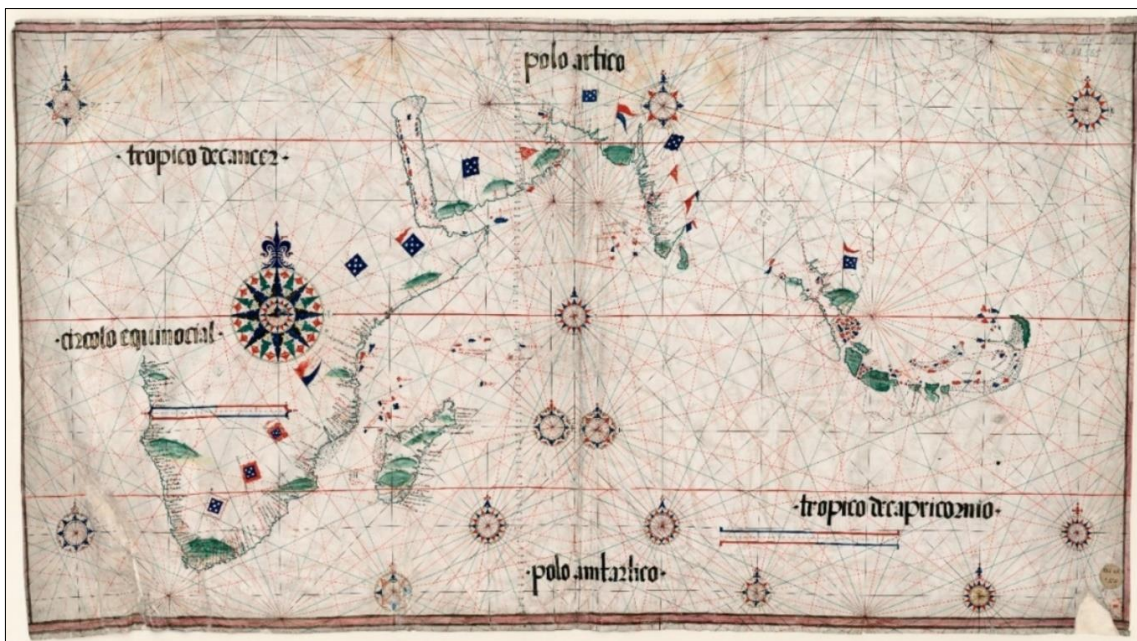


Figura 19 - [Reinel] (1517ca.) (Fac-simile). Nesta carta, possivelmente também da autoria de Pedro Reinel, verificamos que o número de bandeiras na costa oriental africana é inferior face à anteriormente figurada, e as bandeiras, ainda que muito semelhantes entre si, apresentam algumas variações. Uma das hipóteses mais explicativas é de que a presença ou relação portuguesa com as localidades ainda não abandeiradas, poderia não se ter dado à data em que a carta de Reinel foi encomendada.

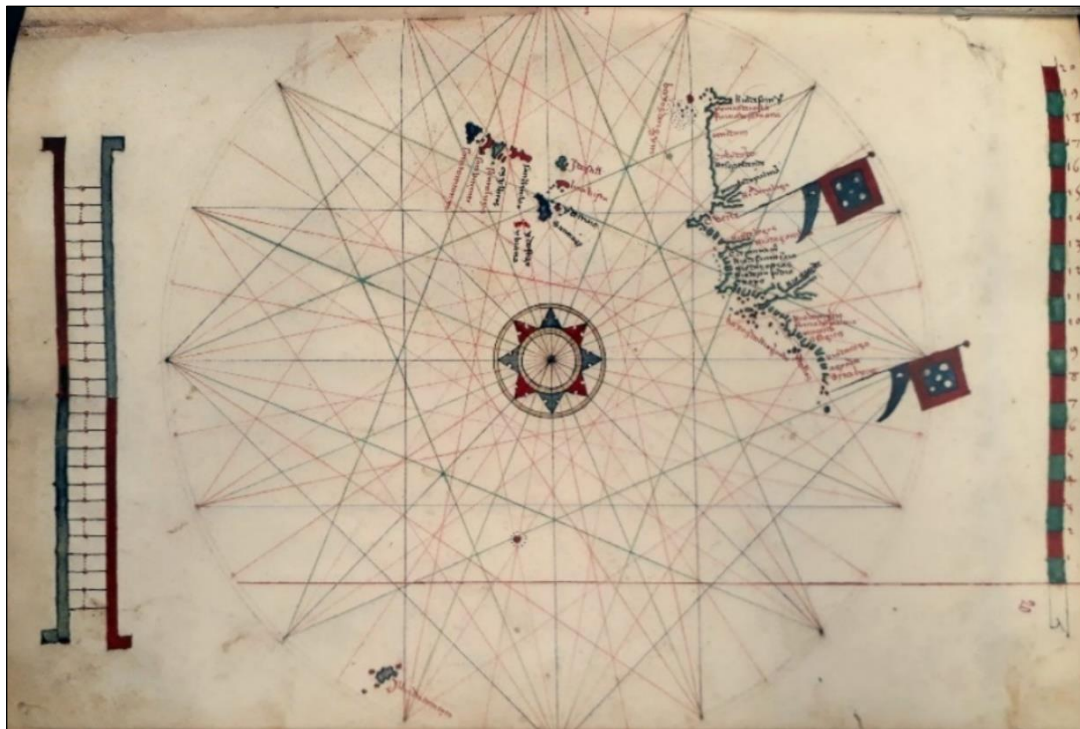


Figura 20 – Fólio 20 “Carta da Costa Ocidental de África com o Arquipélago de Cabo Verde e a Ilha da Ascensão”, Francisco Rodrigues (1513).

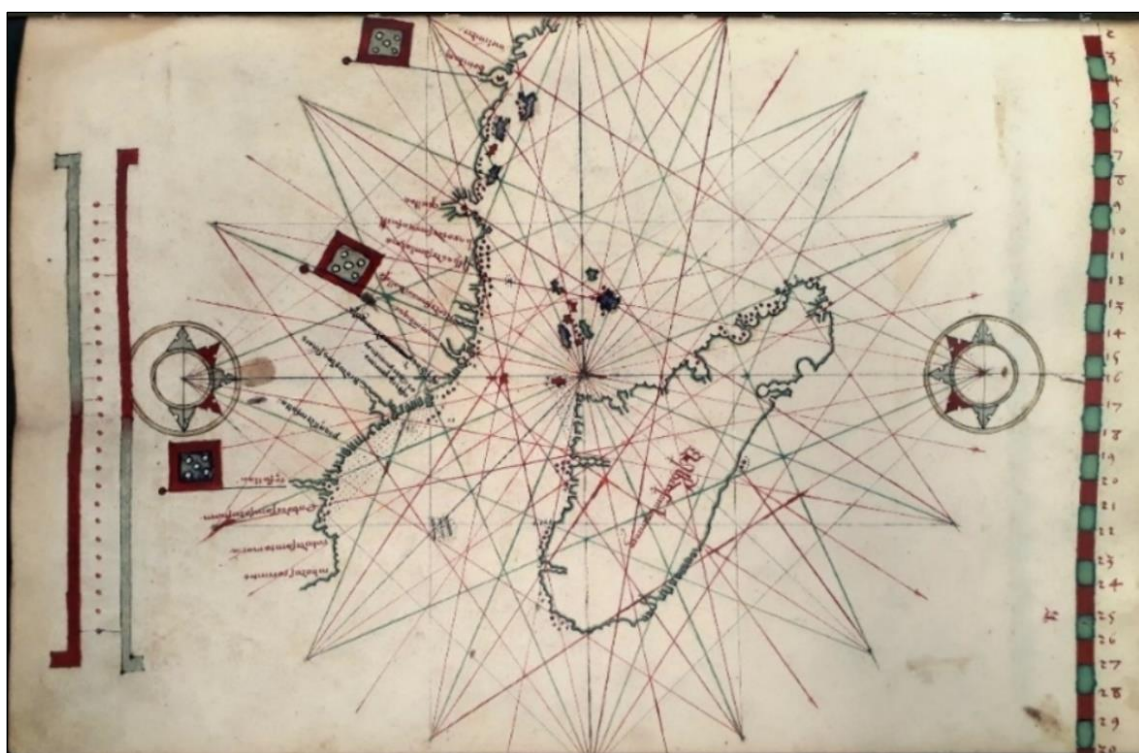


Figura. 21 – Fólio 26 “Carta da Costa Oriental de África, com Madagáscar e as Ilhas Comoro”, Francisco Rodrigues (1513).

Numa segunda fase, mais artística, (na perspectiva da diversidade de cores, modelos de bandeiras e outros elementos decorativos) com recursos a bandeiras mais estilizadas e com elementos novos, como os que aferi há pouco, diz respeito ao período contínuo à década de 20, sendo mais notória a transição na década de 30, com a primeira prova cartográfica, a Carta de Gaspar Viegas, não datada, mas considerada anterior a 1534 (fig. 22). A partir da cartografia de Viegas vemos uma nova intrusão imagética, conducente à anterior fase de descobrimentos, esta mais heterogénea. Temos agora uma apropriação de elementos da Ordem de Cristo e de emblemas régios, como a esfera armilar, ou bandeiras com uma melhor ilustração artística das quinas e dos escudos portugueses. No caso particular de Gaspar Viegas, de que se conhecem três cartas, todas da década de 30, encontramos “as cartas decoradas com estandartes cuidadosamente colocados e toques de tinta dourada, típicos do estilo de Viegas, [bem como] os cinco besantes das armas de Portugal e a cruz da Ordem de Cristo” (Gaspar *et al.*, 2023: 185).

É essencialmente nesta fase, de transição artística na ornamentação das cartas, que se atua, com recurso à cartografia e em particular à iconografia, “como instrumento de exercício de poder”, a modos que, “quando uma descoberta geográfica era representada cartograficamente, a sua representação expressava o domínio sobre o espaço” (Eugênio, 2021: 8). Desta forma, o uso de símbolos de poder e de representatividade régia nos Descobrimentos, como as bandeiras ou brasões reais garantia, ao serem colocados tanto no interior como na orla dos continentes, a pretensão desse território (Campos, 1996). Neste período começa a haver também uma maior preocupação em preencher o interior dos continentes com recursos a cartas que Francesc Relaño designa por “geographic-nautical charts”, que eram usadas pelas coroas como mecanismos de representação de uma pretensão de poder sobre os sertões pouco explorados, representando-os também com “flags, vignettes, legends, and any other particulars which may have helped to apprehend the territories lying beyond the more or less known coast” (Relaño, 1997: 111).

Não são raros os casos em que além das bandeiras na orla continental, se usam brasões ou estandartes, ou ainda figuras simbólicas da Coroa, para reafirmar a soberania sobre o *hinterland*. Além de elementos como as quinas, já supracitadas nas cartas dos Reineis, começamos a encontrar um conjunto de cartas, principado pelo cartógrafo Gaspar Viegas, bandeiras com a Cruz de Cristo, bastante estilizadas sendo por vezes mais, ou menos uniformes, mas todas com uma elegância que contrasta com as restantes representações imagéticas das cartas. Na figura 16⁴⁰, podemos verificar, como referi, algumas das bandeiras usadas na cartografia durante o

⁴⁰ Ver p. 33.

século XVI. A primeira bandeira, contudo, representativa da dinastia de Aviz, não é, por regra, ilustrada exatamente desta forma, principalmente no que concerne à representação da flor-de-lis. Por norma esta parece perder a notoriedade já no final do século XV, visível apenas na Carta de Modena de 1471, onde uma bandeira semelhante é ilustrada em Arguim e na Mina, sem a adição da flor-de-lis⁴¹. As restantes, com algumas variações ao longo do século, tendem a representar os principais elementos da Coroa portuguesa embutidos nas bandeiras no além-mar. Duarte Pacheco levanta algumas pistas para esta transição dos adornos nas bandeiras, sobretudo no reinado de D. Manuel I. Segundo Pacheco, na inauguração da partida da expedição de Vasco da Gama, “assentou-se [Gama] em giolhos ante el rey, e trazida huma bandeira de seda com huma cruz no meio das Ordens da Cavalaria de Christo, de que ElRey era Governador, e perpétuo administrador” (Barros, 1777, Livro IV, Cap. I: 274), título que se estendera mais tarde a seu filho, o príncipe-rei D. João III.

Desta forma, recorrendo à proposta interpretativa dos mapas, por J. Harley, Vladimir Arango (2007: 164) considera que o mapa “monumentaliza y establece intencionadamente intervenciones o hitos del paisaje como referentes. La imagen documento del mapa establece ciertos marcadores visuales y signos que arbitrariamente naturalizan las relaciones espaciales”. Ora esses marcadores acarretam também ligações próprias à naturalidade do cartógrafo ou do destinatário das cartas. Não se confunda, contudo, o propósito de todos os tipos de cartas circulantes em Portugal. Leonor Costa (1988) alerta que os Atlas (um tipo de mapa cartográfico geralmente em fólhos) eram “coletâneas de quarteirões”⁴² para uso prático ou expositivo, que eram bastante ilustrados para dar uma beleza acidental⁴³ à carta (fosse com uso de ornamentos em forma de animais ou vegetais, ou de símbolos de poder), mantendo paralelamente a

⁴¹ Também na gravura de G. L. dos Santos Ferreira não constam bandeira deste tipo nos navios portugueses no princípio dos Descobrimentos.

⁴² Para contextualizar a expressão, segue a frase de onde foi retirada, “(...) meras coletâneas de quarteirões (livros de vinte cinco folhas) usados a bordo” (Costa, 1988: 23). Dos Atlas conhecidos por mim e selecionados para este trabalho, posso afirmar que não houve nenhum que seja composto por 25 fólhos, pelo que coloco algumas ressalvas acerca da estandardização do tamanho dos Atlas em circulação feito pela autora. Para o quinhentos, e na cartografia analisada, considero que não seria necessariamente verdade a regra das 25 cartas, cabendo provavelmente ao critério do cartógrafo, e à área terrestre esboçada nas várias cartas (fólhos).

⁴³ Esta noção de “embelezamento acidental” é retirada do texto da autora Leonor Costa, e procura justificar, não a falta de intencionalidade ou interesse em tornar estas coletâneas mais esbeltas e pomposas, mas acidental na medida em que dispunham, nalguns casos, de iluminura mais singela e menos expressiva, denotando às cartas um maior rigor científico e prático, ainda que extremamente enriquecidos de elementos artísticos. Estes Atlas contrapõem, na minha opinião, seguindo a ideia da autora, a cartografia meramente de aparato, os “mapas monumento”, em que a iconografia e o embelezamento das cartas parece suplantar a praticidade das cartas de marear.

funcionalidade e a utilidade das cartas para navegação (com rumos, escalas de latitudes, sinalização de acidentes geográficos, entre outros).

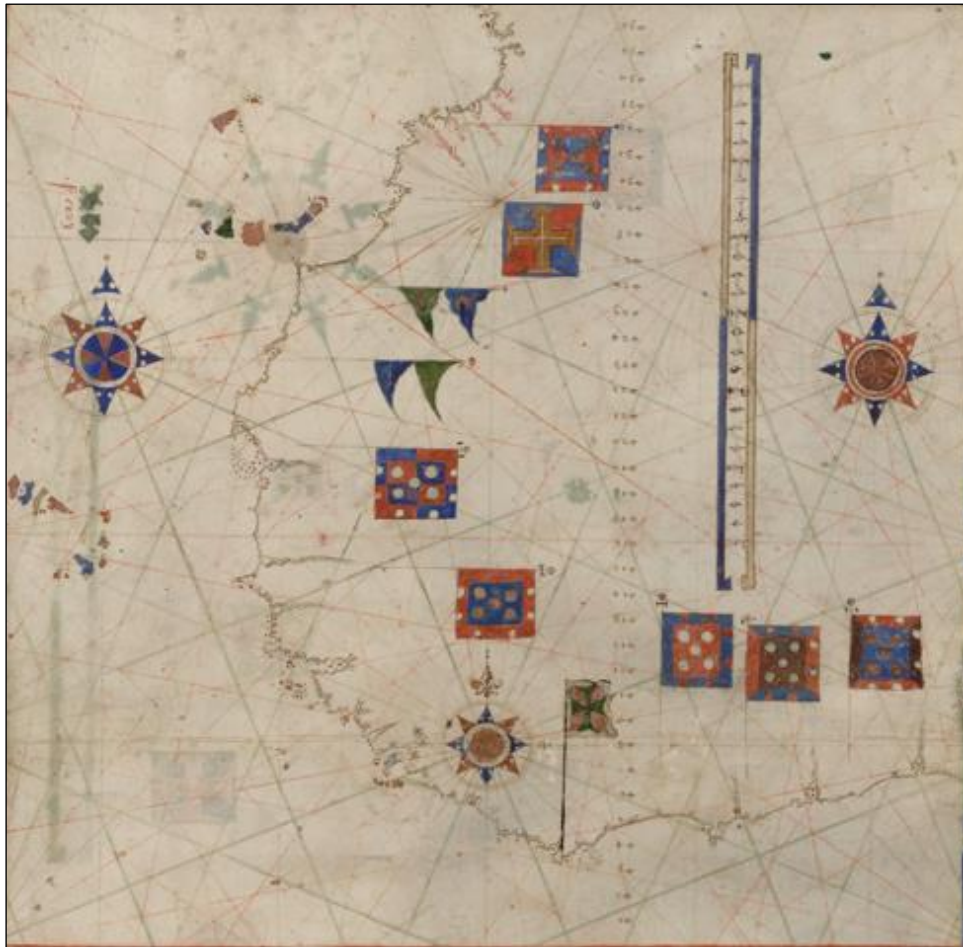


Figura 22 - Recorte da Carta da Costa Ocidental de África, Gaspar Viegas (>1534). Pertencente ao Atlas Valladolid. Embora não apresente toponímia na orla costeira, a carta está repleta de bandeiras portuguesas e “islâmicas”.

Se as bandeiras foram uma ferramenta universal e de certo modo comum, no sentido de direito de uso, os portugueses recorreram a um elemento único e simbólico nos Descobrimentos, o padrão, como estrutura identitária durante a expansão marítima portuguesa. Os testemunhos documentais dão conta que em África, no tempo do Infante D. Henrique já se usava esta estrutura para reivindicar a incorporação um dado território (localidade costeira por norma), geralmente após uma recém-descoberta, no monopólio geográfico e sociopolítico da Coroa portuguesa durante as incursões expansionistas. Para António Sánchez (2015: 8), a relação entre os padrões, a legitimação geográfica de um dado território e a Era dos Descobrimentos é indissociável, assemelhando-se, simbolicamente, “a otros símbolos de la expansión ibérica como fueron la esfera armilar, la espada o la cruz, (...) [que] representaban símbolos de conquista que alimentaban los deseos imperialistas de sus monarcas”. Infelizmente, dada a

parca produção cartográfica que nos chegou aos dias de hoje (particularmente de quatrocentos)⁴⁴, não podemos afirmar absolutamente que, nas cartas portuguesas, mesmo nas mais austeras ou, em contrapartida, nas cartas de aparato, tenha persistido uma prática ilustrativa dos padrões, porque nos chegaram até hoje apenas três cartas portuguesas (entre os séculos XV e XVI) que onde se ilustra explicitamente esse monumento português (são elas a carta náutica quatrocentista de Pedro Reinel, o Planisfério de Cantino e dois fólios⁴⁵ do Livro de Francisco Rodrigues).

Aquilo que é notório, e historicamente comprovável, é que foram erigidos pelo menos dez padrões em toda a costa africana, embora o número e a sua localização exata difiram de fonte para fonte⁴⁶ (em certos casos há omissões de padrões, e noutros o nome da região ou a sua latitude são incoerentes). Os três primeiros foram levantados por Diogo Cão, provavelmente em dois períodos diferentes, que correspondem às duas viagens que fez à costa africana, quem João de Barros (1777, L. III, Cap. III: 171) nos informa ter sido o “primeiro descobridor, que levou este Padrão, (...) o anno de quatro centos & oitenta e quatro”. Tomando Pacheco e João de Barros como fontes primárias destes eventos, reconhece-se que Diogo Cão terá descoberto e levantado padrões na foz do Rio do Manicongo, cerca de 6°S⁴⁷ (nomeado Rio do Padrão), no Cabo de Santa Maria, inicialmente denominado C. Santo António, a cerca de 14°S⁴⁸, e o último de seu feito, no Cabo Negro (ou Manga das Areas) à latitude de 16°S, aproximadamente. Um quarto padrão, alegadamente erigido no Cabo Cross, ou Cabo do Padrão a 22°S⁴⁹ é discutido pelos historiadores do século XIX, mas sobre isso deixo em nota (35) alguns dos artigos que me parecem mais desenvolvidos sobre essa possibilidade que é animadora, mas desafiadora.

⁴⁴ Em relação ao que se especula que terá sido a avultada atividade cartográfica em Portugal entre os séculos XV e XVI, particularmente.

⁴⁵ Fólios 23 e 24, *Carta da costa sudoeste de África* e *Carta da costa austral de África*, respetivamente.

⁴⁶ Sobre a discussão do número efetivo de padrões erigidos pelos navegadores portugueses em África (Diogo Cão, Bartolomeu Dias e Vasco da Gama) ver os *Seminários* de Alexandre Magno de Castilho sobre os descobrimentos portugueses, nomeadamente, Castilho, A. M. (1869) *Os padrões dos descobrimentos portugueses em África: Memoria*. Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa.; A. M. (1871) *Os padrões dos descobrimentos portugueses em África: Segunda memoria*. Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa.; ver também a discussão no artigo científico de Eric Axelson que, mais recentemente, exhibe um estudo complementar à questão dos padrões portugueses, Axelson, E. (1988) *The Dias voyage, 1487-8: Toponymy and padrões*. *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, XXXIV, 29-55.; e ainda, o contributo de Antonio Sanchéz (2015), sobre o simbolismo dos padrões e a razão da sua ereção durante os descobrimentos.

⁴⁷ Ver Duarte Pacheco Pereira, L. III, Cap. 1º, p. 83-84.

⁴⁸ Ver Barros, D. I, L. III, Cap. III, p. 175.

⁴⁹ Ver Duarte Pacheco Pereira, L. III, Cap. 4º, p. 87.

De acordo com João de Barros (1777, Livro III, Cap. IV), ao receber as boas novas de frades assírios no Norte de África, e dado os avanços alcançados por Diogo Cão na sua última expedição a África em 1485, D. João II no ano de 1486 mandou dois navios, sob a capitania de Bartolomeu Dias e João Infante, levando consigo padrões e, 4 moças da Guiné que lhe foi mandado soltar nas terras descobertas com o intuito de saber novas da Índia e do Preste João. Dos padrões erigidos por Bartolomeu Dias, sabe-se com toda a certeza da existência de três, o primeiro na Serra Parada, localizado a cerca de 24°S⁵⁰, um segundo quando dá por terminada a sua expedição à costa africana, erigido nos Ilheos da Cruz (ou no Penedo das Fontes⁵¹) já na costa oriental africana 33°S⁵² e, por fim, o último de Dias, erigido no Cabo da Boa Esperança, aclamado de São Filipe, a cerca de 34°S⁵³.

Não menos importante, e igualmente incerta, é a localização de alguns dos padrões erigidos por Vasco da Gama, sobre quem Gaspar Correia (1858, T. I, Cap. IX: 31), nos conta ter erigido um padrão na foz do Rio dos Bons Sinais “sobre huma piçarra de pedra, [onde] fez hum buraco com picos, (...) que para isso levava muitos, que tinha dous escudos, hum das armas das quinas, e outro, doutro cabo, da espera (*sic*)⁵⁴”. Outro padrão em Melinde, “sobre outeiro que havia alli sobre o posto à parte da mão esquerda da cidade” (Correia, 1858, T. I, Cap. XV: 66), e um terceiro na Ilha de São Jorge, a nordeste da Ilha de São Lourenço (atual Madagáscar).

Estes marcos territoriais, propositadamente carregados nas caravelas, para serem erigidos em territórios por descobrir, na viragem do século XV, fariam também “parte de los elementos iconográficos de las representaciones cartográficas contemporâneas”, sendo que “los mapas, globos, los atlas e las cartas náuticas antiguas conforman una fuente de información acerca de los padrões que complementan los datos ofrecidos por las fuentes textuales”⁵⁵ (Sanchez, 2015:

⁵⁰ Ver Barros, D. I, L. III, Cap. IV, p.186. Alexandre Magno de Castilho (1869; 1871) apresenta uma análise mais aprofundada sobre a veracidade das latitudes propostas por João de Barros.

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 188. Assim conhecido por lá se acharem duas fontes de água doce que proveram a tripulação de água potável para a viagem de retorno.

⁵² Ver Duarte Pacheco Pereira, L. III, Cap. 9º, p. 94-95.

⁵³ Ver o opúsculo, Castilho, A. M. (1871) *Os padrões dos descobrimentos portugueses em Africa: Segunda memoria*. Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, p. 7; p. 13; p. 14; e, Cap. V, p. 48-51.

⁵⁴ Deverá ser *esphera*, aludindo à esfera armilar, emblemática de D. Manuel I, e que foi depois também utilizada pelo seu filho D. João III como símbolo régio.

⁵⁵ Sem dúvida que a “padronização” terá tido um enfoque altamente antecipado em cartas portuguesas e estrangeiras, tomando a vanguarda aqueles que estavam dentro das novas das expedições portuguesas, ou que tomavam conhecimento oportunamente. Na cartografia moderna temos o exemplo de cartas alemãs que incluíram nas suas obras os descobrimentos portugueses e aludiram à ereção de padrões nas recentes expedições ultimadas, o globo de Martim da Boémia (1492) (fac-simile existente na Biblioteca Nacional de Portugal, cota C.C. 602 A.) já inclui legendas para este facto, o mapa-mundo de Henricus Martellus (1489) (à tutela da Biblioteca Medicea Laurenziana, Itália, cota Plut.29.25) também incluiu as últimas informações da expedição de Bartolomeu Dias,

20). De igual modo, sabe-se, por carta redigida por D. Manuel I, que este encomendara “uns pannos (...), onde se figurassem o descobrimento da Índia, vários costumes d'ella, e alguns dos successos dos primeiros tempos da sua conquista”⁵⁶, competindo a um dos itens requisitados, à ilustração do “cabo da Boa Esperança e com ho nome scrito que diga Praso Presmomtoryo (...), e no cabo posto huum padram com as armas e † de Christos em cyma, e a era em que foram postos” (ANTT, 1892: 516). A importância e o simbolismo dos padrões fica aqui evidente e acusa quase que uma esquematização de qual terá sido o aspeto destes monumentos, levados nas viagens de Dias e Gama.

Na cartografia, evidenciamos pela primeira vez, na carta de Pedro Reinel (1485) a ornamentação de um padrão no Rio do Padrão, que não parece deixar dúvidas de ser o levantado por Diogo Cão numa das suas expedições “no anno de nosso senhor de mil cccc & oytenta & quatro annos” (Pacheco Pereira, 1892, L. 3º, Cap. 1º: 83). A datação desta carta, ainda que dúbia, mas geralmente aceite, aponta para os anos entre 1485 e 1492. A primeira data é dada pelo limite geográfico apresentado na carta, correspondendo precisamente à descoberta, em 1483/84 do Rio Manicongo, que Diogo Cão terá nomeado Rio Poderoso e que ficará depois, até ao tempo de Duarte Pacheco pelo menos, conhecido como Rio do Padrão⁵⁷. A ilustração é de uma cruz em tons de castanho-claro e com deformações intrínsecas ao material da cruz, com grande similitude às nervuras dos troncos das árvores, o que poderá ser um indício que a cruz erigida fosse de madeira. Outrossim, Antonio Sánchez é da opinião que “la carta náutica del Atlántico oriental realizada por Pedro Reinel entre 1485 y 1492 contiene una cruz de madera, (...) [e que] la cruz alude sem duda a uno de los padrões levantados por Diogo Cão” (Sánchez, 2015: 21)⁵⁸.

incorporando um continente africano mais extenso em comprimento e circum-navegável, e ainda o Planisfério do Vesconde de Maggiolo (1516) (Huntingtom Library, EUA, cota HM 427), ilustra também padrões nas respetivas localidades costeiras (portos ou cidades) em que foram colocados pelos navegadores portugueses.

⁵⁶ D. Manuel I, Sem datação, *Instruções dadas por El-Rei D. Manuel para uns pannos que mandava fazer, onde se figurassem o descobrimento da índia, vários costumes d'ella, e alguns dos successos dos primeiros tempos da sua conquista* (Cartas Missivas, maço 8, n.º 245). A carta, ainda que por datar, parece situar-se na viragem do século XV dado o conteúdo da mesma e das afirmações que implica, nomeadamente ao acusar que serviria esta peça de tapeçaria para vangloriar os primeiros feitos no Reinado de D. Manuel I.

⁵⁷ Não me debruçarei sobre a questão da veracidade desta afirmação ou ainda da incerteza na datação da obra do *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco, mas é interessante ver o navegador e cronista fazer esta afirmação quando, numa das principais obras cartográficas portuguesas, o Planisfério de Cantino (1502), se denomina o mesmo rio de “Rio do Manicongo”.

⁵⁸ Tomemos apenas atenção à citação anterior uma vez que Sánchez não corrobora a ideia de um padrão em madeira, nem que o padrão adornado seja figurativo (semelhante em aspeto) daquele erigido em África, apenas concorda com o facto da cruz poder aludir à ereção de padrões naquela região.

É um facto que, numa primeira fase, estes monumentos legitimadores das descobertas portuguesas foram “cruzes de pau”⁵⁹, que já eram padrões, mas efémeros, arvorados pelos mareantes portugueses em tempos Infante D. Henrique, e nos do *Africano*” (Castilho, 1871: 5), mas sabemos por conta de João de Barros que D. João II, na continuação dos esforços expansionistas, deixou de consentir que se erguesse esse tipo de estruturas, substituindo-as por um monumento mais robusto e digno de contemplação, os padrões de pedra. Como constata Filho (2012: 8), “o rei escolheu o navegador Diogo Cão para dar sequência ao levantamento da costa africana e estabeleceu a prática de assentamento de padrões (marcos) de pedra para identificar os lugares alcançados e estabelecer (...) os direitos de exploração exclusiva”. Nas *Décadas da Ásia*, o cronista descreve como eram os padrões e do que se esperava de ver nele.

... Nem d'ahi por diante consentio que os capitães que mandava a descobrir esta Costa, posessem cruzes de páo por os logares notáveis d'elle, como se fazia em tempo de Fernão Gomes (...), mas ordenou que levassem um Padrão de pedra d'altura de dois estados de homem com o escudo das Armas Reais deste Reino, e nas costas delle um letreiro em latim, e outro em portuguez, os quais diziam que Rei mandara descobrir aquella terra, & em que tempo, & porque capitam fôra aquelle Padrão ali posto, & em sima no topo uma cruz de pedra (Barros, 1777, L. III, Cap. III: 170).

Quando comparado com as outras duas cartas portuguesas, percebemos que não mais se repetira a ilustração de um padrão de “madeira”, ou pelo menos com figurações dessa matéria perecível. No Planisfério de Cantino (fig. 24), a ornamentação destes marcos é feita diferentemente da carta anterior, sendo nesta ilustrada uma cruz também de cor clara, mas sem nervuras, ilustrando por certo um padrão, mas não se podendo lançar muitas hipóteses quanto ao eventual material destes, ou do conhecimento prático do cartógrafo quando os decidiu ilustrar. No seguimento do que foi dito anteriormente, será certo que “en el caso de los padrões, la figura ausente es la soberania y la dignidade del rey. Así, las imágenes, las figuras alegóricas o los emblemas representan la autoridade del rey en su ausência” (Sánchez, 2015: 28). Não será de estranhar que numa carta com alto teor político como a de Cantino, onde não raras são as vinhetas ou

⁵⁹ Gomes Eanes Zurara é o primeiro cronista a fazer menção do uso de cruzes de pau como marco territorial, ou como sinalizador da presença portuguesa. Na *Crónica*, Zurara fala sobre o uso de uma cruz por Diego Affonso no Cabo Branco como forma de sinalizar às embarcações que o precediam da sua aportação em terra, não achando estes que ele teria seguido mais avante. Além disso, deixa ainda a prova de que essas cruzes, ainda não denominados padrões, passaram a permanecer como marcos da presença portuguesa para vislumbre das embarcações portuguesas, e espanto das estrangeiras que desconhecassem os feitos portugueses naquelas terras. Segue um trecho do que escreveu Zurara (1453[?], Cap. XXXII^o: 165), “[Diego Affonso] ...que depois muytos anos durou ally, e ainda oje me dizem que esta em seu próprio seer. Bemse devia maravylhar alguu doutro regno que per acertamento passasse por aquella costa, e visse antre os Mouros semelhante sinal, e nom soubesse algua cousa dos nossos navyos que navegavam por aquella parte”.

legendas a comprovar a legitimidade dos descobrimentos dos Reis de Portugal⁶⁰ (Alegria *et al.*, 2007), que os padrões exerçam um peso político além do artístico.

Mais completo na inclusão dos padrões erigidos década e meia antes da datação do Planisfério, reconhecemos, aqueles que ergueram Diogo Cão e Bartolomeu Dias⁶¹, ainda que a toponímia das terras costeiras levante algumas dúvidas sobre quais os padrões que a carta evidencia efetivamente. Sem dúvida alguma temos o primeiro de Diogo Cão no Rio Manicongo, e “o último de Bartolomeu Dias; que fora levantado em 1487 no Cabo das Tormentas” (Castilho, 1871: 7) na sua viagem de retorno a Lisboa. Sobejam dois padrões, um na *G. das areas* (Angra das Areas), a norte do Cabo Negro, que poderá ser alusivo ao último padrão erigido por Diogo Cão, e outro na *G. da conçeççam* (Angra da Conceição), que não apresenta qualquer coerência toponímica com as fontes documentais sobre as viagens onde estes foram levantados, mas que, dada a sua posição geográfica podemos concluir, conjeturalmente, que se refira *Angra dos Ilheus*⁶² que Barros descreve como tendo Bartolomeu Dias, “na angra dos ilheus assent[ado] o primeiro padrão” (Barros, 1777, D. I, L. III, Cap. IV: 186).

Por fim, foram também incluídos padrões no Livro de Francisco Rodrigues (fig. 25) onde, além deles, as outras ilustrações são quase exclusivamente bandeiras, reforçando ainda mais a importância e simbolismo destes monumentos para o cartógrafo, justificando a sua opção de os incluir na carta. Igualmente nestas cartas há dificuldade em afirmar assertivamente quais os padrões que o cartógrafo optou por adornar, sendo que, dos três, dois deles são fáceis de identificar. Um é o referente ao do Cabo Negro que como vimos acima fora o último de Diogo Cão, o segundo, ainda que a toponímia da região não facilite, podemos assumir por força das circunstâncias, que se refira ao último levantado por Bartolomeu Dias, ilustrado na região do *Praso Presmomtoryo*. O terceiro, localizado no Cabo Ledo, colocado a cerca de 9°S, levanta algumas questões sobre as fontes do cartógrafo, apesar de estar, geograficamente, mais próximo do primeiro padrão de Cão.

⁶⁰ São também mencionadas, explicitamente, as descobertas capitaneadas por Cristóvão Colombo (1492).

⁶¹ Alegria *et al.* (2007) in Harley, J. B. & Woodward, D. (eds.) *The History of Cartography, Volume III...*, alargam a autoria dos navegadores cujos padrões procuram fazer jus às suas descobertas e levantamentos destes monumentos. Deve-se ter atenção nesta afirmação visto que não há evidência de mais padrões em toda a carta, pelo menos assim ilustrado como elemento decorativo, que comprove que “the *padrões* [no Cantino] mark the main places reached by the navigations of Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, and Pedro Álvares Cabral” (*idem, ibidem*: 993), capítulo 38 – Portuguese Cartography in the Renaissance.

⁶² Dada a latitude, aparente, no Planisfério de Cantino, baseando-me na linha equinocial e no paralelo de Capricórnio, e com base nos testemunhos documentais e nas discussões de autores como Alexandre de Castilho e Eric Axelson, cujas obras já mencionei na p. 43 (nota 35), penso poder dizer que este padrão se refere ao primeiro de Dias.

Além disso, e igualmente interessante, é o estilo e a forma dos padrões que Rodrigues opta por desenhar nas suas cartas. Com base nos relatos *in loco* de Castilho e dos demais oficiais ingleses que este refere nas suas obras, bem como com recurso às imagens dos padrões de Cão, incluídas no artigo do arqueólogo Nelson Campos⁶³, podemos postular que a melhor fonte cartográfica sobre a morfologia dos padrões portugueses, levantados por Diogo Cão e Bartolomeu Dias, serão aqueles ilustrados no *Livro* de Francisco Rodrigues. Esta prática não tardou a chamar a atenção dos cartógrafos, que rapidamente começaram a fazer “registos icônicos dos descobrimentos portugueses”, integrando o monumento português, aprimorado e consubstanciado no reinado de D. João II, quem ordenou que se levasse “uma série de colunas de pedra esculpidas, encimadas por uma cruz, (...) como forma de marcar o seu progresso e reivindicar os territórios para Portugal” (Lester, 2012: 251).



Figura 23 - Recorte da Carta de Pedro Reinel (1485) onde se ilustra um padrão de Diogo Cão, no Rio do Padrão (Rio Manicongo nas cartas de quinhentos). Nesta carta, como em tantas outras, vemos bandeiras ditas islâmicas. Estas comportam significâncias próprias e aludem para um caráter racionalizante da distinção territorial, senhorial e socio-religiosa de várias partes de África⁶⁴.

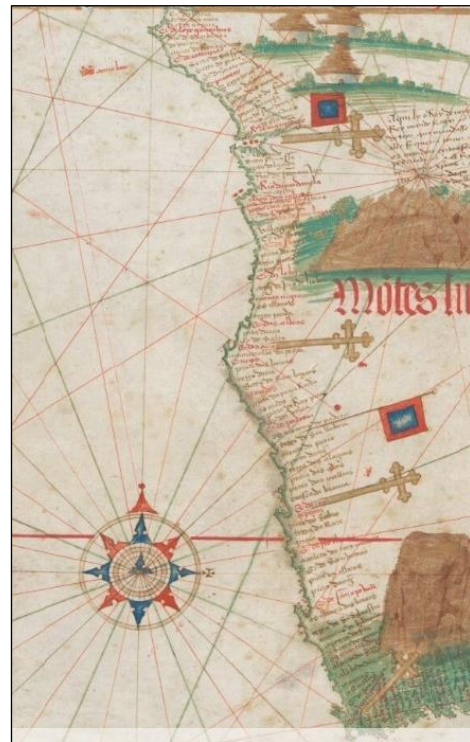


Figura 24 - Recorte do Planisfério de Cantino (1502) de modo a ver ampliada a região ocidental da costa africana onde foram ilustrados quatro padrões portugueses, alusivos às viagens de Diogo Cão (no Rio do Manicongo e na *G: das Areas*) e Bartolomeu Dias (na *G: da Conçepçam* e no Cabo da Boa Esperança).

⁶³ Campos, N. (2013) Das potencialidades arqueológicas da bacia do Curoca/Deserto do Namibe para um estudo diacrónico desde a pré-história africana ao período colonial - algumas notas. *Africana Studia*, 20 (5), 31-53.

⁶⁴ Esta premissa é na base da cor da bandeira (vermelha, uma das cores prediletas na figuração de soberania islâmica, veja-se o caso da bandeira vermelha sobre Granada), o uso da crescente (símbolo largamente usado pelos povos do Médio Oriente) e ainda, no caso da última bandeira figurada, pela representação de um símbolo, aparentemente, ressonante de modelo de bandeiras islâmicas em que se incluíam inscrições árabes nas bandeiras,

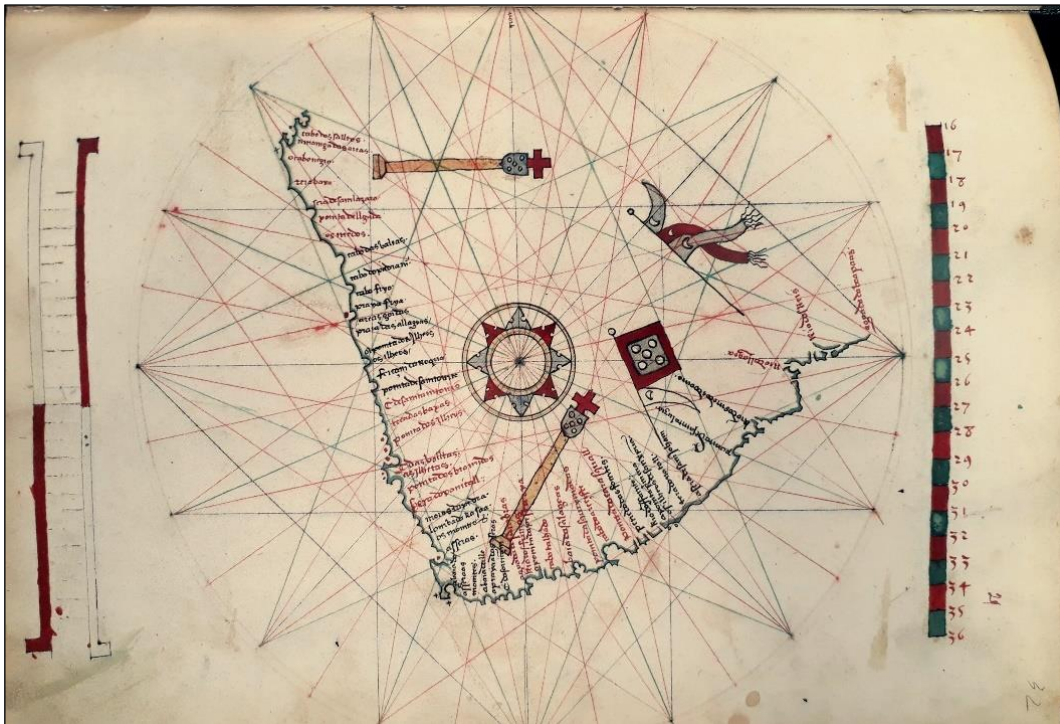
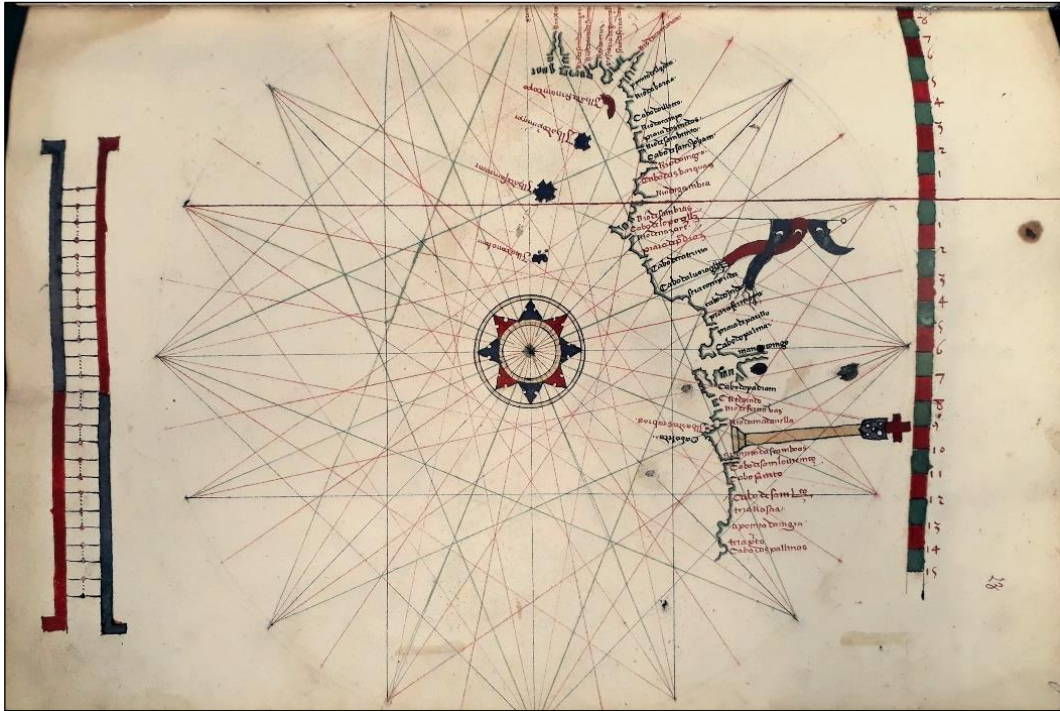


Figura 25 - Fólios 23 (*Carta da costa sudoeste de África*) e 24 (*Carta da costa austral de África*) do Atlas de Francisco Rodrigues (1513), onde se evidenciam três padrões com as quinas portuguesas e uma cruz da Ordem de Cristo. Sobre a verosimilhança dos padrões adornados corresponderem aos que foram erigidos no século XV, ver os trabalhos de Alexandre Magno de Castilho e de Eric Axelson. Das cartas por mim analisadas, o Atlas de Rodrigues é aquele que melhor reproduz imgeticamente os padrões portugueses, com base nos testemunhos documentais, e nos relatos *in loco* entre os séculos XVIII e XIX⁶⁵.

mas por questões de compreensão do idioma oriental, o miniaturista ou iluminador limitou-se a desenhar formas, à base de quadrados, que relembram o padrão visual criado pelas inscrições islâmicas.

⁶⁵ Ver o opúsculo Castilho, A. M. de (1871) *Os padroes dos descobrimentos portuguezes em Africa: segunda memória*. Typographya da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa. p. 44 e 46; e Axelson, E. (1988) *The*

2.2 Serra Leoa: uma alegoria do espaço ou uma afirmação do poder?

De todas as conquistas e possessões portuguesas, uma das mais enfatizadas cartograficamente foi a região entre o Senegal e a Serra Leoa, comercialmente importante pelo tráfego de marfim e de malagueta, mercadorias que eram na altura escassas e bastante caras. Paralelamente, escravos e algumas vestes de algodão eram igualmente “importados” da dita região⁶⁶. A novidade da malagueta de África, que era ligeiramente diferente daquela que vinha da Índia, foi significativa para os empórios mediterrâneos. Abundante em Veneza e noutras cidades mercantis, era mercadoria que os portugueses tentavam incluir no seu espólio comercial marítimo e cedo se tornou um objetivo secundário para eles, uma vez que haviam descoberto a “pimenta gorda”, nome que lhe deram pelas diferenças morfológicas que tinha da “pimenta tradicional” (Moral, 2012). Posteriormente, aquela costa ficaria conhecida como a Costa da Malagueta, sendo primeiramente mencionada na cartografia portuguesa como tal por Bartolomeu Velho na Carta Atlântica (ca.1561).

Outra das razões que leva a crer esta necessidade ou preocupação em realçar a Serra Leoa surge, não só pela potencialidade comercial do lugar, mas também, por razões políticas e memoriais, provavelmente por ser um marco histórico das navegações. A Serra Leoa terá sido, ainda que não haja consenso na comunidade académica⁶⁷, o último território da costa africana a ser descoberto no tempo da vigência henriquina sobre os negócios dos descobrimentos e das navegações ultramarinas. Comporta um período marcado por avanços distintivos e racionalizantes na época, que contrariaram grande parte do conhecimento terrestre da época ao longo da primeira metade do século XV, e também no século seguinte.

Descoberta entre 1460 e 1462, a Serra Leoa estava localizada na região mais austral conhecida e alcançada pelas expedições portuguesas na vida do Infante D. Henrique (Relaño, 1997). Para Barreto (1989), a chegada à Serra Leoa terá sido o fim de um dos marcos dos descobrimentos, que reestruturará, daí em diante, a organização sociopolítica e ideológica de Portugal face aos descobrimentos. Segundo o autor,

dias voyage 1487-88: toponymy and padrões. *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, XXXIV, p. 49 e 51. Os desenhos dos padrões portugueses encontrados nestes trabalhos resultam de contactos dos autores ou de testemunhos oculares ao longo dos séculos XVIII e XIX, comprovando a localização dos *padrões* erigidos nas centúrias antecedentes e a sua fisionomia.

⁶⁶ Ver Duarte Pacheco Pereira, L. I, Cap. 33º, p. 58.

⁶⁷ Jaime cortêsão discorda desta afirmação na sua obra, *Política de Sigilo nos Descobrimentos* (1964), Parte Segunda, Capítulo II, p.71-93.

...La primera gran etapa de desarrollo va de 1415 (conquista de Ceuta en Marruecos) hasta 1460 (llegada a Sierra Leona) y corresponde al nacimiento de toda una estructura social, técnica e ideológica orientada hacia la expansión del poder nacional por el Atlántico y Africa (Barreto, 1989: 6).

Analisando os textos de Alvise Ca' da Mosto⁶⁸, *Navegações*, e a obra de Duarte Pacheco, o conhecido *Esmeraldo de Situ Orbis*, percebemos que há uma simbiose acerca do conhecimento da origem do nome da dita serra, em que ambos auferem veracidade dos factos por uma fonte incontestável, isto é, o próprio descobridor da terra (a montanha que se encontra numa península, na atual capital Serra Leonense, Freetown), Pedro de Sintra, ou por intermédio de um relato de um tripulante que acompanhara o capitão na viagem de descoberta. No *Esmeraldo Situ Orbis* de Pacheco, o navegador e cosmógrafo, afirma que Pedro Sintra a havia apelidado como supramencionado “por ver huma terra tam aspera & brava (...) & nom per outra cousa & isto he verdade; por que elle me[lhe] disse” (Pacheco Pereira, 1892, L. I, Cap. 33º: 57). Cadamosto apresenta, igualmente, um argumento de autoridade ao defender que o nome da serra, que seria “altíssima, coberta de árvores sempre viçosas e copadas” advém do “grande rugido que de continuo alli se sente por causa das trovoadas, que há no seu cume” (Cadamosto, 1944, XXXVIII: 67). E isto, defende o navegador veneziano, “que tenho referido, he o que eu vi, e ouvi no tempo que andei por estas partes: mas após mim forão outros” (*idem*, XXXI: 57). Esses outros seriam as fontes secundárias que o navegador, tal como outros tantos na época, introduzia na sua obra, nomeadamente ao fazer o relato da viagem de Sintra a África. A fonte em causa seria um moço seu amigo que viajara com ele no tempo das navegações que fez, por autorização do Infante D. Henrique, em 1455 e 1456, onde haviam chegado juntos até ao Rio Grande.

...Com este Capitão foi um moço Portuguez meu amigo, que já tinha navegado comigo por Escrivão em aquellas paragens : e na volta das Caravellas, achando-me eu em Lagos, chegou o dito Capitão; e o meu amigo veio ter a minha casa, e me deo noticia ponto por ponto, de todo o paiz, que tinham descoberto, dos nomes que lhe havião posto, e das estações como estavam, todas por sua ordem, as quaes jazem principiando pelo rio Grande, aonde nós ambos tínhamos estado (Cadamosto, 1944, XXXVII: 65).

Ambas as justificações dão à serra que avistaram e noticiaram, um nome alegórico. Atribuindo-lhe uma impressão robusta, dizem que se assemelha na forma à postura de um leão (traço morfológico), e reforçam a semelhança identificando o rugir do animal no ruído longínquo da

⁶⁸ Alvise Cadamosto, Luis Cadamosto ou Alvise Ca Da Mosto, isto é, da Casa de Mosto (dada a proliferações dos vários nomes na literatura e a parca consensualidade na sua designação, usarei os vários termos como for mais conveniente para cada expressão textual ou como for referenciado pelo autor/obra citados).

tempestade trovejante no cimo das montanhas (traço figurativo), ou por esta ser brava ou destemida (brava na acepção de Pacheco deverá referir-se ao facto da montanha, em si, ser majestosa e não à bravura da terra (acidentada ou pela de socalcos)).

Martha Neves (2017), ainda que não se referindo diretamente à Serra Leoa, apresenta uma proposta genérica e extrapolada para a interpretação da ilustração nas cartas náuticas e do seu significado ou objetivo. Explica que as viagens de exploração a África levaram à adoção de alguns dos seus elementos autóctones, nomeadamente os animais, para caracterizar simbolicamente os descobrimentos de uma biodiversidade e diversidade humana desconhecidas até então estabelecendo uma espécie de diálogo contraditório entre a representação do factual e do tradicional. Neves, explica assim que, “os portugueses, ao mesmo tempo em que lançavam mão do cabedal de imagens do repertório cultural herdado do Medievo, inseriam as novas informações adquiridas ao longo do processo de desbravamento e de conquista” (*idem*, 2017: 26).

A primeira evidência conhecida da representação ilustrada da Serra Leoa, na cartografia, surge na Carta Atlântica da autoria de Pedro Reinel (fig. 26), a carta náutica de cerca de 1485 onde, no lugar da Serra Leoa, o cartógrafo optou por colocar um leão a hastear uma bandeira com as quinas portuguesas ao invés de ilustrar uma serra ou montanha, acidente geográfico com que se deparou a expedição de Pedro de Sintra⁶⁹. Complementarmente, a representação animal da serra está orientada para leste, quase que de plantão em defesa da região que compreende o golfo guinéu, desde as margens serra-leonesas até à Costa da Mina (Barbosa, 2017). Relativamente à orientação da imagem leonina, parece-me aceitável considerar que a sua posição oeste-este é mais uma forma de harmonização visual do que outra coisa (pelo menos nesta fase cartográfica). Se atendermos à orientação de outros elementos como as bandeiras ou as imagens que as preenchem, reparamos que estão todos orientados para leste. Assim, parece-me mais concebível, embora não incontestável, que a principal preocupação de Reinel foi manter essa harmonia imagética. Como veremos mais adiante, a orientação do leão vai transitar para este-oeste nas cartas sucessoras da de Reinel.

⁶⁹ Evidenciada no *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, Livro I, Capítulo 33º; e, nas *Navegações...* de Alvise Cadamosto, Capítulo XXXVIII.



Figura 26 - Carta do Atlântico Norte de Pedro Reinel (1485c.). Recorte da região da Serra Leoa, na Costa da Guiné, onde é ilustrado um leão a hastear uma bandeira portuguesa. Não só é a primeira evidência iconográfica deste símbolo, como é a primeira menção ilustrativa e toponímica da dita Serra.

A massiva imagem, que ocupa uma grande parte da região poderá ser uma imagem memorial da origem africana da família de Pedro Reinel como defende Rafael Moreira (2015)⁷⁰, provavelmente aos seus ditos “antepassados” ou ao pretérito africano de seu pai que, como, explana Moreira, seria um artífice de marfim, cuja perícia adotara em África, sendo comum aos povos serra-leoneses, a prática e aptidão com marfins e sabões. Consequentemente, na carta de Reinel, o cartógrafo, havia incorporado, objetiva e sentimentalmente, “uma leoa gigante – o único animal representado em todo o mapa - a segurar com uma pata a bandeira do Reino, assim engrandecendo o lugar de origem do pai” (*idem*, 2015: 3). Esta ideia de projeção emotiva e estimulada por interesses pessoais ou sentimentais ainda carece de apreciação académica e parece-me, aos olhos das restantes cartas que sucederam a de Reinel, infundamentada e circunstancial, tendo como premissa apenas a alegada origem ou naturalidade da família do

⁷⁰ Rafael Moreira tenta desenvolver uma tese construtiva à volta da nacionalidade, ou melhor, naturalidade dos Reineis, na obra aqui citada. Para um aprofundamento desta questão, ver Moreira, R. (2015) Pedro e Jorge Reinel (at.1504-60). Terra Brasilis [Online], 4, 1-14. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1209>.

cartógrafo. Não obstante, é evidente o interesse da carta em engrandecer a imagem da serra com um leão, animal majestoso e venerado que, segundo Moreira, pretende passar uma mensagem de homenagem pessoal ou simbólica. A verdade é que as cartas quinhentistas, posteriores à de Reinell, continuaram a apresentar um leão na região da serra, salvo algumas exceções, como a Carta Náutica de Jorge de Aguiar (1492) ou o Planisfério de Pero Fernandes (ca. 1545), que optaram por ilustrar uma serra arvorejada, sem referência a qualquer leão, e ainda no Atlas Anónimo de Greenwich (ca.1550) que, além de representar um leão, tem adjacente a este uma árvore copada e igualmente engrandecida (figs. 28-31).

Deste modo, vemos que a referência à Serra Leoa na cartografia apresenta características interessantes e muito pouco estudadas pelos académicos que se debruçaram sobre a presente questão iconográfica. Uma delas, e por mim já referida anteriormente, concerne à direção em que o leão (e não leoa como é comumente dito)⁷¹ é apresentado. Denota-se, aparentemente, uma arbitrariedade por parte dos cartógrafos em ilustrar metaforicamente a serra no que diz respeito à direção que toma a figura leonina; ou será que não é de todo aleatório?

Ao comparar a Carta de Reinell (ca. 1485) (fig. 26) e o Planisfério de Cantino (fig. 33), Alida Metcalf (2017) faz uma apreciação neste sentido, postulando que é tentador ver a semelhança da referência à Serra Leoa através de uma imagem alegórica como o leão, partilhando claramente a mesma assinatura no “design” (estilo) do elemento iconográfico. Contudo, deixa ausente qualquer menção à direção oposta que as duas imagens dispõem. Cabe-me extrapolar e acrescentar à discussão outras cartas onde a imagem do leão se assemelha, igualmente, às anteriormente referidas. Vejam-se, cronologicamente, duas cartas anónimas de 1550⁷², o portulano de Sebastião Lopes (1558) (fig. 27), a Carta do Atlântico Sul pertencente ao Atlas Queen Mary I de Diogo Homem (1558) (fig. 28), e ainda a Carta da África Ocidental de Lázaro Luís (1563) (fig. 29). Além da semelhança estética da imagem, todas, com exceção da Carta Anónima de Bodleian (fig. 30) e a Carta de Lopes, têm o leão a hastear uma bandeira ou pano com os símbolos régios portugueses.

⁷¹ Não confundir o género atribuído à Serra Leoa, feminino, e a imagem optada para designar a região em si, claramente um leão com juba, identificando-o como sendo do sexo masculino.

⁷² Uma delas presentemente na Royal Geographical Society, em Londres, e a outra no National Maritime Museum, em Greenwich.



Figura 27 - Recorte da Carta do Atlântico de Sebastião Lopes (1558). Além da ornamentação de um leão, o cartógrafo desenhou também uma montanha ou colina na mesma região.



Figura 28 - Recorte da Carta do Oceano Atlântico Sul do Atlas Queen Mary, Diogo Homem (1558).



Figura 29 - Recorte da Carta do Nordeste do Oceano Atlântico do Atlas de Lázaro Luís (1563).



Figura 30 - Recorte da Carta Náutica Anónima (ca.1550) na Bodleian Library.

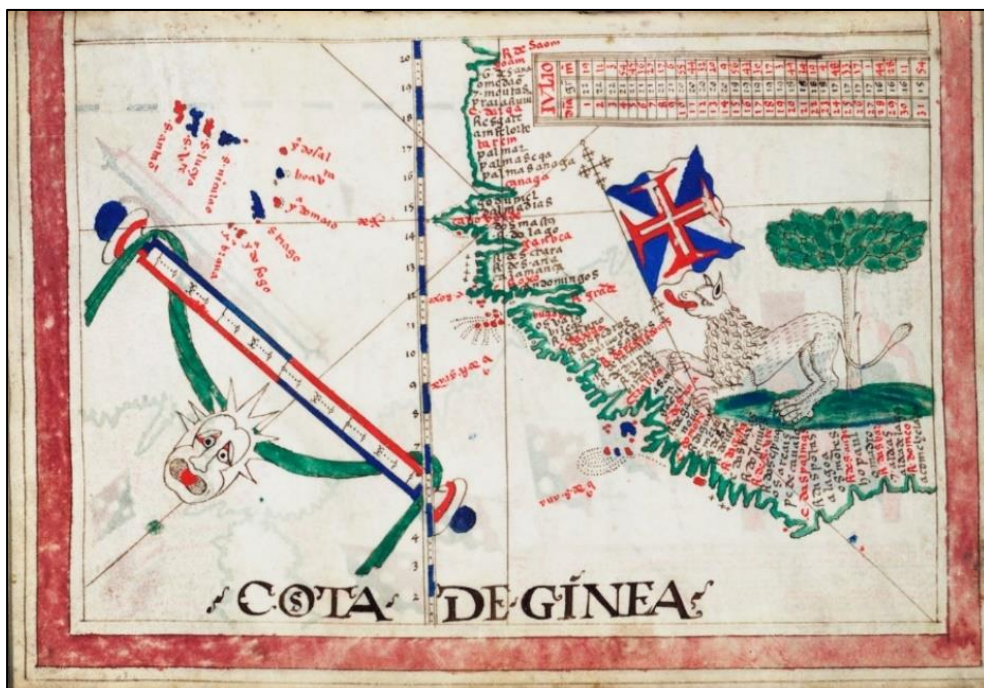


Figura 31 - Carta do Golfo da Guiné, desde o Cabo das Palmas até Cabo Verde (ca.1550-60), no National Maritime Museum de Greenwich. À semelhança das duas primeiras cartas, de Diogo Homem e Lázaro Luís, respetivamente, a carta anónima em Greenwich apresenta um leão a hastear uma bandeira portuguesa (com o símbolo da Cruz de Cristo em vez das quinas) numa posição bastante próxima das anteriores, com pequenas diferenças artísticas.

No entanto, a aparente partilha imagética e emblemática da região, geralmente identificada por um leão, levanta questões problemáticas, isto porque, tal como muito pertinentemente refere Alina Metcalf, “illuminations can be problematic because an illuminator might have been hired to paint the imagery” (Metcalf, 2017: 9). Deste modo a exceção pode ter-se tornado regra por mero acaso ou, pelo contrário, premeditadamente, algo que dificilmente poderemos confirmar dada a carência de informação que nos permita postular qual o desígnio da posição da imagem, se é que houve de facto intencionalidade na sua orientação. O que é indubitável, é a frequência durante a centúria de Quinhentos deste tipo de ilustrações que acabam por aludir a uma representação socio espacial, levando-me a crer que a imagem, mesmo que tivesse começado, hipoteticamente, por uma dedicatória como conjectura Rafael Moreira, se possa ter tornado um símbolo explícito e, como veremos de seguida, possivelmente provido de mensagens subliminares inerentes à opção do animal selvagem.

Sobre o exotismo e o interesse régio nas mercadorias exógenas e extraeuropeias, Simões (2014) explica muito detalhadamente, como este comércio elitista e “exclusivo” a um nicho muito específico da população, advinha já de tempos anteriores ao expansionismo ibérico e que era caracterizado por um interesse condicente a uma distinção emblemática e simbólica que estas mercadorias e bens auferiam aos seus detentores, “como exibição simbólica de magnificência na construção de imagens de poder pessoal ou dinástico” (*idem*, 2014: 523)⁷³. Aferição conducente com a adição copiosa de animais selvagens ou exóticos nas heráldicas, brasões ou representações pictóricas de elementos régios ou nobilitários, foi o caso leonino na Serra Leoa, figura chamariz e representativa daquela região na cartografia portuguesa. Tome-se como exemplo o testemunho literário por parte de dois viajantes transeuntes nos Paços Reais, de naturalidade alemã, Jorge de Ehingen e Jerónimo Münzer. O curioso e altamente chamativo nos relatos ou discursos destes viajantes é a clara atenção dada ao exótico, particularmente aos animais, destacando-se as referências a leões. Tal como cita Avelar (2019: 72) do excerto traduzido referente ao relato da viagem que Münzer fez à Península Ibérica em 1494/95, presentemente arquivado na Biblioteca da Ajuda, o alemão terá visto “bravíssimos leões, tão belos que como nunca até então tinha visto e um mapa-mundo muito bem pintado”. No mesmo opúsculo onde deu a conhecer o que viu, o alemão terá mencionado ainda, que teria vislumbrado os leões enjaulados em Évora, mas que D. Manuel I, ainda príncipe herdeiro, os havia mantido em tempos em Lisboa (Buescu, 2019).

⁷³ Tradução livre do autor.

Precedente à visita de Münzer, embora complementar a esta, e importante para a análise do simbolismo iconográfico da matéria em questão, foi a visita de Jorge de Ehingen a Portugal, perpetuada no seu *Itinerarium* de 1470, onde inclui uma gravura ou retrato de D. Afonso V, rei de Portugal, em que o *Africano* estaria vestido de negro, em vestes curtas e com a presença de um escudo de armas suportado ou apoiado por um leão (Simões, 2014). Como se pode verificar na figura 32 o leão em causa segura o escudo de armas de D. Afonso V assemelhando-se, em parte, à representação do mesmo animal que Pedro Reinel escolheu para representar e identificar a Serra Leoa⁷⁴. No entanto, é necessário reconsiderar a singularidade deste retrato, isto porque, não só Jorge de Ehingen contemplou na sua obra vários retratos de monarcas que visitava, com as mesmas características estilísticas (brasão ou escudo de armas real, o monarca e um animal mítico ou real de plantão junto do seu brasão), como o uso de animais exóticos ou míticos era comum desde o século XII para representar simbolicamente um conjunto de atributos ou características intrínsecas, reguladas por uma hierarquia de prestígio de animal para animal (Simões, 2014). Como a autora refere, “animals like lions, dragons and elephants had more value and prestige than other animals” (*idem*, 2014: 523).



Figura 32 - Ilustração de D. Afonso V, o Africano, no *Itinerarium* de Jorge de Ehingen (1470ca.).

⁷⁴ A semelhança que pretendo aqui evidenciar, diz respeito à simbologia da imagem em si e do significado atribuível à mesma. Se por um lado no retrato de D. Afonso V o leão pode ser lido como um elemento que simboliza o poder e a bravura, na ilustração da serra Leoa, já no reinado de D. Joao II (atendendo à datação da carta), o leão simboliza igualmente o poder régio sobre aquele espaço geográfico, mas parece demonstrar também uma similitude subtil no posicionamento do animal e dos elementos de representação de poder (bandeira e escudo ou heráldica de Portugal). Parece possível que o cartógrafo Pedro Reinel conhecesse o retrato de D. Afonso V, e se tenha influenciado nesse para representar o poder régio num espaço que era ele também mnemónico do leão (por diferentes razões segundo os cronistas portugueses).

Posto isto, e aliado à proposta, ainda que questionável, de que houve uma imigração de africanos vindos da Serra Leoa no último quartel do século XV para Portugal pela sua especialidade artesã no trabalhar do marfim e da pedra sabão, visando garantir o monopólio real de marfim (Moreira, 2015), da qual os Reineis fizeram parte, podemos consentir que estes cartógrafos, que trabalharam para a Coroa, teriam tido acesso a espaços mais reservados onde tiveram acesso a informação exclusiva, que terão aproveitado para simbolizar certas regiões de maior interesse para a Coroa portuguesa. Assim, parece-me que houve um processo figurativo, uma metonímia entre o nome e a imagem da Serra, compelida pelos testemunhos literários das razões dessa nomeação e pela sua convivência na corte com acesso a arte de aparato que o influenciou (Pedro Reinel) na apropriação um tanto subjetiva e desconcertada, atribuindo à serra, por meio do nome que lhe foi dado, uma figuração legitimadora do poderio e senhorio da Coroa Portuguesa sobre estas margens. O que justificaria, possivelmente, a continuidade ilustrativa da disposição de um leão para designar ou delimitar espacialmente a região serra-leonina. Essa alusão é notória nas cartas quinhentistas.

O Planisfério de Cantino destaca-se, continuamente, como uma relíquia informativa, apresentando um texto junto da Serra Leoa que, no princípio do século XVI, já enunciava a potencialidade comercial do espaço, apresentando-o assim como um local de interesse político e económico. No planisfério, como bem reparou Destro (2012), está uma legenda adjacente à serra que informa como segue, “en esta serra lioa a muito ouro / este he o mais fino que ay em nenhuma parte e traenlon pa Portugal / muitos escravos deles sam de Jalof e delos Mandigua e de capo / e esteiras muy boas e panos dalgodam”. O comércio negreiro que rendia nesta região milhares de escravos, o resgate de ouro e algodão, bem como outras mercadorias de alto requinte para os europeus (Barbosa, 2017), permitiu construir cartograficamente uma imagem hiperbolizada da região leonense.

A ênfase nas mercadorias da região e a representação da serra com uma cabeça de um leão no cume e uma base rochosa no sopé (no Cantino), caracteriza o simbolismo de dominação e controlo de território, assim corroborado por estar posicionada uma bandeira com as quinas portuguesas que reivindicam a descoberta e conquista do espaço (fig. 30). Nessa sequência de imagens, percebe-se um interesse em hierarquizar iconograficamente o território do Golfo da Guiné, entre o Rio do Senegal e o Rio do Padrão, destacando-se a projeção da Serra Leoa e do Castelo da Mina, ambos desproporcionalmente exacerbados e suportados de informação textual (Rabelo, 2015). Tal como a carta de Reinel, o Planisfério de Cantino deverá ter servido de

exemplo e influência para as cartas e mapas que as sucederam, sendo visível a semelhança artística de algumas iluminuras, bem como a posição e os focos geográficos escolhidos.

Martha Neves alerta que a escolha dos locais, territórios ou posições nos mapas não é arbitrariamente feita, há toda uma lógica alegórica que procura “abrir uma janela ao universo mental europeu e seu vasto repertório de imagens e símbolos” (Neves, 2017: 22). Veremos posteriormente, no capítulo alusivo à iconografia urbana, que Jean-Yves Sarazin (2013) atenta para a hierarquização de imagens urbanas de castelos e cidades (visível através do tamanho e forma das imagens), de acordo com a sua importância ou interesse socioeconómico e político-militar. Esta sumptuosidade gráfica é premeditada e procura destacar visualmente aquilo que era importante representar e chamar a atenção (fosse para o comendatário da carta ou do interesse do cartógrafo). Por conseguinte, não será de estranhar, que a mesma lógica de (des)proporcionalidade imagética tenha preenchido o interior das cartas portuguesas em diferentes representações simbólicas, nomeadamente na da Serra Leoa. A vasta desproporcionalidade da Serra Leoa face a outras imagens, e a simbologia por trás da sua ilustração (como aqui tentei aferir), parecem justificar esta premissa de escolhas patentes na intencionalidade e na normatização das regras ilustrativas quinhentas. Não menos importante para os cartógrafos portugueses que qualquer outra imagem de quinhentos, a representação de um leão na região que compreende a Costa da Malagueta⁷⁵, foi assim objeto de “pretextos iconográficos da cartografia marítima cujo conteúdo geográfico dá lugar a elementos puramente decorativos como um paroxismo durante um longo período de tempo (...)” (Sarazin, 2013: 21).

Duarte Pacheco Pereira refere mais de uma vez a importância deste feito, no processo expansionista que o Infante teria conduzido desde 1415 (ou 1417) até à data da sua morte em 1460. O mesmo refere que os reis que tomam proveito e título das costas africanas, referindo-se a D. João II, D. Manuel I e aos futuros reis portugueses, o devem ao Infante D. Henrique. Por esforço deste foi possível descobrir todas as terras de África e Índia, evocando assim a dependência, mas também a homenagem devida, ao predecessor dos Descobrimentos e possessões portuguesas suas contemporâneas. Desta forma, terá cabido concomitantemente, aos cartógrafos e iluminadores preservar esse legado e enaltecê-lo visualmente.

... grandes proveytos ham ca do Ryo Canagua quae he noo principio do Reyno de Jalof honde som os primeiros negros (...) atee a serra lyoa inclusive quando o comercio desta terra estava bem ordenado em cada hum anno se tiravom della três mil

⁷⁵ Já assim denominada na Carta de Bartolomeu Velho (ca.1561), presentemente no Istituto e Museo di Storia della Scienza, Florença.

& quinhentos escravos & mays & muitos dentes de marfim de elefante & ouro & panos finos dalgodam com outras muitas cousas asy qye devemos Rougar a Deaos polla alma do Infante Dom Anrique que por elle descobrir esta terra foy causa de descobrir a outra guine da dita serra por diante & a Índia (Pacheco Pereira, 1892, L. 1º, Cap. 33º: 58).

Por fim, deve ser enaltecida a importância simbólica da Serra Leoa pelo marco histórico anteriormente referido, tendo sido o fim da era henriquina nos descobrimentos marítimos e o começo de uma nova expansão mais maturada, objetiva e planeada⁷⁶. É na viragem do século, e até meados do século XVII, aproximadamente, que se dão as mais importantes inovações técnicas na cartografia portuguesa proporcionando, complementarmente, uma revolução no conhecimento geográfico dos continentes e da orla costeira destes (Barreto, 2000).



Figura 33 – Detalhe do Planisfério de Cantino (1502). A Serra Leoa está representada por uma imponente figura leonina, enquanto segura uma bandeira de Portugal e da Ordem de Cristo. Esta é a segunda representação que ilustra um leão como alegoria ao nome dado à Serra, diferenciando-se da primeira por representar apenas metade do corpo do leão, optando por deixar, do tronco para baixo, a representação rochosa de uma montanha.

⁷⁶ Durante o reinado de D. João II (1481-1495), verificamos por várias contas, nacionais e estrangeiras, que houve uma maior preocupação no planeamento das viagens e na salvaguarda dos novos descobrimentos; aliás, ainda no tempo de D. Afonso V (1438-1481), podemos suportar, com base em Barros (1892, D.I, L. II, Cap. II: 142), que o contrato feito com Fernão Gomes, “em Novembro do anno de mil e quatrocentos e sessenta e nove, o arrendou por tempo de cinco anos a Fernão Gomes”, isto porque “EIRey pelos negocios do Reyno andava ocupado, e não havia por seu serviço per si mandar grangear esta propriedade do commercio”, aufere à própria empresa de expansão marítima uma abordagem mais metódica e calculista, promovendo, por um lado, um avanço ininterrupto ao longo da costa e, por outro lado, uma exploração constante e lucrativa das regiões já conhecidas. Para um conhecimento mais pormenorizado das cláusulas do contrato em questão ver *Décadas* de João de Barros, Década I, Livro II, Capítulo II.

3. Localizar os mitos

3.1 O Nilo e o problema hidrográfico de África (entre classicismo, tradicionalismo e empirismo)

A cartografia medieval e, por consequência, durante muito tempo também a cartografia moderna, estavam fortemente dotadas de tradicionalismos e misticismos arcaicos, agarrados ao subjetivismo literário, e aos relatos dúbios e fantasiados dos navegadores. André Rego (2016) destaca que, por essa razão, perdurou até ao século XVII uma geografia imaginária que lançara em África mitos relacionados com a nascente do rio Nilo (ou mais especificamente de um lago que seria a nascente do Nilo e outros rios magnânimos), a busca pelo Preste João das Índias e a procura do Paraíso Terreal⁷⁷. A perenidade na procura pela origem do rio bíblico, supostamente um dos berços da vida, o Nilo, perduraria por séculos. Essa fora uma busca alicerçada numa investigação incessante acompanhada por uma ambivalência entre contradição e correlação de factos, dada as prolongadas influências clássicas e medievais nessa missão. Não obstante, promovida pela insatisfação das já existentes propostas, que eram pouco concisas e insuficientemente satisfatórias, permaneceu durante a Modernidade uma missão latente, mas não esquecida, a de alcançar as nascentes nílicas (Curvelo e Ramos, 1999).

A correlação de mitos medievais levou, numa primeira fase, a que se agregasse a nascente do Nilo ao Paraíso Terrestre, a qual o Frade Jordanus posicionara, na sua *Mirabilia descripta* (1330), a este da Etiópia Oriental. Segundo este, “between this India [tertia] and Ethiopia is said to be, towards the east, the terrestrial Paradise; far from those parts come down the four rivers of Paradise (...)” (Jordanus, 1330 [1863], Cap. VI: 43). Talvez por isso, na Crónica de Zurara, Álvaro Freitas, um dos capitães das caravelas na expedição de Lançarote, ao debaterem se haviam de seguir a costa em busca da Terra dos Negros e do Nilo, o capitão tenha sugerido, ao chegarem ao “rio Nilo”, que continuassem caminho até que chegassem onde necessário, e se tal o permitisse, até ao Paraíso Terrestre⁷⁸. De acordo com Zurara (1841, Cap. LIXº: 272), o

⁷⁷ Na cartografia portuguesa não se faz alusão a este mito, embora nos relatos documentais do século XV se façam menção a essa procura e a esse pensamento medieval sobre a existência de um “Éden” terrestre. Na transição do século deu-se também a deslocação do mito do Paraíso Terrestre da Ásia para África por consequência dos descobrimentos portugueses, nomeadamente da dobragem do Cabo da Boa Esperança que suscitou interesse como o possível lugar geográfico onde se encontrava o Paraíso Terrestre e a nascente do Nilo (Duarte Pacheco usa inclusive a latitude a que estão dito cabo como paralelismo com a localização dos Montes da Lua, e nascentes do Nilo, na Geografia de Ptolomeu). Com excepção da Carta “Kunstmann II” (ca.1502), provavelmente de autoria portuguesa, embora não esteja datada ou assinada.

⁷⁸ O visconde de Santarém, nas notas à Crónica de Zurara, deixa firme a ideia de que os portugueses teriam a crença de que o Nilo seria o grande rio descoberto na terra dos Negros [Senegal] e que a sua fonte, não só estaria próxima, como seria um prenúncio da sua aproximação ao Paraíso Terrestre. Ver capítulo o LXIIº, *Do poderyo do*

capitão havia dito, perante o debate de seguir caminho ou retornar a Lisboa, “(...) nem eu nem som homem pera me afastar de tal companhia, mas vaamos hu quiserdes, siquer ataa o Paraíso Terreal“.

Esta vontade intrépida estaria na origem da crença continuada de que o Nilo descendera do Paraíso Terrestre, primeiramente posicionado na Ásia, e posteriormente relocado para a África Oriental (e ainda havia quem defendesse que seria na África Meridional). A primeira proposta, de Heródoto, a mais classicista, incorre no conhecimento da Antiguidade Clássica; a segunda proposta advém de uma conceptualização eclesiástica, imbuída de interesses religiosos que floresceram no princípio da Idade Média. Francesc Relaño (1997) apresenta, sumariamente, mas em detalhe e com rigor científico estas propostas⁷⁹, sobre as quais afirma que a primeira teoria colocava o Nilo na região costeira da África Ocidental na região subsaariana, a correr de este para oeste; e que a segunda teoria, responsável por criar o mito do Paraíso Terreal, posicionava o Nilo no extremo oriental conhecido (Ásia), onde nasceria o rio, no “Paraíso Terrestre”, e depois chegaria a África, passando por canais subterrâneos pelo Mar Vermelho. Relaño (1993: 177) enfatiza ainda que, “no es de extrañar entonces que el vacuum creado por el desconocimiento de las partes interiores de África fuese rellenado en el siglo XVI com el saber heredado de la tradición clásica, dando así lugar (...) a los mitos de origen geográfico”.

Embora fosse gradualmente desmistificada a origem do rio bíblico, essas “imagens de natureza simbólica”, que surgem numa primeira fase associadas a “uma visão bíblica do mundo”, seriam apenas tardiamente omitidas ou suplantadas pelo empirismo do advento quinhentista e seiscentista em África. Isto porque, “o modo como uma sociedade concebe uma representação, (...) depende tanto da utensilagem técnica ao seu dispor como do sistema de valores que os grupos culturalmente dominantes impõem” (Costa, 1988: 1). Deste modo, a perpetuação do mito nílico na cartografia representava a prevalência de um ideário intelectual ainda preso ao tradicionalismo medieval e classicista, apenas suplantado pela racionalidade empírica dos testemunhos *in loco* seiscentistas.

A consequência direta da tradição simbólica por trás do Nilo mostrar-se-ia patente na documentação quinhentista portuguesa, não apenas na preocupação de alcançar o Nilo por canais fluviais, mas em justificar qual o caminho correto a seguir. Numa passagem da sua

Nillo, segundo os astrónomos, e de seu crecymto, e ainda o LXIIIº (particularmente a nota 1), Como as caravellas partirom do ryo, e da vyagem que fezerom.

⁷⁹ Ver a tese de doutoramento de Francesc Relaño (1997), capítulo I. *On the emergence of Renaissance cosmography: the african puzzle*, subtema 3. *Prester John: the migration of a legend*, p. 65.

crónica, Zurara recita Ozorio [Paulo Osório] atestando que a nascente do Nilo seria, como afirma uma das teorias clássicas, no Mar Vermelho. Segundo este, “parece que saae [Nilo] da ribeira onde se começa o Mar Vermelho onde os gregos chamam Mossille Nemporyo, e dally diz que vay contra o ocidente, passa por muytas terras, y faz em meyo de si hua ilha, que há o nome Meroe. (...) E chegando assy o Nillo a esta ilha, faz sua carreira contra o setentriam” (*idem*, 1841, Cap. LXIº: 290). Meroe era uma “ilha” mítica em terra firme, já bastante evidenciada na cartografia precedente às grandes navegações. A sua relação com o curso do Nilo é intimamente importante visto que esta ilha se formaria por uma causalidade natural do rio, a bifurcação do Nilo e uma conseqüente confluência, originando assim esta ilha que daria, por sua vez, lugar à cidade de Meroe. Duarte Pacheco, quem também se pronunciou sobre o decurso tomado pelo Nilo, diz que este ao sair das suas nascentes, forma dois lagos e prossegue pelo território etíope, no qual a 15ºN se forma a Ilha de Meroe⁸⁰. Uma das cartas onde melhor se identifica esta teoria é o Planisfério de Domingos Teixeira (fig. 42), onde se vê claramente a formação de duas ilhas no curso sul-norte do Nilo, evidenciadas pelo cartógrafo através da escolha das cores, mostrando as ilhas com uma cor alaranjada, em contraste ao azul dos canais fluviais.

No entanto, segundo Zurara, a verdadeira localização do leito do rio Nilo e da sua nascente seria na África Ocidental (Senegâmbia), muito mais a sul daquela que foi uma das propostas atestadas por Heródoto e provindo de uma fonte diferente, não mais nos Montes Atalantes, mas no deserto do Sahara. A influência de Heródoto é, contudo, bastante questionada por Curvelo *et al.* (1999) pois afirmam que, o historiador grego não seria a melhor fonte de informação sobre o Nilo uma vez que, na falta de uma proposta mais satisfatória à época, ou de uma explicação plausível para os fenómenos associados ao Nilo (como as cheias sazonais e o misticismo das suas nascentes), Heródoto terá recorrido à “mais inverosímil de todas” as explicações⁸¹ (Curvelo *et al.*, 1999: 17), a qual seria pouco fundamentada.

⁸⁰ Ver Pacheco Pereira (1892) *Esmeraldo...*, Primeiro Livro, Capítulo 4º, p. 9.

⁸¹ Contrariamente ao que, erradamente explicam Alexandra Curvelo e Manuel Ramos (1999: 17), a teoria defendida por Heródoto sobre a origem e localização das nascentes do Nilo não seriam os “abismos profundos alimentados pelas águas do Oceano, através de canais subterrâneos”. O que Heródoto nos diz é que, “é certo que o rio vem do oeste, mas nada podemos afirmar sobre o que como ele ocorre para além do país dos Autômolos (...). [Sendo que, se] O Nilo vem da Líbia, atravessando-a pelo meio e se é permitido conjecturar partindo do conhecido para o desconhecido, penso que ele sai dos mesmos lugares que o Íster” (Heródoto, [2016], L. II, Cap. XXXI e XXXIV: 147-149). Ver também caps. XXI e XXIII, nos quais Heródoto recusa, firmemente, a ideia de que o Nilo provém do Oceano, contrariamente ao que Curvelo e Ramos defenderam a despeito do contributo de Heródoto (História, [2016], Livro II). Resumidamente, Heródoto recusa um conjunto de ideias sobre as nascentes do Nilo, entre as quais a de um tesoureiro do templo de Minerva que afirmara delas saber e que seriam “localizados em

É importante lembrar, ou assim me parece ter vindo a ser demonstrado, que a verosimilhança destas propostas estava diretamente relacionada com a sua exequibilidade na expansão ultramarina. Isto porque, quanto mais perto de se tornar uma realidade, maior era a esperança dos portugueses de ter a glória de descobrir o que sempre se ouviu falar, mas nunca se conheceu. Aquilo que se verificaria foi uma conciliação entre as duas teorias sobre a nascente do Nilo, tanto na cartografia como nas fontes literárias, ilustradas ou descritas, respetivamente, por dois canais opostos (Relaño, 1997). Não será estranho a Diogo Homem⁸² ou Fernão Vaz Dourado (fig. 38 e 39) a ilustração de dois canais perpendiculares na direção este-oeste e sul-norte.

... Muytos trabalharom por saber o lugar certo onde nace, mas que o que delle mais percalçou, que foi ElRey Juba, o qual leixou em seus scriptos , que achara que o ryo do nillo nace em huu monte, que se chama Athallante oqual monte he em terra de Mauritanya,(...) e que nace de hua fonte, onde logo faz huu grande estanco, que se chama Nullidom [lago]” e “(...) pella guisa que chove e neva em terra de Mauritanya , onde está aquella fonte, que per essa mesma guisa [razão] crece ou mingua o Nillo ; e que desque saae dally , e que chega a terra das areas, nom quer correr per cima dellas, nem pellos lugares desertos e maaos ; mas que se sume ally [desaguava na região centro africana]”. [Até que] “chega aa outra Mauritanya de Casaria (...) e ally faz ouro lago, noquall se criam as aquells mesmas anymallias, e cousas que se criam no outro, e portante creem os homees que toda aquella augua he do Nillo, e que despois que saee dally, e que chega a as outras areas, que som a allem de Mauritanya contra Ethiopia” (Zurara, 1841, Cap. LXIº: 293-94).⁸³

Osbert Crawford ao se debruçar sobre a questão hidrográfica de África, dividiu os mapas medievais em dois tipos, aqueles que cobriam o mundo conhecido (fala das cartas mediterrâneas do século XIV), e aqueles que cobriam apenas algumas partes deste. Sobre os primeiros, explanou que “their chief characteristics remained almost unchanged succeeding for centuries”, as quais o arqueólogo destaca dois ramos opostos, um “from the south-west (...), rising in a marsh which is also the river flowing westwards to the Atlantic” e o outro na direção “south-east” (Crawford, 1949: 7).

profundos abismos” ([2016], L. II, Cap. XXVIII: 145), ideia que poderá ter confundido a leitura dos autores supracitados, mas que Heródoto refutara.

⁸² O cartógrafo não chega a conectar os dois cursos dos rios, sendo que ao rio que provem da Senegâmbia este denomina de Niger estendendo-se até à África Central, já o Rio Nilo, nasce na região austral, nos Montes da Lua e desagua no mediterrâneo. Na Carta do Oceano Atlântico Sul (fl. 14r), pertencente ao Atlas Queen Mary, Diogo Homem desenha os dois rios perpendicularmente, mas nunca chegam a ter um ponto de conexão, pelo que não podemos aferir que este quisesse entrelaçar o Nilo com dois cursos de água distintos.

⁸³ A rede hidrográfica que Zurara tenta definir é já antiga no pensamento intelectual sobre África, a ideia é de que haveria dois cursos de água perpendiculares (ambos braços do Nilo), que não se cruzariam, isto é, não confluíam à superfície. Como demonstrarei mais à frente, essa é uma das imagens hidrográficas que mais persistirá na cartografia portuguesa do século XVI.

Numa das cartas mais referenciadas do século XV, onde se representa o mundo conhecido, o *mappamundi* do veneziano Fra Mauro (fig. 34), viu-se vigorar, em parte, a persistência das fontes cartográficas e literárias religiosas medievais no período pré-Descobrimentos, fazendo crer na cartografia, que a África se entenderia mais a sul do que se conheceu empiricamente e que se estendia até dar a conhecer as fontes do Nilo e dos demais rios que o ultrapassavam em tamanho (Brooks, 2014). Assim, é notório que, na segunda metade do século XV, as referências de que Fra Mauro se socorreu (literárias, orais e cartográficas) o tenham feito afirmar, que o território etíope seria “more extensive to the south of the sources of the Nile than to the north” (*idem*, 2014: 190).

Crone (1953) deixa evidente, ao estudar o mapa veneziano, que o Nilo é representado em toda a Etiópia (oriental e central) como uma rede magnânima de afluentes e confluências imaginárias. Não só isso, como “the suggestion is partly retained of a ‘western Nile’ flowing from a great marsh (...), beyond this marsh a river flows westwards to enter the ocean by two branches to the north of Cape Verde, no doubt the Senegal and perhaps the Gambia” (*idem*, *ibidem*: 61), as nascentes seriam nos Montes da Lua, ainda na região austral, mas que foram depois transferidas para a África Central (mais próximo da linha equatorial). Russel (1997: 407) corrobora esta afirmação e refere ainda que o Infante D. Henrique teria encontrado “in the maps and books he had scrutinized”, razões para crer que haveria uma ligação oeste-este que bisetava o continente, canal esse que seria, presumivelmente, pertencente a uma rede hidrográfica extensa de um grande rio⁸⁴. Para infortúnio do Infante, muitas das fontes que afirmavam ter feito a passagem estariam a corroborar uma cartografia imaginativa, proveniente de uma complacência com proposições imaginativas e infundamentadas de escrivães (ou cronistas) e “cartógrafos de escritório”.

⁸⁴ Não nos esqueçamos que Diogo Cão tentou subir o Rio Manicongo em busca de passagem para a África Oriental, mas que ao chegar às Cascatas de Ielala, vendo-lhe travada a passagem pela inavegabilidade do rio adiante, terá esculpido num rochedo uma cruz ou padrão, seguido do seu nome e dos demais capitães que o acompanhavam, e ainda as quinas portuguesas.



Figura 34 - Neste recorte do mappamundi de Fra Mauro (1459) temos a região austral do continente africano, onde o cartógrafo optou, segundo fontes que o mesmo recita, bissear o continente, criando uma grande ilha adjacente a este. Mais tarde, os cartógrafos portugueses recuperarão esta teoria e aparecerá novamente dividido o continente africano por canais fluviais.

Cartograficamente, vêm-se aclamadas as teorias ptolomaicas, evidenciadas na *Geographia* de Claudius Ptolomeu (séc. II d.c.) onde, num dos supostos mapas, bem como no texto da obra, o geógrafo teria apresentado a nascente do Nilo na região meridional do continente africano. Este, por sua vez, descenderia dos Montes da Lua, outro elemento mítico que assumira uma posição geográfica latente ao rio em questão. O geógrafo greco-romano, que apenas fora redescoberto no primeiro quartel do século XV, viu ser recuperada a sua imagem geográfica do mundo, bem como dos acidentes geográficos que o integravam, o que deu lugar, segundo Metzler (1997: 72), à “combination of what was known in the medieval period of the corpus of antique cosmographical literature with christian pilosophy and patristic doctrine (...)”.

O redescobrimto da geografia ptolomaica percorreu a Europa através de novas edições traduzidas para várias línguas vernaculares, além do latim, que deverão ter chegado a Portugal nalgum momento no século XV. Duarte Pacheco Pereira terá recorrido ao sistema hidrográfico de Ptolomeu para narrar o percurso do Nilo, desde a sua nascente aos afluentes que integravam a sua bacia hidrográfica. Segundo o cronista, “o Rio nilo nos montes da Luúa nace alem do circulo da equinofial contra ho pollo antartico & dahy corre os quaes montes segundo a

descriçam de tollomeu & ho sito em que poem ho nafimento do nilo en trinta & finco graaos de ladeza⁸⁵ da mesma equinocial contra ho mesmo pollo as serras fragosas [difíceis de aceder ou alcançar] do promontorio de boa esperança deuem ser” (Pacheco Pereira, 1892, L. 1º, Cap. 4º: 9). A partir daqui a premissa ptolomaica de que o Nilo provinha de dois lagos nos Montes da Lua (ou do Cabo da Boa Esperança) tornar-se-ia um dos modelos mais adotados pelos cartógrafos portugueses (Relaño, 1997). O cartógrafo Lopo Homem apresentaria no seu planisfério uma das ilustrações mais significativas a respeito do modelo ptolomaico, onde representa não só os Montes da Lua, mas também os lagos donde nasceria o Nilo⁸⁶. Outros cartógrafos seguiram o mesmo “protótipo”, mas raras vezes são identificados os ditos montes ainda que, não poucas vezes, se vejam cordilheiras na mesma região onde Lopo Homem (fig. 36) posicionou os Montes da Lua, veja-se a cartografia de Bartolomeu Lasso (fig. 37), contemporâneo deste.



Figura 35 - Nesta reprodução segundo a “Geografia” de Ptolomeu, onde se apresenta a visão do mundo para Ptolomeu (séc. II A.D.), vemos convergir a ideia de dois ramos nílcos, um a desaguar no mediterrâneo, e outro com nascentes na África Ocidental e um curso oeste-este paralelo à Cordilheira Atlas. Ptolemy's World Map (ca. séc. XV), na British Library.

⁸⁵ Adiante referenciarei o mesmo autor, onde posiciona à latitude de 34º e 30'. Este não é um erro de transcrição, mas uma incoerência do próprio cronista ao longo da obra.

⁸⁶ Bartolomeu Velho, na carta do Oceano Índico (1561), atualmente no Instituto e Museu de História da Ciência, Florença, ilustra igualmente os Montes da Lua segundo o modelo ptolomaico. No entanto, não ilustra dois lagos adjacentes donde o Nilo descenderia. Pelo contrário, o cartógrafo usa os testemunhos mais recentes da existência de um lago formoso e grandioso mais a Norte da localização ptolomaica dos Montes da Lua, e ilustra esse mesmo lago como berço de vários rios que de dispersão em várias posições.



Figura 36 - Neste recorte do Planisfério de Lopo Homem (1554) podemos ver a clara intenção do cartógrafo em representar a bacia hidrográfica do Nilo segundo a conceptualização ptolomaica. Ainda que não coloque os Montes da Lua a 35°S, mantém o modelo idealizado por Ptolomeu.

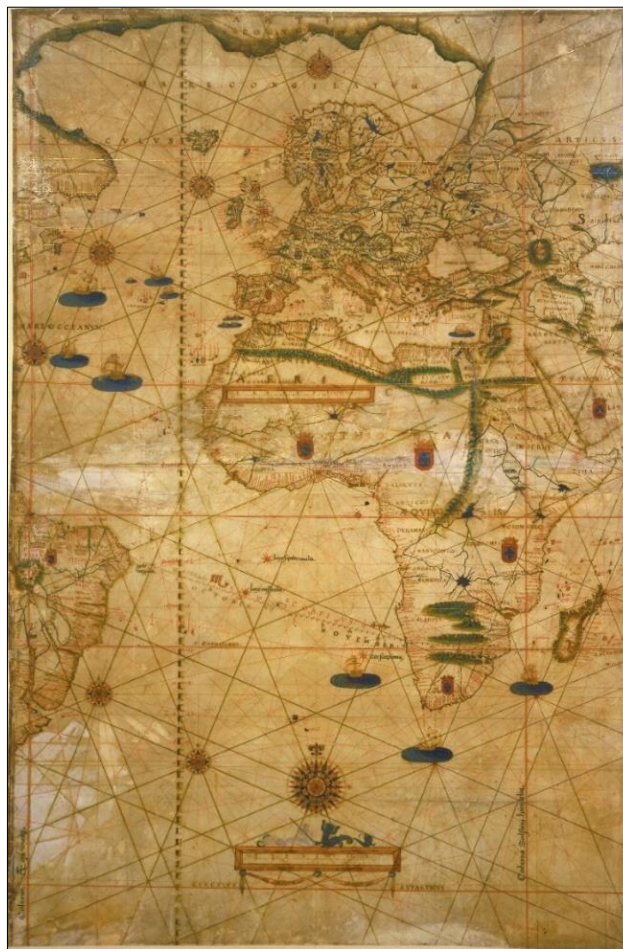


Figura 37 – Carta do Atlântico e da África Oriental de Bartolomeu Lasso (1584). Na região da Etiópia Oriental o cartógrafo faz confluir os vários cursos do Nilo, unindo aqueles que chegam do sul e dos que chegam de sudeste, daí em diante, até desaguar no Mediterrâneo, ilustra a formação de duas ilhas, as quais denomina “Meroe” e “Coloe(?)”.

Tal como aponta Clapham (2007: 296), embora Ptolomeu tenha “correctly divided the Nile into two main branches, now know as the White Nile and the Blue Nile (...) and likewise correctly postulated the each oh these issued from a large lake (...). These where however located by sixteenth century (...) cartographers well to the south of the actual location”. Por essa razão, e pela adoção de outras teorias, não terá sido coincidência que em 1484(85?), quando Diogo Cão chegou à embocadura do Zaire, pela sua magnificência de largura e navegabilidade, “it was thought that the Zaire and the Nile issued from a single common source” (Relaño, 1997: 77), provavelmente por testemunhos “oculares” e fontes medievais consideradas fidedignas, como o *mappamundi* de Fra Mauro. A verdade é que, mesmo tendo percorrido cerca de 160 quilómetros, ao chegar a Ielala, as caravelas portuguesas não terão conseguido desbravar o rio pelo que retomaram viagem no sentido oposto, em direção ao mar.

Quando em 1450 os portugueses descobriram o Rio Senegal, o qual ficou mais conhecido na cartografia portuguesa como *Canagar*, logo começaram a surgir hipóteses que relacionavam este rio a um dos principais rios bíblicos, além de se postular que seria uma extensão do Nilo. Alvise Cadamosto, quem presenciou em primeira pessoa esta descoberta, deixa uma nota alegórica a esta relação na sua crónica. Segundo Cadamosto (1964, Cap. XV: 32), “este rio é um ramo do rio Gion que vem do Paraíso Terreal, ramo que foi dos antigos chamado Niger, e vai banhando toda a Etiópia e aproximando-se ao mar Oceano, onde desagua e faz muitos outros braços e rios, além deste de Senegal (...)”. A relação intrincada de vários afluentes e braços fluviais é consonante na literatura medieval e na cartografia, ainda que, repita-se, não se tivesse consubstanciado esse facto empiricamente. Não deixa de ser menos verdade, contudo, que para muito autores medievais e, alguns já na Modernidade, continuava a ser aceite que o Nilo seria, não apenas um braço do rio paradisíaco Gion, mas um dos quatro rios descendentes do Paraíso (tomando o lugar do Gion) (Relaño, 1997).

No decorrer dos Descobrimentos, aquilo que se encontrou foram vários estuários de rios até então desconhecidos pelos europeus, suscitando assim suposições infundamentadas de que os grandes rios na costa ocidental africana seriam braços do rio Nilo, ou do rio *Nigris*, por sua vez também ele um dos braços ocidentais do Nilo para os cartógrafos medievais. A confluência do Rio Niger com o Rio Nilo teria lugar num lago central na região equinocial africana e seguiria rumo ao ocidente até desaguar no Atlântico, que ultimava com um fracionamento em vários afluentes que se ramificavam até à costa (Alegria *et. al*, 2007). Na crónica de Zurara, o cronista relata que Gomez Pires afirmara que a vontade do Infante D. Henrique era chegar ao Nilo na expedição que desembarcou de Portugal (Lagos) por volta de 1447 à capitania-mor de

Lançarote. Segundo Pirez, como relata Zurara (1841, Cap. LIXº: 272), “vós outros, honrados señores e amigos, sabees muy bem a vontade do sñor Iffante como he grande de saber parte da terra do Negros, especialmente do ryo Nillo”. Complementarmente, Lançarote confirma o intento do *Navegador* em encontrar o Nilo, retorquindo aos restantes capitães e tripulação como segue, “de verdade vos digo (...) que essa era minha principal entençom inteiramente (...) porque assy me foe mandado pelo Infante meu sñor” (*idem, ibidem*: 272). De forma um tanto irracional, embora a navegação fluvial tenha requerido uma menor capacidade instrumental para a sua navegação, correspondendo a um dos principais meios de comunicação conhecidos pelos mareantes, como explica Crone (1953), é desconcertante a facilidade com que se desvirtuava a bacia hidrográfica dos rios. Uma das razões será, na minha opinião, a persistência de mecanismos socio religiosos que se sobrepunham à razoabilidade das navegações portuguesas. Além disso, é de salientar que “the African continent was observed by Europeans mainly from the seashore, they were most acquainted only with the river’s outlets in the sea” (Baesjou, 1988: 15), sendo por isso claro que a ilustração de cursos de água nas regiões mais interiores seria sempre fruto da tradição ou de relatos de autóctones da região.

Consequentemente, já longo o empreendedorismo náutico português, a cartografia portuguesa tomou posse de uma política artístico-hidrográfica inverosímil, mas aprazível à vista, estando muitas vezes presa a fontes medievais refutadas ou contrariadas pelo empirismo das navegações. O sistema hidrográfico do maior rio africano e dos seus lagos começou a tomar uma posição de relevo, sendo a porta de embarque no destaque artístico e intelectual dos cartógrafos e cosmógrafos portugueses, principalmente notório nas cartas de Fernão Vaz Dourado e Bartolomeu Velho, mas igualmente patente na restante cartografia portuguesa da segunda metade do século XVI. No entanto, “a ausência de contacto direto com as regiões centrais da África, praticamente desconhecidas na primeira metade do século XVI, obrigou os cartógrafos mais uma vez a recorrerem a Ptolomeu, e também à geografia da Abissínia” (Neves, 2017: 22).

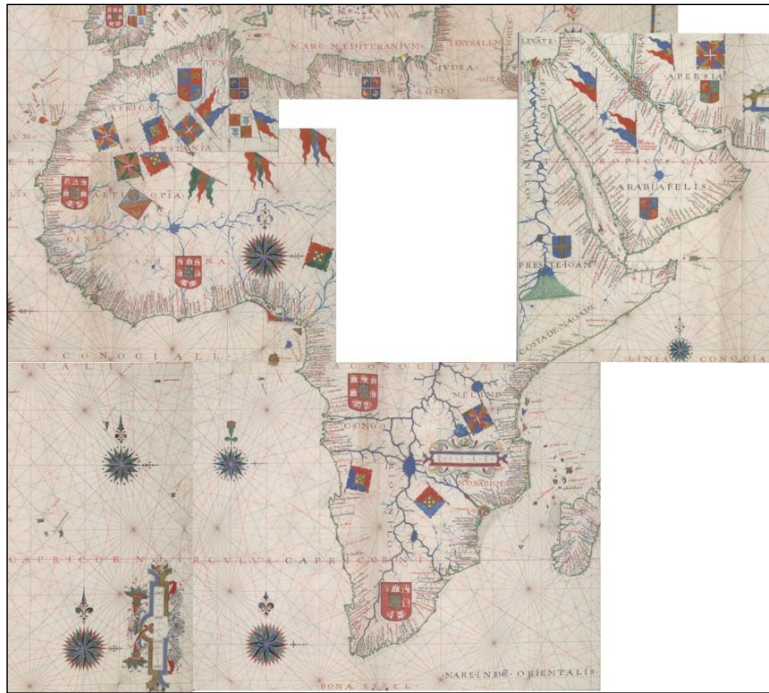


Figura 38 – Excerto do Atlas reconstruído de Fernão Vaz Dourado (c.1570)⁸⁷. A rede hidrográfica é irracional e sintomática da norma ilustrativa de África. A adoção desta rede vai perdurar na maioria dos Atlas do cartógrafo, evidenciando-se apenas pequenas alterações nos afluentes. Em comparação aos Atlas posteriores ao de 1575 (este inclusive), é curioso verificar que o cartógrafo optou por não ligar o Rio de Quama (entre Sofala e Moçambique) ao lago central entre o Congo e Moçambique.



Figura 39 – Excerto da reconstrução do Atlas de Fernão Vaz Dourado (1571). Este foi um dos primeiros Atlas do cartógrafo-iluminador a incluir a rede hidrográfica no continente africano. Tal como era comum, o conhecimento da época levou o cartógrafo a incorrer a erros comuns, ilustrando ramos fictícios ou imaginários, seja do Nilo

⁸⁷ A reconstrução deste Atlas e outros, eloquentemente dirigida por Joaquim Alves Gaspar, e posteriormente publicado no repositório da Medea-Chart [Online], permitem perspetivar imagetivamente as regiões terrestres cartografadas pelos cartógrafos e cosmógrafos. Aquilo que se verifica, é que a região a “branco”, portanto sem representação cartográfica, é deixada propositadamente e recorrentemente sem carta-náutica independente (regional), salvo muito raras exceções. Talvez pelo desconhecimento da região, ou pela inutilidade de uma carta para navegação (com rumos) nesse território, dada a parca navegação por portugueses no Mediterrâneo Oriental, tenha sido convencionado que não se incluísssem aquelas margens que corresponderiam, geralmente, à área geográfica do Baixo e Alto Egípto e a Etiópia (medieval, vagamente África Central).

como de outros rios conhecidos de forma a preencher o interior até então pouco conhecido. Paralelo ao Mar Vermelho temos o típico decurso do Nilo descendendo de uma montanha, onde seria também a residência do Preste João. Os três lagos formados no decurso do rio (como enfatizaram os cronistas portugueses) estão também ilustrados. A sul, vemos um lago principal responsável pelos demais rios e afluentes que dele se dispersam, nesta carta e na de 1570, a região sul encontra-se separada pela confluência dos rios com o lago central.

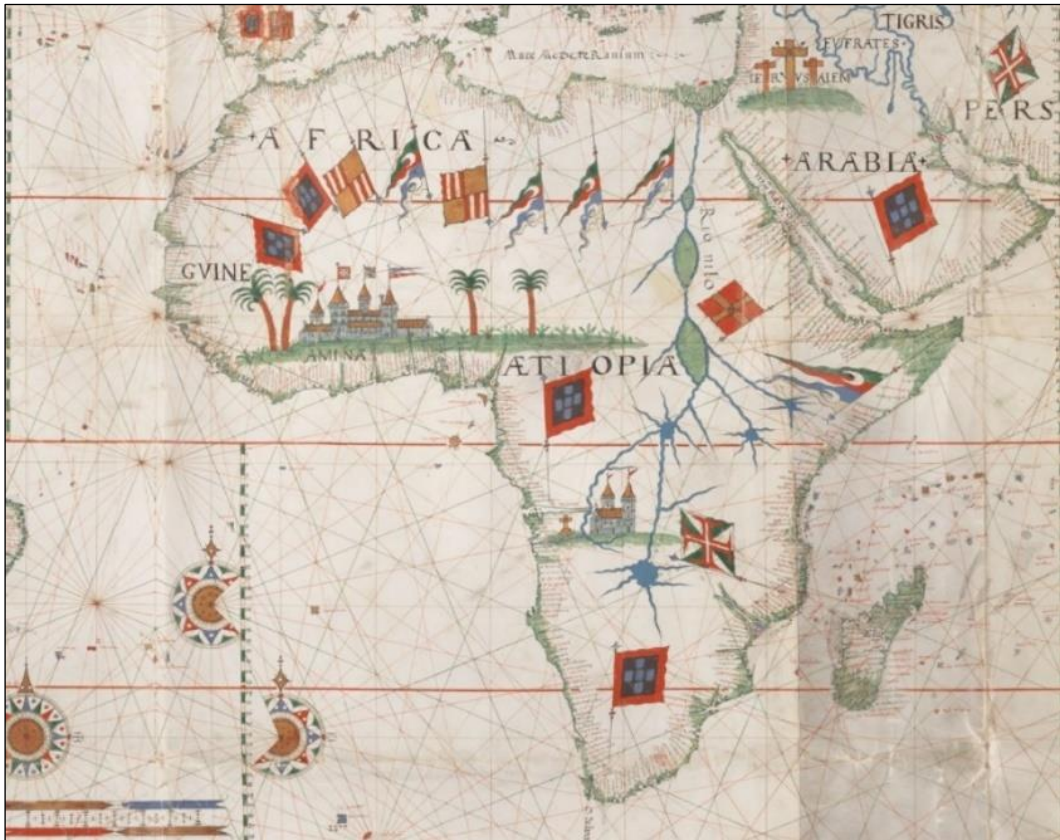


Figura 40 - Recorte do continente africano no Planisfério de Sebastião Lopes (ca.1590). Além das várias lagoas, representativas do pensamento trilagunar alusivo ao curso do rio Nilo, vemos ainda a “nascente” do Nilo na região Austral de África, com várias ramificações e um curso contínuo até aos lagos formados pelo Nilo.

Por consequência da morosidade intrínseca dos Descobrimientos, dada a escassez de recursos humanos e materiais à disposição dos portugueses no advento deste feito, tardou-se a incursão ao interior africano, a qual viria posteriormente suplantar, paulatinamente, o abstracionismo imaginativo de outrora pelo conhecimento empírico. No entretanto, na necessidade de informações contemporâneas, os empreendedores expansionistas recorreram ao zénite do conhecimento cartográfico do seu tempo. Dessa influência, Neves (2017) denota uma, particularmente direta do sistema hidrográfico de Ptolomeu na segunda metade da centúria de Quinhentos, a qual seguia um ideário lagunar epicêntrico, consequentemente ramificado em vários rios, dos quais se destaca o Nilo.

Deste modo, o interior dos continentes, nomeadamente de África, fora muito tardiamente, verdadeiramente conhecido e explorado pelos portugueses e europeus. A primeira carta “pseudo-hidrográfica” portuguesa, ou pelo menos aquela hoje reconhecida como tal, deverá ser

a Carta de Jorge de Aguiar (fig. 38), a qual Marques (1987: 135) definiu como “não puramente hidrográfica”, e que pela sua ornamentação é “relacionável com o perfil catalão-maiorquino”, o qual incluía a ilustração de alguns rios, montanhas e personagens etnográficas. A sua natureza hidrográfica é evidenciada pela figuração de vários rios em toda a carta sendo que no espaço africano são destacáveis o leito do Rio Melilla, do Senegal e do Gâmbia (que o cartógrafo faz confluir ou partilhar a mesma nascente a leste), e ainda o Nilo, com um único curso proveniente de três ramos localizados na região da Etiópia Oriental (*Sobegiptus*). Curiosamente Zurara chega à conclusão, e partilha da opinião, de que o Nilo seria provido de três braços da Etiópia, os quais se juntariam e criariam o braço principal que desaguaria, por sua vez, no mediterrâneo.



Figura 41 - Na única carta conhecida de Jorge de Aguiar (1492), identificamos facilmente o intento do cartógrafo em ilustrar dentro do que era cognoscível no seu tempo, os principais rios africanos e europeus, denotando-se, assim, a primazia deste cartógrafo no campo das cartas hidrográficas portuguesas, apenas normatizadas a partir do terceiro quartel do século XVI.

O continente africano de Aguiar, embora não totalmente desenhado, foi confeccionado depois de contornado o extremo sul de África quatro anos antes. Não tardaria muito até que se cartografasse todo o continente africano, ilustrando daí por diante, com bastante regularidade, o Cabo da Boa Esperança (com algum adorno ou uma montanha). Para Duarte Pacheco (1892, L. 3º, Cap. 7º: 90), no Cabo da Boa Esperança “deuem fer os montes da lua onde Tholomeu diz

que nafe ho Rio nillo, por que no proprio sito que Tholomeu poeem os ditos montes em trinta & quatro graaos & meo de ladeza da dita equinocial contra ho pollo antratico aly estaa este promontorio de boa eſperança”. A conclusão de Pacheco é pouco satisfatória, visto não ter tido Ptolomeu conhecimento do real comprimento de África, bem como não ter conhecido com justa causa a existência de tais montes naquela região. É, no entanto, clara a influência marcante do alexandrino na viragem do século. A perenidade da influência ptolomaica foi assaz na mentalidade dos cosmógrafos e cartógrafos no início da Idade Moderna, quem replica as suas noções geográficas idealizadas séculos antes de principiadas as expedições europeias às aludidas regiões africanas.



Figura 42 - Neste recorte de África, pertencente ao Planisfério de Domingos Teixeira (1573), identificamos novamente a teoria ptolomaica das nascentes do nilo na região austral de África, donde surgem dois lagos e segue rumo norte até desaguar no Mediterrâneo. No curso, o cartógrafo decidiu ilustrar, como era típico, os vários lagos ou ilhas que o Nilo forma até desaguar. Um dos quais deverá fazer referência à Ilha de Meroe, junto ao topónimo “O PRESTE IOA”.

A representação da rede hidrográfica africana veria assim apressada a evidência imagética de um sistema que era, tanto para os portugueses como para a Europa em geral, um autêntico mar de desconhecimentos. Talvez uma das razões mais justificativas desse facto fosse, como refere Alegria (1997: 44), “mais do que manifestar-se como simples adorno, serviu também como estratégia para ocultar o desconhecimento geográfico de certas zonas do continente”. A confluência de dados fornecidos por marinheiros, o uso da cosmologia e a tradição literária e oral medieval compunham a bacia do Nilo como uma área extremamente extensa e multiplamente ramificada, com origem na região ocidental e oriental de África (Curvelo *et al.*, 1999).

Cartógrafos portugueses adotariam, ainda assim, por muito tempo, “o sistema hidrográfico de Ptolomeu, representando um grande lago central no continente, que dá origem aos rios que formarão o curso do Nilo” (Neves, 2017: 22). Se atentarmos nas cartas ditas hidrográficas, como o Atlas de Fernão Vaz Dourado de 1571, Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (1986: 19) chamam a atenção, com recurso às análises feitas por Varhagen ao dito atlas, de que se pode ler no frontispício, em latim, “Universalis et integra totius orbis. Hydrographia ad verissimam lusitanoru. Traditione. Descriptio...”. Com a tradução literal do título, vemos uma clara intenção do cartógrafo-iluminador em apresentar um mapa hidrográfico do mundo, baseando-se numa visão verdadeira e integral do mundo, segundo a representação hidrográfica portuguesa patente naquele dado momento, a qual advinha da “tradição”. A verdade é que na segunda metade do século XVI já haviam sido publicadas por Barros as suas *Décadas*, nas quais deu o seu parecer sobre a rede hidrográfica na região austral de África. Para João de Barros, existiria uma sequência de cursos de água originários de um lago central, o qual seria a nascente do Nilo, ou pelo menos de um dos seus braços. O cronista descreve que na região de Sofala (descoberta 50 anos antes da primeira *Década* ter sido publicada) desaguariam dois braços de um rio que descendia de um lago no centro austral africano, o qual se localizava mais perto do oceano Atlântico, e que alimentava o rio Nilo, o rio do Manicongo, entre outros.

...dous braços de hum rio , que procede do mais notável lago, que toda a terra de Africa tem , mui desejado de saber dos Antigos escritores por ser a cabeça escondida do ilustre Nillo, donde também procede o nosso Zaire, que corre per o reyno de Congo. Per a qual parte podemos dizer ser este grão lago mais vizinho ao nosso mar oceano occidental , que ao Oriental (Barros, 1777, D. I, P. II, L. X, Cap. I: 373).

Esta concepção hidrográfica é sintomática em grande parte das cartas das décadas ulteriores, nomeadamente entre as décadas 60 e 80. Cronologicamente, vemo-la reproduzida no Atlas de André Homem (1559) (fig. 43), em toda a cartografia de Bartolomeu Velho (1561 e 1568) (fig.

44), na Carta do Sudeste do Oceano Índico no Atlas de Lázaro Luís (1563) (fig. 46), no *mappamundi* de Fernando Oliveira (1570)⁸⁸ (fig. 45), na maioria da cartografia de Vaz Dourado e ainda, na cartografia de Bartolomeu Lasso (cartas de 1584 e 1590) (figs. 47 e 48). Consequentemente, aquilo que se verificou foi uma acepção conceptual da rede hidrográfica do Nilo desvirtuada da realidade, resultante de constantes tentativas em alcançar as nascentes deste, e também, por se considerar que o Preste João residiria perto destas. O que, motivado pela própria procura pelo Preste e da constante relocação da localização do seu império, também implicava que as nascentes do Nilo fossem alvo de relocações territoriais (Curvelo *et al.*, 1999).

Além disso, recuperaram-se os contributos medievais relativos aos cursos de água na África Oriental, evidente em quase todos os atlas dos cartógrafos supramencionados, onde o Nilo surge a nascer também na Etiópia Oriental, junto ao Corno de África, sempre ilustrado a descer de uma montanha, onde o próprio Preste João é enunciado residir. Esta persistência infundamentada foi uma opção transitiva entre cartógrafos mais do que uma falta informação fiel. Crawford (1949: 6) alerta para essa “teimosia” dos cartógrafos, afirmando que estes “adhered to the older ideas long after they had become obsolete”, o que aconteceria, porque se optava por incorporar as novas informações, geralmente proveniente de missionários, sem se prescindir do modelo Ptolomaico no seu todo. Aquilo que subsistiu nas cartas portuguesas foi, numa segunda fase, direi que a partir da década de 60/70, uma consonância de representações hidrográficas baseadas, na sua maioria, em confluências fantasiosas, místicas e infundamentadas.

⁸⁸ Novamente aqui podemos ver a intenção pronunciada dos cartógrafos em apresentar uma imagem do mundo com acidentes geográficos. Fernando Oliveira, de quem se conhecem duas Cartas, uma impressa, e esta manuscrita, escreve no seu *Mapa do Mundo com linhas Agónicas (c.1570)*, “Hidrographia” e “Universalis Quadripartita”.



Figura 43 – Carta da África Meridional, André Homem (1559). Homem não se encontrava em Portugal quando fez esta carta, integrante de um Atlas parcialmente conhecido. Ainda assim, as ideias hidrográficas de África, particularmente do Lago no extremo sul permanece imaculada. Também aqui, à semelhança do que se vê na carta de Lázaro Luís, a ilustração de afluentes reais e imaginários, provavelmente advindos de fontes autóctones, que intencionalmente ou por desconhecimento de causa, informavam os mareantes induzindo-os em erro.



Figura 44 - Mapa do Mundo de Bartolomeu Velho (1568), no *Principio da verdadeira cosmographia e geographia unniversal de todas as terras*. O desconhecimento empírico do interior de África promove esta representação de leitos longínquos de rios conhecidos meramente pelo seu delta ou pouco mais. A prevalência de um ramo originado pela confluência do Senegal e do Gâmbia é também ilustrado, enfatizando os pressupostos medievais tão aludidos nos roteiros de viagem ou nas crônicas quatrocentistas.

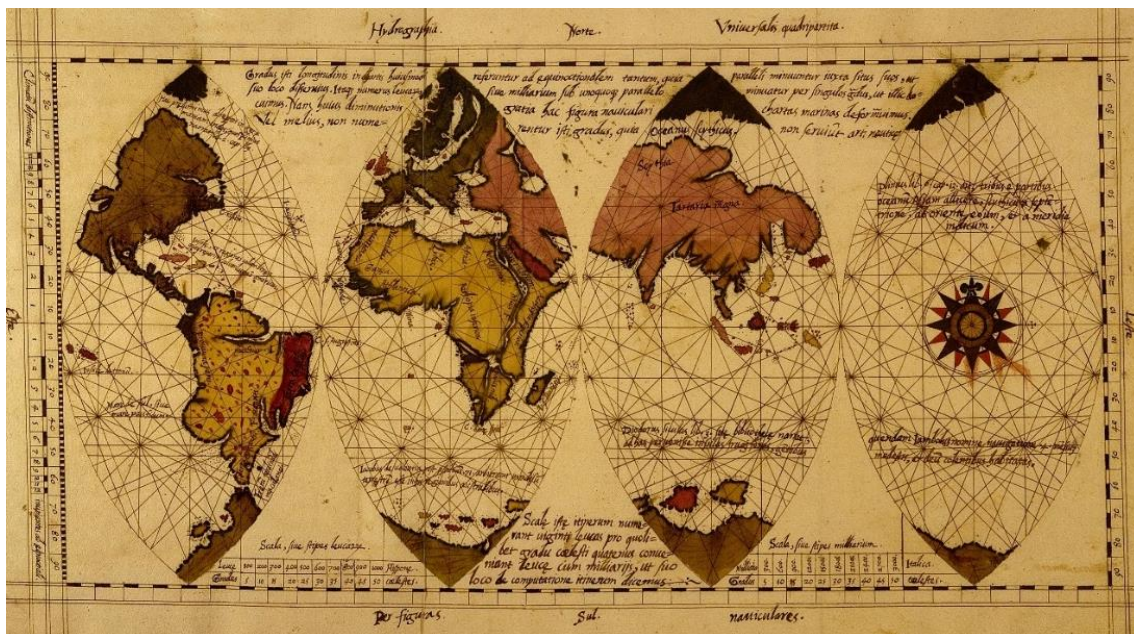


Figura 45 – Mapa do mundo com linhas agónicas de Fernando Oliveira (ca.1570). Este mapa é um exemplo claro da teoria tardo-medieval que fez Fra Mauro bisetar o continente africano entre o Norte e o Sul, dando origem à

ilha de *Diab*. O plano hidrográfico que Oliveira apresenta é quase que sintomático de uma tendência portuguesa em fracionar territórios por leitos de água. Não só se projeta a cartografia de Fra Mauro e do pensamento medieval neste mapa, como se reproduz a necessidade de “criar” ilhas onde elas não existem, à semelhança do que sucedera por dois séculos com a “Ilha Brasil”.

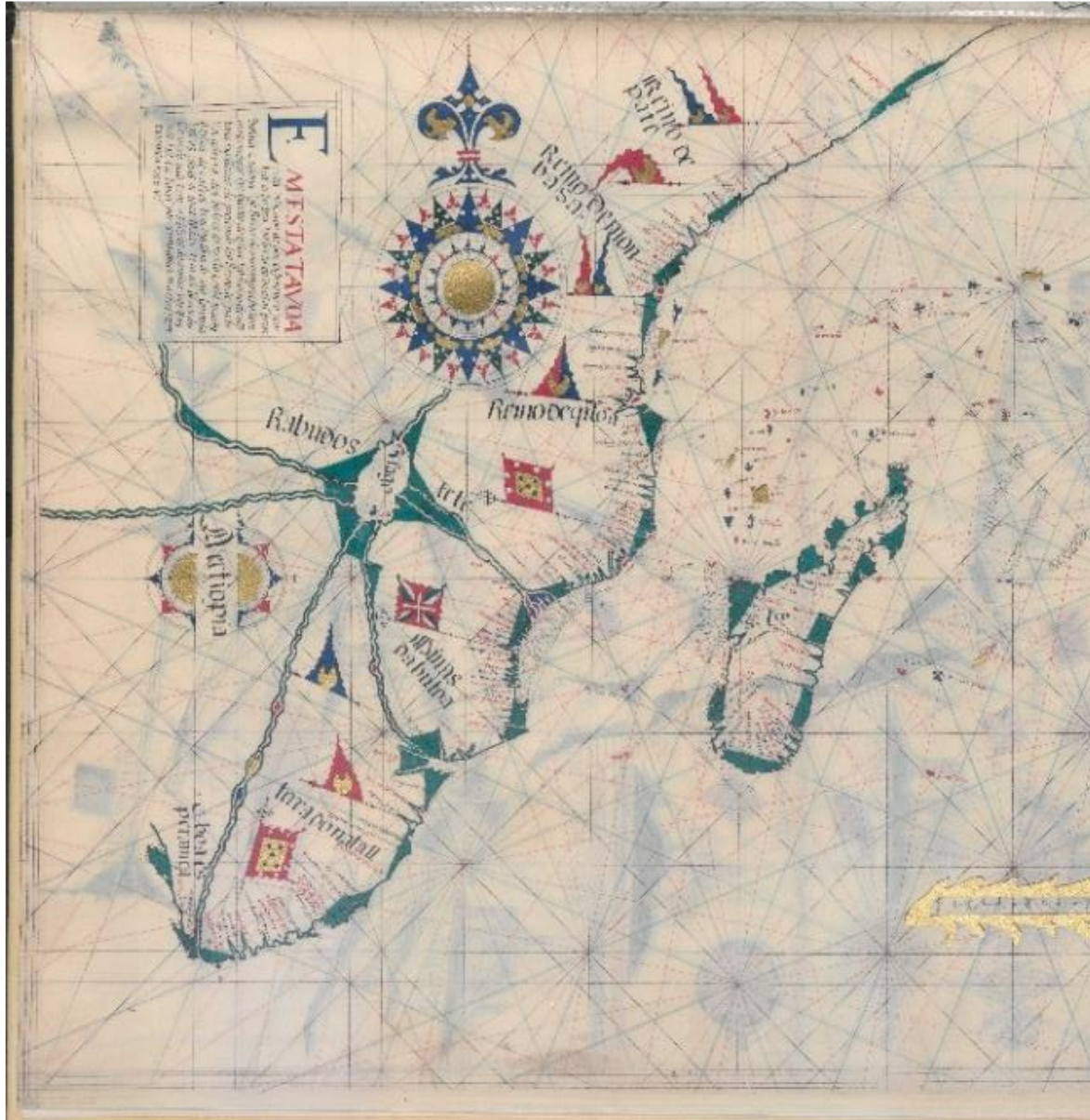


Figura 46 - Carta do Sudoeste do Oceano Índico (f.5r), no Atlas de Lázaro Luís (1563). À semelhança de tantas outras cartas, o cartógrafo desenhou um lago central, com vários afluentes que dele nascem, uns fictícios outros reais, incluindo um ramo que segue para Norte, muito provavelmente um braço do Nilo.⁸⁹

⁸⁹ Infelizmente na falta de uma carta da África Central no Atlas, não podemos corroborar garantidamente que o Nilo está aqui representado deste o Lago Austral até ao Cairo. Ainda assim, dada a semelhança já identificada entre a cartografia de Lázaro Luís e a cartografia de Fernão Vaz Dourado, ambos estacionários no Estado da Índia, é crível que a representação hidrográfica do Nilo será igualmente semelhante, sendo estes certamente consentâneos e tendo-se conhecido muito provavelmente.

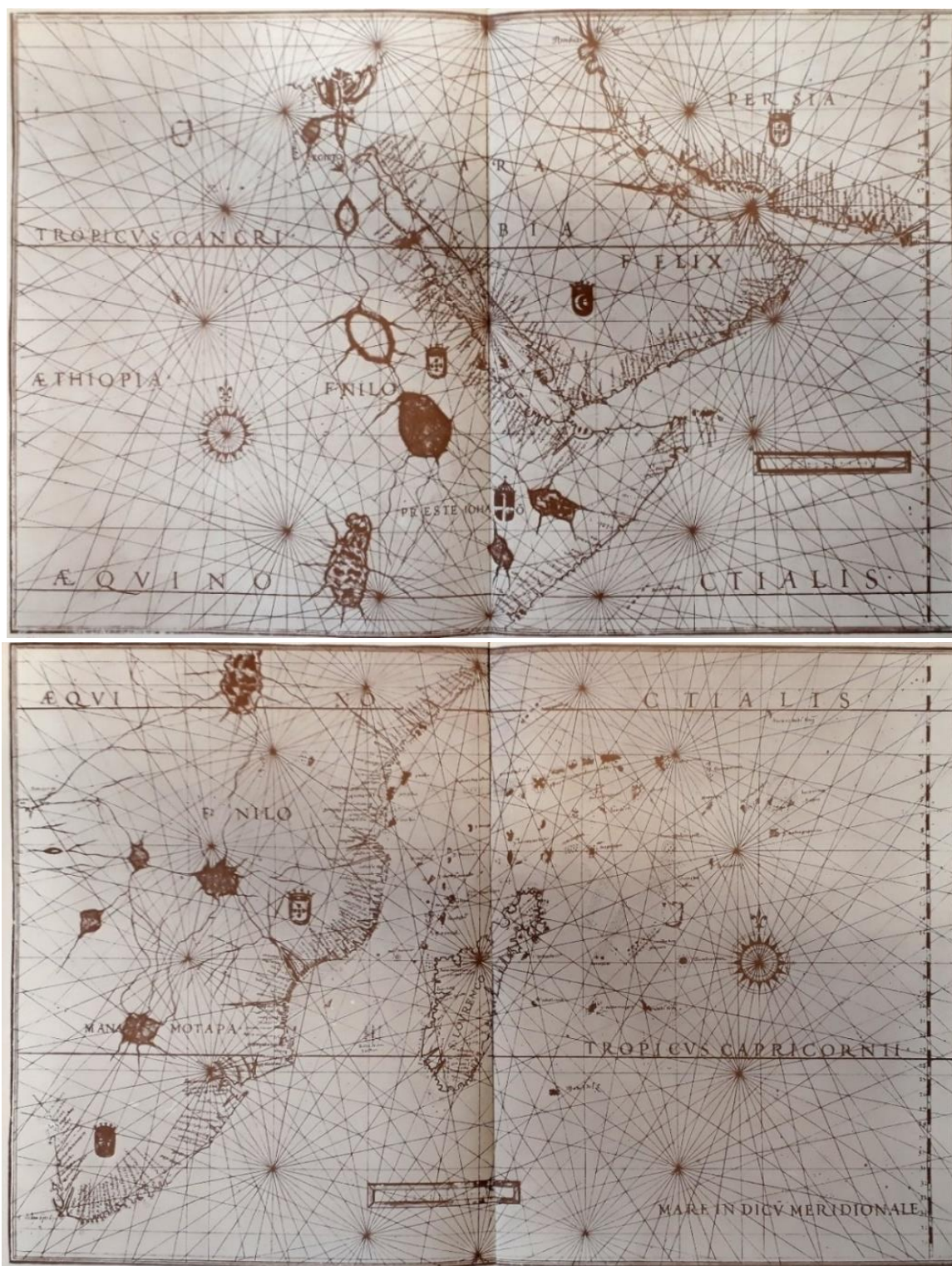


Figura 47 - Atlas de Bartolomeu Lasso (1590) Fólios 5 e 6, *Carta do Sudeste da Costa de África* e *Carta do Noroeste do Oceano Índico*, respetivamente. A sobreposição das cartas permite observar com maior rigor a noção hidrográfica do cartógrafo e a informação de que este dispunha. Tal como na maioria das cartas hidrográficas portuguesas, conflui aqui uma dualidade de teorias sobre a rede hidrográfica do Nilo.

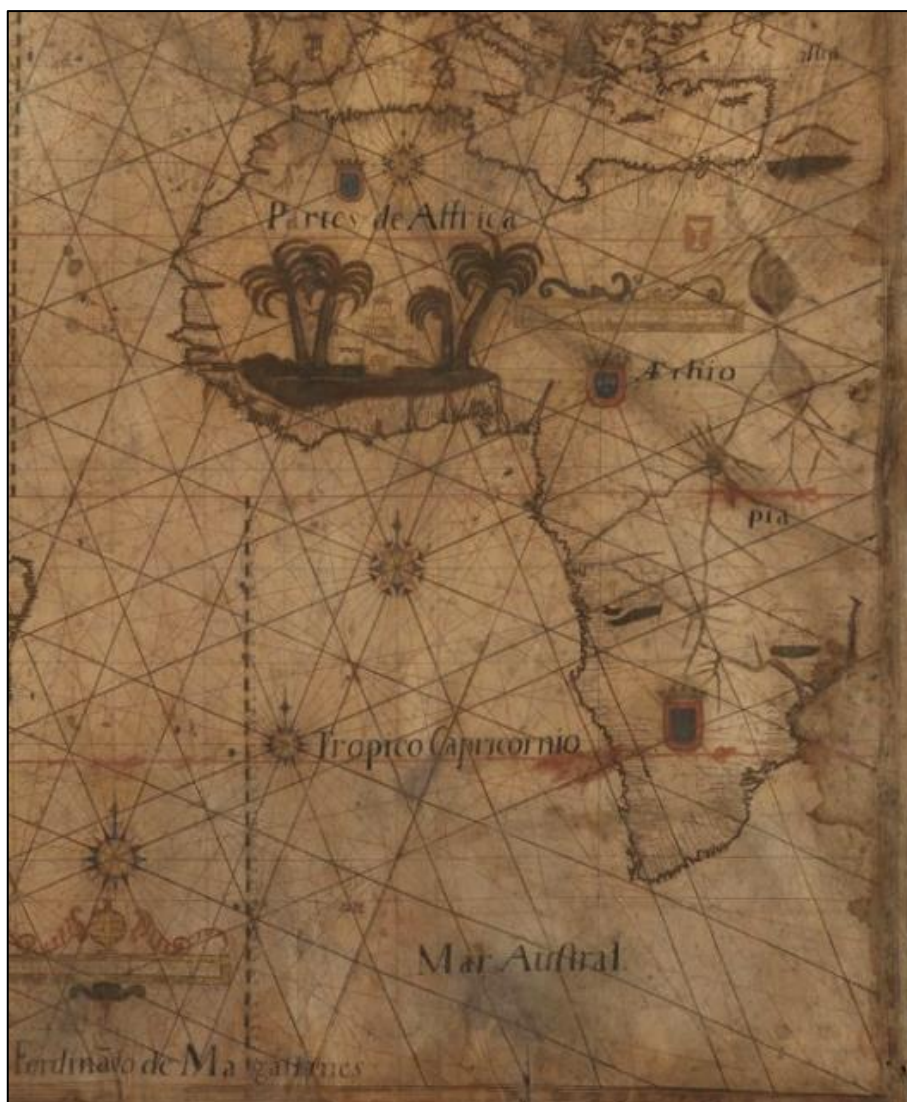


Figura 48 – África na Carta Atlântica de Bartolomeu Lasso (1584). Dois lagos ou ilhas, extremamente ampliados são visíveis na região do Alto Nilo, que se liga, por sua vez, a um curso de água que descendia da África Austral. Adjuvante à informação prestada, podemos também reconhecer a união das Coroas Ibéricas, assim identificável pela inclusão de um brasão de armas de Castela sob a Península Ibérica.

Naturalmente, as novas descobertas, bem como o melhor conhecimento dos rios na orla costeira, permitiu aos cartógrafos incorporarem nas cartas alguma informação fidedigna, ainda que maioritariamente enviesada por superstições ultrapassadas. Como explica Francesc Relaño, os mapas tardo-medievais, os quais serviam de fonte para os cartógrafos portugueses, “all followed a pattern of primarily using abstracted flows from depicted mountains towards lakes or the sea⁹⁰”, sendo que não havia “any spatial correlation to an immediatly identifiable river, but a notable exception was depictions of the Nile River (...) for the lenght of the river”

⁹⁰ Este estilo artístico fora apropriado na cartografia de Diogo Homem e de Bartolomeu Velho, casos onde pulula uma ornamentação hidrográfica e orográfica desfasada da realidade, de forma a contrariar um vulto de incertezas e dúvidas resultantes do desconhecimento da região.

(Cunningham e Manquen, 2020: 31). Cumulativamente, as investidas portuguesas em rios de grande largura e comprimento, bem como a concepção medievalista de que África poderia ser cruzada através de um rio unificador do oceano Atlântico ao oceano Índico na região meridional, fez crer que a nascente do rio Nilo, um grande lago central, seria a mesma fonte de conexão do ramo ocidental e oriental que cortariam o continente africano (Ramos, 1998). Desta forma, viu-se retornar na segunda metade do século XVI a crença de que a África Meridional era bisetada entre o Norte e o Sul⁹¹, e ainda, perpendicularmente, “numa visão que fazia do Nilo o rio que dividia a África oriental e a África Ocidental⁹²” (Curvelo *et al.*, 1999: 19). Ramos (1998) informa que dada a extensão exacerbada do rio Nilo, convencionou-se que este estaria ligado a um conjunto de rios de África, partilhando a mesma nascente, nomeadamente do Zaire, e chegando tão longe quanto o atual Zimbabwe. Há casos suficientes na cartografia portuguesa e estrangeira (espanhola, francesa e italiana) onde se apresenta uma embocadura de uma largura inusitada e com uma rede de afluentes vasta, disseminando-se de um lago também ele bastante alterado em tamanho.

3.2 Preste João - O mito, a lenda, o aliado cristão

A lenda do Preste, ou Presbítero, João começou no século XII, quando, à corte de Manuel II, imperador do Império Bizantino, se faz chegar, por via de um mensageiro do dito Preste, uma carta a si endereçada oferecendo-lhe ajuda contra os infiéis e a dar notícia da sua terra, com várias descrições da sua fauna, flora, extensão geográfica, riquezas e poder militar. No parágrafo 10 da *Epístola* do Preste lê-se, “I am a devout Christian, and everywhere do we defend poor Christians, whom the empire of our clemency rules, and we sustain them with alms”⁹³. Embora o significado do próprio Preste, e daquilo que este representa, possa ser analisado em várias semânticas, aquela que aqui nos traz é o significado do Preste enquanto figura mítica na cartografia e a influência que este teve na expansão portuguesa.

Cartograficamente, a consolidação do Preste nos mapas de África e a sua sequente figuração foram lentas, sendo primeiramente evidenciadas no século XIV, mas fora particularmente

⁹¹ A sul do rio ficava a África Austral, sensivelmente a atual África do Sul.

⁹² Neste caso, a África dividir-se-ia, sensivelmente, numa “reta fluvial” entre o Cairo e o Cabo da Boa Esperança.

⁹³ Tradução de Michael Uebel (2005), *Ecstatic Transformation – On the uses of alterity in the Middle Ages (...)*, p. 155.

significativa nos séculos XV e XVI. É, sensivelmente, nesse período que o cartógrafo começa a legendar a imagem do Preste com detalhes da sua corte, gente e riquezas (Ramos, 1991). As primeiras referências ao Preste suportam que a sua corte estava sediada nas Índias, lugar predominantemente localizado no Médio Oriente e Ásia, mas também associado à África Oriental. Este espaço geográfico polarizado, perdurou por várias razões, as quais aqui não compete aprofundar, mas uma delas, e a que me parece mais pertinente para esta discussão, foi a premissa de que a Índia teria sido desde a Antiguidade Clássica a nomenclatura usada quando se referia aos territórios do Médio Oriente, que contemplavam na altura a bacia do Mar Vermelho. Segundo Peter Russell, no século XIV,

...cosmologers and cartographers of those days considered the land between the Nile and the Red Sea, where the Prester was now established, to be part of Asia. Phrases like India Tertia or India Ethiopia were regularly used by them to describe the new location of the Prester's kingdom. In consequence it was entirely appropriated to refer to his subjects as Indians (Russell, 1997: 406).

Ainda que bastante desmesurada da realidade medieval, onde as riquezas pareciam infinitas, ou pelo tamanho surreal do exército ao seu dispor, a ideia de um cristão entre os infiéis nos confins das Índias perdurou, desencadeando sequentes expedições em sua busca⁹⁴. Era prolificamente conhecida nas cortes Europeias e Orientais, a carta que deu início a uma cruzada cristã pelo Preste. Contudo, só no século XIV, justamente com a publicação da obra do frade Jordanus de Severac, é que se denota uma pertinente influência na orientação da localização do Reino do Preste, ganhando forma geográfica (menos especulativa) e uma fronteira relativamente definida. No princípio do século, ao escrever a *Mirabilia Descripta*, Jordanus posiciona o Preste João e o seu potentado na região noroeste do continente africano, mais propriamente na Etiópia⁹⁵ (Ferrand de Almeida, 1999). Embora ainda um tanto abstrata por não comportar uma fronteira política bem delimitada, contrapunha-se às Índias “clássicas” por ser um lugar cognoscível aos viajantes medievais e menos dúbio na sua territorialização. Esta justaposição levou a que, nas décadas que se seguiram, vários reinos europeus procurassem consagrar uma aliança com “the emperor of the Ethiopians” (Jordanus, 1863, Cap. VI: 42), tanto pelo seu poderio militar como pelas riquezas que auferia.

⁹⁴ Ver a tradução de Michael Uebel (2005), p.155-160.

⁹⁵ *Ibidem, idem*. Francesc Relaño, com base na obra de Jordanus de Severac, *Mirabilia Descripta*, afirma que esta noção adveio de relatos da existência de um Imperador Etíope na India Tertia, “whom you [Europeans?] call Prester Johan”, p. 68.

A constante mudança da localização do Preste não foi, contudo, arbitrária ou infundamentada. Relaño (1997) explica que independentemente das variações territoriais que o Preste tome, todas confluem em assumir que a Etiópia seria uma das três partes das Índias⁹⁶. Foi, finalmente, “a partir do século XIV em diante, que as expetativas se viraram para a África Oriental” (*idem*, 1997: 68). Segundo Relaño, terá sido Giovanni da Carignano quem primeiro atribuiu ao Preste João a naturalidade africana, visto que terá identificado este na região etiópica da África, no primeiro quartel do século XIV. No entanto, dado o mau estado da reprodução existente da carta do genovês, Relaño lança algumas dúvidas à primazia de Carignano neste feito, deixando alguma margem para dúvidas. Posto isto, é correto afirmar que atualmente deverá ser dado o crédito da relocação do Preste para África a Angelino Dulcert, quem primeiro o identificou na África Oriental, mais propriamente no Alto Nilo, na sua carta mediterrânea de 1339 (Relaño, 1997 & Kurt, 2013).

Ainda assim, e como veremos, a opinião sobre a localização do reino do Preste João raras vezes foi unânime. Aliás, Francesc Relaño explana que, se por um lado as Índias a que muitos autores recorrem para justificar a localização desta figura, são por si só anacrónicas e questionáveis quanto à sua localização geográfica, mais se poderá dizer que a presença geográfica do Preste é, e será, porventura, para sempre uma verdadeira incógnita, visto que “as Índias”, não passavam de uma denominação arbitrária e apátrida, carente de uma delimitação espacial concreta dos domínios do Preste, desde logo meramente especulativa. Na alegada carta do Preste a Manuel II, o mesmo esclarece apenas que as suas terras se estendem pelas três Índias.

...Our magnificence dominates the three Indians, and our land extends from farthest India (...) to the place where the sun rises, and returns by the slopes of the Babylonian desert near the tower of Babel (Ubel, 2005: 155).

Por sua vez, a transição iconográfica, de imagens associadas ao Preste (a sua figuração, tendas), para o continente africano é incerta, sendo evidenciada já tardiamente em Portugal (apenas no século XVI), embora se conheçam muitas cartas antecedentes com a inclusão da imagem do Preste (desde o século XIV). Haveria, no entanto, comprovável por fontes documentais, já desde o século XV, interesse por parte da coroa portuguesa em alcançar o Preste e descobrir um caminho para o seu potentado. Numa expedição a África, Usodimare, um explorador genovês ao serviço do Infante D. Henrique, recorda numa carta que escreveu ao seu credor

⁹⁶ Entre as pág. 63 e 63 da sua tese de doutoramento, Francesc Relaño (1997) desenvolve uma discussão crítica em torno da questão das Índias e a possibilidade da localização africana do Preste advir da noção que a Etiópia, no noroeste africano, fazer parte da Índia clássica, isto é, das fontes documentais da antiguidade clássica e princípios da era medieval.

genovês, postumamente publicada, que a terra do Preste não estaria a mais de “ccc léguas até o país do Preste João, não digo até à sua pessoa, mas sim até onde começa o seu território” (Usodimare como citado por Godinho, 1956: 99-100). A aparente proximidade do reino mostrar-se-ia, quase um século depois, errônea, não deixando ainda assim de contribuir para a perenidade de erros conceptuais sobre a localização geográfica do Preste, posicionando-o na Etiópia, bem como aos seus domínios, que por vezes se estendiam quase até à costa ocidental africana (Ferrand de Almeida, 1999). Já anteriormente aludido, o mapa mundo de Fra Mauro tomara também partido na inconsistência deste mito na cartografia portuguesa. Michael Brooks explica que Fra Mauro, socorrendo-se de fontes autóctones, da *Epístola*, e de outras fontes secundárias terá, erroneamente, hiperbolizado desmesuradamente o reino do Preste, atribuindo “the land of ‘Abassia’, (...) as the central region of the immense kingdom of Prester John (...)”. Cumulativamente, a “Abassia is depicted in the map with large castles and palaces that exceed those of any other African potentate” (Brooks, 2014: 149).

As fontes documentais portuguesas quatrocentistas foram largamente importantes para os cartógrafos, uma vez que estavam repletas de referências ao Rei-Cristão, e de informações correntes sobre a procura deste por parte dos reis de Portugal. Na Crónica de Gomes Eanes de Zurara, o cronista enumera um conjunto de razões para a conquista da Guiné e sequente exploração marítima da costa africana, entre as quais deve-se destacar neste capítulo, a quarta razão, onde o mesmo diz, ainda que implicitamente, que procura em África a ajuda de um soberano cristão, muito provavelmente referindo-se ao Preste João das Índias.

...porque de xxxj. annos que avya que guerreava os Mouros, nunca achou rey christião, nem senhor de fora desta da terra, que por amor de nosso senhor Jhu Xpõ o quysesse aa dicta guerra ajudar. Querya saber se se acharyam em aquellas partes alguns príncipes xpaãos, em que a caridade e amor de Xpõ fosse tam esforçada, que o quisessem ajudar contra aquelles imigos da fe (Zurara, 1841, Cap. VIIº: 47).

A enunciação desta razão não é só esclarecedora, como constata uma intenção propositada, mas não única, no advento das navegações aquando da busca de novas terras. O Infante conheceria certamente a lenda do Preste João e antevia uma oportunidade imprescindível, em receber a gloria e honra de o encontrar, e a possibilidade de se aliar na luta religiosa contra os muçulmanos do Magrebe. J. Okoro Ijoma pressupõe que o trabalho missionário, embora fracassado em alguns focos dos monarcas portugueses, nomeadamente no Reino de Benin (referido toponimicamente nalgumas cartas), fora em parte impulsionado por se acreditar que alguns destes povos costeiros seriam facilmente evangelizados uma vez que “serviriam vassalagem a um potentado distante chamado Ogane. [Consequentemente] Essa ideia deu-lhes

uma imagem romantizada do grande Preste João” (Ijoma, 1982: 44). O fracasso dessas buscas no reinado de D. João II, também fracassado no de seu pai, descredibilizou a ideia que o Preste se localizaria na região ocidental, levando a que se deslocasse a sua corte e o seu reino para o Oriente, tendo no ano de 1487 enviado Pero da Covilhã e Afonso de Paiva (...) pelas rotas do Levante”, ordenando-lhes que “não regressassem ao reino enquanto não encontrassem o Preste” (Ferrand de Almeida, 1999: 263).

Contrariamente à evolução literária circulante, entre a centúria de trezentos até à centúria de quinhentos, denota-se uma clara descontinuidade no arcaísmo asiático do Preste e adota-se, gradualmente, a representação na África Oriental como o espaço embrionário do reino e domínios do Preste João, e da sua “casa” inclusive (Ramos, 1998). Concomitantemente, nesse período incerto e de certo modo de transição, após o sucesso do périplo de África, perante a crença ou esperança de um Preste (africano) “próximo” (pelo menos em relação aos esforços antecedentes), Pedro Álvares Cabral terá levado consigo, na segunda expedição à Índia, degredados letrados no árabe, a mando de D. Manuel I, com a intenção de libertá-los nas cidades costeiras de África com o objetivo de procurar saber, sertão adentro, notícias do mítico Preste João. A “operação” régia que levou a este acontecimento fomentara cada vez mais esta procura secular, e assim o afirma Barros nas *Décadas da Ásia*.

“...neste lugar [Melinde], leixou Pedroalvares Cabral dous degredados dos que levava, e a cousa de os aqui deixar era, porque lhe mandava El Rey D. Manuel, que como fosse nesta costa [oriental], leixasse nella alguns dos degredados que levava, pera irem per terra descobrir o Preste João, por ter sabido que per esta costa poderia ir ao interior da terra daquele sertão”, tomada esta ação, deixa ainda “cartas d’El Rey D. Manuel pera o Preste” (Barros, 1777, D. I, L. V, Cap. III: 406-07).

Não só este aliado se mostrava disponível na luta contra o islamismo, como oferecia aos senhores que o visitassem, riquezas incontestáveis, como ouro, seda, cavalos, entre outros bens altamente cobiçados pela alta sociedade mediterrânea e europeia. Na cartografia portuguesa, a evidência do Preste floresceu, particularmente, na segunda metade do século XVI, surgindo ilustrado iconograficamente pela primeira vez no Planisfério de Pero Fernandes (1545) (fig. 49), na Etiópia Oriental (perto de Magadoxo), a segurar um ceptro com uma cruz no topo e a usar uma indumentária semelhante à das ordens eclesiásticas.



Figura 49 – Imagem do Preste João no Planisfério de Pero Fernandes (1545). Pela primeira vez na história da cartografia portuguesa é representado o Preste em pessoa, muito à luz dos testemunhos literários, ainda que não consensualmente descrito. A própria feição do Preste apresenta um tom de pele pardo, não totalmente negro, o que será particularmente importante dado o testemunho do Padre Francisco Álvares (na expedição de 1520-26).

Curiosamente, antes da década de 40 do século XVI, não há, senão em descrição gráfica (toponímica), menção ao Preste João nas cartas portuguesa. É, inclusive, ainda que o reportório de cartas deste período seja escasso, rara a referência à localização ou descrição geográfica das terras do Preste, sendo-me possível identificar apenas uma, já em 1502, no Planisfério de Cantino (fig. 50), onde o cartógrafo se limitou a escrever “Terra de Preste Juam”, geoposicionando-o quase no centro do continente africano, entre o trópico de Câncer e a linha equatorial. Assim, no caso português, a figura do Preste foi transitiva em diferentes espaços geográficos de África, tendo a sua procura circulado grande parte do continente (Relaño, 1997). Contudo, é notório que a busca pelo Rei-Cristão se deu, maioritariamente, entre a África Meridional e a África Oriental, verificando-se, portanto, uma maior credibilidade de que o reino do Preste e a sua *persona* seriam, aproximadamente, na região do Alto Egipto (“Sub Egiptus”). Não obstante, continuava a haver, como parece refletido na cartografia, uma certa incerteza quanto à localização do reino do presbítero, o que se revela pela inconsistência na cartografia portuguesa e, em certos casos, até na inconformidade entre as cartas do mesmo cartógrafo (*idem*, 1997).

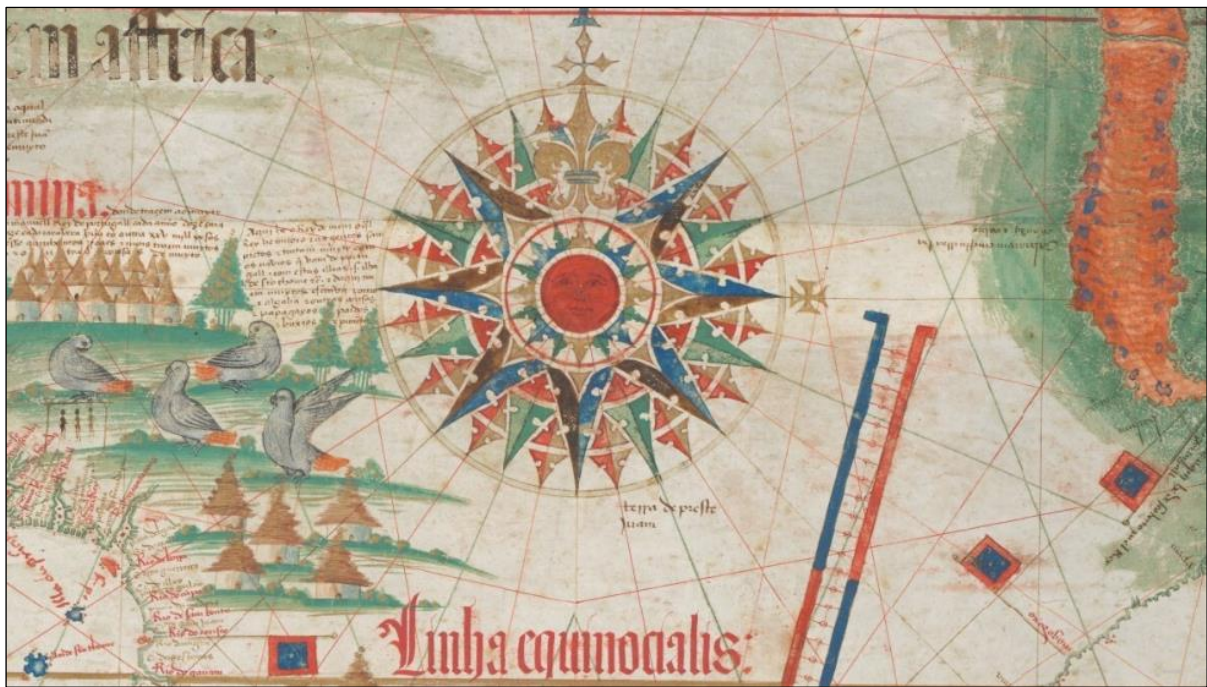


Figura 50 – Planisfério de Cantino (1502). Localizado na quase no centro de África, o território do Preste João é meramente identificado toponimicamente e com um tamanho de letra reduzido. Ainda que meramente especulativo, parece-me que essa característica “esconde” uma incerteza sobre o mito do Preste ou, mais propriamente sobre a localização do reino deste.

A autenticidade da lenda do Preste João foi tardiamente desvanecida, provavelmente pelas incessantes buscas, nomeadamente pelos Portugueses, que usaram intuitivamente a expansão marítima e a procura por uma rota marítima para a Índia como meio para saber boas novas sobre a lendária figura medieval. Nas palavras do professor Manuel João Ramos (1991: 62), a razão dessa descrença resultou de uma “transfiguração radical, que se completou durante o século XVII”, tendo sido “progressivamente desarticulada, com as viagens marítimas e terrestre (...) para oriente, e à subsequente transformação dos quadros geográficos e cosmológicos europeus”. A ambição em fazer uma aliança religioso-militar com um Reino Cristão africano, como forma de mitigar o poderio Otomano no Norte de África, fomentou não apenas a sedimentação da residência do Preste na Etiópia, como permitiu que se incorporasse e expandissem cartograficamente as referências a este durante o período dos Descobrimentos (Kurt, 2013).

Estranhamente, a cartografia portuguesa, contrariamente à cartografia catalã ou maiorquina, renunciou, na generalidade das cartas, à identificação textual ou figurativa do Preste, ainda que os esforços para que o encontrassem fossem, a cada reinado, redobrados. No capítulo XVI da sua obra, Zurara menciona que Antão Gonçalves, um explorador e navegador português, havia cativado um grupo de gentios, não descendentes de mouros, que podiam dar boas novas sobre as terras do *hinterland* africano. Quando as notícias chegaram ao Infante, ele ordenou que o

cavaleiro Antão Gonçalves retomasse viagem e procurasse saber mais sobre as Índias e o paradeiro do Preste João⁹⁷. Curiosamente, na obra do Padre Francisco Álvares ficamos também a perceber que o Preste João é um título nobilitário e hierárquico. O título Preste, além da conotação eclesiástica de presbítero, poderá ainda ser compreendido como Senhor ou Rei. Esta é uma importante nota à dinâmica temporal da busca pelo Preste. Percebemos assim, que na cartografia e nos documentos textuais medievais e modernos, o título Preste João é polissêmico (ou pelo menos abarca mais do que uma “entidade”). Justamente por isso, o Padre Francisco Álvares demonstra por várias vezes, que houve ao longo do tempo, vários “Prestes” ou Reis nos vários reinos ao jugo do Preste João, sendo que estes eram igualmente intitulados Prestes. A abrangência semântica do título ‘Preste João’ requer toda uma nova análise conceptual sobre a importância desta figura e a perenidade deste mito, bem como as consequências diretas e indiretas que dele incorreram⁹⁸.

Como vimos anteriormente, o mito do Preste e das nascentes do Nilo andavam de braço dado pelo que, segundo Ramos (1998: 43), foi precisamente pela desinformação sobre a rede hidrográfica do continente africano, que “a cartografia europeia fez confluir a representação do rio Nilo (...) com as informações geográficas sobre a Etiópia, prestadas pelo Padre Francisco Álvares. Deste modo, o espaço etíope ganhou uma maior dimensão relativa em muitos mapas (...), [por conseguinte] a Etiópia não apenas era trazida para o interior de África, mas como que se confundia com ela”. Dessa forma, Relaño (1997: 66) reforça que dada a ambiguidade “of the general geography of the letter and the particular site of Prester John (...). It cannot be demonstrated by any means that this was necessarily his homeland”.

Essa concepção mostrou-se pouco popular para a escola de cartógrafos portugueses, que apresentavam uma simbiose em relação à localização do Preste, talvez pelos relatos da época, que tornavam a sua localização quase incontestável. Relembre-se que fora publicada em 1540 a obra do Padre Francisco Álvares, na qual se dá a conhecer a localização dos domínios do Preste e de alguns dos seus subordinados, como por exemplo Barnagais (título nobilitário e não nome próprio). Há, contudo, algumas exceções nitidamente assíncronas no posicionamento do Preste João em algumas cartas conhecidas, sendo elas, maioritariamente, da autoria de Diogo Homem.

⁹⁷ Ver capítulo XVI, *Como Antam Gllz. foie fazer o primeiro resgate*, p.93-98.

⁹⁸ Será interessante ver uma discussão académica sobre esta noção quase de onnipotência e onnipresença de um Rei que não seria, segundo a própria *Carta* (A Epístola do Preste a D. Emanuel), menos carne e osso que os restantes Senhores da cristandade.

Nas palavras de Campos (1996: 78), embora a cartografia portuguesa não tenha sido “profícua na representação do Presbyter Iohannis⁹⁹, a menção escrita surge por diversas vezes”. Corroborando esta análise, devo reforçar, como mencionei anteriormente, que só na segunda metade de quinhentos é que vemos uma extrapolação imagética do Preste, mas quase exclusivamente escrita, sendo que cada cartógrafo aborda esta figura mítica à sua maneira. Ramos, denota que, na carta náutica Kunstman IV de 1519¹⁰⁰, também conhecido como Planisfério de Magalhães, já se identifica o rei-cristão como “o Rei da Abássia é poderosíssimo e cristão. Tem sob o seu ceptro reis e chefes”. Precedente a esta, a Carta Catalã de 1450¹⁰¹ diz, no texto adjacente à imagem do Preste o seguinte, “en sta provincia sta lo gran anpador presta iohan / Senyor deles Indies quals son negros p[por] natura”. A sedimentação da natureza etiópica do preste, isto é, da terra dos “cara-queimada”, é paulatinamente enraizada na cartografia europeia, antecedendo logicamente, e assim preparando o terreno, para a construção cartográfica portuguesa que destas se influenciou.

Como já referi, nem todos os cartógrafos seguem a mesma linha aquando da representação ilustrativa do Preste ou na terminologia a utilizar. É interessante verificar algumas cartas que apresentam essa desarmonia na designação do Preste, tome-se como exemplo o Planisfério de Lopo Homem (1554)¹⁰² (fig. 36), a Carta Universal de Bartolomeu Velho (1568) (fig. 51), o Planisfério de Domingos Teixeira (1573) (fig. 42), ou os Atlas de Fernão Vaz Dourado (fig. 52). Cada um dos cartógrafos, e respetivas cartas, descrevem o Preste à sua maneira, Lopo Homem limita-se a denominá-lo como “O Preste”, Bartolomeu Velho substitui a nomenclatura previamente usada noutra carta sua¹⁰³, substituindo-a na carta de 1568 por “O Preste Joã”, já Fernão Vaz Dourado descreve-o por “O Preste Ioam”.

⁹⁹ Na *Carta universal de navegação...*, fôlio integrante do seu Atlas de 1559, André Homem, descreve pela primeira e única vez, graficamente, como “Preste Yoanis”, incorporando nomenclaturas transfronteiriça.

¹⁰⁰ Versão fac-simile, a cores, disponível na Biblioteca Nacional de França, cota CPL GE AA-564 (RES).

¹⁰¹ Biblioteca Estense, cota C.G.A.1.

¹⁰² Ver p. 71. A localização do Preste João é acusada pela imposição gráfica do seu título na Etiópia Oriental. Além dessa alusão, vários outros espaços são identificados com toponímia (“Europa” ou “Bonasper”), o que demonstra a importância do Preste e a sua inclusão na carta.

¹⁰³ No Planisfério de 1561, Bartolomeu Velho decide denominar a região do Preste, e a si subordinada, da seguinte forma, “Preste i Imperio”.

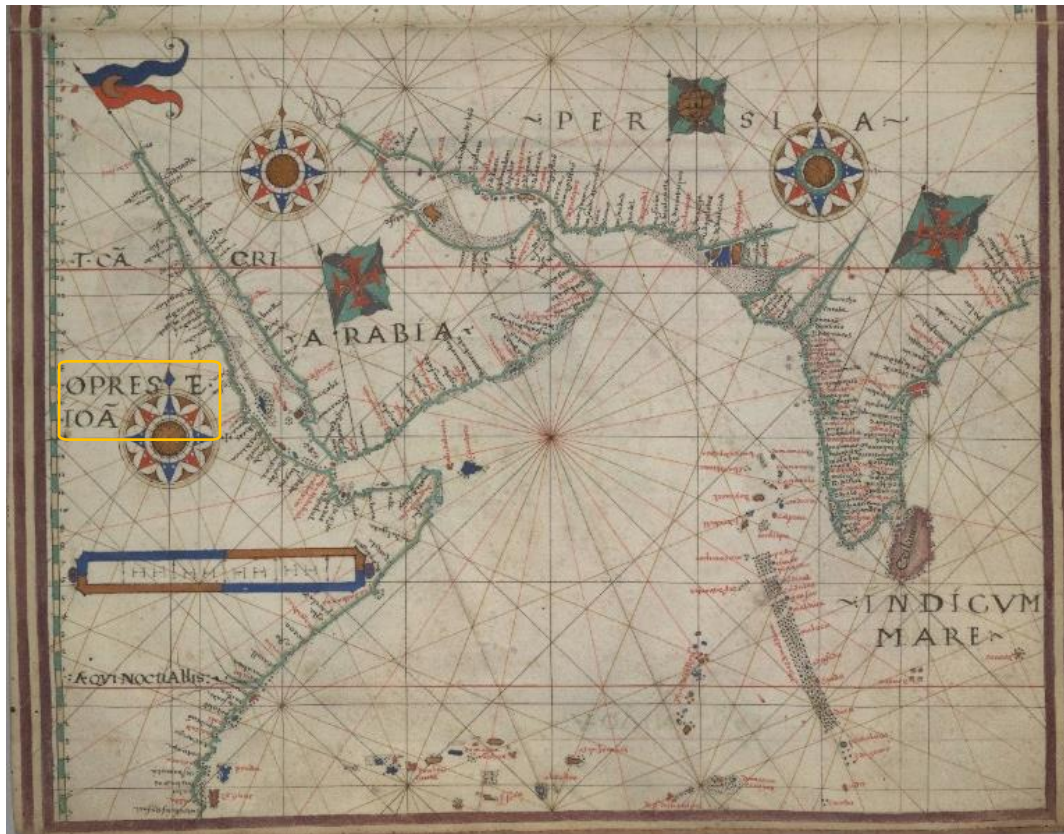


Figura 51 – Recorte da Carta do Noroeste do Oceano Índico de Bartolomeu Velho (ca.1568).



Figura 52 – Carta do Noroeste do Oceano Índico de Fernão Vaz Dourado (1571).



Figura 53 - Projeção da região da África Meridional e Austral no Mapa-mundo de Diogo Homem (1568). Poder ler-se junto de Quiloa, “presbit.j.tra”.

Na opinião de André Ferrand de Almeida, a razão pela qual o fervor cruzadístico português na busca pelo rei mítico durou quase duas centúrias, adveio, provavelmente, da ignorância intelectual que havia sobre a geográfica da Ásia e de África, levando o Ocidente a crer que nessas regiões do mundo haveria reinos tão poderosos, ricos e populosos como nunca visto. Desse modo, para Ferrand de Almeida (1999: 259), “o desconhecimento geográfico de toda a África sub-sahariana e a imprecisão das notícias que tinham sobre a Ásia e, sobretudo, acerca dos territórios banhados pelo Oceano Índico tornavam ainda mais difícil o conhecimento da situação real dos cristãos da Etiópia e do Oriente”.

Esta demanda de poder pela luta religiosa que se enfrentava no norte de África e no Médio Oriente, levou a que a lenda do Preste se perpetuasse como último reduto de esperança contra o Islamismo, que punha em causa a soberania religiosa do Cristianismo. Havia, assim, uma espécie de dinâmica de poderes religiosos que via no Preste João um aliado na cruzada cristã, mas que ao mesmo tempo acarretava obrigações evangelizadoras, particularmente para os portugueses, embora estes não tomassem esta premissa seriamente até ao reinado de D. João II (Rubies, 2011). Alexander Kurt explica que a ambiguidade na contínua representação do Preste,

ainda que amplamente refutado pelas expedições quinhentistas e constante incoerências entre o conhecido empiricamente e a fábula da *Epístola*, é notória no cosmógrafo Sebastian Münster. De acordo com Kurt (2013: 319),

... on one hand he deemed' the identification of Ethiopia with the kingdom of the Epistola Presbyteri Joannis [to be] an amusing rusticity; yet the Africa of his world maps in the 1540s places below Nubia these words between two branches of the Nile Hamarich sedes Preste Johan'—Amhara, seat of Prester John.

Aquilo que Kurt reconhece na cartografia de Münster é transponível para todo um repertório de cartas europeias, das quais as portuguesas não são exceção. É esta descrença galopante na ideia de um Rei-Cristão magnânimo em África, cujas provas se vão mostrando irrefutáveis, mas a continuidade desmedida e irracional de identificar e caracterizar equivocadamente o Preste, parece desequilibrar a balança na racionalidade artística e intelectual.

Na verdade, os testemunhos não faltam, ainda que não presenciados. Conhece-se, por exemplo, um relato de Duarte Barbosa, marinheiro português, que em 1516 fez uma descrição sucinta, mas elucidativa da presença portuguesa no Índico, nomeadamente na costa oriental africana, na qual descreve, entre outras coisas, as cidades portuárias e a potencialidade mercantil. Além disso, dedicou ainda um pequeno capítulo ao Reino do Preste João. Nesse mesmo, Barbosa evidencia um conhecimento *a priori*, provavelmente da tradição literária e oral da lenda do Rei Cristão, afirmando que este reinava não longe da costa oriental africana e que todos os seus habitantes seriam cristãos, desde tempos ancestrais. Segundo Barbosa (1946: 33), “no mesmo sítio destes lugares mouros, entrando pelo sertão está um mero grande reino de Preste João, e que os mouros chamam Abexim” e seriam todos, “em geração, cristãos de tempo da doutrina de bem-aventurado S. Tomé”. Bragard (2012) alude para a importância da “referência cristã” que Barbosa faz na sua Carta Oriental sobre o Preste e à possibilidade de o alcançar por terra a partir da África Oriental, mas alerta que a primeira descrição fiel e empírica do Preste e do seu reino adveio poucos anos depois com a notícia da expedição feita pelo padre Francisco Álvares em 1520 à Etiópia.

Iconograficamente, predominam duas representações do Preste (ambas na África Oriental), numa aparece sentado numa poltrona, em diferentes posições e orientações; na outra, surge em pé. Complementarmente, este é sempre representado com algum acessório religioso, quase que a modo de identificador da sua *persona* eclesiástica. Geralmente, seguindo já elementos representativos anteriores, a cartografia portuguesa procurou sempre apresentar um Preste João

cristão, por norma, próximo das “nascentes do rio Nilo, sentado num trono ou diante de uma tenda” (Curvelo *et al.*, 1999: 17).

Nas cartas portuguesas é geralmente ilustrado a segurar um ceptro com uma cruz no topo, e quase sempre com um vestuário singelo e representativo dos costumes eclesiásticos, a touca e a batina. Deste modo, as representações iconográficas conhecidas, parecem estar em consonância com as referências textuais da época, notoriamente com o texto do Padre Francisco Álvares. Uma das mais próximas da imagem do Preste que Álvares nos apresenta é aquela que nos chega de Sebastião Lopes (1565) (fig. 54), particularmente no desenho e pintura da poltrona de ouro e da cruz de madeira, ou pelo menos na ilusão cromática que estes elementos fazem trespassar para o leitor da carta, dotando-a de um simbolismo amplamente inspirado no relato das tradições do Reino do Preste (Campos, 1996).

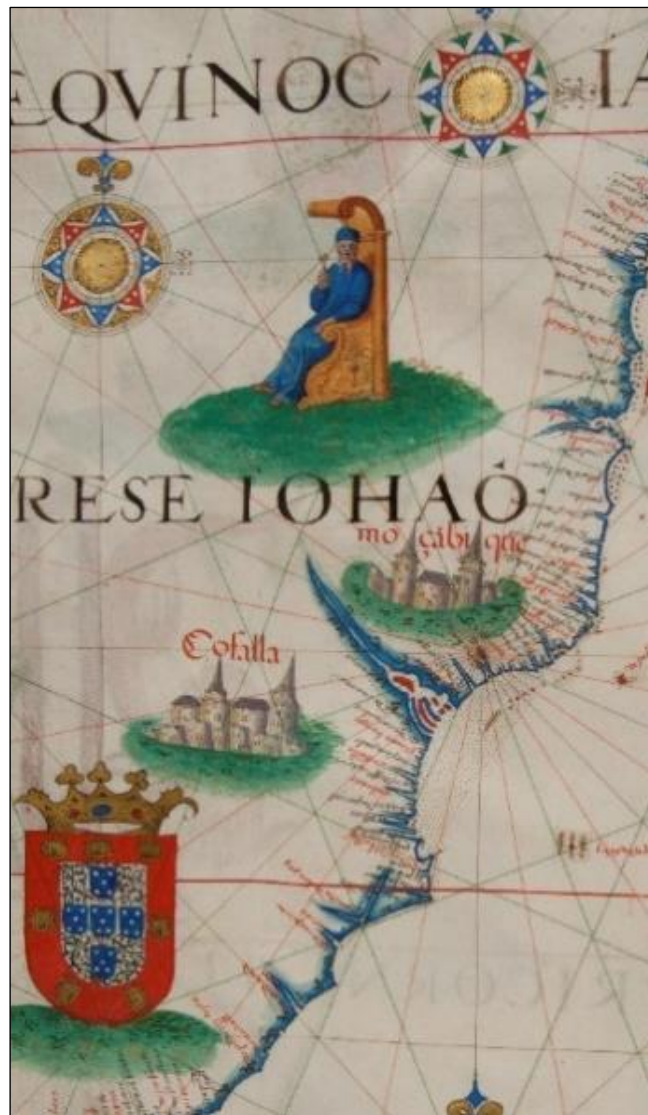


Figura 54 - Ilustração do Preste João numa poltrona na África Oriental, presente no Atlas de Sebastião Lopes (1565), *Carta do Sudeste de África e Madagáscar* (fólio 16).

Segundo o Padre Francisco Álvares (1540: 219), o Preste seria “novo e não muito preto, seria de cor castanha de maçã baionesa não muito parda e tem sua cor bem gentil-homem”, contrastando com a imagem proto cartográfica do Preste europeizado, imaginado enquanto tal no que concerne ao tom de pele e aos traços faciais (Brooks, 2014). As recentes descrições quinhentistas davam azos a que se desenvolvesse, prolificamente, uma ambiguidade entre cartas náuticas e referências textuais (crônicas, relatos, livros de viagem, etc), evidenciando-se entre os séculos XV e XVI uma “miscigenação” na representação dos traços fisionómicos do Preste (Ramos, 1998). É revelador perceber que, “à medida que a sua presença na cartografia de África se vulgarizava, a indefinição quanto à cor da sua pele aumentava” (*idem*, 1999: 42), começando a verificar-se cada vez mais, nas representações mais recentes, uma tendência em atribuir ao Preste características exóticas concordantes com a dos povos de África ou Ásia Ocidental [Médio Oriente] (Brooks, 2014), mas atribuindo-lhe características europeias (tom da pele mais claro, indumentária e traços psicológicos).

Na verdade, a opção por representar a imagem do Preste nessa época é explicável em parte pela posição tomada pelos cartógrafos portugueses desde que se iniciou o ofício cartográfico português. O simples facto de desconhecerem empiricamente o Preste pode ser uma das razões da omissão da sua figura nas cartas. Não seria a primeira vez que a razoabilidade suplanta a “promiscuidade” dos cartógrafos catalães ou italianos, na procura por uma representação cartográfica o mais fidedigna possível. Além disso, a cartografia que nos chegou até hoje, foi maioritariamente uma cartografia de aparato ou, direi até uma cartografia oficial¹⁰⁴, seguindo critérios mais ou menos semelhantes, denotando-se pequenas variações impactantes entre as cartas. O estilo iconográfico pouco varia, no sentido em que se procura sempre ilustrar primeiro o que se conhece, ou tem conhecimento por fontes “fidedignas”, apenas depois se postula e enriquece com imagens menos fiéis. Assim, é explicável que apenas após ser publicado o Livro de Francisco Álvares, um testemunho quase irrefutável (por se suportar em relatos empíricos), os cartógrafos tenham tomado liberdade de apropriação da informação que daí advinha. Marocci (2016: 46) relembra a importância desse marco histórico, pois “we owe the description of him [Preste] to the Portuguese priest Francisco Álvares. (...) [and] we can see also this literary description transposed in iconography, as in a detail from a map that the

¹⁰⁴ A maioria das cartas segue uma orientação unilateral na perspetiva ilustrativa, parece-me. Os cartógrafos mais referenciados são quase sempre ligados à Coroa portuguesa, seja por terem trabalho diretamente para esta ou por requererem licença para fazer cartas de marear. A cartografia anónima, presumivelmente portuguesa, de que muito de especula que ainda esteja por identificar, poderá ser uma porta de embarque para uma aferição mais abrangente da iconografia, particularmente no que concerne aos mitos cartográficos.

Portuguese cartographer Diogo Homem made in 1558”, que Marcocci refere contrastar com a imagem humanista italiana de um Preste João branco.

Não contrariando a proposta de Giuseppe Marcocci sobre a possível influência que Francisco Álvares terá tido na criação do Preste de Diogo Homem, devo referir que me parece menos óbvio do que em outras cartas de outros cartógrafos, sendo, para mim, menos claras e concisas as influências cartográficas e literárias de Diogo Homem (ou do iluminador das suas obras). Ao fazer a colação entre a ilustração do frontispício do poema “The Great Magnificence of Prester John, Lord of Greater India and of Ethiopia” de cerca de 1499 (fig. 55), cuja iluminura é de autor incógnito, com a imagem presente no Atlas Queen Mary, percebemos num primeiro relance que Homem terá conhecido, no mínimo, a imagem apresentada no princípio do poema, denotando-se semelhanças na indumentária do Preste, no trono que ocupa, bem como nas expressões físicas, particularmente na cara ou e na gesticulação dos membros (braços e mãos). Deste modo, podemos ter um pequeno vislumbre da clarividência por detrás da construção imagética do Preste por Diogo Homem (fig. 56). Michael Brooks enfatiza, na sua análise à ilustração anónima, que a imagem do Preste é a de uma figura tanto religiosa como soberana, provavelmente para manter a crença de um Preste João rei e patriarca, além de lhe serem atribuídas maneirismos papais, como o movimento de bênção sobre os “suplicantes”. Nas palavras do próprio:

Prester John in this imagem [do frontispício] appears to be blessing the supplicants which remain seated before him, and he holds two fingers in much the same manner as does the Roman Catholic Pope. The image is suggestive of a ruler with both religious and secular authority, certainly in keeping with Prester John’s role as king and patriarch (Brooks, 2014: 156).

Aquilo que se destaca na representação de Homem é um Preste renascentista e europeizado, não menos rei, nem menos cristão do que em qualquer outra representação, por oposição, demonstra uma apropriação dos costumes cristãos mais afincadamente. Lowe (2007 :116) atenta nesse facto e expõe que, “the ruler of Ethiopia is represented as White, wearing clothes and a crown, and seated on a very elaborate Renaissance throne”, e acrescento, com cabelos longos e lisos. Ora, se para Marcocci (2016: 46), a importância do testemunho de Álvares é principalmente importante por “rejected the opinion of influential Italian humanists, who had written that Prester John was a White king (candidus) ruling black subjects (...)”, esta representação é uma contraporoposta autêntica a essa ideia secularmente fustigada. O Preste de Homem representa o expoente máximo do ideário europeu na aclamação de um aliado, que embora fantasiado (passou por ser um lenda entre o século XII e XIII, até que se tornou numa

identidade, aparentemente real, pelas embaixadas enviadas a Roma em seu nome, e, por fim, “comprovou-se” a sua existência pelo contacto português com este, embora se refutasse um século depois esta afirmação), cumpre os requisitos necessários de um aliado política e religiosamente condigno na luta religiosa e política que ocorria em África e no Mar Vermelho. O que se verifica, contrariamente a qualquer outra imagem portuguesa, é uma distorção total das características de uma figura emblemática que até há poucas décadas era um “etíope negro e encarapinhado, mas de certo modo aproximando-se do branco” (Ramos, 1998: 42), que passara depois, propositadamente, a um rei branco entre negros.

Esta preciosa unicidade pode ajudar a revelar por um lado, que as influências dos cartógrafos não eram necessariamente próximas, isto é, não pertenciam à sua rede de contactos (em termos da língua, dos pares ou do meio de circulação da informação) e, por outro lado, permite postular sobre as qualidades artísticas por trás das cartas; serão sempre os cartógrafos a preencher as ilustrações nos seus mapas? Haverá um favorecimento de certas fontes, ditas prevalentes, face aos testemunhos ou relatos mais contemporâneos? Qual será o real propósito na ilustração de determinadas figuras simbólicas (humanas, animais, urbanas, etc) em detrimento de outras? Entre outras tantas.

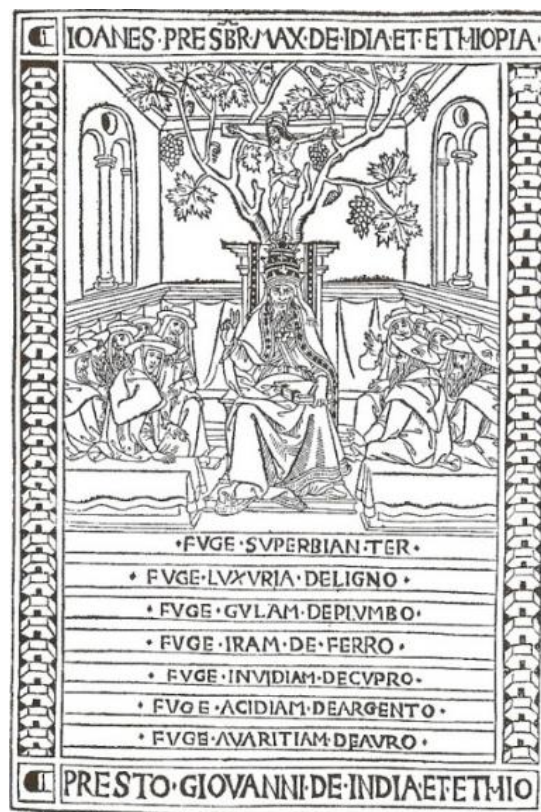


Figura 55 - Ilustração anónima do Preste João no frontispício do poema, *The Great Magnificence of Prester John, Lord of Greater India and of Ethiopia* de Giuliano Dati (ca. 1494-99?). Nesta ilustração, o Preste aparece representado segundo os costumes religiosos cristãos, sendo venerado. O título demonstra a ambiguidade face à real localização do Reino do Preste, atribuindo-lhe o senhorio sobre a Etiópia e a Índia.



Figura 56 – Representação do Preste João por Diogo Homem no Atlas Queen Mary (1558). É inegável a proximidade imagética do Preste de Homem com a ilustração anónima no poema supracitado. Se as diferenças são poucas, como a exclusão do ceptro na ilustração anónima, as similitudes são estonteantes. Desde a semelhança no estilo do trono, a proximidade artística da coroa, a posição em que está sentado (repare-se na posição dos pés), a gesticulação dos membros, e ainda a indumentária e os atributos físicos (a expressão facial e a barba).

4. Representar o espaço ocupado

4.1 Castelo de São Jorge da Mina, uma marca da presença portuguesa

Justamente no âmbito da iconográfica simbólica, vemos florescer, particularmente na segunda metade do século XVI, uma procura incessante em ilustrar as fortalezas portuguesas alusivas aos entrepostos costeiros de função militar e comercial. O caso do Castelo de São Jorge da Mina foi proeminente, surgindo de forma irregular e amplamente eclética na sua estrutura e identificação. O dito castelo ou fortaleza de São Jorge da Mina foi edificado, segundo Duarte Pacheco Pereira (1892, L. 2º, Cap. 5º: 69), no “primeiro dia do mês de janeiro do nosso senhor Jesus Christo de mil cccc oytenta & dous anos [1482]” ao cuidado de Diogo de Azambuja, cavaleiro da casa de D. João II, nomeado capitão-mor da armada que seguiu rumo em direção à Mina para erigir o Castelo que ali se fez, dispondo de materiais e artífices do reino, donde zarparam um total de seiscentas pessoas, entre soldados, feitores, escrivães, e outros encarregados aptos para garantir as funções administrativas do novo entreposto português (Barros, 1778, D. I, L. III, Cap. I). Findada a construção da feitoria, a região seria controlada pela fortaleza joanina, que futuramente passaria a ser tradicionalmente ilustrada através de uma estrutura acastelada (Moura, 1989).

Uma das razões que motivou a construção deste castelo foi a necessidade de defender as várias expedições e embarcações portuguesas que iam ao resgate de ouro, escravos e outras mercadorias, conferindo-lhes um porto seguro de reabastecimento e resgate. Ao dito castelo foi dado o nome “Mina” por alegoria ao seu resgate adotando-se o termo referencial de Mina, Elmina ou A Mina¹⁰⁵, o qual predominou na cartografia, tornando-se um dos principais entrepostos marítimos da costa ocidental africana, a qual por ser muito aurífera se nomeou posteriormente, àquela região, Costa do Ouro (Moral, 2012). O estabelecimento desta feitoria permitiu, portanto, garantir uma continuidade do comércio recém estabelecido com os nativos daquela região, mantendo-se uma estrutura estritamente comercial até ao seu domínio pelos holandeses em 1637 (Bascoriol, 2021).

Erigido num pequeno promontório, o Castelo da Mina rapidamente se mostrou pequeno para o controlo espacial do comércio regional sendo-lhe acrescentada um praça comercial nos anos seguintes na região sudoeste (Joustar e Six, 1989). Além disso, dado o crescimento contínuo do fluxo de mercadorias e pessoas na região, o castelo de S. Jorge da Mina receberia por “carta

¹⁰⁵ Para um maior desenvolvimento sobre a etimologia da região, ver Law, R (2005) Ethnicities of enslaved africans in the diaspora; On the meanings of “Mina” (Again). *History in Africa*, 32, 247-261.

Patente todas as liberdades, privilégios, e preminencia de cidade” em 1486 (Barros, 1779, D. I, L. III, Cap. II: 169). A lucratividade da Mina provinha não apenas do ouro extraído ou comercializado com os autóctones, mas também de relações comerciais muito benéficas para os portugueses, através da troca de mercadorias secundárias no reino por bens altamente valorizados como a comercialização de “manijas de latón y cobre por escravos”, que por sua vez “el factor del monarca los trocaba con los mercaderes negros por oro” (Vallejo, 2018: 10). Esta dinâmica comercial permitia não só controlar o comércio de grande parte do Golfo da Guiné, como era uma das poucas formas de expandir as rotas comerciais entre o sertão e o litoral (Campos, 1996).

Dada a importância da região da Mina e, conseqüentemente, do Castelo que a controlava, houve uma apropriação desse marco nas cartas náuticas portuguesas, levando à adoção do seu símbolo iconográfico na cartografia quinhentista que rapidamente se tornou quase uma marca de água nas cartas de aparato. A primeira carta conhecida a introduzir a imagem do castelo de S. Jorge da Mina foi a Carta Náutica de Jorge de Aguiar (fig. 57), na região do Gana, mais concretamente entre o Cabo Delgado e o Cabo do Corço (*Curso* ou *Corco*), identificando-o em letras vermelhas como “A mina”. Preza referir que este foi um marco importante na cartografia portuguesa, mais relevante ainda se tomarmos em consideração que a carta é datada de 1492, sete anos após o Rei D. João II, o *Príncipe Perfeito* de cognome, ter apropriado o título de Senhor da Guiné. Herança essa que lhe fora perpetuada pelos Sumos Pontífices que “tinham [sido] concedidas ao Infante D. Henrique, seu tio & a El Rei D. Afonso seu Padre”, mas que auferira titularmente apenas “dahi a três anos, que este castello de S. Jorge era fundado” (Barros, 1777, D. I, L. III, Cap. III: 171). Além disso, esta carta tem a notoriedade de ser, estilisticamente, uma das primeiras cartas portuguesas a incluir no interior dos continentes ou nos espaços vazios, iconografia relativa às navegações e descobertas portuguesas, assemelhando-se artisticamente e pictoricamente mais à cartografia Catalã-Maiorquina (Alegria *et al.*, 2007), do que à cartografia italiana, suplantando o estrito utilitarismo das cartas mediterrâneas tão tipicamente italianas, venezianas e genovesas, vendo-se aqui uma transição artística na “escola cartográfica portuguesa” face às influências anteriores.

Tomando como primado a representação visual deste entreposto peninsular, ou feitoria como seria conhecida esta arquitetura bivalente, de reduto defensivo e entreposto mercantil português, rapidamente adquiriria uma representatividade simbólica e política, sendo “ostensivamente exibida nos mapas portugueses que a sucederam” (*idem.*, 2007: 984). Curiosamente, nas cartas quinhentistas, particularmente da segunda metade do século XVI, reconhece-se uma tendência



Figura 58 – Carta do Atlântico, Pero Fernandes (1528). Infelizmente perdida num incêndio, esta carta apresenta novamente, à semelhança da carta de Aguiar, um interesse especial em ilustrar o Castelo da Mina em detrimento de outros tantos já com existência naquela altura. Além do castelo é apenas ilustrado, em África, um conjunto de montes, que deverão aludir aos Montes Atalante. Tendo Pero Fernandes servido a coroa portuguesa enquanto cartógrafo real, poderemos conjecturar que as ilustrações incluídas na carta estão, provavelmente, relacionadas com interesses da coroa ou do seu comendatário (que seria alguém influente socialmente ou financeiramente).

Suceder-se-iam dez anos até que surgisse novamente uma carta portuguesa que representasse a singularidade hegemónica da Mina face a outras feitorias cujo status de controlo comercial e marítimo fora suprimido face ao sucesso dos comércios e resgates na Mina, destacando-se face a outros entrepostos, como o de Arguim, erigido décadas antes. Perdida essa relevância estratégica, por força do tempo e dos avanços marítimos, não deixou de ser premente a ilustração da “torre-feitoria” da Mina, que continuava a ter apreço cartográfico devido ao sucesso do seu resgate e posição geográfica importante para a manutenção do comércio no golfo guineense. Sucedendo a Carta de Aguiar vemos novamente ilustrado no Planisfério de Cantino (fig. 59), cujo escopo cartográfico transcende o campo da iconografia. Nesta vemos uma estrutura muralhada, envolta de pequenas cabanas ou “casas palhaças”¹⁰⁶, amplamente

¹⁰⁶ Termo por vezes usado pelos cronistas para caracterizar as casas pobremente construídas ou desprovidas de materiais resistentes, no caso contruídas de palha.

desproporcional às medidas da carta e da realidade volumétrica do castelo português. Podemos dizer que o planisfério de Cantino é, usando a expressão atribuída por Francesc Relãno, uma “enciclopédia cartográfica”, o que advém, em parte, da vasta iconografia figurada sobre o continente africano, onde o seu cartógrafo, ou cartógrafos¹⁰⁷, procuraram atribuir detalhes visualmente destacados na região do Castelo de S. Jorge da Mina, justapondo-o desproporcionalmente no Golfo do Ouro com riquíssimas imagens de nativos e suas características físicas. Desta forma, parecem querer abrir lugar a um discurso etnográfico, acompanhando-o do desenho daquilo que seria a paisagem natural do território, bem como integrando elementos pictóricos alusivos ao comércio local. Este é, portanto, um planisfério que pretende transmitir, mais do que a simples ocupação e domínio físico do território africano pelos portugueses, uma mensagem de legitimação da pretensão desejada do espaço (Relãno, 1997).



Figura 59 – Planisfério de Cantino, Anónimo (1502). Nesta carta, temos a segunda representação imagética do castelo de S. Jorge da Mina, neste caso bastante exacerbado em relação às restantes imagens e igualmente engrandecido em comparação à primeira referência deste na carta de Aguiar.

Eu diria mais, no contexto político e expansionista em que a carta é feita, entenda-se a viragem do século, e na ótica de que se havia finalmente chegado à Índia quatro anos antes do planisfério estar terminado, há certamente um interesse régio em legitimar e confrontar visualmente as

¹⁰⁷ Não se sabendo quem é o autor do planisfério, houve quem lançasse a hipótese de este ser um protótipo do padrão real presente no Armazém da Índia; outra hipótese é ser esta uma cópia de uma carta portuguesa roubada, podendo assim ter múltiplos autores, cujos acrescentos a italiano na carta parecem evidenciar.

conquistas portuguesas, nomeadamente com a ilustração de símbolos de poder local, como era o Castelo da Mina. O exacerbar evidente do castelo entre a carta náutica de 1492 e o planisfério de 1502 põe em evidência um misterioso hiato iconográfico entre o final do século XV e o segundo quartel do século seguinte, mais concretamente cerca de 1540 quando Pedro Reinel na sua carta Atlântica (ca.1535) (fig. 71) preenche a região aurífera da Guiné com um castelo em ponto grande, referência ao da Mina. Nesse período de “reinserção” imagética, Pierre Verger (1968) chama à atenção para o facto de o castelo de S. Jorge apresentar, maioritariamente, um aspeto regular entre as décadas de 30 e 80 do século XVI, tornando-se proeminente e geralmente representado iconograficamente através de um castelo medieval, modelo adotado pelos cartógrafos desse século. Direi, contudo, face àquilo que pude verificar, não necessariamente um castelo medieval, mas uma arquitetura de transição no leque geral das cartas, havendo, claro está, exceções nitidamente assíncronas, onde não sobeja dúvida da incoerência imagética nas cartas e a real estrutura da fortaleza da Mina, antes das reestruturações holandesas. A carta realmente medieval no sentido artístico e arquitetónico da expressão é unicamente atribuível a uma carta de Bartolomeu Velho (1568) (fig. 60) em que o cartógrafo escolhe ilustrar um castelo tradicionalmente “europeu”, provavelmente por falta de um conhecimento real da feitoria ou por simples despreocupação em atribuir as reais características deste.

Contrariamente, cartas como a de Lázaro Luís (fig. 61), cujo “atlas mostra múltiplas representações de tais fortificações, frequentemente em grande formato e com desenhos diferenciados, (...) a conhecida fortaleza de Mina (...) domina a representação da costa ocidental de África (Gaspar *et al.*, 2023: 220), ou ainda a representação palaciana com torres pontiagudas de Diogo Homem no Atlas Queen Mary¹⁰⁸. Na aludida carta de Lázaro Luís, reconhece-se um possível interesse em transmitir mensagens implicitamente através das imagens, não sendo ainda assim aparentemente importante a autenticidade da estrutura representada. Tal como noutros casos, a imagem aparece proporcionalmente enaltecida, ocupando uma porção superior ao comum dos mapas dessa época, a inclusão e desproporcionalidade da “Mina” procuram ilustrar “the importance of the territory for the Portuguese empire and their eagerness in keeping and promoting the factory during a period when European competition in the region was growing” (Boscariol, 2021: 36). O mesmo autor

¹⁰⁸ Notável pelo extremo uso de ornamentação que dá vida à sua cartografia, Diogo Homem parece ter servido de inspiração a Cipriano Vilavêncio, de quem nada se sabe (ver P.M.C., Vol. III, p. 109), mas cuja carta conhecida, datada de 1596 (fig. 59), tem uma representação do Castelo de S. Jorge da Mina bastante semelhante na sua forma (número de torres, a ilustração de torres pontiagudas, e ainda a estrutura geral da imagem). Fosse coincidência ou um conhecimento da cartografia de Homem, podemos afirmar apenas que a cartografia de Vilavêncio permanece um mistério, tal como a vida do cartógrafo.

refere que, a intenção de Lázaro Luís era precisamente engrandecer as conquistas portuguesas e promover a imagem de Portugal na Europa, tanto que a feitoria de Castelo da Mina está amplamente desproporcional em relação à “fairly small fortification at the end of a narrow peninsula” (*idem*, 2021: 36). Assim, contrariamente às representações mais fiéis, pelo menos dentro dos possíveis, no que toca à proporcionalidade entre a estrutura e o espaço geográfico, temos uma mudança clara de paradigma após a década de 20, com a exceção de uma carta de Pero Fernandes onde se pode ver uma representação da fortaleza em medidas mais ou menos diminutas (em proporção com o tamanho do continente africano). O mesmo se reconhece na carta de Diogo Homem, ainda que pouco representativo do aspeto real da fortaleza, a proporcionalidade do castelo face às restantes imagens e ao continente em si é mais acautelada que as restantes da mesma época.

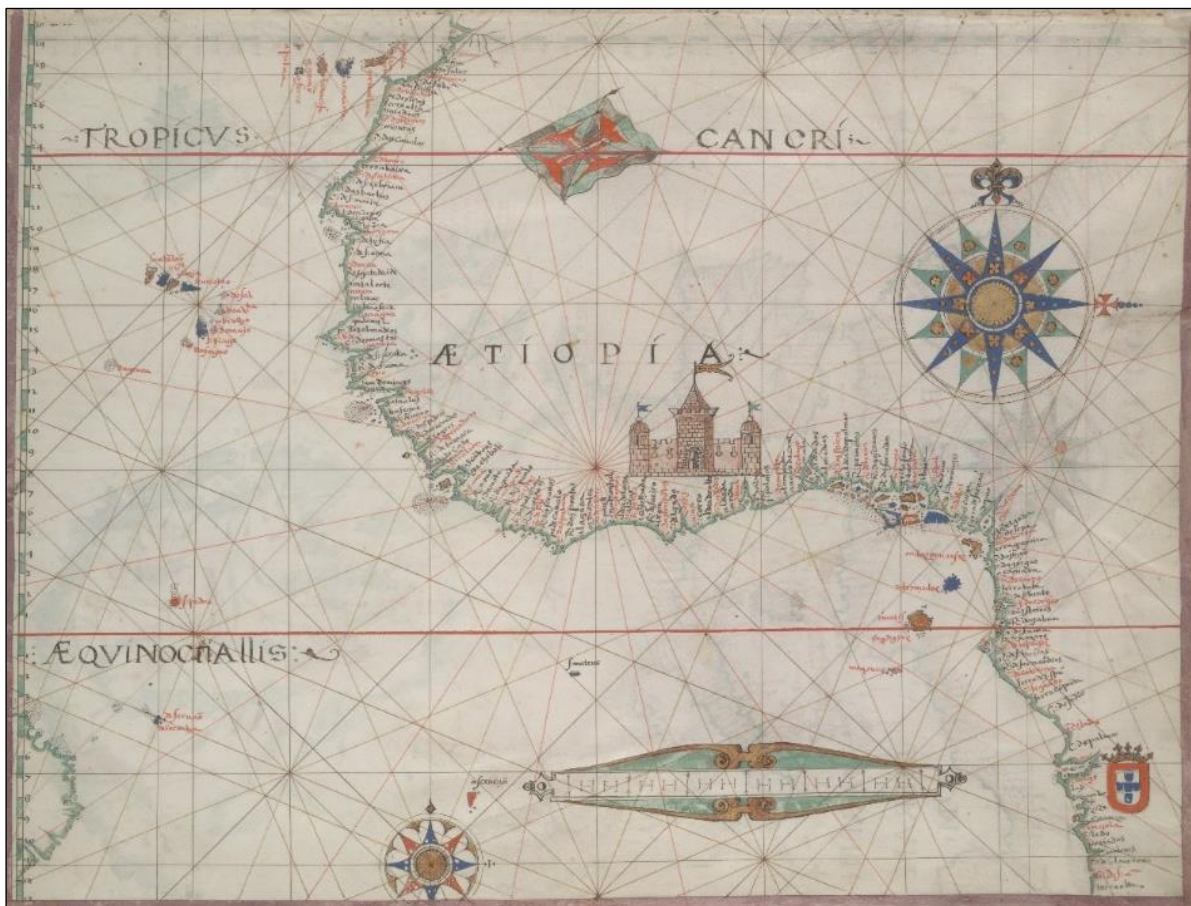


Figura 60 - Carta da Costa Atlântica de África, Bartolomeu Velho (ca.1568). Estranhamente, o cartógrafo decide ilustrar um castelo medieval, com características claramente europeizadas, largamente desfasado das restantes ilustrações consentâneas deste. Ainda que meramente especulativo, uma das razões que me parece crível prende-se ao facto de o cartógrafo pretender apenas destacar a região em si, incluindo um castelo remanescente da ocupação portuguesa, portanto numa tentativa simbólica em despeito da fidelidade imagética da estrutura lá erigida.

planisfério elegantemente ilustrado do qual já pude falar um pouco mais aprofundadamente nos capítulos precedentes. Na Carta do Atlântico e África (fig. 58) Pero Fernandes escolhe como elemento iconográfico o já mencionado Castelo de S. Jorge, desprovido de nomenclatura ou toponímia que lhe faça evidência desde facto, tomando-se o mesmo por certo apenas pela sua localização geográfica. Ainda que apresentando uma resolução fraca nos fac-similes existentes, são algumas as diferenças arquitetónicas entre a carta de Jorge de Aguiar e de Pero Fernandes e as demais cartas que as sucedem. Aliás, como já referi, da cartografia portuguesa selecionada e conhecida do século XVI, a carta de Jorge de Aguiar, a Carta de 1528 de Pero Fernandes e a carta de Diogo Homem são as únicas cartas que não distorcem exacerbadamente o reduto defensivo e comercial na “islita que más tarde se converteria em isla-península” (Moral, 2012: 81).

A prova nítida desta mudança de paradigma visual hiperbolizado advém do número de cartas, individuais ou integradas em atlas, que exacerbaram o tamanho real da Mina, que não seria mais do que um pequeno forte que acomodava, no final da centúria de quinhentos, cerca de cinquenta pessoas, entre as quais o capitão-mor, o feitor, os soldados, os artesões ou oficiais e alguns escravos ou mulheres que ajudavam nas questões de enfermaria, seguindo o mesmo contingente deficitário que na viragem do século XV, entre “Arguim e nas fortalezas da Costa da Mina, não vivam, talvez, mais de 100 portugueses” (Mota, 1970: 29). O engrandecimento da escala do castelo de S. Jorge da Mina passa a ser “muito proeminente em alguns dos mapas entre 1535 e 1575” (Verger, 1968: 36), por um lado contrariando os exemplos anteriores de quatrocentos e de Fernandes, por outro recuperam os traços imagéticos do Planisfério de Cantino, na forma de representar o reduto da Mina e na escolha das escalas de proporcionalidade.

Entre as figuras 61 e 75 podemos ter uma visão comparativa mais concreta deste fenómeno. Não aludindo ainda há semelhança ou diferença entre os vários estilos pictóricos, arquitetónicos, ou paisagísticos do Castelo da Mina, denota-se uma clara tendência em dar destaque ao Castelo de S. Jorge da Mina, com uma clara distensão do seu tamanho e comprazendo-lhe com o título de “A Mina” ou “Castelo da Mina”, maioritariamente.



Figura 62 – Carta do Oceano Atlântico, Cipriano Vilavicêncio (1596).

O que parece acontecer na cartografia de África, não apenas no caso da Mina, mas em tantas outras situações (umas já aludidas outras por desenvolver nos capítulos seguintes) é uma hierarquização intencional e desmesurada de elementos mnemônicos e simbolizadores da presença régia no ultramar. Sarazin (2013) elabora esta ideia no caso da identificação das cidades portuárias portuguesas em África e defende que “uma hierarquia governa a escolha da forma e do tamanho, para indicar a importância da cidade” sendo que, “os entrepostos comerciais fundados pelos portugueses, Arguim em 1445 (...) e Elmina em 1471¹¹¹ - na costa do Gana – se distinguem claramente por uma representação simbólica da sua fortaleza”. Boscariol (2021) reforça esta particularidade nas cartas portuguesas, que têm o objetivo de realçar a proeminência do entreposto no Golfo Guineense, dando como exemplo a Carta Atlântica de Lázaro Luís (fig. 58), onde o cartógrafo ilustra um edifício na África Ocidental, parecendo até que está a “dominar uma parte significativa da região conhecida como Costa da Mina” (*idem*, 2021: 36). A proposição que se segue já me parece pretensiosa e talvez

¹¹¹ Sarazin usa as datas de descoberta dos entrepostos como se fosse a data da ereção das fortalezas, o que está incorreto. Arguim foi edificado em 1450(55?) no reinado de D. Afonso V e a Mina em 1482 no reinado de D. João II.

sobrestimada, no contexto onde é aplicada. A autora faz crer que, na mesma carta, Lázaro Luís coloca intencionalmente um leão a hastear uma bandeira com as quinas de Portugal “no topo de uma montanha em frente ao castelo – um sinal claro do poder de Portugal” (*idem*, 2021: 37). Como foi examinado anteriormente e amplamente relatado e corroborado com a produção acadêmica e científica, esta representação leonina na região onde Lázaro inseriu esta imagem é uma clara referência à Serra Leoa, descoberta por Pedro de Cintra em 1462, e subsequentemente, posto de resgate da malagueta ou como era conhecida, pimenta gorda (Moral, 2012).

No entanto, não descurando a premissa de que a opção de figurar um leão ao invés de uma simples montanha tenha conotações imperialistas ou legitimadoras de uma hegemonia territorial por parte dos portugueses, é plausível que as pretensões que faziam acudiam-se na cartografia como mecanismo de legitimação de poder e domínio através de alegorias territoriais como é o caso do leão na dita região. Não devemos, contudo, extrapolar esta ideia como forma de conformação dos espaços adjacentes como a autora fez. Na perspectiva estilística e implícita da imagem, será mais seguro afirmar que as duas imagens complementam uma ideia de domínio e soberania, mantendo a singularidade das suas mensagens e conotações sociopolíticas, são elementos imanentes e não transcendententes ao contexto espacial que os circunda¹¹².

Indispensável para a compreensão da iconografia urbanística do Castelo da Mina é a percepção dada aos modelos adotados pelos cartógrafos e iluministas do quinhentos. Após analisar múltiplas cartas (mapas, planisférios e atlas, incluindo anónimos que parecem ser portugueses) onde a Mina é adornada deparamo-nos com três modelos distintos, que podem, em parte, ser explicados pela transição arquitetónica defensiva adotada por D. João II e D. Manuel I entre o final do século XV e início do século XVI (Cid, 2011). O primeiro será o modelo que enfatiza a torre de menagem ou torreão central, esta opção ilustrativa é evidente na Carta Náutica do Atlântico [América, África e parte da Europa] de 1600, por Luís Teixeira (fig. 67), nas cartas de Bartolomeu Lasso (figs. 65 e 66), na carta da costa sudoeste de África de Sebastião Lopes (fig. 64), na Carta do Atlântico de Lázaro Luís (fig. 61), e na Carta do Golfo da Guiné de João Freire (fig. 63).

¹¹² Aqui pretendo interpretar as imagens, por um lado singularmente, como imagens que residem separadamente nos mapas, mas por outro lado, como representações que se complementam na medida que reforçam a mensagem subjacente à carta em si.

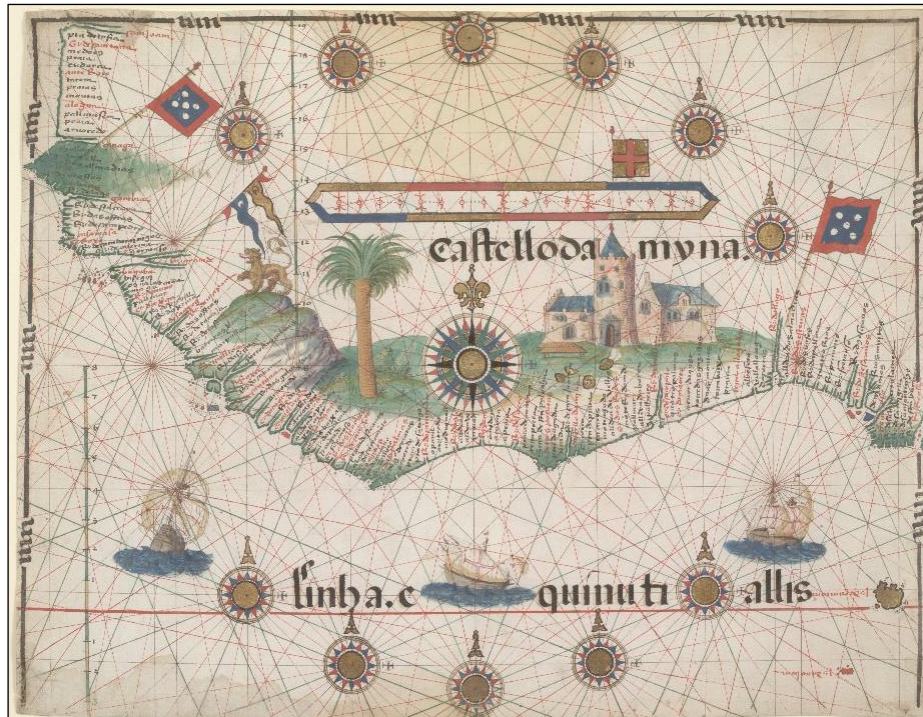


Figura 63 – Carta do Golfo da Guiné, João Freire (1546). Identificando apenas uma torre na imagem representativa do Castelo de S. Jorge da Mina, Freire centraliza esta torre com a incorporação de um portão numa perspetiva de ponto de entrada torreado.



Figura 64 – Carta da Costa Sudeste de África, Sebastião Lopes (1565). Comportando características muito semelhantes àquelas adotadas por João Freire, Sebastião Lopes segue o mesmo exemplo arquitetónico da Mina enquanto fortaleza representada com uma torre centralizada com extensões mais rasas em ambos os lados¹¹³. À diferença das cores usadas na ilustração, esta representação e a de Freire são muito semelhantes, provavelmente até um cartógrafo se tenha influenciado no outro após ter tomado conhecimento da sua carta. Esta ideia pode ser parcialmente suportada pela relativa proximidade das datas das cartas e pela semelhança da ilustração da palmeira em ambas as cartas.

¹¹³ Já na sua Carta Atlântica de 1558, o cartógrafo ilustra um castelo fortemente influenciado (na perspetiva artística) àquele presente na cartografia de João Freire. Apenas no Planisfério de 1583-90(ca.) é que o cartógrafo apresenta um desenho revigorado do Castelo da Mina, muito semelhante, novamente, ao de cartógrafos seus contemporâneos como Domingos Teixeira, os Reinéis (últimas cartas, décadas de 30 e 40) ou ainda Bartolomeu Velho (Carta Anónima de 1560 a si atribuída, presente na Biblioteca Nacional de França, cota: GE B-1148 (RES)).

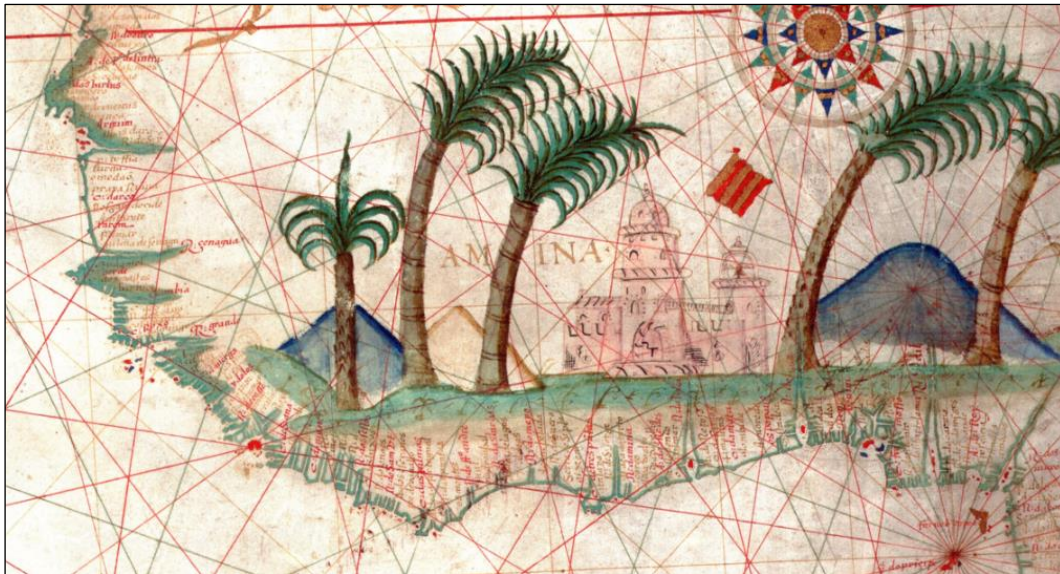


Figura 65 – Recorte onde se mostra a Costa Sudoeste de África e o Golfo da Guiné, Bartolomeu Lasso (ca.1586). Usando contornos circulares nas abóbadas das torres ilustradas, o cartógrafo apresenta-nos uma imagem incomum da fortaleza portuguesa, integrando características de cartas precedentes, talvez por influência sob o cartógrafo, destaca-se a semelhança nos contornos circulares anteriormente visíveis no castelo de Lázaro Luís, e na ilustração de edifícios adjacentes à torre central reminiscente daqueles ilustrados por João Freire e Sebastião Lopes.

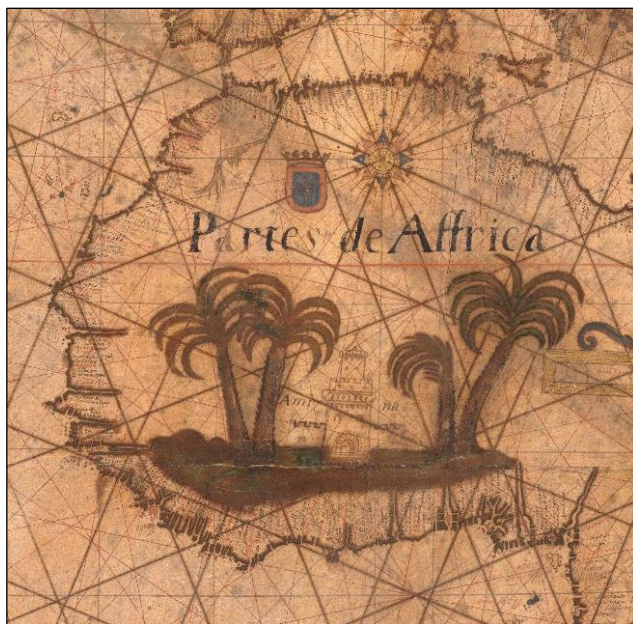


Figura 66 – Costa Ocidental africana da Carta do Atlântico de Bartolomeu Lasso (ca.1588). Não fugindo muito ao desenho da carta precedente da sua autoria, Lasso faz pequenas alterações nos contornos do Castelo da Mina, nomeadamente na omissão de uma das torres e no agudizar do topo da torre desenhada.



Figura 67 - Luís Teixeira ca.1600. Amplamente exacerbada a fortaleza da Mina, houve uma clara intenção por parte do cartógrafo em desmesurar a Torre de Menagem em detrimento dos outros elementos complementares à planta da Mina. Há apenas duas características que interessaram ao cartógrafo, a incorporação da torre como elemento de destaque e a ilustração da muralha que circundaria o forte.

Interessante é reconhecer-se a importância dada à torre em questão, uma vez que, tal como enfatiza Pedro Cid, a torre de menagem seria já um arcaísmo medieval, que não acompanhou as mudanças físicas do forte na época moderna.

... o semblante original, para além de perceptível sob os acrescentos posteriores, é-nos familiar através de imagens antigas, o que permite comprovar a definição de um recinto quadrangular flanqueado por cubelos cilíndricos, estes só um pouco mais altos que as muralhas a que davam amparo, ao contrário da torre de menagem – a única verdadeiramente medieval da obra (...) (Cid, 2011: 17).

Joustar e Six (1989) compadecem desta enfatização e perpetuação medieval, mencionando que o castelo original seria construído segundo os modelos arquitetónicos medievais tardios, destacando-se o forte amuralhado e quadri-torreado nas pontas, sendo que “o quarto canto foi marcado por uma torre quadrada” (Joustar *et al.*, 1989: 15), isto é, a torre de menagem. Bartolomeu Velho parece agarrar-se a esta imagem medieval do castelo, talvez por tradição literária ou desconhecimento de causa, continuando a representar um castelo medieval no lugar da Mina, particularmente visível na carta de 1568 (fig. 65), o que seria um claro anacronismo à data da execução da carta. A simplicidade da imagem e a rudimentaridade do castelo não faz jus a uma das estruturas canónicas mais importantes na arquitetura militar portuguesa no reinado de D. João II, composta por um recinto ou praça e dispositivos externos que serviam de defesa na feitoria (Mendes, 2017). Também Fernão Vaz Dourado (figs. 68 e 69) se tenha influenciado da imagem medieval quadrada e torreada para ilustrar o castelo da Mina, dez anos depois de empregar este estilo na carta de Bartolomeu Velho.



Figura 68 – Recorte da Carta do Noroeste de África, Fernão Vaz Dourado (1575). A imagem, diminuta, comparativamente a imagens de cartas sucessoras do mesmo cartógrafo, alude à fortaleza da Mina. Com contrastes sintomáticos das ordenações joaninas na dita região, Vaz apresenta uma imagem singela, mas aproximada daquela que seria a fortaleza portuguesa. Engrandece, contudo, a torre de menagem.

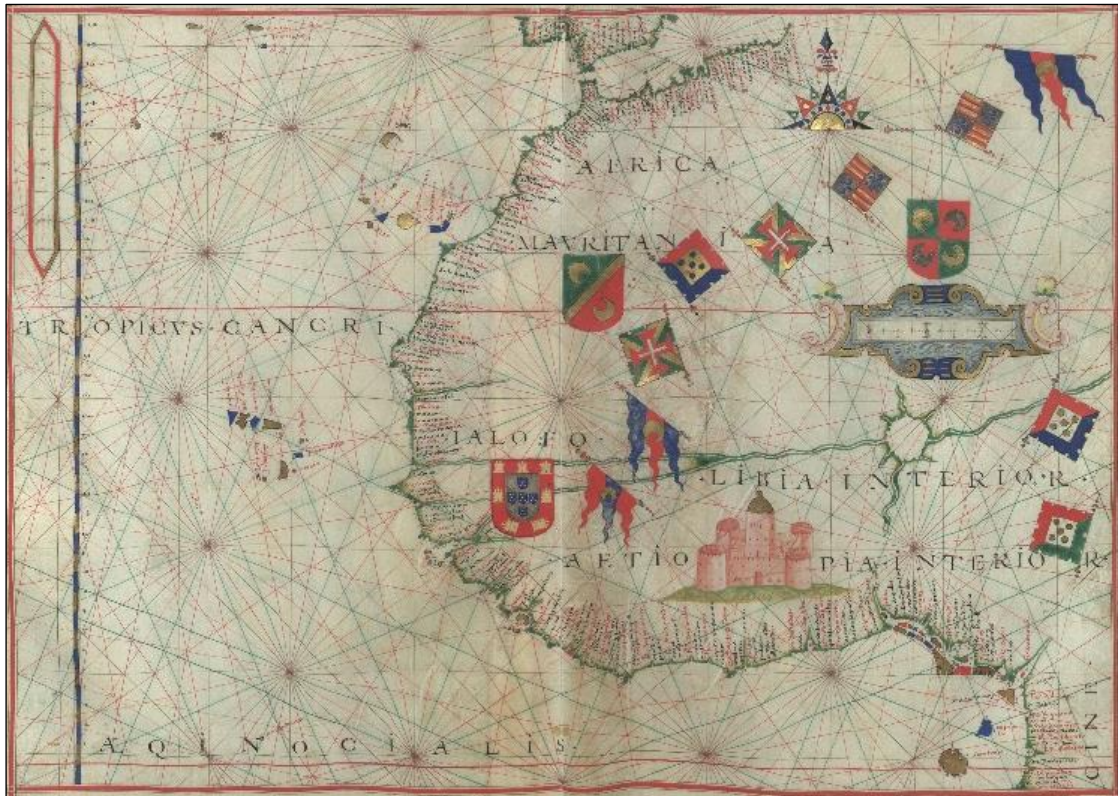


Figura 69 – Carta da costa Ocidental de África, Fernão Vaz Dourado (1576). Muito próxima da imagem presente no Atlas de 1575, o Castelo da Mina é ilustrado enfatizando a torre central e os cubelos nos vértices da muralha. Nesta carta a fortaleza apresenta-se mais desproporcional em relação ao mapa que na anteriormente referida.

Posteriormente, ao contrário do modelo arquitetónico medieval dos fortes costeiros portugueses, particularmente identificáveis até à viragem do século XV, relativamente pequenos, com muralhas mais baixas e torreões quadrados, “no contexto manuelino se concentra um conjunto de obras de raiz onde se verifica a presença e proliferação da planta quadrada com cubelos cilíndricos nos extremos opostos integrando artilharia” (*idem*, 2017: 115), atualizando, por sua vez, a planta defensiva dos entrepostos portugueses nos territórios ultramarinos. Dessa reforma arquitetónica, parece mais evidente num segundo modelo tendencialmente representativo da Mina, apresentando uma arquitetura mais sóbria e amuralhada, com os torreões ou cubelos claramente definidos e cilíndricos, mantendo na mesma a torre de menagem, mas menos evidente ou projetada, e geralmente com semblante transversal ou de uma fachada apenas. Exemplos disso são, a Carta do Atlântico de Jorge Reinell e a de seu pai, Pedro Reinell (figs. 71 e 72), e a Carta do Atlântico de João de Lisboa (fig. 70).



Figura 70 - Carta do Golfo da Guiné, João de Lisboa (1560). Nesta carta são visíveis as torres cilíndricas e a torre de menagem, bem como a muralha circundante. Há, no entanto, elementos que não serão realisticamente figurados, particularmente as várias torres de porte mais pequeno, na traseira ou subjacente à torre central.



Figura 71 – Carta do Atlântico, Jorge Reinel (ca.1540). Esta imagem, à luz do que ainda subsiste da estrutura defensiva portuguesa, é das mais verosímeis que se encontra na cartografia portuguesa. A proporcionalidade dos elementos da fortaleza (torres, muralha, praceta, entre outros) é ainda visivelmente notória no “esqueleto” das ruínas da fortaleza no atual Gana. Não obstante, há contudo uma clara exacerbação da fortaleza em relação ao resto do mapa. Claramente, o cartógrafo pretendia destacar visualmente a região da Guiné, nomeadamente da Mina.



Figura 72 – Detalhe da Carta do Oceano Atlântico de Pedro Reinel (1535ca.).

Por fim, não tanto como modelo marcante e contínuo, mas opção projcional, verifica-se que algumas obras apresentam uma imagem quase tridimensional do Castelo da Mina, com ilustrações que captam duas ou mais fachadas do castelo e, inclusive o recinto do mesmo. Veja-se o Planisfério de Cantino (fig. 59) ou a Carta da África Ocidental de Fernão Vaz (fig. 69), o Planisfério de Domingos Teixeira (fig. 74), o Planisfério de Sebastião Lopes (fig. 73), ou as representações dos Reinéis (figs. 71 e 72).

De acordo com Joustar *et al.* (1989), foi devido a várias investidas holandesas à feitoria portuguesa que se acelerou a reestruturação da fortaleza da Mina, dando uma dramática modernização à mesma. Como referido anteriormente, um modelo tardo medieval, acrescentando-lhe uma fortificação ao antigo forte e à praça central, além de lhe ser garantido um cinturão de água à sua volta pela existência de canais de água naquela região, ao estilo de um fosso natural. Futuramente, embora já anacrónico dos mapas quinhentistas, o castelo antigo (isto é, o primeiro erigido) conheceria um “entrelaçamento do castelo medieval tardio com uma fortaleza fortificada com baluartes [que] tornam o edifício único”¹¹⁴ (*idem*, 1989: 16). O crescimento urbano em volta da fortaleza, bem como a praça central são bastante ilustrados na cartografia entre as décadas de 40 e 80, particularmente evidente no Planisfério de Cantino, nos Planisfério de Domingos Teixeira e de Sebastião Lopes e na cartografia de João de Lisboa.

Como visto, nas cartas quinhentistas a estrutura iconográfica da Mina manteria a imagem rudimentar de castelo medieval, defendido por torreões nos vértices da muralha, estes

¹¹⁴ “De verweving van hetlaattmiddeleeuwse kasteel met een metbastions versterkte vesting maken hetbouwwerk uniek” (texto original).

adquirindo mais funções desde 1482, momento em que foram idealizados. Justaposto ao castelo ou incorporado neste, residia uma igreja (por vezes duas), evidente pela cruz no topo do castelo, que seria, eventualmente, uma referência aos trabalhos evangelistas decorridos na região, um dos objetivos dos portugueses aquando do estabelecimento deste entreposto (Verger, 1968). Alternativamente, também é possível que a figuração dessa estrutura religiosa esteja ligada à primitiva igreja erigida na Mina, de que não há certeza se terá sido contruída dentro da fortaleza ou na sua periferia, mas que pertencera à “sede, por 155 anos, desta capitania e circunscrição eclesiástica que foi sempre parca, quer em portugueses residentes, raramente ultrapassando a centena e meia [entre as três fortalezas distribuídas na região]” (Larcher, 2017: 7).

Uma pequena parte das cartas quinhentistas que ilustram o Castelo de São Jorge, edificam, geralmente anexada, uma igreja, que é identificável pela cruz que desenham no topo desta (visível na cartografia de Sebastião Lopes ou de Domingos Teixeira (figs. 73 e 74), talvez como reminiscência da tutela eclesiástica e administrativa da Ordem de Cristo, a qual fora atribuída à dita ordem pela bula papal “*Inter Cetera* datada de 13 de Março de 1456” (Larcher, 2017: 14), a qual Dinis Dias pontua como marco importante para a Diocese de Tomar e a reivindicação da tutela espiritual da Mina e território envolvente, a qual só seria interrompida após a conquista definitiva pelos Holandeses já no século XVII.

...o espiritual, a jurisdição ordinária omnímota e o domínio e poder, pelos menos em matéria espiritual, nas ditas ilhas, vilas, portos, terras e lugares adquiridos e a adquirir desde o Cabo Bojador e o Cabo Não, decorrendo toda a Guiné (...), queremos que se considerem como expressos na presente bula, toquem e pertençam, pelos tempos adiantes e para sempre, à referida Ordem Militar [de Cristo] (Dias, 1972: 13).

Para terminar, devo ressaltar que, tal como evidencia, Ana Lopes (2009: 51) “o forte costeiro [da Mina, teria] (...) muros e fosso”, mas nenhuma carta parece fazer jus à existência de um fosso. Talvez se deva a questões artísticas, sendo que a ilustração de um fosso não seria necessariamente importante para o cartógrafo, no que toca à simbologia do castelo em si, mas não deixa de ser interessante pensar que um detalhe tão importante como este foi descartado continuamente das cartas portuguesas.



Figura 73 - Planisfério, Sebastião Lopes (ca.1583-90). Não será de estranhar que Lopes conhecesse outros cartógrafos, particularmente aqueles que, tal como ele, operavam em Portugal. Se compararmos a imagem da Mina nesta carta de Lopes com aquela ilustrada no Planisfério de Domingos Teixeira (imagem infra), percebemos que, dada a datação das cartas, o cartógrafo terá tido conhecimento da carta de Teixeira e influenciou-se nesta para ilustrar a Mina. Mais plausível será esta proposta se atendermos que nas cartas anteriores, o cartógrafo desenhou fortalezas nitidamente diferentes, sempre com grande similitude com as suas contemporâneas¹¹⁵.



Figura 74 – Planisfério, Domingos Teixeira (1573). A exuberância da carta em brasões e bandeiras reais lançam a suspeita da intenção da carta, bem como do interesse em realçar os territórios portugueses. A representação da Mina, por acréscimo, já maturado ao longo das décadas, aparece com um desenho sem precedentes, apenas conhecido outro igual numa outra carta de Domingos Teixeira datada de 1570. Ainda assim, creio que o cartógrafo ou as suas obras terão sido influentes o suficiente para se ver reproduzida novamente por Sebastião Lopes.

Por fim, devo também chamar a atenção para casos completamente diferentes e incoerentes na representação da estrutura do no castelo da Mina, no caso refiro-me a uma carta e um Atlas, ambos desprovidos de informação sobre o seu autor ou data de confeção. Do pouco que se pode conjecturar é que ambas terão sido feitas entre a década de 50 e 60 do século XVI, e pelo trabalho de Armando Cortesão, Avelino Teixeira da Mota e outros historiadores da cartografia, foi

¹¹⁵ Alternativamente, a constante ocorrência de paralelismos claros nas representações de imagens na cartografia portuguesa, comumente partilhada por diferentes cartógrafos pode até ser indiciosa de que o cartógrafo raramente ilustrava as suas obras cartográficas, mas trabalhava diretamente com iluminadores. Mesmo carecendo de um estudo na matéria, parece-me deveras pertinente tentar estudar esta relação visto que poderá ser uma fonte de conhecimento em futuras investigações.

assumida a naturalidade portuguesa das cartas. Uma das cartas encontra-se na Bodleian Library (fig. 76) e apresenta um desenho apalaçado com detalhes estilísticos nas torres da muralha e na torre de menagem. Além disso, a presença religiosa ou o sinal de evangelização do espaço é marcado por uma cruz deitada com o topo a apontar para sul, em frente ao portão da muralha¹¹⁶.

A segunda carta (fig. 75), pertencente a um Atlas, encontra-se na Newberry Library, não tem data nem se encontra assinada. A ilustração do Castelo da Mina é igualmente desvirtuada da realidade, apresentando características orientais, tanto pelas torres esguias e pontiagudas (curvadas e afunilando até ao topo), quanto pela forma do topo da torre de menagem (ou assim parece ser esta ilustrada). Não deixa de ser curioso que ambas as cartas, apresentam semelhanças na representação do Castelo da Mina, algo que poderemos apenas conjecturar para já, mas que certamente esconde mais segredos do que se espera. Esta é outra prova de que temos menos conhecimentos de cartógrafos que estiveram no ativo, do que das suas possíveis obras¹¹⁷.

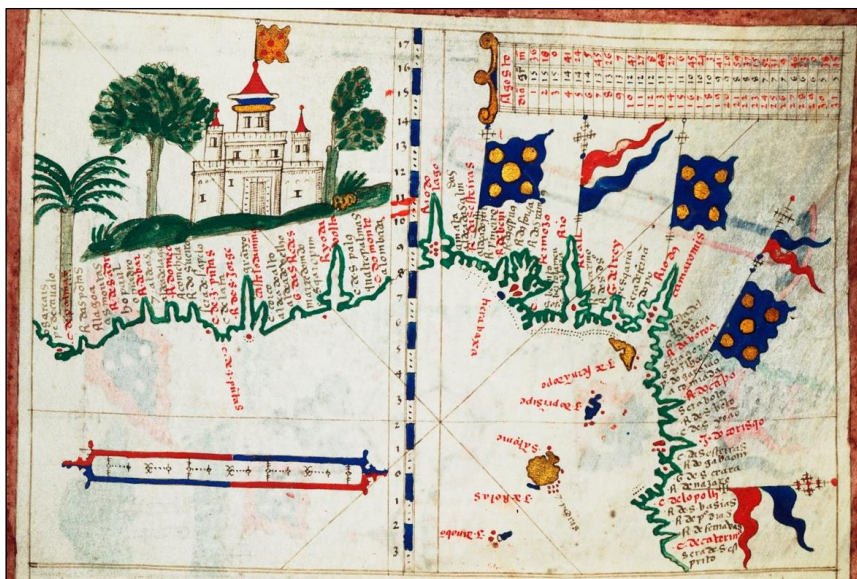


Figura 75- Carta do Golfo da Guiné (fl. 06r) (ca.1550-60), [Anónimo], Newberry Library. Todo o Atlas apresenta uma iconografia própria, embora semelhante, em alguns casos, a outro seu precedente. O maior destaque é o uso das cores e formas como destaque visual, bem como o uso de elementos chamativos para os vários preciosismos das cartas. No caso da presente carta, o Castelo da Mina é acompanhado por uma bandeira portuguesa e as também comuns árvores nas laterais.

¹¹⁶ A fraca resolução das imagens disponibilizadas, tanto na biblioteca online de Bodleian, como no repositório da Medea-Chart, não permitem tirar conclusões assertivas sobre o desenho na entrada do castelo. Ainda assim, a imagem parece seguir duas propostas, a primeira é de que se trata de uma cruz invertida; a segunda é de que se trata de moedas de ouro, aludindo ao comércio deste na região.

¹¹⁷ Também não me alongando muito nesta questão, penso que é pertinente repensar na naturalidade dos cartógrafos e da sequente prática do seu ofício, como denominador comum dos estilos artísticos apropriados por cada um. A vivência em espaços diferentes, a relação com estrangeiros, e o tráfego natural de bens e mercadorias são formas diretas e indiretas de influenciar as representações que muitas vezes nos chegam nas cartas. Mais do que os documentos quatrocentistas, que foram fontes fundamentais para os primeiros trabalhos cartográficos, a influência do contexto e do meio envolvente parece ter tido maior influência sobre as obras cartográficas do quinhentos.



Figura 76 - Carta do Atlântico (ca.1550), [Anónimo], Bodleian Library. O Castelo não é identificado por nenhuma nomenclatura, a única legenda presente é referente à macrorregião da carta (*Aethiopia*). Há, contudo, uma bandeira portuguesa por cima de um topónimo que embora pouco perceptível parece ler-se no fim (?)*mina*. Além disso, a localização geográfica da bandeira é um sinal seguro de que se trata de facto do entreposto português.

4.2 Imagens de um pretérito desvanecido: Sijilmasa e Arguim

4.2.1 Sijilmasa

A par das ilustrações das urbes ou castelos referidos anteriormente, verificam-se dois fenómenos atípicos e vivamente interessantes na cartografia portuguesa. Refiro-me à ilustração descontinuada de um castelo ou fortaleza amuralhada na Carta Náutica de Jorge Aguiar (fig. 79) repetida novamente, e unicamente, na arta Atlântica de Bartolomeu Lasso (1584) (fig. 87). Começando pelo primeiro caso, compete dizer que é necessário retornar às cartas mediterrâneas italianas, aos tão aludidos *portolani*, para evidenciar, já na primeira metade do século XIV a representação do castelo no noroeste africano, mais concretamente na região do *Maghrib*, geralmente acompanha da legenda “Sejilmasa”, “Civitas Sugelmesa” (referindo-se à cidade), e “Tefelet”, ou “Tafilalt” (referindo-se ao oásis). A representação acastelada que a cidade aparenta, em ambas as cartas portuguesas supramencionadas, faz referência ao entreposto medieval islâmico de Sijilmassa, uma cidade de extrema importância entre os séculos X e XIII por ter sido um dos entrepostos comerciais da Rota das Caravanas que dominou o comércio

norte africano durante pelo menos cinco séculos (IX-XIV) (Pinto, 2014). Tal como afirma o Doutor Saoud,

...Sijilmassa in particular reached an important position, becoming the northern station of the trans-Saharan gold trade coming from Awdaghust in ancient Ghana. In fact the Almuravid managed to completely control this route and established new routes to connect to places more firmly within their domain. Sijilmasa's role in the islamisation of the western Sudan and other parts of Africa was decisive (Saoud, 2014: 8).

De acordo com Saoud (2004: 6), “the prestigious role of towns was replaced by political motives as North Africa broke its tradicional links with the Caliphate in the East. This was a period when local leaders and influential group pursued their political ambitions (...)”, desenvolvendo o comércio local e florescendo novas localidades. Desta forma, a posição estratégica do oásis, ou bacia, de Tafilalt consagrou para esses grupos separatistas islâmicos, a despeito do rumo político-religioso que o Médio Oriente islâmico tomava, como um dos lugares ideais para a edificação de um entreposto que controlasse as rotas comerciais previamente estabelecidas e cada vez mais competitivas. Só no século nono, sete cidades tomaram a vanguarda neste movimento, pregando a fé islâmica e controlando a rota das caravanas, entre as quais Sijilmassa foi crucial (Lightfoot *et al.*, 1996). Cartograficamente, a evidência da região remonta, pelo menos, ao século XII, período que a historiadora Karen Pinto assinala pela forte componente geométrica atribuível à cartografia árabe-persa, enfatizando, em particular, uma carta náutica do mesmo século, “Picture of the Maghrib”¹¹⁸ (fig. 77). Sijilmassa é representada geograficamente no Magreb e está enaltecida em relação a outras cidades, à época mais influentes, levando Pinto (2014: 210) a considerar que, “its exaggerated size and singular deep reddish-brown hue suggested that the cartographer considered Sijilmassa one of the most importante cities in the West”.

Corroborativo desta teoria, é a posição que tomou a *task force* multidisciplinar entre James Miller e Dale Lightfoot, um historiador, o outro arqueólogo, ao estudar as ruínas e despojos arqueológicos da cidade islâmica de Sijilmassa, na bacia de Tafilalt. Estes evidenciam no seu artigo¹¹⁹ a importância que Sijilmassa terá tido no estabelecimento e fortalecimento do comércio trans-sahariano na era pré-moderna, desfloreando apenas no final do século XIII, com o

¹¹⁸ Atualmente na Biblioteca Universitária de Leiden, Holanda. Cota: (Or. 3101). Este tipo de cartas era conhecido como “Surat al-Maghrib”, cartas que representavam o ocidente islâmico segundo os simbolismos geométricos islâmicos, ditando a importância geográfica de um espaço nas representações cartográficas destes (Pinto, 2014).

¹¹⁹ Ver Lightfoot, D. R., & Miller, J. A. (1996) Sijilmassa: The Rise and Fall of a Walled Oasis in Medieval Morocco. *Annals of the Association of American Geographers*, 86 (1), 78-101.

aparecimento de novas cidades, e perdendo por completo o antigo estatuto económico no final do século XIV, período em que foi abandonada (Lightfoot *et al.*, 1996). Comportando quase seis séculos de regulador comercial e de infraestrutura essencial ao comércio trans-saariano, esta rota comercial centrava-se na cidade de Sijilmassa e ligava o mundo em duas partes, uma a norte outra a sul das Montanhas Atlas (Bigon e Langenthal, 2002).

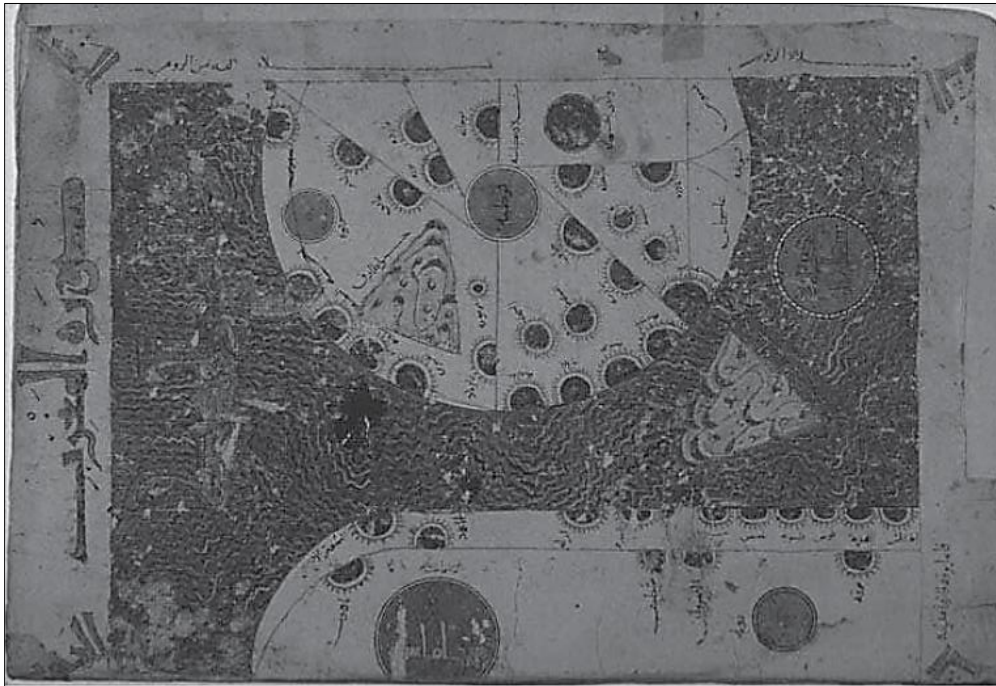


Figura 77 - “Picture of the Maghrib” (ca. 1193).

Na cartografia europeia, a primeira referência imagética da cidade (dentro do que pude confirmar), é feita pelo cartógrafo Angelino Dulceti, numa carta mediterrânea do princípio do século XIV, cerca de 1330 (fig. 78), que embora esteja em estado de desgaste muito avançado, permite reconhecer a legenda adjacente à imagem, “*Sivitas Sygelmesa*”. A primazia deste feito na cartografia genovesa poderá estar relacionada com o facto de terem sido dados privilégios comerciais aos genoveses, primeiramente, e ao pisanos, décadas depois, pelos Almóadas, no século XII, quando estes eram soberanos do noroeste africano (Rubiés, 2011). Tal como destaca Jean-Pow Rubiés no excerto infra, a vantagem das relações entre os europeus da região italiana ocidental, no Mar Lígure, e os povos islâmicos do Norte de África, deu-lhes informações úteis e preciosas, colocando-os na vanguarda, económica e cientificamente, verificando-se isso no desenvolvimento cartográfico destas regiões face a outras regiões mediterrâneas.

... the Majorcan jews who dominated Catalan cartography had traditional connections to the ports of North Africa, and were able to obtain knowledge about “the land of the black people” with remarkable few concessions to classical mythology (Rubiés, 2011: 26).

Não será de estranhar, portanto, que a tradição cartográfica maiorquina tenha feito chegar até aos tempos áureos da cartografia moderna portuguesa, informações importantes que seriam inseridas cartograficamente como alusão a relatos muçulmanos, sobre cidades, regiões desconhecidas, povos, mercadorias ou alimária. Dotados desta informação, os cartógrafos e cosmógrafos europeus eram autênticos recetáculos de informação e sempre que possível, trasladavam, através de imagens e ilustrações, os testemunhos literários, orais ou até cartográficos recolhidos à data da produção de novas cartas ou mapas, geralmente procurando atualizar a informação anterior, ou corroborar a informação já existente (Kogman-Apel, 2014). A presença galopante dos portugueses no norte de África, primeiro marcada pela conquista de Ceuta em 1415, e na costa ocidental africana, depois com a expansão ultramarina, foi fundamental para o conhecimento prático do sistema comercial transsaariano, e para recolha de informações sobre a Rota das Caravanas, pelo que terá sido uma das razões por trás do planeamento de um caminho marítimo ainda desconhecido através do contorno de África por D. Henrique (Vargas, 1995).



Figura 78 – Carta do Mediterrâneo, Mar Negro e Costa Ocidental da Europa, Angelino Dulceti (1330). Adjacente a um desenho gasto pelo tempo, pode ler-se a legenda “Sivitas Sygelmesa”, identificando ao leitor da carta a importante cidade comercial de Sijilmassa, um dos entrepostos comerciais associado à Rota das Caravanas.

No capítulo IX¹²⁰ Zurara apresenta as dificuldades dos portugueses em estabelecerem uma nova rota comercial, concorrente à rota secular das caravanas. Esta enunciação permite, talvez, perceber melhor a razão que terá levado à morosidade do estabelecimento físico dos portugueses na costa africana, abaixo do Bojador. Outrossim, Zurara menciona como uma caravela portuguesa, por ordem do Infante D. Henrique, foi a *Messa* para negociar e comercializar visto que, à data, os comerciantes árabes não queriam deslocar-se a Arguim para estabelecer uma relação comercial com Portugal, que depois se estabelecera com sucesso no Rio do Ouro. Zurara ([1841], Cap. IX: 59) afirma que, ao chegarem à Angra dos Ruivos, Afonso Gonçalves Baldaya e Gil Eanes repararam que há “rastros dhomeees e camellos”, sendo plausível que se refira à rota das caravanas, consequente do comércio trans-sahariano. M. Newitt (2010) reconhece que os eventos da perda de influência e importância comercial de Sijilmassa (bem como de outros empórios), e o advento da expansão ultramarina portuguesa, e ainda a crescente presença de influência espanhola, foram coincidentes, resultando na mudança do paradigma político-comercial entre os séculos XIV e XV, particularmente pela deslocação do comércio aurífero do interior para o litoral.

Por força da tradição copista na cartografia, e pela influência que os testemunhos e relatos de outrem tinham na construção do conhecimento e das ferramentas náuticas, é plausível que tenham chegado a Portugal um ou mais manuscritos da escola catalã (mais dotada ao adorno do que a italiana), ou um livro, crónica ou roteiro, que tenha dado a conhecer ao cartógrafo Jorge de Aguiar informações sobre a cidade de Sijilmassa e o relevo desta na região do Magreb, que posteriormente poderá ter influenciado também Bartolomeu Lasso. Compare-se, na sequência imagética que se segue, o relato iconográfico da cidade de Sijilmassa entre a primeira metade da centúria de trezentos e o último quartel da centúria de quinhentos, bem como a nomenclatura da cidade.

¹²⁰ *Como Gil Eannes, natural de Lagos, foy o primeiro que passou o cabo do Bojador, e como la tornou outra vez, e com elle Afonso Gllz Baldaya*, pp. 56-59.



Figura 79 – Neste recorte da Carta Náutica de Jorge de Aguiar (1492) temos desenhado aquela que parece ser uma cidade ou fortaleza na região geralmente ilustrada por cartógrafos maiorquinos com os Montes Atalantes, onde aproximadamente nesta região desenhavam a cidade de Sijilmassa, ou atribuem o nome de Tafilalt designando assim o oásis.



Figura 80 – Detalhe da Carta do Mediterrâneo, Angelino Dulceti (ca.1330).



Figura 81 – Detalhe da Carta do Mediterrâneo, Angelino Dulceti (ca.1339).



Figura 82 - Carta do Mediterrâneo, Francesco Pizigano (1367). Até ao terceiro quartel do séc. XIV as ilustrações de Sijilmassa apresentavam torres delgadas, compridas e abobadadas no topo. Na viragem do século, a arquitetura ilustrada apresenta muralhas e torres quadrangulares, mais ocidentalizadas.



Figura 83 – Detalhe da Carta do Mediterrâneo, Gillmus Soleri (c.1368).



Figura 84 – Detalhe da Carta do Mediterrâneo, Gabriel de Vallseca (c.1439).



Figura 85 – Carta do Mediterrâneo, Petrus Roselli (c.1462). A carta de Roselli e Vallseca apresentam uma estrutura arquitetónica quase remetente a um zigurate. Juan de la Cosa usa um modelo semelhante no seu Planisfério (1500) nas cidades africanas ilustradas.

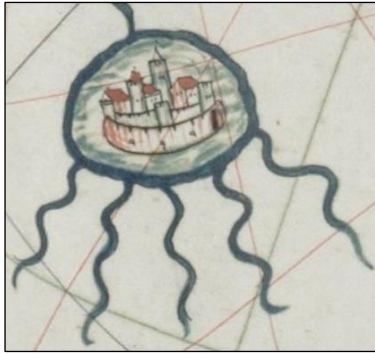


Figura 86 – Detalhe da Carta Náutica, Jorge de Aguiar (1492). Ilustração daquela que deverá ser a cidade de Sijilmassa. Embora a estrutura arquitetónica difira com as antecedentes, o decurso do rio por *Millela*, bem como as cinco ramificações de afluentes para sul parece evidenciar que se trata da mesma ornamentação amplamente difundida na cartografia mediterrânea.



Figura 87 – Detalhe da Carta do Atlântico, Bartolomeu Lasso (ca.1584). A toponímia não tem precedentes e a arquitetura é igualmente indecifrável. Ainda assim, a localização da ilustração, o curso do rio e as características deste levam-me a crer que se trata de uma alusão à centenária cidade de Sijilmassa.

Curiosamente, sabe-se com toda a certeza que a cidade terá sido abandonada em 1393, dando lugar a uma paisagem asoberbada de casas de adobe¹²¹ fortificadas, ou *qsurs* (Lightfoot *et al.*, 1996 e Bigon *et al.*, 2022), mas ainda assim surge comumente representada na cartografia catalã-maiorquina, e excecionalmente ilustrada na cartografia portuguesa, mesmo depois de perder o estatuto que detivera cem anos antes.

Das ilustrações feitas na cartografia portuguesa, o que é estranhamente notório, é que se verifica ainda uma dissociação referencial à região ilustrada. Se por um lado, na Carta de Jorge Aguiar, o cartógrafo manteve-se fiel à tradição medieval na representação de Sijilmassa, Bartolomeu Lasso desenha a cidade muçulmana em contornos díspares dos restantes mencionados, e apresenta uma legenda incomum, “Moreos”(?)¹²². A única prova, ainda que insuficientemente

¹²¹ Taipa, substância argilosa composta por elementos autóctones, geralmente, terra, madeiras e barro, sendo depois usado na construção de casas e muros.

¹²² Embora não se encaixe necessariamente nesta discussão, outra hipótese que será interessante e certamente esclarecedora de explorar é a proposta de que esta ilustração se refere à cidade de Fez, capital do Reino de Fez, arqui-inimigos do Reino de Portugal nos conflitos do Norte de África. Não aprofundarei aqui esta questão por falta de contexto e por necessidade de aprofundamento na temática, na perspectiva de perceber se há evidência que fundamentem esta proposição. Esta ideia seria igualmente corroborada com a leitura de “Marcos”, como sugerido pela professora doutora Renata Araújo, o que seria viável considerando que a etimologia da palavra Marrocos entre a origem berbere/islâmica do nome da cidade e a sua latinização. Desse modo, assumindo que Marrocos vem do berbere, romanizado, *Amerruk* / *Murakuc*, e do tifinague, romanizado, *Umerruk*, podemos assumir que o cartógrafo Bartolomeu Lasso poderia estar a referir-se à cidade de Marraxux (Capital do Reino de Marrocos) ou Fez, ainda que sejam tudo suposições muito conjecturais dada a escassez de informação e dados que suportem qualquer das teorias. Não obstante, independentemente do nome inscrito na carta (*Moreos* ou *Marcos*), podemos assumir, sem grandes riscos, que o objetivo do cartógrafo era evidenciar a uma cidade sob controlo “inimigo”, sendo que, dada a figuração do castelo ou cidade ilustrada, bem como o desenho do rio (que desagua em *Millela*, seguindo o modelo catalão-maiorquino), parece suportar que se queira referir a Sijilmesa ou uma cidade de similar importância à data da carta. Fontes: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marrocos>.

verosímil, de que esta representação urbana é, de facto, uma referência à cidade de Sijilmana, ou pelo menos à representação do oásis de Tafilalt, é a maneira como o rio e os seus afluentes ou braços foram desenhados, assemelhando-se em grande parte à representação iconográfica da cartografia que a precede (figs. 80-87).

Ainda que incorretamente ilustrado o canal fluvial que o rio toma (sendo evidenciado incorretamente como parte do Rio *Millela*), é necessário atentar, aquando da análise iconográfica da cidade, a informação prestada pelos cartógrafos, denotando a azul, um braço do rio Millela, e um conjunto de braços ou afluentes que circundam Sijilmassa e desaguam a sul da cidade. Em algumas cartas catalãs, os cartógrafos denotam corretamente que a nascente do rio é nos Montes Atlas, figurando em conformidade com a cidade o canal que o rio segue. Ainda que seja pouco consensual nas cartas mediterrâneas, a verdade é que os “afluvial sediments eroded from the Eastern High Atlas Mountains” (Lightfoot *et al.*, 1996: 82), estendiam-se por “five kilometers along the River Ziz” (Bigon *et al.*, 2022: 3788), acabando por desaguar a sul da cidade, em subafluentes.

A perda de influência de Sijilmassa, e o seu subsequente abandono no século XIV, e posterior apagão total da cartografia moderna, é ainda mais compreensível quando reconhecemos que a hegemonia portuguesa na costa africana a partir da segunda metade do século XV redirecionara intencionalmente para os entrepostos portugueses, tal como o de Arguim, muitas das rotas comerciais, anteriormente exclusivas à conhecida Rota das Caravanas (entre o oriente africano e o ocidente africano). Ioga Bigon e Edna Langenthal (2022) postulam que, ainda que difícil de estimar a quantidade exata de bens e metais preciosos redirecionados da rota das caravanas, acredita-se que a redirecção dessa rota para os entrepostos costeiros portugueses confluiu na hegemonia comércio do litoral e na rutura quase definitiva da tradicional rota trans-saariana e dos entrepostos que com ela ganhavam, nomeadamente o oásis de Tafilalt (*idem.*, 2022).

4.2.2 Arguim

Paralelamente, temos o caso da representação (ou escassez desta) da feitoria de Arguim. Sabe-se que a sua construção se deu numa das sete ilhas descobertas entre as décadas 40 e cinquenta do século XV, e que foi um dos principais entrepostos durante as navegações quatrocentistas, servindo de porto de resgate e paragem das expedições portuguesas. Por informação documental da época, nomeadamente Duarte Pacheco, sabe-se também que o rei D. Afonso V

havia enviado a Messa¹²³ emissários, de modo a tomar conhecimento sobre o comércio que lá se sediava, que provinha principalmente da Rota das Caravanas. O objetivo seria redirecionar o comércio transariano para a costa ocidental onde já havia uma forte presença portuguesa, salvaguardada pelo uso de “torres-factorías” implantadas desde Ceuta em diante da costa do *Maghreb*. Entende-se, assim, que o principal intento da coroa, tal como enfatiza Aznoca (2020: 163) foi, através da “contrucción de torres-factorías, como la de Arguim, (...) cortocircuitar el tráfico caravanero transahariano y conseguir desviar hacia la costa, en su propio propecto, las rutas de distribuicion de oro y esclavos”.

A cobiça por este negócio berbere, os azenegues das crónicas, teria um marco muito vincado na cartografia moderna portuguesa. A feitoria de Arguim, seria apenas o começo territorial da expansão marítimo-costeira do plano de chegada à Índia, premissa máxima dos reis portugueses desde o começo das navegações. Caso para dizer que a sorte favoreceu os audazes, o que nada menos tentam demonstrar os cartógrafos portugueses de quinhentos. Arguim, ainda assim, e tendo sido um entreposto de grande importância desde que foi estabelecido em 1445, até à sua posse definitiva em 1637 pelos holandeses, parece ter sido esquecido ou suplantado na cartografia moderna portuguesa.

Em consonância com o relato contínuo e bastante detalhado de Zurara na sua *Crónica*, sabemos que em 1443 Nuno Tristão chega a ilha de Gete, a qual o Visconde de Santarém, menciona referir-se à Ilha de Arguim¹²⁴ posteriormente colonizada, tendo sido renomeada, para um nome derivado, presumivelmente, da nomenclatura nativa da ilha. Gomes Eanes Zurara, deixa ainda explícito que o epicentro do resgate aurífero e escravagista terá sido Arguim, tanto pelo potencial demonstrado, como pela posição ideal que tomava, estando apenas a 25 léguas do Cabo Branco. Antes até de se contruir a feitoria na primeira metade do século XV, fruto das navegações bem-sucedidas, de navegadores e exploradores portugueses, já a região era explorada pelo altamente rentável resgate de ouro e escravos (Silva, 2020). Cadamosto, na primeira expedição que fez a sul do Bojador, deixa uma nota importante sobre a importância da região, e do entreposto luso, recordando que já havia um castelo numa das sete ilhas e havia inclusive um contrato que determinava quem podia comercializar com os árabes que lá passavam. Diz-nos o veneziano que,

¹²³ Cidade portuária importante lugar no comércio norte africano. Seria um dos empórios da costa ocidental africana durante os séculos XII e XVI.

¹²⁴ Sobre esta questão ver Godinho, V. M. (1955) O “Mediterrâneo” Saariano e as caravanas do ouro. Geografia econômica e social do Sáara Ocidental e Central do século XI ao século XVI, p. 125, nota 184.

... o dito Senhor Infante fez desta ilha de Arguim um contrato por dez anos nos termos seguintes: que ninguém pudesse entrar neste golfo para traficar com os árabes, salvo os que participassem no contrato, os quais têm habitação na dita ilha, e têm feitores que compram e vendem aos árabes que vêm à marinha (...). De modo que este Senhor Infante fez edificar um castelo na dita ilha, para conservar este comércio para sempre (...) (Cadamosto, [1944], Cap. IX: 20-21).

João Barros deixa também testemunho no que concerne à importância estratégica de Arguim no desenrolar dos Descobrimentos, enaltecendo o seu ponto estratégico no abrigo das naus, sendo que, “em toda aquella costa não havia lugar mais abrigado do ímpeto dos grandes mares” (Barros, 1777, D. I, L. I, Cap. X: 76). Segundo o cronista, em “quatrocentos sessenta e um (...), mandou El Rey fazer o castello de Arguim, (...), por Soeiro Mendes Fidalgo” (*idem*: 139), reformando o entreposto inicialmente erigido. A territorialização deste espaço, no limiar da África Branca, foi possível, e desejável, principalmente pelo seu valor estratégico, económico, e também cultural, por ser uma região de intercomunicação de diferentes povos (Rubiés, 2011). O anacronismo dos dois autores (Barros e Cadamosto), face à data de ereção da feitoria de Arguim, poderá surgir por uma mera disparidade da designação da estrutura erigida à data de cada obra. Possivelmente, Alvise Cadamosto, à data em que escreve a sua crónica, deverá esta a referir-se à feitoria primeiramente instalada na região.

Não obstante, existem apenas três cartas portuguesas, já no século XVI, que representam imageticamente Arguim, conservando o seu papel simbólico de estrutura económica, mas também militar da costa ocidental africana. Uma delas é uma carta da autoria de Pedro Reinel (ca.1510) (fig. 88), outra pertence a Bartolomeu Lasso (c. 1588) (fig. 89) (Arguim aparece destacado com uma imagem acastelada e um brasão português ao seu lado¹²⁵), e uma terceira é da autoria de Sebastião Lopes (fig. 90) e encontra-se no seu Atlas. Curiosamente, a carta de Sebastião Lopes é a que melhor enfatiza a iconografia do entreposto de Arguim, estando este evidente em ponto grande, bem como uma segunda imagem de um castelo ou fortaleza no Noroeste de África cuja representação imagética parece querer referir-se a Mazagão (1541) (lê-se “(?)Qaza guaõ” acima da fortaleza).

¹²⁵ Esta é a primeira e única carta quinhentista portuguesa, durante a soberania filipina em Portugal, a enaltecer a região de Arguim com uma fortaleza/feitoria.

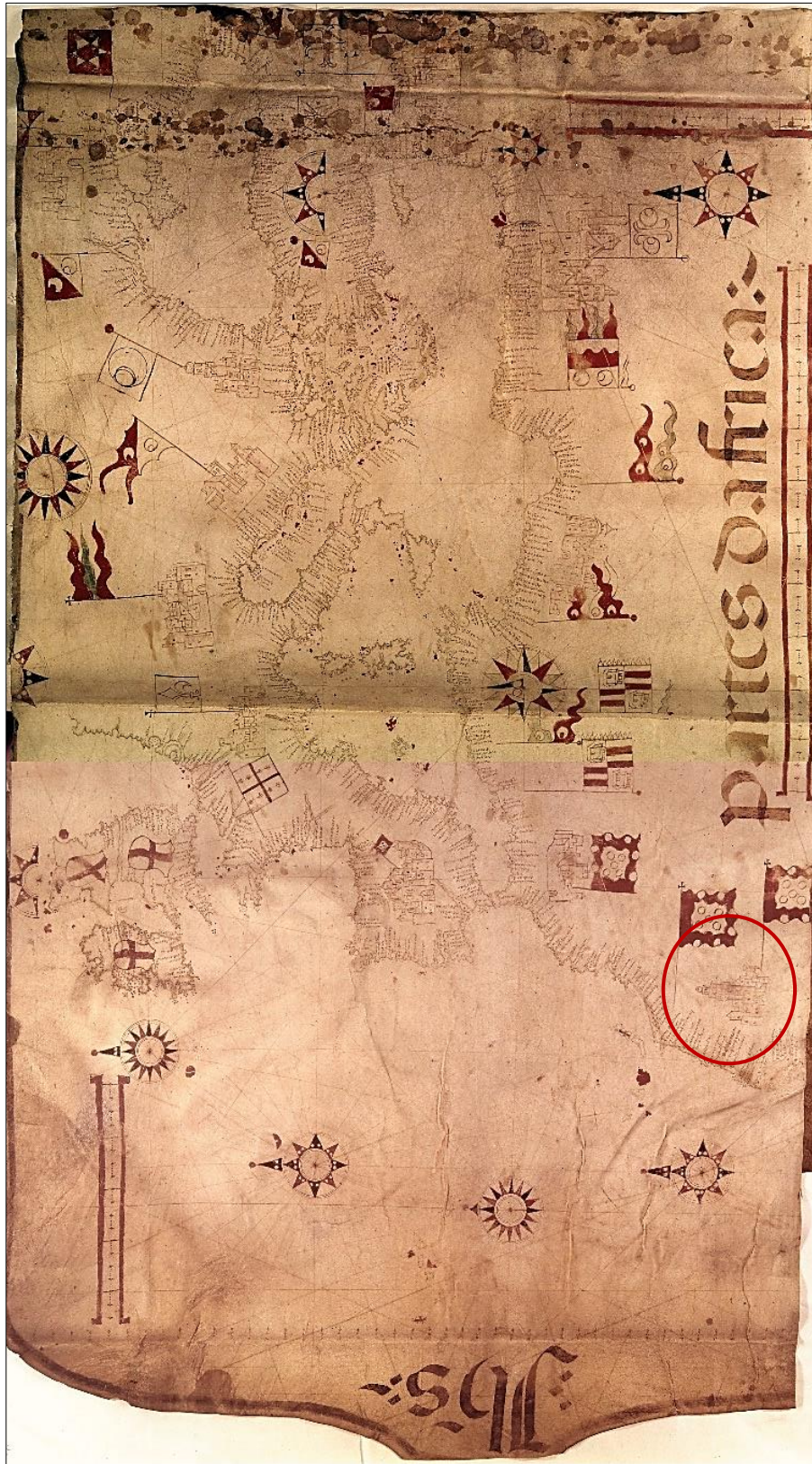


Figura 88 – Carta do Mediterrâneo, Pedro Reinel (ca.1510). Entre a iconografia escolhida pelo cartógrafo, destacam-se as bandeiras, sempre na lógica de identificação da soberania de um determinado território, e os castelos, dos quais dois são portugueses, o de Arguim e um no Magrebe. Arguim apresenta uma estrutura diferente das demais edificações, sendo que no caso Reinel poderá ter particularizado cada castelo consoante as características reais de cada um deles. Por isso se vê no Norte de África ilustrações de castelos ou cidades em ponto maior e com mais edifícios, torres e muralhas maiores, e em Arguim temos uma estrutura mais singela, assemelhando-se em termos arquitetónicos às representações do Castelo Da Mina nas cartas dos Reinóis.



Figura 89 – Carta do Mediterrâneo, Bartolomeu Lasso (ca.1588). A carta em questão é uma prova da perseverança de certos tradicionalismos técnicos. Não só a carta apresenta uma nítida ornamentação simbólica, quer seja pela incorporação dos Montes Atalantes, o curso do Nilo, e a feitoria de Arguim, como apresenta também um rigor científico com os últimos descobrimentos no Atlântico Norte.

Embora seja comumente aceite que a importância de Arguim tenha o lugar de vanguarda na concessão do comércio negreiro africano¹²⁶, é admissível que já no início do século XVI, o relevo do lugar se tenha desvanecido por consequência da expansão marítima portuguesa (Vallejo, 2018). O destaque dado à feitoria não faz jus à importância que a mesma teve no apogeu do seu funcionamento, sendo apenas recordado por bandeiras ou brasões nalgumas cartas quinhentistas. A escassez de informação cartográfica, na forma de imagens nesta região pode ser também causa inevitável da perda substancial de cartas do século XV, havendo um repositório extremamente parco de cartas e mapas desse período, ficando por descobrir se na cartografia quatrocentista houve essa preocupação em figurar a região do “resgate”, procurando enfatizar iconograficamente a presença portuguesa no Golfo de Arguim. António Mendes (2004: 19) explica ainda que a importância deste entreposto advinha, principalmente, enquanto

¹²⁶ Para um melhor conhecimento do comércio negreiro advindo de Arguim, e da importância deste entreposto desde a sua ereção até ao século XVI ver Mendes, A. A. (2004) Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do séc. XVI. *Africana Studia*, 7, 13-30; e ainda, Mouta, F. J. C. (2004) *Comércio, Cooperação e Conflito no Litoral Atlântico Africano (1435-1622). Para além do tráfico transatlântico de escravos*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade do Porto.

“fornecedor regular de escravos (...) [tendo atingido] o seu volume máximo por volta dos anos 1518-1525”, continuando a ser frutífero durante todo o século XVI, mas “entrou em irremediável declínio, vítima do saqueio dos navios Castelhanos (...)” (*idem, ibidem*: 28).

Estranhamente, mas substancial na análise do problema de Arguim, é a notória relevância dada pelos castelhanos à feitoria portuguesa. Uma das referências mais antigas na cartografia vizinha é feita no Planisfério de Juan de la Cosa (1500), bem como outras estruturas acasteladas demarcadas em áreas de controlo português. Também Diogo Ribeiro, já ao serviço da coroa castelhana, faz menção, através de um castelo, da feitoria de Arguim no planisfério de 1529 (fig. 93), replicando-o nos restantes planisférios da sua autoria. O abandono definitivo de elementos iconográficos de alguns postos anteriormente importantes para a coroa portuguesa pode também ser explicado pelo desinteresse demonstrado pelos Filipes com a região norte africana resultantes de “conflitos europeos a los que tuvo que enfrentarse”, sendo que “el escenario magrib iria passando a un segundo plano” (Azcona, 2020: 158). A eclética de estilos urbanos apresentados nas várias cartas não permite lançar hipóteses da evolução artística ou da influência que determinadas cartas ou cartógrafos podem ter tido, o que por si só é uma fonte de informação sobre a possibilidade de que a discrepância de elementos semelhantes entre as cartas seja um indicador de desconhecimentos das cartas precedentes ou, alternativamente, às particularidades artísticas do iluminador ou cartógrafo que ilustravam as cartas.

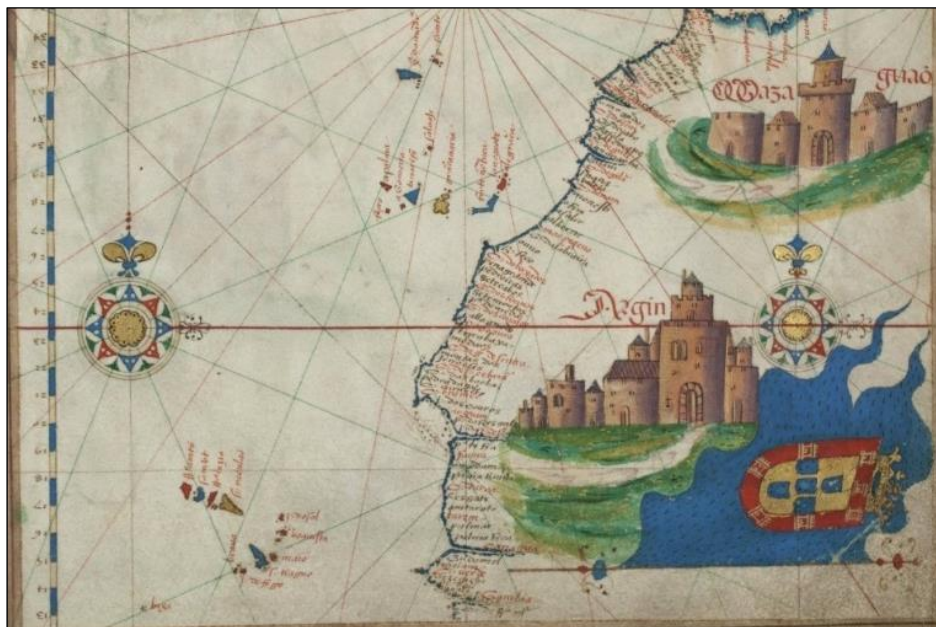


Figura 90 – Carta da Costa Ocidental de África e Europa, Sebastião Lopes (1565). Arguim apresenta uma imagem particular, ao estilo de Lopes nas restantes estruturas arquitetónicas deste Atlas. As cores acastanhadas, os contornos curvados, a mistura de estilos arquitetónicos, tendo cada estrutura ilustrada características próprias. Arguim apresenta uma imagética diferente das restantes conhecidas nas cartas portuguesas.



Figura 91 – Planisfério, Juan de la Cosa (1500). Planta predileta do cartógrafo na representação das cidades/fortalezas em África. A ilustração apresenta um edifício quase que separado por níveis, triplamente muralhado.



Figura 92 - Carta Mediterrânea, Pedro Reinel (ca.1510). Esta é a primeira ilustração de Arguim conhecida na cartografia portuguesa. A fortaleza apresenta algumas semelhanças com outras ilustrações dos Reinóis, nomeadamente do Castelo da Mina. Destaca-se, contudo, uma torre central.



Figura 93 – Mapa-mundo, Diogo Ribeiro (1529). A imagem com fraca qualidade demonstra a ilustração de Ribeiro daquela que será a feitoria de Arguim. Nesta carta o cartógrafo não incluiu uma bandeira portuguesa na estrutura, mantendo a carta razoavelmente livre desse tipo de ornamentação.



Figura 94 - Mapa-mundo, Diogo Ribeiro (1530). Embora a imagem não seja visível, é notório que o cartógrafo tenha ilustrado a feitoria de Arguim, cuja posseção é marcada pela bandeira portuguesa naquela que parece ser uma torre. Esta ilustração difere daquela encontrada na carta anterior, do mesmo cartógrafo.



Figura 95 - Bartolomeu Lasso (1588). Nesta representação, o cartógrafo parece misturar características arquitetónicas visíveis na carta de Pedro Reinel e na de Juan de la Cosa. O destaque dado pelos cartógrafos parece incidir sempre na torre de menagem, que se encontra sobressaída face às outras torres do entreposto.

4.3 O outro lado de África

Os casos expostos anteriormente são situações pontuais e irregulares na cartografia quinhentista portuguesa sendo por isso, elementos iconográficos particulares por alguma razão específica, seja pelo interesse económico ou simbólico, por apresentarem pontos estratégicos para a Coroa, ou por serem igualmente vistos como estruturas marcante na sedimentação do poder local, como é o caso da ornamentação continuada e exacerbada do Castelo de S. Jorge da Mina. Outrossim, surgem casos em que a figuração de certos portos ou cidades em que se opta por estruturas mnemónicas de espaços socio comerciais, como a ilustração de feitorias ou entrepostos comerciais, dos quais destaquei Sijilmassa e Arguim. A utilidade da “imagem” da cidade na cartografia prende-se a pretextos iconográficos onde coabita um paradoxo entre elemento decorativo e a relação sociogeográfica, dando-se a conhecer tanto cidades/entrepostos reais como fictícios, comerciais ou religiosos, num desenrolar de atitudes face à representação urbana em si, que ocupa um vasto período de possessões europeias em África e na Ásia (Sarazin, 2013). Além disso, é importante refletir sobre a relação secular muito interessante e talvez pouco debatida ainda, no entender das relações entre o poder da Coroa e os artífices (dos quais os cartógrafos se incluem) que para ela trabalhavam. No caso específico da imagem de cidades¹²⁷ acasteladas na cartografia, Bragard (2012: 74) deixara o alerta para a insuficiência de estudos direcionados para esta temática, dado que, geralmente, “o estudo das coleções de desenhos de castelos, por um lado, e dos atlas topográficos e cartográficos produzidos por engenheiros e geógrafos nos séculos XVI-XVIII, por outro, não demonstrou (...) qualquer interesse ou limite à sua utilização pelos historiadores”, sendo que o autor alerta ainda que se chega ao ponto de ser completamente negligenciada a comparação entre as “representações gráficas e a arquitetura” no contexto imagético.

No seguimento do que foi dito, veremos adiante como se poderá relacionar a imagem acastelada à evolução arquitetónica e à sua simbologia enquanto elemento figurado na carta. Aquilo que mais se verifica é que enquanto algumas das representações urbanas são objeto de simbolização da presença num dado território, outras simbolizam ou identificavam os espaços de interesse comercial (como cidades portuárias), maioritariamente. Na cartografia portuguesa, denota-se um claro interesse em incorporar nas cartas, geralmente de aparato (para “exposição”),

¹²⁷ Com exceção das cidades fictícias (comuns na cartografia até ao século XV e XVI), geralmente introduzidas no interior dos continentes africano e americano, as cidades figuradas pelos cartógrafos são sempre detentoras de porto, logo cidades costeiras. Assim, a noção de cidade aqui amplamente difundida deverá ser, salvo informação contrária, entendida como cidade ou entreposto no litoral do continente africano.

iconografia representativa dos espaços integrantes do senhorio da coroa ou que sinalizem a sua presença ou pretensão. Assim, podemos dizer que há uma “utilização da arquitectura como forma alusiva ou significativa (...) [que se deve], não apenas às suas qualidades intrínsecas de ordem plástica, mas também à exploração das suas origens, dos seus valores simbólicos e das suas potencialidades extra-arquitectónicas (Campos, 1996: 61).

A projecção da imagem régia foi sintomática na Mina, e em vários pontos ao longo da orla costeira dos continentes, geralmente com recurso a bandeiras e brasões como assim pudemos ver. Já a intencionalidade por trás da ilustração de castelos ou fortalezas nas cartas portuguesas, por regra na costa oriental africana e, mais tarde, na Índia, propõem alcançar um objetivo estratégico de sedimentação de uma rede extracontinental de entrepostos militar-comerciais que compõem a rede urbana portuguesa no Índico (Loureiro, 2007). A iconografia não faz mais do que apresentar visualmente as conquistas portuguesas e a sua sedimentação ao longo da costa, que foram sendo consolidadas com a ereção de feitorias transpostas por “sucessivas armadas (...), estabelecendo a participação dos portugueses no comércio dos produtos daquelas regiões e o domínio da navegação no Índico” (Filho, 2012: 10).

Houve, contudo, um problema de projecção “fidedigna” das estruturas erigidas, aquilo que Alexandra Campos (1996) diz relacionar-se com a necessidade em identificar as cidades “exóticas” à semelhança ou diferença umas com as outras¹²⁸, procurando particularizar-se determinado espaço ou território devido a características próprias como o simbolismo religioso, a importância militar ou a presença de elementos topográficos. Por conseguinte, não raros são os casos em que se representa uma igreja no Congo como forma a reafirmar a cristianização daquele povo na centúria de quinhentos, bem como de enaltecer a relação amistosa entre os dois reinos, sendo assim evidente essa relação no Planisfério de Sebastião Lopes (1590) (fig. 97), no planisfério de Domingos Teixeira (1573) (fig. 96), ou na Carta Atlântica de Luís Teixeira (1600) (fig. 98).

¹²⁸ A autora querera, na minha perspectiva, fazer a distinção entre casos na cartografia onde a figuração das cidades é igual para todos os casos, assemelhando numa lógica da ilustração do todo pela igualdade das suas partes, quase como elemento identitário (por exemplo, a homogeneidade das cidades no Norte de África no que resta do manuscrito de António Pereira ca. 1545 ou os exemplos das Cartas do Índico Dos Reinéis) ou, no espectro oposto, a singularização de cada cidade pela diferenciação dos elementos arquitetónicos que as diferenciam (caso da figuração das cidades asiáticas nos atlas de Fernão Vaz Dourado ou a Carta da Índia do Atlas Miller de Homem-Reinéis).



Figura 96 - Planisfério de Domingos Teixeira (1573). A Igreja de São Salvador (presume-se, identificável pela cruz adornada no telhado esquerdo) aparece engrandecida e com uma bandeira com uma cruz vermelha, símbolo das ordens religiosas e militares que "apoiavam" a expansão marítima e a evangelização dos povos autóctones. A imagem pode estrá a referir-se apenas à Igreja, mas também aparenta incluir a igreja na estrutura edificada como um todo, podendo também aludir para uma cidade ou fortaleza portuguesa.



Figura 97 - Planisfério de Sebastião Lopes (ca.1583-90). Nesta ilustração o cartógrafo teve claro interesse em adornar a Igreja como elemento identificador da região do Congo. Além disso, aparece uma cruz adornada do lado esquerdo da Igreja que poderá ser uma referência ao Padrão erigido por Diogo Cão em 1485(?) (podemos ver a proximidade ao topónimo "C. do padram"), ou uma referência ao processo de cristianização do povo congolense, ou ainda a elucidação do "milagre" experienciado por D. Afonso I do Congo em 1504.



Figura 98 - Carta do Atlântico de Luís Teixeira (ca.1600). A imagem representa uma aculturação social e religiosa do povo congolense através de um andrógono natural do Congo (assim depreendido pela cor da pele) com vestes exógenas e a rezar perante uma grande cruz dourada. Ao fundo da imagem é também reconhecível uma Igreja, identificada pela cruz desenhada no topo do telhado.

Se a fortaleza (ou as cidades) foi o elemento predileto por muitos cartógrafos, a igreja seguiu-lhe as pisadas, tanto quanto um símbolo de esperança, de afirmação religiosa e cultural, como pela sua importância na reafirmação dos pressupostos régio-eclesiásticos que embasaram a expansão portuguesa, e que deram alento a vastas bulas papais a benefício desses esforços¹²⁹ (Lopes, 2016). Um dos impulsos mais notáveis foi a participação da descoberta do Congo em 1483, por Diogo Cão, ao que D. João II “mandou que retornasse logo, levando muitas cousas a Elrey de Congo, e com ellas lhe encommendava que se quizesse converter à Fé de christo” (Barros, 1777, D. I, L. III, Cap. III: 174), ao que Duarte Pacheco afirmara que o rei de Portugal não tardou em “fazer Manicongo [Senhor/Rei do Congo] & sua gente cristaã & a isso mandou

¹²⁹ Não procurarei aqui aprofundar esta ideia cruzadística e a importância da evidência imagética que certas cenas pictóricas procuram reforçar, mas é importante deixar aqui a nota dessa simbiose estruturada numa luta secular religiosa, que foi também ela parte responsável pela expansão portuguesa em África. Iowe (2007: 105) deixa clara a importância do catolicismo na sedimentação das relações diplomáticas entre a Europa (Portugal na vanguarda) e África, particularmente notória se analisarmos “the embassies sent by Christian sub-Saharan African countries to Portugal [1485] and Italy [antes de 1485] in terms of cultural relationships (...). Both sides had their misconceptions of each other, but they managed to interface on ‘middle ground’, and one possibility is that Catholicism provided this ‘middle ground’”. Jonathan Lopes corrobora esta afirmação e reforça que foram as bulas papais, endereçadas especificamente ao advento da Coroa portuguesa no território africano entre 1415 e 1600, que para lá dos benefícios comerciais, políticos e militares, “exigem a construção de igrejas, mosteiros e outras edificações religiosas, bem como ficam autorizados os portugueses a enviar religiosos e leigos de diversas ordens” (Lopes, 2016: 134). Ver ainda Simmons, A. (2022) The African Adoption of the Portuguese Crusade during the Fifteenth and Sixteenth Centuries. *The Historical Journal* (2022), 65, 571–590.

lá frades & clérigos per lhe ensinarem as cousas da fee (...)” (Pacheco, 1892, L. 3º, Cap. 2º: 84). Após alguns contratempos internos, com disputas no Reino do Congo e insurgência nos postos de comando, estabeleceu-se uma relação duradoura e alicerçada nos pressupostos culturais e intelectuais cristãos sob a tutela régia de D. Afonso I do Congo, batizado em homenagem a D. Afonso V de Portugal, pai de D. João II de Portugal, quem descobriu esta região (Simmons, 2022). João de Barros (1777, D. I, L. III, Cap. X) informa-nos que após o batismo do “Manicongo”, sob o nome D. João I do Congo, entre a década de 80 e 90 de 1400, já a Igreja de São Salvador estava acabada, e preparava-se o seu filho para ser batizado como Príncipe D. Afonso I do Congo.

O relativo sucesso na cristianização dos reis do Congo deveu-se, segundo Simmons (2022: 578) à unicidade da região do Centro de África “for its absence of Muslims. Thus, the Portuguese were able to build upon what was perceived to be a blank canvas in comparison to previous conversion efforts elsewhere (...)”, que dificultavam a conversão dada a forte influência islâmica nos territórios da “África Branca”, a norte da Senegâmbia. A consciencialização da importância da região do Congo não tardou a chamar a atenção dos cartógrafos mais atentos ou com relações diretas com o Armazém da Índia. Dos exemplos mais flagrantes, temos a cartografia de Sebastião Lopes (figs. 97 e 99), a Carta do Atlântico de Bartolomeu Lasso (figs. 101), a Carta do Atlântico e do Pacífico de Cipriano Vilavicência (fig. 102), e os já mencionados, Planisfério de Domingos Teixeira (fig. 96), e a Carta Atlântica de Luís Teixeira. Não apenas têm em comum a predisposição em enaltecer figurativamente a Igreja de S. Salvador face a outras possíveis localidades e urbes importantes à data de cada carta, como figuram uma ilustração em comum, aparentemente simbólica na região. Refiro-me a uma cruz desenhada em frente à Igreja de São Salvador do Congo, quase que como reforço dos votos de fé, ou, como tentarei demonstrar, como elemento mnemónico de “eventos milagrosos”.

Para Adam Simmons (2022) o reinado de D. Afonso I foi o resultado de um ensinamento cristão com forte enfoque na ideologia cruzadística, não apenas pela simbolização de Santiago que era visto “as a crusading military saint”, mas também por associação a eventos milagrosos atestados pelo rei congolense, dos quais D. Afonso I “reported a miracle in a letter of 1509 about a how a cross and Santiago had appeared in the sky before a battle with his pagan brother” (*idem*, 2022: 581). O mesmo autor reforça ainda que os elementos bíblicos como a cruz ou santos estão diretamente associados a narrativas cruzadísticas e à educação que deverá ter tido o príncipe. A ilustração, não apenas da Igreja, mas também de uma cruz adjacente a esta pode ser uma forma simbólica do cartógrafo reproduzir o milagre vivenciado pelo Rei do Congo, perpetuando o

mito e reforçando o poder eclesiástico sobre a região. Além disso, este evento milagroso no reinado de D. Afonso I, ajudou a reforçar a fé cristã no seu povo, que segundo Duarte Pacheco estava a perder alguma força dada a precariedade de contacto entre os portugueses (frades e clérigos) e o povo do Congo¹³⁰. É nesta medida que Alexandra Campos (1996: 66) considera denotar-se uma “tentativa de particularizar determinada localidade, quer pelo seu significado religioso, quer pela importância político-estratégica de que se reveste recorrendo-se, para esse efeito, a símbolos como a cruz (...), ou as torres”.

Outra razão interessante de referir deve-se à unicidade da conversão do povo do Congo face a muitas outras regiões onde esta foi mais morosa ou onde inclusive foi um insucesso. Barros escreve na sua crónica como a evangelização do Rei de Benim foi um fracasso, que levou inclusive a que se abandonasse a fortaleza lá erigida e a que retornasse todo o contingente que lá estava alocado (entre soldados, missionários e outros encarregados).

... e porque este reyno de benij era perto do castelo da mina, e os negros, que traziam ouro ao resgate della, folgavam de comprar escravos pera levar suas mercadorias, mandou elrey assentar feitoria em hum porto de benij, a que chamarom Gató (...) . Mas como elreyde benij erua mui subjecto a suas idolatrias, e mais pedia aos sacerdotes por se fazer poderosos contra seus vizinhos com favor nosso, que com desejo de baptismo, aproveitaram mui pouco os Ministerios deles, que lhe elrey lá mandou. Donde se cousou mandallos vir, e assi aos oficiais da feitoria, por o lugar ser mui doentio (Barros, 1777, D. I, L. III, Cap. III: 178-79).



Figura 99 - Carta do Atlântico de Sebastião Lopes (1558). Neste mapa, *Bastião Lopes* faz uma das ilustrações mais fiéis da Igreja de S. Salvador segundo os dados arqueológicos disponíveis presentes nas ruínas onde esta fora erguida. Não apenas optou por figurar a Igreja, como incluiu a cruz defronte desta e uma bandeira de Portugal na foz do Rio Zaire (), novamente demarcando a sua soberania sobre o espaço.

¹³⁰ Ver Livro Terceiro, Cap. 2º, pp. 83-85.

Contrariamente à particularidade da Igreja cristã identificada na região do Manicongo, aquilo que se verifica mais comumente será uma homogeneidade de cidades ou fortalezas em diferentes pontos geográficos, o que se mostra dificilmente verdade dado que não é crível que todos os castelos, cidades ou fortalezas, mesmo que na mesma costa continental, fossem exatamente iguais ou até de todo semelhantes. Aqui temos casos quase idênticos de representações (fortemente influenciadas), sem claro interesse em representar fielmente a estrutura urbana, mas sim enfatizar imagetivamente a importância do espaço demarcado. Joaquim Gaspar e Šima Krtalić (2023: 113) comparam o exemplo da Carta do Índico de Jorge Reinel (1510) (fig. 103) com os planisférios de Diogo Ribeiro (1529) (figs. 104 e 105), em que ambas partilham uma “aparente predileção por ornamentos sem cor”, sendo as “cidades totalmente monocromáticas”.

Comum é também se identificar a presença portuguesa com uma bandeira da Ordem de Cristo nos domínios africanos (Simmons, 2022), particularmente na segunda metade do século XVI como já mencionei no capítulo anterior¹³¹. A incorporação de imagens de fortalezas é explicável em parte pela política adotada na viragem do século, com o reinado de D. Manuel I, de uma estratégia de controlo e preservação do comércio do Índico, iniciando em 1505 a construção de feitorias ao longo da costa oriental africana e também na costa indiana, principiando-se essa estratégia com a construção de uma fortaleza em Quiloa (Mendes, 2017). Nas palavras de Barros (1777, D. I, L., Cap. VIII), em Quiloa foi “a primeira pedra, e cal que nestas partes fundamos”, sucedendo a vitória obtida contra os Mouros que a controlavam. Além desta, seriam ainda “fundadas” fortalezas noutros portos, tais como o de Çofala, para onde zarpuo Pedro da Nhaya sob a capitania de Francisco de Almeida com essa ordem (*idem*, 1777, L. VIII, Cap. VI).

¹³¹ Ver capítulo 2.1, “O desenho da costa: entre bandeiras e padrões”, pp. 32-46.



Figura 103 - Recorte da Carta da África Oriental e do Oceano Índico, Jorge Reinel (ca.1510). Nesta projeção da costa africana, podemos evidenciar as estruturas acasteladas ilustradas pelo cartógrafo, todos identificadas com “panos” subjacentes à imagem. Além disso, todos os “castelos” partilham a mesma simplicidade geométrica e cromática não havendo particular distinção entre os vários entrepostos ao longo da costa.

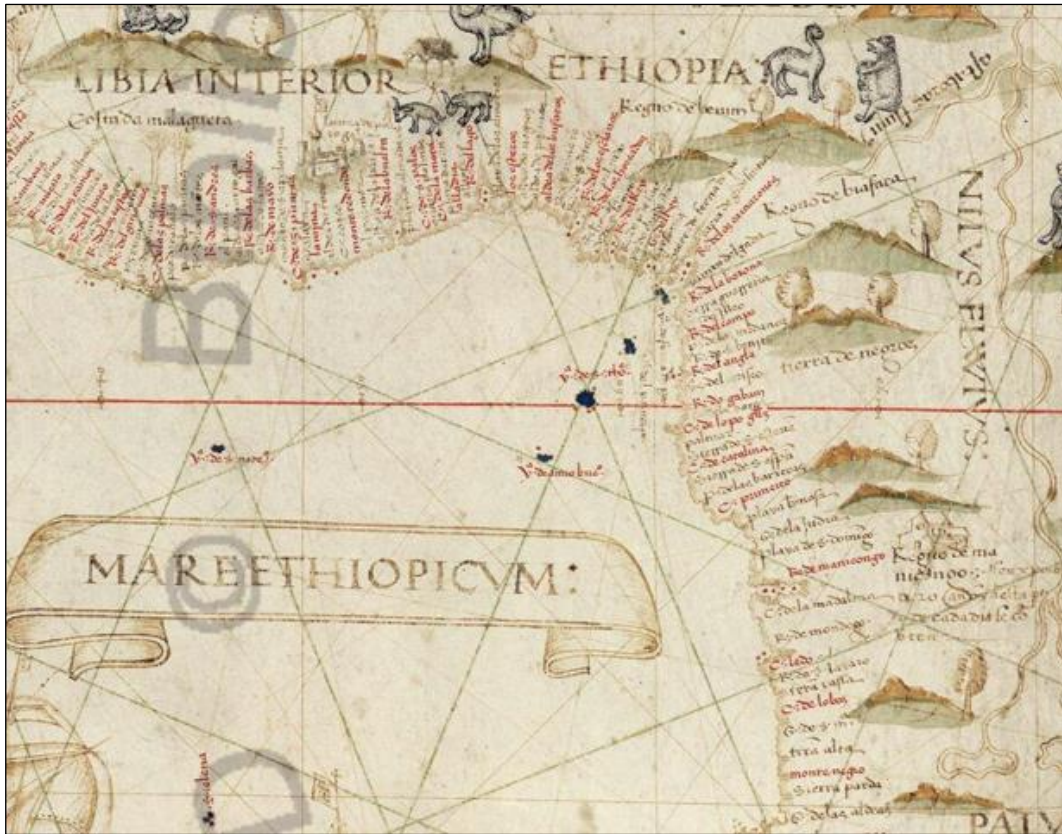


Figura 104 - Planisfério de Diogo Ribeiro, na Biblioteca Apostólica do Vaticano (1529). Neste planisfério, os edifícios escolhidos por Ribeiro como estruturas mais importantes foram o Castelo da Mina e a Igreja no Congo, ambas sem muito detalhe nas cores, sendo que a Igreja do Congo está desenhada de forma austera e sem detalhes arquitetônicos evidentes.



Figura 105 - Planisfério de Diogo Ribeiro, na Biblioteca da Duquesa Anna Amalia (1529). Já neste planisfério, a Igreja adornada é novamente muito singela, sem grande preocupação com o detalhe arquitetônico ou destaque cromático. Outra igreja é ilustrada na região da *Ethiopia Sub Egipto*, novamente sem destaque ou contraste com recursos à coloração e apresenta traços simplistas. Curiosamente, das ruínas conhecidas da Igreja (com mais de 500 anos de existência), é na cartografia de Diogo Ribeiro que esta parece estar mais bem evidenciada segundo as linhas arquitetônicas que dela sobejaram.

Duarte Barbosa (1946: 23) deixa igualmente evidente a importância do controlo de Quiloa, a qual atribui ao facto de “antes que el-rey nosso senhor mandasse descobrir a Índia, os mouros de sofala, cuoma, amgoia e moçambique estavam todos à obediência de el rei de Quiloa”. Desse modo, assumir controlo desta cidade seria uma porta aberta para controlar outras cidades portuárias com interesse económico ou estratégico para Portugal. Foi neste contexto que, de acordo com Ana Mendes (2017), houve uma expansão urbana e de disseminação comercial entre o Atlântico e o Índico desenvolvendo-se um conjunto de infraestruturas modernas aos modelos urbano-militares das fortalezas portuguesas, em que se destacam as fortalezas com torreões com capacidade artilheira e uma planta quadrangular flanqueada nas pontas com cubelos cilíndricos. Estranhamente, o único cartógrafo que parece recorrer a essa planta “revolucionária” é João de Lisboa, quem diferencia, ao longo da costa africana, desde localidades com ornamentação de pequenos aglomerados de casas (talvez representativo de aldeias) a entrepostos com uma arquitetura fortificada com muralhas e torres (fig. 108) à semelhança do que Mendes explica ser o modelo arquitetónico transitório naquela região. No seu Atlas de 1565, Sebastião Lopes também ilustra duas cidades (*Cofalla* e *Moçambique*) com um cinturão muralhado, e com torres cilíndricas incorporadas neste (fig. 109), mas as torres apresentam um desenho menos realista, estando estas extremamente pontiagudas (comum noutras edificações noutras cartas do Atlas).

A escolha das cidades é indicadora da importância daquelas que mais importavam para a Coroa portuguesa, particularmente notável quando comparadas as várias cartas que ilustram iconografia urbanística na costa oriental africana, onde é visível a repetição de cidades como Sofala e Moçambique (Reinéis, Lisboa e Lopes), maioritariamente, mas também Quiloa, Melinde ou Mombaça (Reinéis e Lisboa). A importância dessas cidades era também destacada pelos marinheiros ou navegadores que por elas passavam, por exemplo Barros (1777, D. I, L. IV, Cap. IV: 297) constata que Moçambique “em nome he hoje [1552] a mais nomeada escala de todo o Mundo, e per frequência a maior que tem os Portuguezes”. Já Barbosa (1946: 16), por sua vez, informa que em Sofala “tem el-rei nosso senhor uma fortaleza” e em Melinde “esta uma mui formosa vila assente em terra firme ao longo de uma praia que chama Melinde, que é de Mouros (...) e sempre neles acham os portugueses muita presença, amizade e pacífica paz e ali toma as naus, se acertam de passar por ele, muito refresco” (*idem*, 1961: 25 e 27). Essa informação era então passada para os cartógrafos que transpunham imgeticamente aquilo que recolhiam das novas dos pilotos, navegadores e marinheiros, os quais traziam informações sobre os povos, os seus costumes, e as cidades mais importantes (Albuquerque, 1991).

A evidência cartográfica de elementos urbanísticos no "outro lado de África" (isto é, a África Oriental) é preponderante com a subida de D. Manuel I ao trono em 1495, "cujas ações privilegiaram a expansão para o oriente, (...) ainda pautada em uma política de instalação de feitorias e fortalezas, pelas costas dos continentes" (Eugênio, 2021: 6), tendo nós, como primeiro relato cartográfico uma Carta do Oceano Índico de Jorge Reinel, onde se vêm ilustradas as principais cidades da costa oriental africana, já à data sob a alçada do poder régio português ou comercialmente ligadas ao Império Português. De igual forma, podemos verificar que, como Gaspar *et al.* (2023: 112) bem evidenciam na carta de Reinel, mas que se pode extrapolar para outros casos, o uso de "representações de navios e cidades, embora não muito vistosas (...), ambas foram desenhadas com grande mestria". Esta dualidade é também indicativa das rotas comerciais adotadas durante os Descobrimentos, depois consolidados com a crescente presença portuguesa no Índico. Tal como o filho, Pedro Reinel tem igualmente uma Carta do Índico (ca.1522) (fig. 106) onde espelha a mesma noção ideológica e artística de representação urbanística, embora opte pela coloração destas.



Figura 106 – Carta Náutica do oceano Índico e das Molucas, Pedro Reinel (ca.1522). Nesta carta o cartógrafo optou por desenhar algumas das principais cidades da costa oriental africana com as quais tinha Portugal uma relação comercial ou estratégica, entre as quais se podem aferir claramente Brava, Mombaça, Moçambique (?) e Sofala.

A pretensão do espaço Índico é também reforçada pela adoção de título de conquista dos territórios portugueses nesse oceano, os quais João de Barros nos informa, não apenas a adoção "na coroa deste reyno [portugal] estes reynos, Çofala, Quiloa, Mombaça (...), [mas que] em todas quaes partes temos nossas fortalezas com oficiais, e Ministros do governo da terra" (Barros, 1777, D. I, L. VI, Cap. I: 17). Neste contexto, a carta de Jorge Reinel de 1510, não é

apenas a carta mais antiga que representa a presença portuguesa no Índico (por representação específica, dado que Cantino já apresenta esta região no seu todo), como é também ela uma chamada de atenção para reivindicação daquele espaço pela Coroa, denotando-se sucessivas cartas com o mesmo intento, como a Carta de Pedro Reinel (ca.1522), ou a Carta de João de Lisboa (1560) que demarcam a reivindicação pelos portugueses sob esses territórios com o uso de figuras acasteladas e de bandeiras nacionais. É neste contexto político e militar que Alexandra Campos (1996) postula sobre a hegemonia preponderante de imagens simbolizadoras de poder tais como estruturas defensivas, sejam torres e muralhas, ou, menos comumente, estruturas sociais e religiosas, como as igrejas ou as aldeias. As estruturas são também elas estereotipadas mediante os conhecimentos dos cartógrafos ou os relatos de viajantes, pelo que não é de estranhar que haja uma concordância estilística entre cartógrafos contemporâneos ou que se vejam imagens homólogas de diferentes cidades num mesmo mapa.

António Pereira, de quem apenas se conhecem dois fragmentos, os quais foram retalhados de um mapa e onde num deles o cartógrafo ilustra o Norte de África e o Mediterrâneo (fig. 107) no qual se vê um conjunto de cidades muçulmanas todas ilustradas com as mesmas cores, formas e bandeira, a qual identifica a soberania do território. Nesta ordem de ideias, Jean-Yves Sarazin (2013: 21-22) explica que a iconografia na cartografia moderna comporta em si “uma codificação que é ao mesmo tempo política, geográfica, e - com algumas exceções (...) - religiosa”, perpetuando-se a imagem das “casas-torres rodeadas de muralhas (...) uma espécie de standard urbano internacional”, sendo que, no caso português, sobressaem três hierarquias imagéticas (por ordem de presença), as fortalezas, as igrejas (geralmente, senão unicamente, a Igreja do Congo), e, por fim, mas igualmente interessante, as aldeias dos nativos (não tão comuns, mas geralmente figuradas junto de cidades importantes).

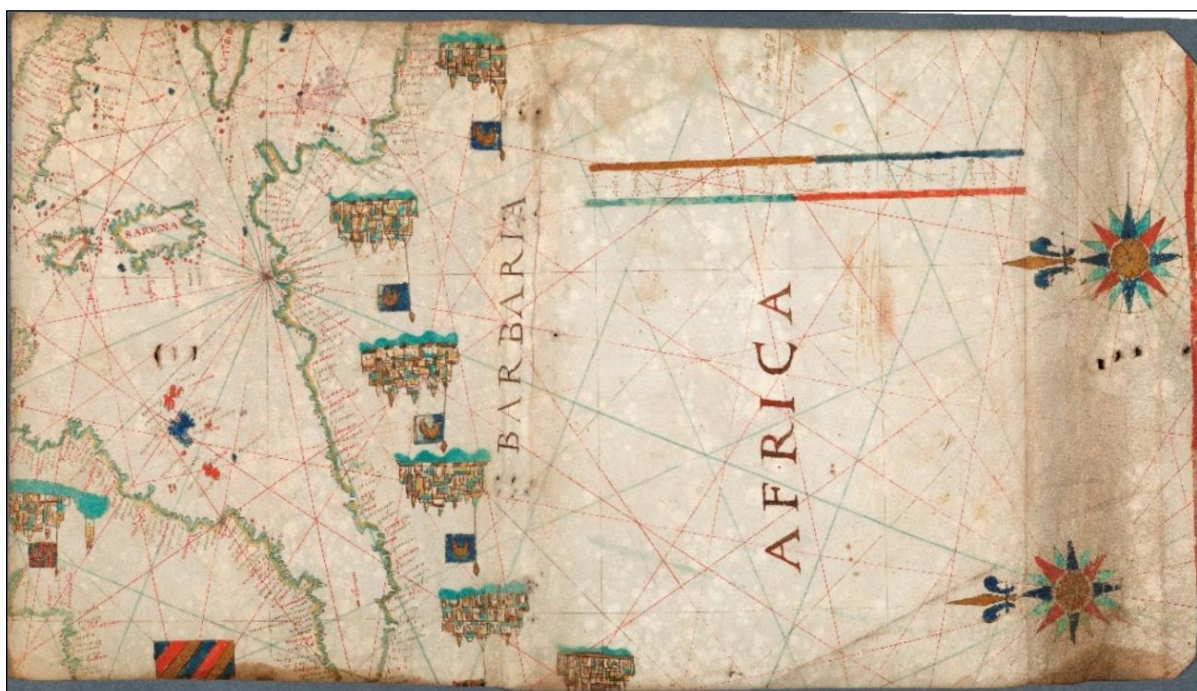


Figura 107 – Fragmento onde se vê o Norte de África e o Mediterrâneo Ocidental. António Pereira (ca.1545). Todas as cidades, inclusive uma ilustrada a nordeste dos Pirenéus, apresentam a mesma arquitetura, morfologia e estão todas pintadas com as mesmas cores e tons cromáticos. A diferença entre as várias cidades é meramente percebida na bandeira hasteada, a qual revela quem senhoreia aquele espaço.

Com uma leitura atenta do opúsculo de Duarte Barbosa percebemos que a presença portuguesa no Índico era já proeminente, e que as fortalezas identificadas são igualmente identificáveis nas cartas da mesma época. Algumas das cidades africanas mencionadas são igualmente elegíveis nas cartas dos Reineis (que à época trabalhavam para o Rei de Portugal), o que poderá ser uma prova de que a ilustração destas está intimamente relacionada com os interesses da coroa, e também da clara alusão à posse ou controlo político-militar daqueles espaços. Como já pude aludir, desde que os portugueses circundaram o Cabo da Boa Esperança, foram fundando feitorias na Costa Swahili, sendo que cronologicamente foram ainda edificadas feitorias na boca de rios e em ilhas adjacentes à costa ocidental africana, “em São Tomé em 1509, nas ilhas do Cabo Verde (...) em 1520 e 1535, respetivamente (...) [e na] região da Guiné-Bissau (Sicking, 2020: 306).

Deleito (2023: 71) explica que “las ciudades, siguiendo la tradición mallorquina, son las que tienen interés comercial o religioso, y las banderas muestran la soberanía de los puertos, dato importante para los navegantes”, e quer fossem cartas para uso prático ou instrumentos de aparato as cartas identificavam sempre a soberania dos portos, bem como de outras localidades com interesse para o comendatário da carta. Desse modo, as feitorias ocupavam o lugar de eleição nos deveres de controlo marítimo daquelas águas, da sedimentação do comércio luso-

indiano, e da proteção dos navios portugueses que cuidavam do transporte das mercadorias, principalmente por terem necessariamente um papel reforçado dada a precariedade de contingente humano disponível para as necessidades económico-militares das colónias portuguesas (Eugênio, 2021). A cartografia quinhentista reflete essa estratégia edificadora de forma exímia, mais notoriamente pela massificação de ilustrações dessas fortalezas, do que pela singularidade de cada região, mas não menos oportuno para o jogo político que gladiavam os potentados do Índico e o Reino de Portugal. Se há casos em que a iconografia ainda reflete a estrutura medieval acastelada como é o caso de João de Lisboa (fig. 108) ou dos Reinéis (figs. 103 e 106), a cartografia de Sebastião Lopes é menos esclarecedora nesse sentido.



Figura 108 – Carta da Costa Oriental de África, fl. 90 no Livro da Marinharia de João de Lisboa (1560). Vêm-se ilustradas feitorias portuguesas ou “cidades” sob a soberania da Coroa portuguesa, entre as quais se destaca Sofala e Moçambique por se encontrarem adornadas com uma muralha de planta quadrangular e torreões nos cantos. Estão ainda ilustradas as cidades de Quiloa, Mombaça e Melinde, embora não apresentem a mesma arquitetura estratégico-militar.



Figura 109 – Carta da Costa Sudeste de África, fl. 16v no Atlas de Sebastião Lopes (1565). O cartógrafo escolheu realçar imagetivamente duas das cidades mais importantes para Portugal na África Oriental, Sofala (provavelmente pelas minas de ouro e o sequeite comércio) e Moçambique (como Barros mencionou, seria uma das cidades portuárias mais frequentadas no mundo na década anterior à carta).

5. O preenchimento espacial do *hinterland*

5.1 Entre Montes, vegetações e animais

5.1.1 Os “Montes Claros” e a cisão de África

Descritivo do mundo extraeuropeu e sempre aliado às suposições tradicionalistas, vemos implantadas as concepções medievalistas de rios extensos e bíblicos, da existência de reinos utópicos e longínquos (antes do advento ultramarino e terrestre), e mais proeminentemente, da vasta orografia dos continentes, destacando-se África, como espaço de grandes montanhas e paisagens verdejantes.

Em muitas cartas será perceptível a adoção de acidentes naturais como montanhas, rios ou lagos para representar o interior africano, nomeadamente a sul do Sahara. Começam a aparecer na cartografia ilustrações de montanhas de diferentes tamanhos e arbitrariamente espalhadas, rios com leitos largos ou finos, ou até vegetação e arvoredos (Racio, 2006). As cartas portuguesas estão, tendencialmente, mais preocupadas em ilustrar o litoral, mas há exceções interessantes e que refletem uma preocupação paralela em ocupar o espaço com recursos ao desenho do interior com montanhas, árvores e vegetação. Casos como o Atlas Queen Mary de Diogo Homem, o Planisfério de Cantino, o Atlas de Lázaro Luís ou o Atlas Miller comportam em si esse peso iconográfico dando-lhe uma beleza visual ímpar, ainda que nem sempre reflitam a realidade geomorfológica do *hinterland* africano.

A cordilheira mais conhecida será o Atlas, seguindo-se-lhe os Montes da Lua e a sua relação mítica ao Nilo como atrás desenvolvi. A verdade é que o preenchimento do sertão dos continentes era uma tarefa difícil para o cartógrafo, dado que tinha de investir em cenas pictóricas simultaneamente reais e fictícias de modo a garantir um preenchimento satisfatório dos espaços incógnitos. Principiando este trajeto, surgem as cartas mediterrâneas ditas maiorquinas “cujo objetivo não era especificamente náutico, são ricas em legendas explicativas e em iluminuras, denunciando preocupações estéticas” (Costa, 1988: 5), e abrindo o espetro imagético e simbólico para as escolas que a sucederam, nomeadamente a escola portuguesa. Depressa se destacou um elemento geográfico sem paralelo, uma cordilheira conhecida por séculos, a qual definiu toda uma estética ornamental entre os séculos XIV e XVI.

Por força do desconhecimento (empírico) dos territórios a sul do Cabo Não, os cartógrafos maiorquinos começaram a separar, implicitamente, a terra incógnita, a sul do Sahara, com bosques, vegetação, e montanhas, por norma usando as Montanhas Atlas, a que comumente

se designava Montes Claros. Por vezes o exagero na extensão em comprimento e largura da cordilheira, quando representada nas cartas, fazia desta o elemento ornamental imperativo para representar o Norte de África, servindo inclusive de divisória intracontinental, dado que enclaustrava o Norte de África, ficando a sul deste a África *Incognitae* (Recio, 2006).

A surpreendente extensão da cordilheira compreendia “the very west of North Africa, close to the Atlantic ocean at the latitude of the Canaries¹³², and elongating eastwards paralell to the Mediterranean coast until Cyrenaica [Deserto do Egipto]” (Relano, 1997: 117), sendo que no final da cordilheira seria comum ver-se uma trifurcação das montanhas, seguindo estas caminhos opostos, criando uma figura semelhante à pata de uma ave, geralmente associada à de uma galinha (Crawford, 1949).

Relaño (1997) concluiu que um dos primeiros exemplares desta representação é da autoria do cartógrafo Angelino Dulcerti e que esta terá subsistido quase inalterada até ao século XVI, salvo pequenas mudanças estilísticas ou de reajustes geográficos. Aquilo que pode estar por trás dessa associação erroneamente assumida, era a dificuldade que os cronistas, escrivães, cosmógrafos e até dos próprios cartógrafos medievais, em recolher informações fidedignas sobre estas montanhas, fazendo com que não soubessem praticamente nada em relação às suas características físicas (Brentjes, 2013). Assim, estavam dependentes de relatos de terceiros, como comerciantes locais ou caravanistas nómadas, o que tinha as suas limitações, e trazia consequentes incoerências. Até ao século XV, pelo menos, é espectável ver “figuras estereotipadas quanto à orografia e ao curso dos rios mais importantes (...). Nestas representações, incluídas no grupo «náutico-geográfico» (...), os Montes Atlas (...)” (Costa, 1988: 5) eram um dos mais recorrentes e replicados.

No Atlas Catalão de 1375, da autoria de Abraham Cresques (fig. 110), vemos duas legendas adjacentes à cordilheira norte africana que nos contam um pouco da sua história e das suas características. Uma delas, na entrada (passagem) ou fissura criada pela montanha, na região do Magrebe, o cartógrafo conta-nos que “por este lago passam os comerciantes que entram na terra dos negros da Guiné, cuja passagem é chamada de Vale da Barba (ou Darda?)”¹³³, algo que seria por norma aceite na cartografia catalã-maiorquina, enfatizando a transponibilidade da

¹³² Segundo Duarte Pacheco, os Montes Claros localizar-se-iam na região do Magreb, com início em Messa (e não Meca). Capítulo 21º (dos montes craros & sua bonade asy do fabuloso), “os montes craros (sic) vizinhos do porto de meca (sic) nom passam por esquecimento; por que he certo que tam formosas terras & de tam grande altura poucas posuy o universo” (1892, L.I, Cap. 21º: 35).

¹³³ Tradução livre do autor.

montanha através daquele vale, não sendo portanto uma barreira natural intransitável como o seu tamanho e representação artística por vezes propunha ao leitor mais desinformado (Relaño, 1997).

No mesmo mapa, temos ainda uma legenda mais para leste que nos fala do que havia na dita montanha e da origem do seu nome. Segundo Cresques,

“toda esta montanha em comprimento se chama Carena [Cume ?] para os Serranys [povos das montanhas ?], para os cristãos chama-se Montes Claros / é verdade que nesta dita montanha há muitas vilas, e castelos que combatem entre si / em volta da montanha há abundância de pão, e barragens [nascentes de água doce ?], e óleos, e de todos os bons frutos”¹³⁴.

Esta descrição é principalmente importante quando associamos esta ideia de abertura ao comércio e à entrada de bens de regiões “interditas” do interior, seja pela sua largura ou pelas condições adversas do deserto. Leva a crer inclusive, que neste vale entrariam as tribos nómadas caravanistas que depois negociavam os seus bens, geralmente alimentos, pedras preciosas e sal, no empório de Meça, como Duarte Pacheco informa acontecer periodicamente¹³⁵. Reminiscente da relação comercial entre a Rota das Caravanas, e a passagem nos Montes Claros é a cena pictórica adornada no Atlas de Lázaro Luiz (fig. 111).



Figura 110 – Atlas Catalão, cerca de 1375, [Abraham Cresques], Biblioteca Nacional de França. Na legenda que aparece à esquerda de *Sigilmesa*, terá descrito que esta é a passagem usada pelos comerciantes africanos, a qual dá entrada à Terra dos Negros.

¹³⁴ Tradução livre do autor.

¹³⁵ Ver Livro 1º, Cap. 21º, p.35.



Figura 111 – Recorte da Carta do Nordeste do Oceano Atlântico (1563), Lázaro Luís. Aqui o cartógrafo parece querer recriar a Rota das Caravanas e demonstrar a passagem que estas usavam para entrar na região noroeste do continente africano, na qual negociavam os bens que traziam. Os camelos e as figuras humanas na carta fazem crer que essa fora a intenção de Lázaro Luís ao ilustrar esta cena nesta carta. A representação montanhosa, com a toponímia *Mōtes Claros* quase em posição de título, parecem reforçar a recriação daquela que seria a passagem pelo Vale Sur e que separavam duas realidades geomorfológicas e étnicas de África.

A cartografia portuguesa não ficou alheia à importância dos Montes Claros, compreensível dada a influência que a escola cartográfica catalã-maiorquina terá tido na fase embrionária da escola portuguesa, sendo visível desde cedo (entenda-se em relação à normalização do ofício cartográfico em Portugal) referências engrandecidas por ilustrações ou toponímia desmesurada como foco da divisória natural entre o Norte de África e a região a sul do deserto Sahara. À semelhança do que acontecia nas cartas medievais mais ornamentadas, em que era espetável ver-se “los interiores continentales son vacíos a cubrir com imaginación apoyada en leyendas” (Recio, 2006: 188), os cartógrafos portugueses seguiram uma via artística complementada por pequenas vinhetas que rematavam qualquer dúvida sobre o que estava ilustrado nas cartas. Se olharmos para os exemplos da Carta-náutica de Pero Fernandes (fig. 113), do Planisfério de Cantino (fig. 114) e da Carta Atlântica de Sebastião Lopes (1558) (fig. 134) percebemos que havia uma espécie de regra cartográfica em que ao se ilustrarem os Montes Claros, sempre na mesma disposição geográfica (geralmente à mesma latitude), incluía-se uma legenda que complementava a imagem. Não raras vezes será legível “Montes Craros em Africa” na base da imagem da ilustração, influencia das cartas mediterrâneas dos séculos XIV e XV, mas atualizadas ao rigor e perícia artística da escola cartográfica portuguesa.



Figura 16 – Recorte da Carta Náutica de Jorge de Aguiar (1492). Neste recorte pode ler-se, "Aqy esta a Sera dos Montes Claros", estando o texto invertido ao estilo maiorquino. Repare-se que o texto está a uma latitude superior à cidade de Sigilmesa, mantendo o rigor geográfico das cartas precedentes que ilustravam os dois elementos ornamentais. Além disso, o cartógrafo tentou centrar ao máximo o texto em função da "longitude" (ou largura) do continente africano, talvez para dar a entender que este se entenderia por todo o continente.



Figura 113 – Recorte do fac-símile da Carta Náutica de Pero Fernandes (1528). Aqui o cartógrafo não apenas escreve, em largura extensa, com o texto à latitude do Rio Senegal, "Serra dos montes: e raras em africa: partes de libia: ", mas inclui uma ilustração dos mesmos mais a norte, já à latitude do Cabo dos Ruivos, aproximadamente. A extensão da imagem é bastante notória e vai desde a costa ocidental africana até quase à longitude do Egito. A toponímia da carta não é esclarecedora, mas Pero Fernandes poderá ter procurado dividir África em duas partes, mais a Ocidente estariam os Montes Claros e a Guiné, já a Oriente seria a designada Líbia (para outros cartógrafos seria o equivalente à Etiópia).

Outra diferença que ressalta à vista no cotejo das várias escolas do sul da Europa, é a intencionalidade na inclusão deste tipo de acidentes geográficos. Não é de acreditar na velha máxima do mero preenchimento do *hinterland* puro e duro, sem que o intento simbólico da carta residisse na mente de quem encomenda a carta ou do interesse/posição do cartógrafo. Fosse por razões de índole religiosa, político-militar, étnica ou até epistemológica, a separação, ou “cisão” como bem creio, entre dois espaços africanos parece-me quase chamativo. Recorro à sumarização pertinente de Ana Pollo Mendonça (2007: 154) quando a mesma afirma que, os portugueses “já conheciam o mouro, o infiel, que representava um obstáculo à expansão da fé e do território cristão, mas de cor clara, branca. Mas mais ao sul da África eles encontraram novos homens, novos na cor, escura, preta, (...) o negro africano”. Não é crível que a separação se deva a questões raciais ou meramente fisiológicas entre os diferentes povos, mas a um conjunto de razões que se prendem ao passado histórico da região do Norte de África, sendo, principalmente, quase uma separação entre o conhecido e perseguido (veremos exemplos de cenas belicistas nesta região), e o desconhecido e inalcançado (quase numa separação entre litoral e interior). Corroborativo desta proposição, são as próprias legendas das cartas trecentistas e quatrocentistas quando descreviam que do vale de Sur ou Dar, a interrupção da cadeia montanhosa Atalante, era a entrada para a Terra dos Negros, ou a passagem usada pelos comerciantes que iam para a Guiné¹³⁶.

Nesta lógica, creio que, se o Rio Senegal era a divisória escolhida para separar a Terra dos Negros da África “Branca”, os Montes Claros eram a justificação perfeita para criar uma cisão religiosa e estratégico-militar entre o inimigo secular de Portugal e a África idólatra, “vazia”, não cristã¹³⁷. Quando Valentini (1889: 89) diz que “Moorish North Africa is in a complete state of siege, blockaded throughout with fascine baskets¹³⁸”, parece-me uma interpretação ainda

¹³⁶ Na Carta Mediterrânea de Guillem Soler (c.1368-1385), atualmente na Biblioteca Nacional de França, cota: GE B-1131 (RES), o cartógrafo, na mesma região a ocidente, no que seria o Vale de Sur, “Esta parte é chamada de Vale Dara pela qual passam alguns comerciantes, os quais voltam das [...] do Rei do Meli da Guiné”. Já no quatrocentos, a Carta Catalana [Petrus Roselli] de cerca de 1450, presentemente na Biblioteca Estense, cota: C.G.A.1, podemos ler, na região homóloga, “Esta parte (passagem) é chamada de Vale de Dara e Vale de Sus / Por esta parte retornam os mercadores (comerciantes) do Meli”.

¹³⁷ Atenção que não pretendo extrapolar esta ideia para as cartas estrangeiras, as quais terão uma lógica de construção e simbologias imagéticas completamente diferentes daquelas que podemos encontrar nas cartas portuguesas. A maturação do conhecimento das cartas mediterrâneas dos séculos XIV e XV, bem como a reprodução do conhecimento cartográfico requerem uma análise paralela, não devendo a minha conceção de África ser extrapolada para estas. O contexto da elaboração das cartas, o comendatário das cartas e o nível de conhecimento das terras austrais, por parte dos cartógrafos, bem como a literatura a que estes tinham acesso, é razão suficiente para compreender que não se deve extrapolar qualquer noção de Cisão em África, pelos motivos no texto apresentados, sem antes reconhecer as influências e o contexto de cada escola cartográfica.

¹³⁸ A interpretação mais correta da citação será, “O Norte de África mourisco está num estado de sítio (sitiada) total, bloqueado (cercado) com cestas de fasquia (extensão ao comprido de tiras de madeira)”.

pouco fundamentada, mas útil para compreender a ideia de que os cartógrafos portugueses podem ter-se aproveitado de um ornamental normatizado e provê-lo de uma simbologia transcendente que segue a premissa evangelista e bélico-cruzadística do Norte de África. Concomitantemente, ao bom rigor artístico, os cartógrafos portugueses ou os iluminadores que estavam encarregues de ilustrar as cartas e mapas, cuidavam de desenhar rigorosamente as montanhas fazendo “notar da grandura destes montes & altura destes que huma gram parte ao longuo de africa contra ouriente correm em tal altura que parecem que as nuvens excedem”, como quase por maravilha muito enfatizou Duarte Pacheco¹³⁹.



Figura 114 – Recorte do Planisfério de Cantino (1502). A elegante imagem aqui representada, que alude àqueles que seriam os Montes Claros, é uma ilustração complexa e, por isso, difícil de decifrar. A cerca que se vê em torno dos Montes não é necessariamente justificada e carece de maior esclarecimento imagético ou de uma maior contextualização histórica. Os Montes, por sua vez, estão não apenas ilustrados com cores vivas como o verde e o azul que relembram a magnificência da sua extensão e altitude, como parecem envolver no seu centro um lago ou rio, o qual poderá ser uma referência aos pressupostos antigos de que o Nilo nasceria nos Montes Atlas, ou uma referência aos lagos (oásis entenda-se) que eram criados pelos rios da região.

¹³⁹ Ver Cap. 21º, p. 35 e 36.



Figura 115 - Recorte da Carta do Mediterrâneo de Luís Teixeira (c.1575). Esta carta, seguindo a projeção mediterrânica das primeiras escolas cartográficas, apresenta em África um conjunto elementos decorativos que parecem funcionar de forma independente ou, contrariamente, dependente. Um pouco mais para ocidente, temos uma legenda onde se lê Africa, sobre a qual estão ilustradas palmeiras, montes e castelos (ou uma muralha). A ilustração pode ser alusiva a vários cenários de África, carecendo o leitor de mais informações que o ajudem a decifrar a mesma. Ainda assim, numa tentativa carente de maior fundamento, penso que esta ilustração poderá ser uma referência aos Montes Claros, tanto pela localização geográfica na carta como pelas cores usadas e, por fim, pela ilustração de castelos ou uma muralha no topo destes, o qual pode ser uma “cópia” do intento daquilo que se vê no Cantino, ou uma reafirmação da existência de tais fortificações como informam os cartógrafos trecentistas e quatrocentistas.

Menos comum, mas também evidente, era a apropriação dos elementos orográficos para preencher o interior de África, geralmente com modelos mais ou menos semelhantes e, por norma, quase sempre coloridos. Esta intencionalidade de “inclusão de imagens nestes vastos espaços desertos permitia a realização de uma integração geográfica (...), colmatando desta forma a falta de informações resultantes, quer da difícil acessibilidade a determinadas regiões, quer do seu total desconhecimento” (Campos, 1996: 73). Desta forma, mesmo em obras cartográficas da segunda metade do século XVI encontramos uma total arbitrariedade na ilustração das mesmas, contrariando a consecutiva procura por uma verdade mais racional e empírica. Stamou (2022) reconhece que a obra de Fernão Vaz Dourado, por exemplo, é um exemplar da vertente cartográfica dos finais do século XVI que tentou manter um interesse na riqueza e no detalhe das cartas, à medida que o conhecimento terrestre obrigava a mudanças constantes nos mapas, recorrendo principalmente ao uso de cores vivas nas ilustrações, procurando conservar uma certa subtileza e poder visual, oferecendo um valor para lá do técnico ou utilitário. Na mesma lógica de preenchimento espacial, Diogo Homem recorre também a imagens com forte detalhe e multicores para ocupar o vazio do *hinterland*, enfatizando ainda

assim, mais elementos iconográficos que Vaz Dourado. As suas cartas apresentam uma maior preocupação estética, ainda que para isso recorra a inclusões imprecisas nas cartas, como montanhas e rios.

Outro cartógrafo português que usou as montanhas no Norte de África, mas confluindo tradição com imaginação, foi Bartolomeu Velho, quem no seu mapa de 1561 (fig. 116) ousou ilustrar os Montes Claros como eram tradicionalmente incorporados, isto é, principiando no Magrebe e estendendo-se até ao Egipto, acrescentando-lhe, no entanto, uma nova cordilheira para sul, chegando ao Egipto e perpendicular à cadeia Atalante. A imagem “pretty stereotyped (...) which remained almost invariable over time” (Relano, 1997: 118), viu subvertida a sua forma ao interesse individual do cartógrafo, talvez por informações erróneas ou mal interpretadas que lhe chegaram, ou por tentar satisfazer a inadvertida intenção de dar a conhecer o interior continental de África.



Figura 116 – Recorte da Carta do Oceano Atlântico, Bartolomeu Velho (1561). A montanha imponente é ilustrada na forma mais irregular possível e mistura a fábula com a tradição. Se, por um lado, é quase inalterada a estrutura dos Montes Claros entre o Magrebe e o Egipto, reproduzindo o modelo catalão, por outro, a opção por ilustrar um braço montanhoso para sul mostra-se incompreensível e único na cartografia portuguesa. Fosse com base em informações menos fiéis, ou por interesse do cartógrafo em ocupar o interior de África, a opção é atípica e sem precedentes.

5.1.2 Alimária no contexto cultural das cartas

Os animais foram outra eleição predileta dos cartógrafos no que tocava ao preenchimento dos espaços “vazios” das cartas. Por norma eram os cartógrafos quem ilustrava os seus mapas, mas havia casos mais excepcionais onde “se contrataron artistas decoradores” (Recio, 2006: 186), consoante o destinatário e o nível de preenchimento da carta.

Numa primeira fase os animais mais destacados eram aqueles já conhecidos de relatos medievais, os quais já não eram necessariamente surpresa para os reinos europeus visto que, o seu conhecimento remonta à antiguidade clássica. Dos mais ilustrados, aqueles que se destacavam seriam os elefantes os camelos e os leões (George, 1969), sendo notável esta ordenação por ser quase trasladada para cartas conhecidas do século XVI, como o Planisfério Vaticano de Diogo Ribeiro (1529) (fig. 117), onde estão espalhados por África uma variedade de espécies animais, particularmente daquelas mencionadas acima. Estes não só serviam para embelezar as cartas e preencher os espaços menos conhecidos, mas representavam o interesse das classes mais ricas que procuravam ostentar como pudessem todas as preciosidades intercontinentais a que punham mão ou procuravam conhecer sempre que possível.

Paralelamente, Relaño (1997) explica que a seleção de certos animais, de vegetação variada e de elementos orográficos, era também resultante de uma incorporação natural do meio ambiente característico dos territórios cartografados, servindo de reminiscência da paisagem inatingível ao leitor da carta. Podemos até presumir, ainda que não seja factualmente verificável, que os mapas-mundo, ou as cartas-náuticas esbeltamente ilustradas, serviam de complemento ou substituto dos *menageries*¹⁴⁰, sabendo nós que entre as classes mais abastadas (nobreza, burguesia e realeza) era comum criar-se estes espaços de contemplação dos animais exóticos que chegavam de além-mar para os “zoos” privados destes (Simões, 2014). Mesmo antes da normalização do “comércio” destes animais, talvez entre os séculos XV e XVI, já havia grandes testemunhos de uma variedade de espécies desconhecidas, ou pouco comuns nas cortes europeias, fossem eles feitos em roteiros de viagem ou nas crónicas reais. Cadamosto, por exemplo, foi um grande entusiasta das novidades de África e deixou isso patente nas *Navegações*, onde não só relata aquilo que viu, como se preocupou em trazer inclusive uma peça mnemónica do exotismo africano ao Infante D. Henrique¹⁴¹.

¹⁴⁰ “Coleção de animais ferozes [não exclusivamente] em jaulas”, Porto Editora (2024) – *menagerie* no Dicionário infopédia de Inglês - Português [em linha]. Porto: Porto Editora.

¹⁴¹ Cadamosto relata uma cena de caça a um elefante, por parte dos africanos, que depois lhe ofereceram uma parte do dito elefante para si. O navegador, além de provar no navio uma peça que tinha trazido consigo, salgou e



Figura 117 - Detalhe do Planisfério de Diogo Ribeiro (1529) [Biblioteca Apostólica Vaticana], em que se mostra o continente africano.

Na cartografia portuguesa, vemos replicada toda uma continuidade artística refletora das navegações portuguesas e do desbravamento (ainda que moroso) do interior do continente austral. Desde o Planisfério de Cantino (figs. 118 e 119) até ao Planisfério de Sebastião Lopes (fig. 120), denota-se o claro interesse em incluir os pássaros que de lá provinham, sendo estes quase “clonados” de uma carta para a outra. Se no Cantino temos duas espécies representadas, uma na costa ocidental, com cores vivas de penugem verde-alface, outra na região do Reino de Benim onde são incluídos pássaros pardos, com as pontas das penas da cauda avermelhadas¹⁴², já no Planisfério de Lopes vemos, a sobrevoar a Mina, pássaros quase idênticos àqueles ilustrados no Cantino meio século antes, diferindo a “ordem” das cores na penugem, muito possivelmente demonstrando-se estarem a ilustrar espécies de papagaios distintas. Alwise Cadamosto (1944, Cap. XXVIII: 52) havia referido no século anterior que haveria “muitas

guardou a pata do elefante para entregar como oferta ao Infante D. Henrique. Veja-se o seguinte excerto, “Este elefante foi-me dado pelo dito senhor, para que tirasse o que quisesse (...). Trouxe também um dos seus pés e parte da tromba para o navio, e também muitos dos cabelos do corpo, (...) e tudo, juntamente com parte daquela carne que foi salgada, apresentei depois em Portugal ao dito senhor D. Henrique, por serem as primeiras coisas que tinha recebido daquele país, descoberto por indústria sua” (1944, Cap. V: 81).

¹⁴² A espécie em questão é o papagaio-cinzento (papagaio-do-congo), ou cientificamente conhecido como *Psittacus erithacus*.

espécies, embora só visse duas: uns, como os que vêm da Alexandria, (...) e os da outra são muito maiores e têm o pescoço, cabeça, bico e pés pardos e o corpo amarelo e verde¹⁴³”. A semelhança entre os periquitos, como Cadamosto os terá apelidado (Lloyd, 1971), às representações imagéticas nas cartas portuguesas é indissociável. Embora não totalmente representativos, os pássaros ou periquitos na costa ocidental africana do Cantino apresentam similitudes que podem fazer crer que o cartógrafo ou iluminista da carta terá tido conhecimento da existência desta espécie naquela região.

Valentini (1889: 169) não deixa passar despercebido que, ao lado do magnânimo leão que cruza a Serra Leoa, “some green parrots are carrying on a lively conversation, and at greater distance a company of white cockatoos are engaged in the same way”, desta apreciação, resta apenas corrigir humildemente, que os segundos não seriam brancos, mas pardos, tanto pela descrição apresentada na carta, como pela descrição dada pelo veneziano Cadamosto nas *Navegações*. O facto de Valentini prestar atenção à comunicação destes pássaros é também interessante na perspectiva da noção de movimento e de reprodução visual de cenas reais, que as cartas mais artísticas conseguem passar ao leitor. Aquilo que inteligentemente reparou Valentini, foi uma consequência do que seria esperado acontecer por quem fazia as cartas e as ilustrava, isto é, trazer à carta uma reprodução pictórica do quotidiano nos novos mundos. Esta interpretação tão clarificadora é prova disso, dado que o Padre Francisco Álvares terá tido conhecimento e contacto com pássaro desta espécie ou pelo menos da sua família e “was very impressed by the many varieties of colourful singing birds to be found in the country [Etiópia]” (Lloyd, 1971: 29).

¹⁴³ Estes segundos serão, quase certamente, os Periquitos-da-Guiné (de nome científico *Poicephalus senegalus*), cuja aparência corresponde na perfeição com a descrição fornecida pelo veneziano, e são autóctones do Senegal, região de onde Cadamosto terá tido conhecimento por terceiros e pode ter inclusive feito negócio com povos provindos dessas partes de África.



Figura 118 – Recorte do Planisfério de Cantino onde se vê, na costa ocidental, entre a Angra de Santana e a Serra Leoa, a ilustração de uma das espécies de papagaios que teriam sido vistos por exploradores portugueses e que seriam, provavelmente, capturados para depois vender na Europa.



Figura 119 – Recorte do Planisfério de Cantino na região adjacente ao Reino de Meli onde é visível um bando de periquitos, muito semelhantes aos relatos documentais do século anterior. Também esta espécie seria muito certamente capturada e depois levada para a Europa.

Não menosprezando o valor sociopolítico das cartas, o primeiro planisfério português é um exemplo do uso das cartas a favor dos interesses particulares. Não faltam na Carta, como antes já referi, legendas que nos dão conta dos tratos que há naquelas regiões e das mercadorias que de lá vêm. Destro (2012) coloca também nesta carta o imperativo do interesse mercantil face às repetidas menções a escravos e ao ouro, no caso animal vemos destacado o papagaio, como identifica o autor da carta, escrevendo que estes provinham do Reino de Benim. Pode ler-se, junto aos papagaios lá desenhados, a seguinte legenda, “aquy he o rey de meni [Benim] o qual Rey he mouro e as suas gentes sam pretos e tratam muyto com os navios que vam de portugall (...) daqui traem muytos escravos e ouro e algália e outras cousas e *papagayos pardos* (...)” (ver fig. 119). A reprodução da imagem do papagaio-do-congo ficará patente na cartografia portuguesa, denotando-me apenas diferenças na qualidade artística do cartógrafo ou iluminador. Ainda aparece um papagaio com características semelhantes a este no Planisfério de Pero Fernandes (fig. 128), sendo que as cores são mais azuladas, na penugem, e a ponta destas bem como o bico parecem ser vermelhos.



Figura 120 – Recorte da Carta Atlântica de Sebastião Lopes (1558). Nesta carta o cartógrafo ilustrou junto à Mina, um par de pássaros, papagaios ou periquitos, a sobrevoar o castelo. A cor invertida em relação àqueles vistos no Cantino (tendo estes o bico e ponta das asas avermelhadas e o corpo cinza, enquanto no Cantino seriam apenas as pontas da cauda vermelhas) poderá ser um erro de pintura, mas sem certezas, haverá sempre a hipótese de ter havido uma escolha consciente em representar uma outra espécie de periquito da família daqueles ilustrados noutras cartas. Novamente, o peso destas ilustrações prende-se a questões estéticas, de embelezamento, mas estão também cotadas de interesses de localização de animais que surtiam interesse às classes ricas.

Ainda que fossem animais caros e mercadorias exclusivas às classes mais altas, não tardou até que surgissem outras “mercadorias” mais valorizadas. Wilma George (1969) refere que a transição do elenco medieval de animais e bestiário para a imagem tardo-medieval dos continentes recém alcançados terá destronado alguns dos animais anteriormente predominantes das cartas, denotando-se que, a partir do século XVI começaram a ser evidenciados, mais proeminentemente “monkeys, rhinoceroses, dragons and crocodiles” (*idem*, 1969). Ainda dotados de fantasia supersticiosas, e de falta de contacto direto por vezes, a imagens do novo “bestiário” de África e, por conseguinte, também da Índia e da América, viu figurada a real representação dos espécimes que mais furor causavam naos Paços das Cortes Reais. No caso português, contudo, das espécies supramencionadas, os crocodilos e os dragões são completamente negligenciados, salvo na Carta Anónima de Modena, que a autoria ainda não se sabe ser portuguesa ou italiana (fig. 3)¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Ver p. 19 (Fig. 3). Podemos ver, por exemplo, o peso do bestiário medieval nas representações dos animais em África. Uma das figuras parece assemelhar-se a um dragão, outra a um lagarto e uma terceira a uma fera peluda. Se nos guiarmos apenas pelas ilustrações desta carta podemos descartar quase a hipótese de ser uma carta portuguesa. Ou, se o fosse, seria uma carta quase inevitavelmente do século XV, sendo que nesse século ainda

No princípio do século XVI, Duarte Pacheco ainda atribuía designações animais e bestiais “quer a alguns africanos do Sara, quer aos chimpanzés da Serra Leoa, referindo-se a estes como homens selvagens (...)” (Goulão, 1994: 458), evidenciando uma relação ainda fortemente medievalista da visão do mundo e do “outro”. Essa imagem bestial é contrastada com o testemunho prévio de Cadamosto (1944, Cap. III: 77), quem afirma ser prática trazer daquelas bandas, nomeadamente da Senegâmbia, “muitos macacos grandes e pequenos, de diversas espécies, pois que neste país se encontra grandíssima quantidade destes”. O comércio de animais seria assim uma fonte lucrativa na costa ocidental africana, particularmente na foz do Rio Gâmbia e na Serra Leoa, onde se comercializava uma variedade de animais exóticos com os *negroes*, nomeadamente os macacos (Lloyd, 1971).

A ilustração destes foi, contudo, notável, chegando-nos apenas o exemplar Atlas Miller, que na carta do Norte Atlântico (fig. 126) representa muito detalhadamente duas espécies distintas destes mamíferos. A parca inclusão de algumas das espécies mais referenciadas nas crónicas e nos roteiros quinhentistas pode também estar ligada à celeridade com que o ideário animalesco perde o contraste com o conhecido até então. O rápido avanço dos Descobrimentos foi também, ou assim parece, um dos promotores para a escassa ilustração de animais nas cartas, particularmente daqueles que nas primeiras referências documentais nos é dada conta. A “cegueira” pelo exotismo era também ela iluminada de tempos a tempos, particularmente quando chegavam à corte notícias de novas espécies ou exemplares destas. Durante o século XVI, “os animais não europeus, tais como o elefante, o rinoceronte e o papagaio, eram tidos como um luxo” (Campos, 1996: 73), e a verdade é que atendendo à naturalidade destas espécies, vemos que o maravilhamento pelos animais provenientes da Índia e do Brasil, começa rapidamente a redirecionar a atenção dos cartógrafos portugueses para essas áreas geográficas, ficando África “presa” aos animais convencionados como o leão e os periquitos.

Neste sentido, é importante perceber que o silêncio das cartas no que concerne à ilustração de animais no continente africano não é menos significativo que o preenchimento mais abusivo noutros espaços ou épocas. Aliás, foi Francesc Relaño (1997) quem referiu que a ausência de informação nos mapas não é sinónimo de desconhecimento ou desinteresse, pelo contrário, consoante as circunstâncias e o contexto, pode ser bastante significante. Ao chegar à Etiópia, o Padre Francisco Álvares terá mostrado um mapa-mundo português ao Preste João onde estavam as “coisas bem sabidas e não como necessárias de se saberem (...) como estavam as

havia uma forte influência da cartografia maiorquina em Portugal, e, é de crer que muitos dos cartógrafos fossem inclusive estrangeiros.

idades e castelos e mosteiros e assim estava Veneza, Jerusalém, Roma, como cousas bem sabidas e em pequenos espaços e olhasse sua Etiópia como estava coisa não sabida. Muito grande e muito espalhada cheia de montanhas e de leões e de elefantes e doutra alimária (...) sem ela mostrar o mapa-múndi cidade, vila nem castelo” (Álvares, 1883, Cap. CXV: 75). A importância deste excerto prende-se à prerrogativa de que os animais, tanto exerciam o objetivo de preencher o que não era preenchível pelo saber, e enquanto forma enriquecedora de embelezar e relatar o que naqueles mundos havia. O mesmo sucederá com recursos aos acidentes geográficos e ao forte uso de elementos orográficos no interior de África.

Entre o primeiro quartel e o terceiro quartel do século do século XVI aquilo que reparamos na cartografia portuguesa é uma estagnação na ilustração de animais ditos exóticos. Esta paragem constrangida nas cartas é antagónica ao pensamento reformista da Idade Moderna, que via nos novos animais como “o rinoceronte (...), um novo bestiário, já não fantástico, mas que existia podendo colocar-se diante de nós (...)” (Dias, 2014: 76), comportando em si não apenas uma transformação imagética dos novos mundos, como criava através destas um novo imaginário, já realista e racional, “de uma realidade que se trazia e apresentava como facto pela imagem” (*idem, ibidem*: 76). Deste modo, o uso recorrente das mesmas espécies no continente africano, sendo que falamos de animais reais, compreende uma mudança de paradigma no quinhentos que serve de rito de passagem entre o fantástico e o irreal para o empiricamente confirmável, é a saída da bolha europeia e o desfibrilhar do eurocentrismo (Goulão, 1994).

Se as cartas anónimas, e por datar, supostamente portuguesas, ou nestas influenciadas, padecem desta visão medieval do mundo, com seres míticos e centuriais, as cartas portuguesas quinhentistas apresentam a robustez na imagem, tal como na geografia, pelo que a ciência não se sobrepõe à arte, as duas funcionam em harmonia, em certa medida. O comendatário da carta recebe uma obra de arte cartográfica que não apresenta mais do que o sabido por outrem ou o desconhecido por todos (neste caso o preenchimento do interior é um processo ambíguo). Aquilo que se começa a verificar é uma deslocação das imagens para as bordas das cartas, substituindo o extravagante ou fantástico do interior por imagens da factualidade (geográfica, animal, hidrográfica), e despojando os sinais e demarcações convencionais por cenas pictóricas ricamente ilustradas, principalmente por questões decorativas, mas não exclusivamente (Rees, 1980).



Figura 121 – Carta Atlântica anónima (séc. XV-XVI), Biblioteca de Bodleian. A imagem pouco detalhada e sem grande coloração demonstra, por um lado, um desconhecimento do animal representado, por outro, pode também evidenciar uma precariedade artística por parte do cartógrafo.

A imagem de animais orientais, ou assim os designo por se reportar algumas extradições destes, da Índia para a Europa, temos conhecimento aprofundado de dois, um rinoceronte e um elefante¹⁴⁵. Estes serviram de símbolo da soberania régia de Portugal no Oceano Indico, e mostravam a riqueza do reino e dos territórios conquistados. Fernando Dias (2014: 73) reflete precisamente a importância da imagem do rinoceronte Ganda através da gravura de Albrecht Dürer (fig. 124), que “assume a múltipla dimensão de arte de ilustração científica, de testemunho histórico e até de reportagem”. Datada de 1515 a gravura terá percorrido a Europa e terá servido de protótipo para impressores e gravadores, bem como um dos testemunhos, alegadamente mais fiéis à data, pois advinha de fontes primárias que tinham visto o rinoceronte em Lisboa aquando da sua chegada, tendo assim chegado a Dürer um desenho do animal recém-chegado.

A imagem do rinoceronte indiano rapidamente se confundiu com a do rinoceronte africano, que passou a ser reproduzido muito à semelhança da imagem do primeiro. Isso é principalmente notório na Carta Marina de 1516 de Martin Waldseemüller (fig. 122), que terá sido um dos

¹⁴⁵ O elefante *Hanno*, pertencente a uma espécie indiana, tinha a particularidade de ser um elefante raro dada a sua cor branca, albina. O elefante que teria sido expedido da Índia para Portugal, foi oferecido por D. Manuel I ao papa Leão X como presente pela sua recente eleição.

influentes na representação imagética deste animal na cartografia, sendo o seu desenho reproduzido durante décadas por outros cartógrafos (George, 1969), nomeadamente, assim me parece, pelo cartógrafo português Diogo Homem. A imagem do rinoceronte Ganda trazia esperança sobre os novos mundos, tornando-se “instrumento da prova da verdade e de uma necessária re-inventariação do mundo em estado de provir a partir dos novos mundos” (Dias, 2014: 77). Cada vez se veria mais a dualidade artístico-utilitária dos mapas, onde as imagens e cenas pictóricas serviam como elementos de embelezamento e preenchimento do desconhecido, mas também de discurso silencioso e colorido (Rees, 1980).



Figura 122 - Recorte da Carta Marina de Martin Waldseemüller (1516). A imagem do rinoceronte terá sido reproduzida por outros cartógrafos e tornou-se um modelo iconográfico durante as décadas seguintes.



Figura 123 – recorte da Carta do Oceano Atlântico Sul de Diogo Homem (1558), onde se ilustra um rinoceronte com um corno apenas e com uma camada aparentemente áspera e escamosa como pele. A imagem é relativamente semelhante à imagem na Carta Marina de Waldseemüller, talvez por representarem ambas uma espécie em comum, o rinoceronte africano, o qual localizam no Reino do Meli. Além disso, dada a influência que a Carta Marina teve na cartografia subsequente, é possível que Diogo Homem tivesse tido contacto ou conhecimento com aquela e, por isso, ter-se influenciado artisticamente.

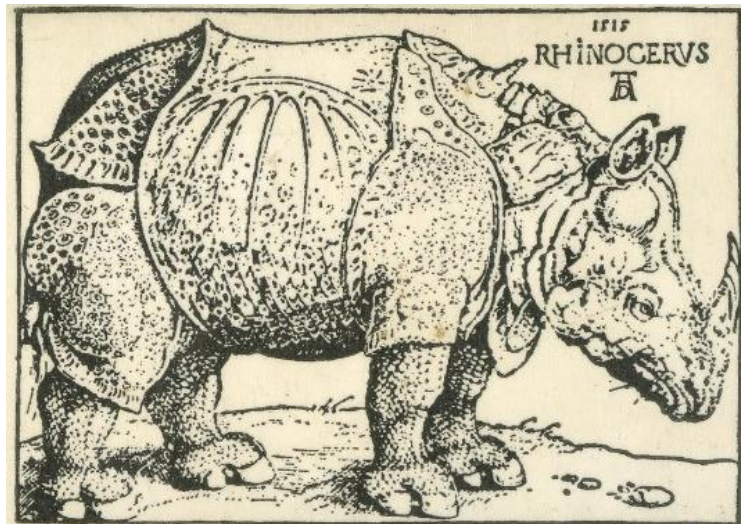


Figura 124 – Nesta xilogravura, já do século XIX, mas fac-similada da representação que se encontra no livro de Albrecht Dürer (1515), vemos a imagem do rinoceronte Ganda, a qual foi desenhada com base em testemunhos de pessoas que viram o animal em Lisboa e que depois informaram Dürer das características deste. Albrecht Dürer fez então um desenho considerado bastante realista daquele que terá sido um presente precioso de D. Manuel I ao recentemente eleito, papa Leão X, ainda que infelizmente nunca tenha chegado a Roma devido a um naufrágio.

5.1.3 Atlas Miller (1519): uma anomalia bem-afortunada

Num dos casos mais notáveis da cartografia portuguesa, notório pela sua componente artística, vemos uma justaposição de elementos estilísticos que sobressaem à vista pela elegância e pela simbologia que acarretam. Refiro-me mais especificamente à Carta Atlântica de Lopo Homem (fig. 126), fólio pertencente ao Atlas Miller (1519). A sobreposição hierárquica das imagens, que formam diferentes paisagens, parece ganhar forma, sendo que as escolhas do cartógrafo (ou do pintor) aquando da definição das características da carta, enaltecem nitidamente a natureza, nomeadamente figuras associadas à fauna e flora, ao invés de destacar o negro ou “outro” como foco visual.

Bastante reconhecido e celebrado pela unicidade da sua magnitude, o Atlas Miller é uma obra sem igual de que conhecemos apenas este exemplar português, onde a parceria entre cartógrafos e pintores é comprovada e documentada. Precisamente pela posição singular que o Atlas ocupa no repertório de cartas portuguesas, Alexandra Campos (1996: 82) alerta que este “constitui um dos trabalhos cartográficos que maiores problemas coloca facto de se tratar de uma obra que reuniu uma equipa de três cartógrafos (...), e um iluminador [miniaturista] de enorme prestígio, são factores determinantes para a abordagem iconográfica do atlas”. A opulência iconográfica, sem precedentes, é ela suspeita suficiente para nos mostrar que esta foi uma obra com destino a uma entidade real, mas Gaspar *et al.* (2023) livram-nos de erros e confirmam esta hipótese ao

referir que o brasão de armas dos Medici, nomeadamente de Catarina de Médici, à data consorte do Rei de França, Henrique II, o que demonstra tratar-se de uma oferenda de uma casa real para outra, mas que o verdadeiro destinatário da carta terá sido o então Rei de França, Francisco I¹⁴⁶ (segundo a datação da carta), e assim o defendem Cortesão e Teixeira da Mota.

A cor, sem exceção, compartilha essa função simbólica e contempla a paisagem de além-mar, além de se revelar um elemento estilístico que procura expressar e representar o conhecido e desconhecido na Era dos Descobrimentos. Compreendeu-se que há, temporalmente, uma predominância cromática na cartografia moderna, seja pela sua tonalidade, escolha de cores ou contraste espacial das mesmas. O cartógrafo tem inerente ao seu trabalho, portanto, em cada contexto temporal-espacial, a função de comunicar ao seu destinatário, a informação sobre o seu meio envolvente, e também de facilitar a leitura tanto do mapa como da respetiva informação recém-adquirida (Robinson *et al.*, 1995). Por conseguinte, o que vemos no Atlas Miller é uma simbiose artístico-cultural que permite ao cartógrafo representar simbolicamente aquilo que o “leitor” ou detentor do mapa, irá interpretar. Tal é enfatizado por Stamou (2022: 89), quando a autora afirma que, “the map emerges as a result of an abstract process: the entities to be represented are selected and symbols with conventional relation to the signifier are used”. Cada período acarreta em si um reportório de significados e símbolos que trespassam para as artes, ofícios ou regras sociais.

Assumindo que este terá “sido um presente de D. Manuel I de Portugal ao Rei Francisco I de França” (Lima, 2022: 109), podemos afirmar que as implicações políticas estavam implícitas nesta oferta, seja pela opulência das cartas, pelas cenas pictóricas adornadas, ou pela mera manifestação do rei de Portugal para com o Rei de França. A ausência de nativos na costa ocidental de África é um enigma que pode ser de fácil resolução, por um lado, ou de extrema dificuldade em responder. Se atendermos às crónicas e documentos da época, sabemos que aquela região era habitada e amplamente conhecida, havendo entreposto portugueses em vários pontos da região. Duarte Pacheco terá atribuído características animais a alguns nativos entre o Senegal e a Serra Leoa, confundindo-os com os chimpanzés, o que poderá ter ajudado a reforçar a imagem “bestial” e fantasiada dos povos trans-saharianos. Neste contexto, em que o cronista assinala tal estranheza, este acaba por criar “uma proximidade ao homem [que] é assinalada pela sua semelhança exterior e as funções sexuais, enquanto o sinal zoomorfixante decisivo é a passagem comparada à dos porcos” (Horta, 1991: 215). Na tradição medieval,

¹⁴⁶ Outras interpretações foram lançadas sobre esta matéria, ver Gaspar, J. A. & Krtalic, S. (2023) Cartografia de Magalhães, pp.132-134.

Pacheco Pereira (1892, L. 1º, Cap. 33º: 56) terá então agregado estes seres, que não seriam animais, mas “homens saluajes a que os antiguos chamaram satiros”. A despeito desta interpretação, Alvise Cadamosto terá afirmada que do Gâmbia provinham muitos animais, geralmente de relações comerciais com o Reino do Meli, grande potentado daquela região no século XV, em que se “traziam também muitos macacos e babuínos grandes e pequenos, de diversas espécies (...)” (Cadamosto, 1944, Cap. III: 77). Esta dualidade de posições pode ser significativa se atendermos que Cadamosto terá visitado aquelas bandas e viu muitas das coisas sobre as quais escreveu, enquanto Duarte Pacheco terá recorrido, na maioria da informação, a fontes secundárias, talvez por isso se tenha agarrado às ideias medievalistas dos antípodas.

Por conseguinte, analisando o contexto sociopolítico do primeiro quartel do século XVI e, ainda, comparando esta carta em particular com outras do mesmo atlas, podemos assumir que António de Holanda, muito provavelmente sob diretrizes do rei D. Manuel I, optou intencionalmente por não ilustrar seres humanos na Carta do Atlântico Norte, ao invés escolheu uma belíssima paisagem remanescente das florestas, montanhas, e fauna daquela região africana¹⁴⁷, o que se prende também a um interesse (ou dever) em detalhar iconograficamente cada uma das regiões mapeadas segundo características próprias de cada espaço (Medeiros, 2022). Contrapondo esta carta com a *Terra Brasilis*, por exemplo, onde se vêem “people capable of thinking: working, hunting and gathering wood with their hands, guessing the presence of a gold vein, and most importantly, creating” (Russo, 2020: 59), temos uma clara diferenciação de cenários pictóricos, as cenas do mundo real são intencionalmente opostas¹⁴⁸. Enquanto no Brasil há uma prosperidade que une a beleza da natureza com a qualidade e habilidade dos seus povos, o ocidente africano é desprovido de humanos (ainda que não o fosse) e optasse por ilustrar uma paisagem mais naturalista, com alguns animais, entre os quais muitos dos que eram trazidos para as cortes régias, como o macaco e os papagaios. Esta magnificência artística só

¹⁴⁷ A toponímia usada para designar a região cartografada foi “Guinee”, o que é por si só algo a refletir. A “Terra dos Negros” seria a sul do Senegal, logo a extensão para Norte, ocupando quase toda a costa ocidental africana pode ajudar a perceber a extrapolação de certas cenas iconográficas nas cartas. A espécie de papagaios-do-congo, por exemplo, que são naturais do atual Gana e do Congo, foram aqui representados em despeito de outras espécies de papagaios que teriam a sua origem neste lado de África. Se relacionarmos a legenda com o conteúdo das imagens, acabamos por encontrar mais elementos de proximidade, que podem ter sido propositados por parte dos autores da obra, e da sequente ilustração desta.

¹⁴⁸ É preciso compreender que o espanto com o *Mundus Novus*, despoletou uma nova era de exploração, missão e afirmação política e militar. Neste contexto, o maravilhamento pelo continente americano pode ter induzido o Rei de Portugal a mostrar cartograficamente o mundo português numa ótica mais divina e angelical, quase que evidenciando um paraíso terrestre em todas as paisagens pintadas. O uso de tons claros, degradação dos tons das cores, pintura em perspectiva e recriação de cenas do quotidiano, pode ter servido de forma a criar uma *magnum opus* que superiorizasse o Império Português em relação aos seus pares, nomeadamente ao Rei Francisco I de França, quem já há muito havia demonstrado interesse em partilhar do bolo expansionista ibérico.

foi possível porque alguns pintores de renome se interessavam pela cartografia e, é crível, que fossem também requisitados para obras mais importantes (Rees, 1980).

Esta união de artífices e artistas permite à obra ganhar um maior realismo e monumentaliza qualquer cena representada. Stamou (2022) inclusive explica que os mapa-mundo da Modernidade usavam as técnicas da pintura representativa para tridimensionar as iluminuras dos mapas de grande escala, e que para isso usavam uma gradação tonal das cores, realçando certos traços em detrimento de outros e criando completas cenas pictóricas realistas¹⁴⁹.



Figura 125 – Recorte da Carta do Atlântico Norte. Nesta carta são ilustrados macacos (pelos menos duas espécies diferentes) e papagaios, sob um fundo magnificamente pintado com um cenário verdejante, arvorado e com cursos de água. Ainda que muito conjectural, é talvez visível, se assim o foi intentado, reconhecer uma montanha no Magreb, já a fechar a carta, que poderá aludir aos Montes Claros.

¹⁴⁹ Para uma compreensão mais aprofundada ver a comunicação de Vasco Medeiros, em que este explica como a iconografia da cartografia conflui com as regras ou cânones da pintura renascentista. “In the 70’s [1400] there was a modernization of both painting and cartography in Portugal (...). It’s absence, however, leaves us with more questions than certainties, but on which it is important to reflect. (...)” (Medeiros, 2022: min. 19). Ver: Medeiros, V. (2022) *Ars Cartographica: Collaboration Between Portuguese Painters and Cartographers in the 15th and 16th Centuries*. In Rodrigues, A. D. & Avelar, H. (coord.) *Art and Science in Portuguese Renaissance* [Online], March 10th. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LxQcTn22hcs>.

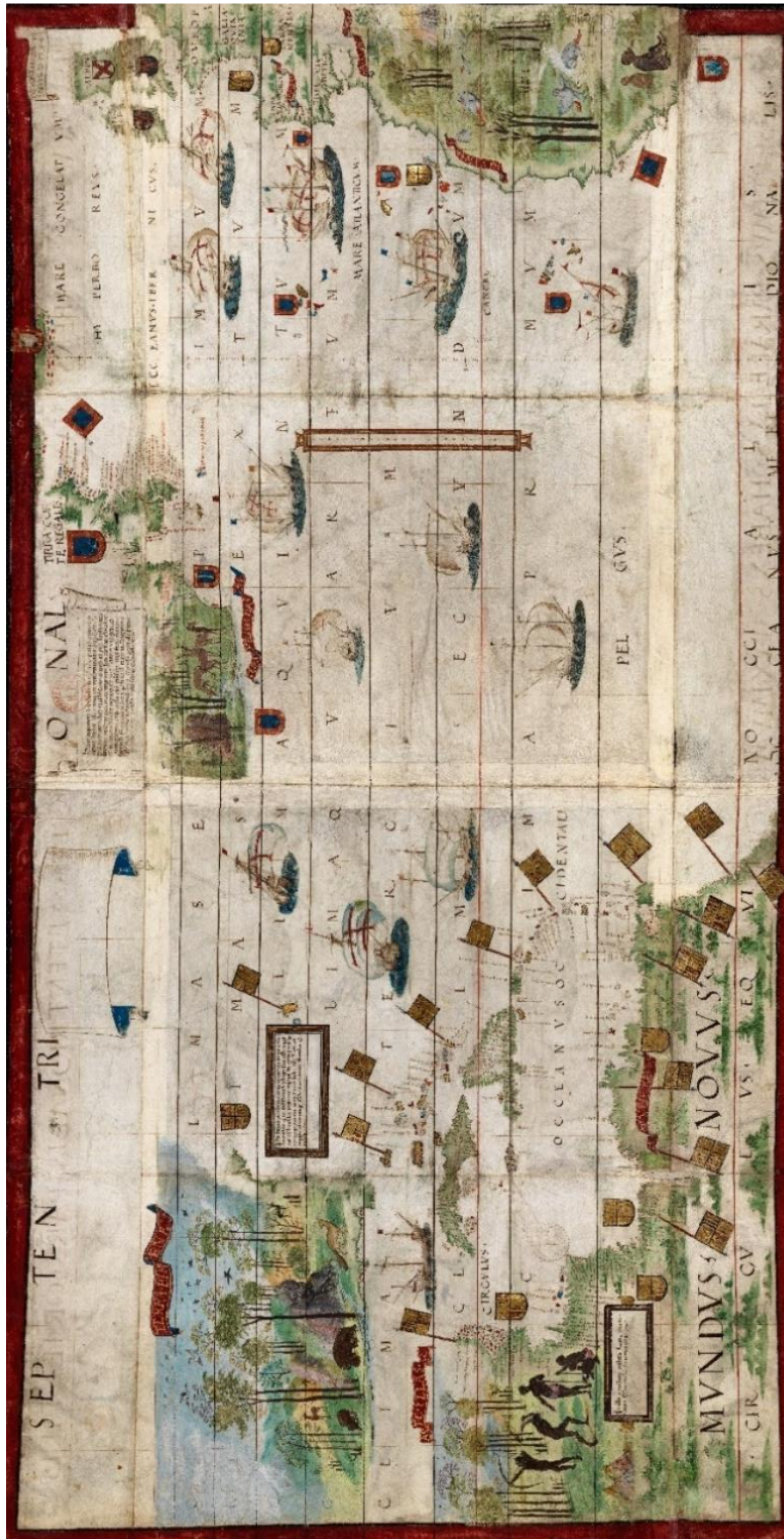


Figura 126 – Carta do Atlântico Norte, Atlas Miller de Homem-Reineis (1519). Repare-se como as terras setentrionais da América e a costa ocidental de África são pintadas de forma muito semelhante, o contexto naturalístico é quase idêntico, salvo os animais representados para cada um dos espaços geográficos.

5. 2 Um interior desnudo de humanos

5.2.1 Imagens do “outro” e o seu significado iconográfico

Conducente à cartografia medieval e aos tradicionalismos que esta acarretava, verifica-se que, na maioria dos mapas transnacionais, havia uma predominância de estereótipos relativamente aos negros de África, resultantes de uma “complexificação e coexistência de tendências de sentido contrário – positivo e negativo - (...) no Ocidente tardo-medieval coevo, em particular na iconografia” (Horta, 1991: 62). A conceção da África Meridional, comumente designada como África Negra, requereu tempo, que fora imprescindível para a desconstrução do intelecto pré-Descobrimientos, e a uma nova construção conceptual através do conhecimento empírico e racional. A permutabilidade da ideia de África foi dificultada devido à mentalidade europeia em relação à imagem do mundo, nomeadamente do continente africano, demorando largos séculos até que essa visão fosse justaposta pela factualidade dos eventos e por relatos fidedignos nos testemunhos textuais, primeiramente, e iconográficos, de seguida (Destro, 2012). Por essa razão, “no caso africano, inicialmente são inseridos guerreiros mouros e também antropoides que podem ser macacos ou mesmo uma representação de homem selvagem” (Albuquerque, 1991: 35), numa permanente ambiguidade tanto na representação literária como imagética do Africano, entre homem (ser humano) e animal (animalidade intrínseca) (Horta, 1991).

A transição do século XIV para o século XV implicou um conjunto de mudanças estruturantes na conceção do mundo e da habitabilidade do mesmo, contrapondo muito do conhecimento medieval e das crenças religiosas sobre o mundo. Este foi um período em que a incerteza sobre a existência de uma massa terrestre meridional, para lá do cognoscível à ecúmena, e a dúvida da habitabilidade desse espaço, em correlação com a teoria das zonas¹⁵⁰, obrigou a massa intelectual a apresentar uma nova conceção do mundo, uma nova representação do seu espaço e dos seus habitantes (Deyse, Brito e Vitte, 2021). A ideia tradicionalista de que África era a “casa” dos antípodas, “habitantes com a cabeça para baixo” (*idem, ibidem*: 69), ou que haveria criaturas fantásticas como os “os *Amyctyrae* (insociáveis); os *Astomi* (sem boca); os *Bragmanni* (homens sábios que viviam em grutas); os *Cynocephali* (cabecas de cão) ou os *Sciopodes* (pés-sombra)¹⁵¹” (Fridman, 2000: 9-21), foi sendo desconstruída, ainda que morosamente,

¹⁵⁰ Ver Metzler, I. (1997) Perceptions of hot climate in medieval cosmography and travel literature. *Reading Medieval Studies*, XXIII, 69-105.

¹⁵¹ Estas criaturas foram primeiramente referenciadas por Plínio o Velho, razão pela qual aparecem por vezes intituladas “Raças plinianas”. A perpetuação na Idade Média dos clássicos como Plínio, Heródoto e outros, permitiu que no período das grandes navegações ainda se constatasse, tanto na literatura como na cartografia, evidências, mais ou menos destacadas, destas “raças”.

particularmente, na consciência dos navegadores e exploradores. Muitas eram as histórias conhecidas destes seres monstruosos desde a Antiguidade Clássica, pelo que a mentalidade coletiva requereu várias provas vivas, continuamente corroborativas, para aceitar finalmente que os antípodas eram apenas criaturas ficcionadas e lendárias (Metzler, 1997). É com os avanços marítimos (a Era dos Descobrimentos bem-dito), com repetidas investidas na costa africana que, “o relato no qual se fundamentavam até aí as representações, se revela incompatível com a experiência” (Goulão, 1994: 459).

Os relatos etnográficos dos cronistas portugueses parecem compartilhar dessa dificuldade de dissociação com a ideia mitificada em torno da África *incognitae* (a África Negra), nomeadamente sobre o *hinterland* e aqueles que o habitavam, tanto animais como humanos. Tal como evidencia José da Silva Horta, no *Esmeraldo de Situ Orbis* Duarte Pacheco atribui a alguns povos nativos do Sahara características animais, como “comparar os dentes dos habitantes daquela região aos dos cães” (Horta, 1991: 118), talvez numa necessidade de corroborar a *mirabilia* medieval, e por ter tido conhecimento de testemunhos sobre os cinocéfalos. Noutra passagem, o cronista, ainda sobre os povos do Sahara, confere-lhes características selvagens, relacionando-os à raça a que os clássicos chamavam Sátiros, atribuindo curiosamente as mesmas características aos chimpanzés da Serra Leoa (Goulão, 1994). Desse modo, mesmo perante evidências *in loco*, o “homem selvagem, ou homem silvestre, arquétipo mítico por excelência, tornou-se uma referência constante na criação literária e artística” (Goulão, 2000: 174).

Estranhamente, enquanto “determinados artefactos cartográficos indicam e articulam as permanências em povos fantásticos” (Fabricio *et al.*, 2021: 86), na cartografia portuguesa não sobejam cartas, se é que as houve, em que se ilustrem figuras humanoides disformes ou com características animais amplamente mencionadas na literatura de viagem ou usados como adorno de cartas medievais. Por outro lado, aquilo que parece ser bastante evidente, é uma constante oscilação cronológica entre a maravilha e o naturalismo dos povos africanos e a sua maneira mais exótica de viver (sempre ligados aos comportamentos mais primitivos, o que se vê pelo seu nudismo e as armas mais arcaicas), e a europeização, ou antes, cristianização religiosa e cívica, do africano, há uma espécie de redutibilidade inerente ao processo, que torna os selvagens africanos (na sua posição de inferiores) em “cristão enegrecidos” (ascensão

cultural)¹⁵² (Goulão, 1994).

Com os Descobrimentos, e perante a constante renovação do conhecimento sobre a costa africana e os seus habitantes, seria de esperar que, cartograficamente, também o conhecimento do interior africano fosse sendo atualizado, particularmente dos seus habitantes, que “viveram” durante séculos sob o escopo do fantástico e do maravilhoso. Contudo, comparativamente à cartografia europeia, verifica-se uma parca incorporação iconográfica do africano nas cartas portuguesas, ainda que o conhecimento sobre este tenha vindo a crescer exponencialmente desde o começo das navegações até meados do século XVI. Além disso, Leticia Destro deixa evidente que, práticas como a antropofagia, amplamente referidas nas crónicas portuguesas, e que eram relativamente comuns entre os povos africanos, nunca aparecem nitidamente evidenciadas iconograficamente. Segundo Destro (2012: 67), é “pouco comum, curiosamente, a representação iconográfica da antropofagia africana. Diferentemente do caso americano, no qual pululam xilogravuras a respeito de tal prática, para o africano temos raros exemplos”. Já Correa (2008) diz ter havido uma produção cartográfica substancial onde é evidenciada a prática da antropofagia no continente africano, nos séculos conducentes ao contorno de África, o que devo discordar e recorrer às cartas portuguesas como exemplo pragmático da dissociação entre África e o canibalismo, pelo menos no que toca ao uso de ilustrações simbolizadoras dessa prática.

Não obstante, vemos na literatura portuguesa relatos dessas práticas, tome-se o exemplo de Gomes Eanes Zurara, que fez alusão a uma notícia que lhe havia chegado sobre um episódio que acontecera a uma expedição portuguesa já em meados do século XV. O cronista dá a conhecer uma cilada que sofreu uma expedição portuguesa na Ilha das Tartarugas, perto do Senegal, a sul do Cabo da Tira. De acordo com este, aqueles que sobreviveram ao incidente ficaram a saber posteriormente que os cristãos que haviam morrido na cilada foram comidos a modo de vingança pelos “mouros” perecidos ou “traficados” nas incursões portuguesas antecedentes. Na *Crónica*, Zurara (1841, Cap. RVIII^o: 226-27) explica que,

... algu(u)s disserom depois que ouviram dizer a algu(u)s daqueles Mouros que per acertamento vierom a nosso poder, que os seus parceiros comeronn aquelles mortos (...). Seu costume he de comerem hu(u)s aos outros os fígados, e beberem o sangue, e isso diz que non fazem geeralmente, senom a algu(u)s que lhes matam seus padres, ou filhos ou irmãos, contando este per hua muy grande vingança.

¹⁵² Esta “provocação” ou interpretação de Goulão é bastante pertinente pois, ajuda a refletir sobre a permanência do status social, enquanto se ascende no status cultural. Ainda que o primeiro possa representar uma conotação mais prestigianete ou de igualdade de pares que a segunda.

Esta é apenas uma evidência de um dos povos que praticava tais costumes bárbaros, aos olhos dos europeus. Esta e outras práticas ortodoxas e ímpias na perspectiva europeia, eram características adjuvantes para denominar de bárbaros ou selvagens os povos recém-descobertos. Como Neves (2017: 11) diz, e di-lo com a razoabilidade que é devida, “enquanto os europeus eram os cristãos civilizados, os “outros” eram bárbaros, infiéis, selvagens, pagãos, primitivos, definidos pela negação, por aquilo que não tinham, por aquilo que não eram”. É certo que, algumas descrições de viagens a África, nomeadamente de Cadamosto e os testemunhos que Zurara recolheu, por exemplo, deixam implícita e explicitamente esta noção de que os africanos eram em termos objetivos, atrasados em relação aos europeus, considerando-os, aos critérios ocidentais, não civilizados e idólatras (arcaicos nas suas crenças). Até na sua peleja, as armas que usavam eram primitivas, usando peles de animais como armadura e armas de madeira ou outro material frágil e perecível para combate, “usam do arco e flechas de preferência a qualquer outra arma” (Cadamosto, 1944, Cap. XXXV: 61).

Desta forma, vemos o “negro contemporâneo das Descobertas, não cristianizado, representado de forma naturalista e com preocupações quase etnográficas (...), na cartografia, na ourivesaria, na tapeçaria e na escultura (Goulão, 1994: 462). Na cartografia de Diogo Homem (figs.129 e 130), salvo algumas exceções¹⁵³, bem como no Planisfério de Cantino (fig. 127), a representação do africano é pouco detalhada e desprovida de elementos distinguíveis, são meramente desenhados seres humanos despidos, por vezes acompanhados de azagaias nas mãos. Iowe (2006) atenta, no entanto, que no Atlas Queen Mary, o cartógrafo português escolhe diferenciar a forma como ilustra os respetivos soberanos dos principais reinos africanos (nomeadamente, Meli, Núbia, Manicongo e Etiópia), conferindo-lhes atributos nobilitários como a coroa, as roupas ou o trono (poltrona), em despeito dos restantes “africanos comuns” que são ilustrados nus. Assim, tal como na obra de Zurara onde Katiúscia Barbosa (2016: 8) propõe que “observamos que os espaços do “Eu” e do “Outro” aparecem muito bem definidos, assim como as distinções hierárquicas entre esses espaços e os seus habitantes”, também no Atlas de 1558, Homem propôs-se a criar essa hierarquia imagética, tanto pela desproporcionalidade das figuras humanas, como pelos adereços (ou falta destes) que inclui nas diferentes representações humanas.

¹⁵³ As cartas que apresentam preocupações etnográficas, no sentido de representar o negro nas formas convenientes ao comendatário da carta, ou segundo a perspectiva do cartógrafo, correspondem aos Atlas de 1558 (Queen Mary) no British Museum, o Atlas de c.1565 na Biblioteca Nacional da Rússia, e o Atlas de 1568 na Saxon State and University Library Dresden.

A imagem diminutiva do primitivo africano, do ser selvagem (no sentido figurativo e literal) é largamente absorvida pelos testemunhos recolhidos, que por sua vez se reproduzem literariamente e cartograficamente, por meio de ilustrações fortemente influenciadas nessas. Goulão (2000) articula que a concepção do africano selvagem teria as raízes na literatura de viagem medieval e teria, vagarosamente, sido refutada ou reconstruída pelos relatos portugueses, mas a mim parece-me que essa transição nunca se deu realmente, ou pelos menos nunca se formalizou durante os Descobrimentos, por razões religiosas, sociopolíticas e comerciais. Esta sobreposição civilizacional e religiosa ocidental ter-se-á perpetuado, até pelo menos meados do século XVI, momento em que o desbravamento do continente africano terá tomado lugar, ainda que muito lentamente. Aldina Metzler atribui esta sobreposição de poderes a uma irracionalização tradicionalizada na Idade Média que, embora injustificável para o “medieval traveller [who] did not have access to the intellectual ammunition of an objectifying, rational justification for superiority/inferiority”, e que “appears to be absent from the more scholarly texts” (Metzler, 1997: 84), serve de jugo testemunhal para os demais letrados.



Figura 127 – Recorte do Planisfério de Cantino onde se vê um grupo de nativos africanos em cerimónia ou festa ao redor do Castelo da Mina. À exceção de uma figura, todos os humanos são representados nus e sem adereços. Do lado direito do castelo, de baixo de um dos papagaios, está o que parece ser uma forca com tres nativos pendurados.

Uma das primeiras clarividências que os navegadores tiveram dos africanos foi a cor da pele e essa é continuamente evidenciada nos relatos de cronistas portugueses ou ao serviço do Infante ou da Coroa. Na obra cadamostiana, o veneziano aproveita o contraste verdejante da terra subsahariana para formular uma imagem contrastante com a cor de pele dos seus habitantes.

Segundo este, “além do rio [Senegal] todos são negríssimos, grandes, grossos e bem formados de corpo, e todo o país é verde, cheio de árvores e fértil; e deste lado [África Branca] há homens mulatos, pequenos, negros, enxutos, e de pequena estatura e o país é fértil e seco” (Cadamosto, 1944, Cap. XV: 32). Alwise Cadamosto, usou, tal como Zurara uma década antes, o contraste paisagístico dos tons verdejantes para fazer destaque das característica indissociável dos negros, a sua pele extremamente escura, que, segundo me parece, causa mais espanto a terceiros pelo facto de andarem nus, sem nada que lhes cobrisse o corpo e disfarçasse a tonalidade não-europeia.

Noutra passagem faz uma pequena distinção entre as classes ou grupos hierárquicos destes povos e faz menção a algumas exceções de vestuário, dando a conhecer igualmente o armamento destes. Expressa assim que, embora “esta gente quási toda anda sempre nua, excepto um coiro de cabra posto em forma de braga, com que cobrem as suas vergonhas, (...) os senhores e os que podem um pouco vestem camisas de algodão, porque naqueles países nasce algodeiros” (*idem, ibidem*: 35). E sobre o seu armamento diz que “não trazem armas de vestir, porque não as têm (...); só têm vestidos redondos e largos, de coiro dum animal chamado anta, que é muito duro de penetrar, e para atacar trazem muitas azagaias, que são os seus dardos ligeiros” (*idem, ibidem*: 37). A negritude da pele dos habitantes sub-saharianos, que dá lugar à denominação de “pretos/negros”, é justificada, numa breve passagem na *Crónica* de Gomes Eanes Zurara (1841, Cap. LXº: 278), em que o cronista explica que, assim é “chamada terra dos Negros, ou terra de Guínea, por cujo cazo os homees e molheres della sam chamados Guíneus, que quer tanto dizer como negros”. Desta forma, a imagem idealizada dos povos africanas foi de um povo com tom de pele escura, “preta” em muitas referências, e de uma predisposição natural para o nudismo como elemento da condição de vida e convivência em comunidade.

Dado que os portugueses principiaram as navegações para lá do Bojador, e como referi anteriormente, proveram alguns dos primeiros relatos sobre os povos africanos, é de crer que os cartógrafos portugueses não estavam desprovidos de informação que pudessem acrescentar nas suas cartas, fosse dos costumes dos nativos ou a sua aparência (Albuquerque, 1991). A prova desse conhecimento é transposta através de imagens para a cartografia onde os traços físicos, a sua indumentária, ou os adornos que usam servem de identificadores, uns compartilhados (como a cor ou a nudez), outros diferenciadores (vestimenta incomum ou objetos/adornos) (Neves, 2017). No planisfério de Pero Fernandes (fig.128), por exemplo, o cartógrafo optou por ilustrar apenas reis ou figuras igualmente opulentas, na vastidão do interior dos continentes, todos diferentes e com escudos com a heráldica portuguesa, à exceção da figura

na América Central e de um Sultão Otomano no Médio Oriente. De acordo com Gaspar *et al.* (2023: 198), o cartógrafo português “tentou diferenciar as pessoas nas diversas partes do mundo, através das suas roupagens e características físicas”, muito provavelmente, na minha opinião, numa tentativa sociopolítica de representar as diferentes “civilizações”, ou povos, de cada canto do mundo, até então conhecido pelos portugueses. Destacando os traços incomuns em cada povo, o que é irrefutável pela representação estereotipada de cada figura, e afirmando inclusive a pretensão territorial de cada uma das potências ilustradas (Reinos Ibéricos, Sultanado Otomano e Reino Etíope).

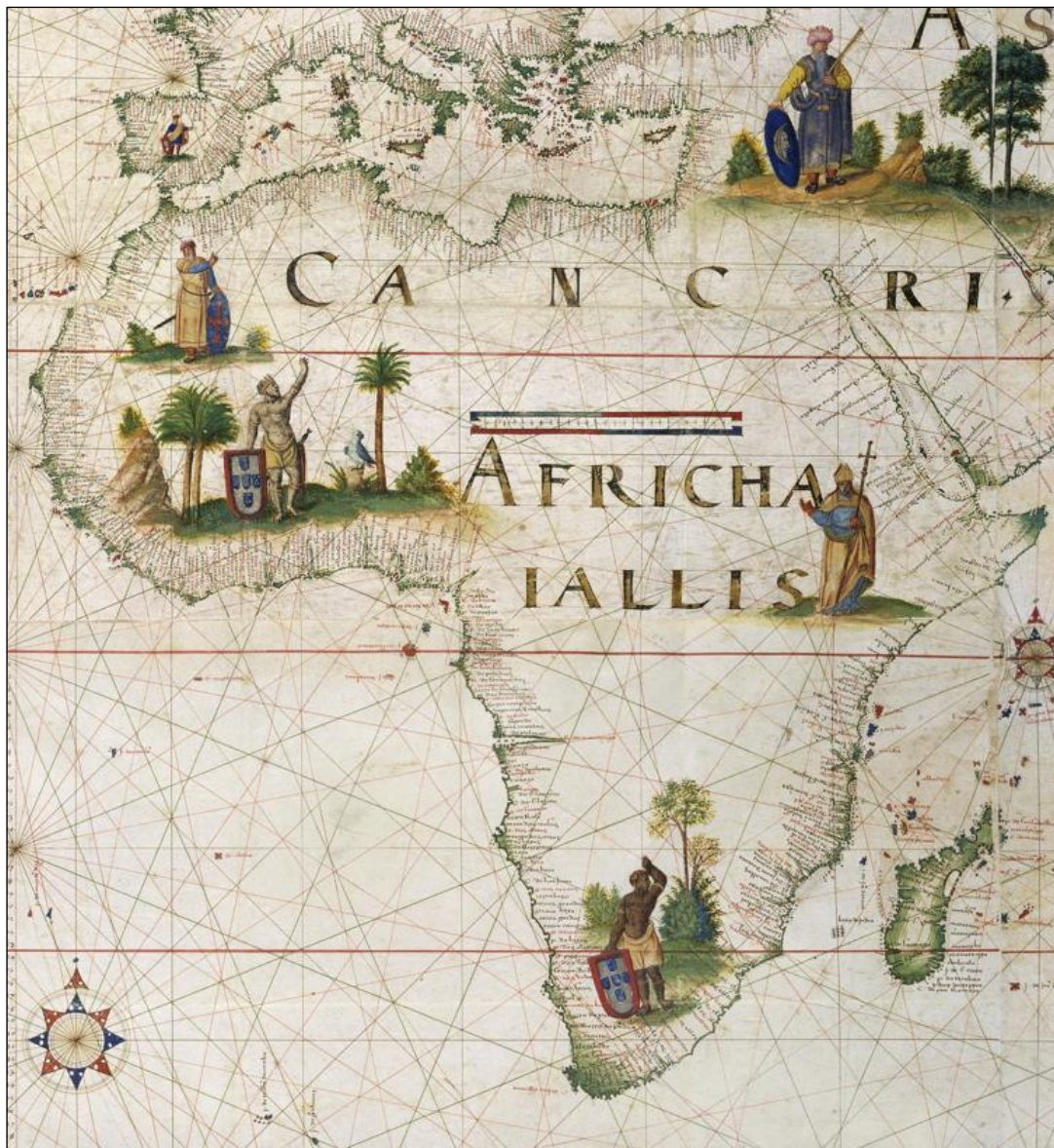


Figura 128 – Enquadramento do continente africano no Planisfério de Pero Fernandes (1545). As cinco figuras humanas representadas podem ser descritas quase ao último detalhe dando-nos informações preciosas sobre a intencionalidade da carta e a forte simbologia política e ornamental da mesma. Em cada “canto” de África estão representados “modelos” que aludem à situação socio-político-cultural daquele espaço. Curiosamente, a primeira figura, um cavaleiro no Magrebe que ostenta um belo traje e um escudo com a Cruz de Cristo, parece estar a vigiar ou de sentinela o território para oriente (parece ser mais um reforço da noção cruzadística que desenvolverei

adiante). As duas figuras de negros apresentam diferenças de cor natural, e dos adereços que trazem consigo. Temos ainda representados o Preste João na Etiópia e o Sultão Soleimão no Médio Oriente.



Figura 129 – Recorte da Carta do Oceano Atlântico Sul, Atlas Queen Mary de Diogo Homem (1558). São ilustradas três figuras soberanas africanas, no Meli, Benim e Congo, respectivamente. Além disso, o cartógrafo incluiu ainda quatro cenas com representações do gentio na sua forma mais “natural”, portando armas quase a modos de cenas belicistas.



Figura 130 – Detalhe das várias iluminuras onde o cartógrafo representou os nativos africanos. Lendo da esquerda para a direita, seguindo a ordem geográfica descendente das representações na carta, temos iluminuras em quatro territórios diferentes, no Senegâmbia (1), na Guiné* Ocidental (2), na Guiné Oriental (3) e perto do Congo (4).

No caso africano, é bastante notória a intencionalidade de representar, distintivamente, em África, três povos ou “classes” de seres humanos com características claramente diferentes (a quarta figura será uma representação do Preste João que falarei mais a diante). Enquanto a primeira figura, no sentido descendente, representa, possivelmente, a imagem cruzadística dos portugueses no norte de África, por opulentar um escudo com a marca da Ordem de Cristo, e um humano com uma fisionomia europeia, as duas figuras que se seguem representam dois tipos de africanos com um escudo com as quinas de Portugal, quase de forma implícita a denotar uma lealdade ou submissão à Coroa portuguesa. A primeira destas figuras deve ser um rei ou senhor de algum reino ou povo, sendo-o assim identificado por usar uma coroa de ouro e uma espada. A cor parda parece influenciar-se nos relatos documentais tardo-medievos e modernos, como aqueles que mencionei anteriormente. Marcocci (2016) explica que a imagem do nobre africano negro foi difundida em várias fontes portuguesas no decorrer dos contactos entre os dois povos, dos quais se destacam príncipes da África Ocidental, que frequentaram inclusive a corte portuguesa. Não será de estranhar que, decorrente da relação diplomática dos dois povos e da reciprocidade de contactos amistosos entre Portugal e reis africanos, Pero Fernandes tenha propositadamente decidido ilustrar um nobre africano, destacando-o como tal através de adereços como a coroa ou a espada na cintura. Esta dissociação ou expropriação do negro escravo ou simplesmente inferior, como antes advoguei, que subsistiu nas fontes documentais e também na cartografia, advém da constante comunicação e convívio entre membros reais dos reinos africanos, ou de embaixadores destes, com as cortes europeias. Segundo Lowe (2007: 101), “high-ranking and important African ambassadors – and even their lowlier cousins, envoys – were at the other end of the spectrum to slaves, and offer an opportunity to analyse a variety of European representations of Africa and Africans (...)”. Essa representação começa, no caso luso, com Pero Fernandes e voltará a surgir, substancialmente mais patenteada na cartografia de Diogo Homem (figs. 129 e 130).

Por sua vez, a diferenciação da cor e de adereços (incluídos ou omissos nas figuras) entre o africano da África Ocidental, do africano da África Austral, evidencia uma realidade social e geoclimática diferentes. A opção pela cor castanha (num tom marron) parece suportar-se nos relatos documentais dos séculos XV e XVI recriando imagetivamente o tipo-ideal dos africanos a sul da linha equatorial. É nesse sentido que Marcocci (2016) recorda que os cronistas de quatrocentos, nomeadamente Alvise Cadamosto enquanto fonte direta e Zurara por meio de fontes secundárias, denotam que os africanos da região do Sahara são “pardos” de cor, e não

negros (no sentido literal), evidenciando-se uma consciencialização da cor escura, mas ainda assim longe de serem confundidos com os africanos a sul do Rio Gâmbia que seriam já mais escuros.

Tanto no planisfério de Pero Fernandes, como na cartografia de Diogo Homem, denotamos uma dissociação artístico-científica com a herança eclesiástico-medieval da “categorização de pessoas”, que segundo Kurt (2013: 302), “based on biblical interpretation, white people shared the colour of God’s angels, while black people shared the colour of the fallen angels, descended from Cush (son of the condemned Ham in Genesis)”. Aliás, note-se que não há humanos “pretos” representados, sendo as cores prediletas dos cartógrafos o “pardo” para o africano da Guiné e o “castanho” para o africano austral. O abandono total desta conceptualização bíblica, na cartografia pelo menos, é notório com a incorporação de um “negro” a rezar de joelho, e com vestes “europeias”, defronte de uma igreja no Manicongo, simbolização máxima do sucesso das missões religiosas na região, assim ilustrado na cartografia de Luís Teixeira (fig. 98)¹⁵⁴.

Por sua vez, a ilustração de características categóricas antepassadas é mais notória no Planisfério de Cantino, onde os africanos ilustrados em volta do Castelo da Mina são pintados de preto bem tingido. Embora nunca se venha a descobrir a intenção ou propósito do cartógrafo ou miniaturista/iluminador do planisfério, é evidente que este procurou representar fielmente as boas novas dos navegadores e cronistas sobre a vivência “naturista” dos povos guinéus. A representação de pessoas nuas pintadas de preto, com exceção de uma que tem veste brancas (talvez de algodão) a cobrir a genitália, demonstra uma racionalização na incorporação destas imagens na dita região. Além disso, a prova de que os nativos africanos estão, de facto nus, além do contraste flagrante da cor de pele com o meio ambiente da restante carta e da falta de vestes que cubram o corpo, é o desenho dos genitais masculinos em todas as figuras, excetuando aquela que está vestida. A aparente livre circulação dos negros em torno do Castelo da Mina é confrontada com o texto que acompanha as ilustrações, afirmando o cartógrafo, entre outras coisas, que dali “traçem ao muyto escelente principe dom manuell Rey de portugall cada anno doze carauelas com ouro (...) e mais traem muytos escavos e pimenta e outras cousas de muyto

¹⁵⁴ A imagem de um negro de joelhos em frente à igreja de São Salvador do Congo, possivelmente, com uma grande cruz dourado defronte, é uma das representações mais simbólicas da atividade evangelista na região. O sucesso no processo de cristianização do Reino do Congo, ou pelo menos a devoção que nele se pôs, com o esforço das companhias religiosas, é evidenciado pela imagem engrandecida e quase generalizada da aceitação do cristianismo pelos povos da região do Congo (ver página 130, capítulo. 4.3).

proveito”. Para Destro (2012) esta ilustração é resultante do interesse pelos escravos ou comércio destes na costa africana, admoestando, implicitamente, a constatação feita por Valentini no século XIX, que interpreta esse conglomerado de pessoas como um ato festivo, nas palavras do mesmo, “Negroes are seen dancing around” (Valentini, 1889: 168), referindo-se àqueles vistos em torno da Mina. Não obstante, penso que houve dois objetivos distintos por parte do cartógrafo, assumindo que houve uma racionalização na ornamentação dos nativos. Por um lado, procurou representar idoneamente os povos africanos (tal como chegaram por testemunhos orais, documentais ou cartográficos até), por outro, evidenciar ou tornar patente, ao recetor da carta, o potencial do Golfo da Guiné.

Verdade é que, em termos explícitos, veremos apenas 78 anos depois, no Atlas de Fernão Vaz Dourado (fig. 131), uma exposição tão carnal como esta, acrescentando à ilustração, contudo, um aspeto menos sublime dos interesses lusitanos com o gentio, mostrando mais expressivamente um interesse escravagista e mercantilista para com estes.



Figura 131 – Recorte da Carta do Sul de África e Madagáscar, Fernão Vaz Dourado (1580). Contrariamente à representação no Atlas Queen Mary de Diogo Homem, Vaz Dourado optou por representar o negro nas suas funções escravagistas, ainda que isso não seja explicitamente perceptível. A mineração e coleta do ouro parece ser a preocupação nesta cena pictórica que reproduz o processo de extração deste metal precioso pelos africanos, que terá servido de meio de exploração de bens mercantis para o Reino de Portugal. É representada a mercadoria mais desejada e a dualidade de outra mercadoria que tem funções múltiplas no contexto expansionista. A figura humana para a bem de produção e, consequentemente, a mercadoria também. Outra relação importante a fazer-se é a escolha em ilustrar o gentio e a coleta de ouro na região do que seria o Império Monomotapa (portanto, nesta carta

exclusivamente), onde a ancestralidade sobre as vastas riquezas auríferas captavam cada vez mais a atenção dos portugueses.

Complementarmente, a figura do africano belicista, “nuu, com hua azagaya na mão” (Zurara, 1841, Cap. LXº: 280) é pouco ilustrado na cartografia portuguesa, sendo que o maior preconizador das representações desse tipo é o cartógrafo Diogo Homem, onde surgem também, como já aludi, imagens de reis ou soberanos africanos em diferentes regiões na África Sub-Sahariana (Lowe, 2006). Deste modo, compreendendo que na cartografia quatrocentista portuguesa não há qualquer representação humana, seja imagética ou toponímica (seja de povos ou figuras nobilitárias, como reis por exemplo), será apenas no Quinhentos que as representações, embora escassas, se tornarão mais evidentes ainda que circunscritas, maioritariamente, à segunda metade do século. Nesse período, as cartas tornam-se o palco preferencial para a construção de discursos sociais e políticos que se prendem com a “formação de um mundo atlântico durante os séculos XV - XVII”, em que o intento destas é “abrançar as interações, as intercomunicações, a circulação de pessoas, mercadorias, (...) enfim, as trocas culturais e económicas ocorridas entre a Europa, a África e a América” (Neves, 2017: 11). Por conseguinte, vemos patente na cartografia de Diogo Homem, em mais que um Atlas, cenas pictóricas que parecem aludir à relação sociocultural, estampado quase por tradição no Golfo da Guiné em que, ao longo de três cartas de Atlas diferentes (figs. 129, 132 e 133), temos imagens reminiscentes de atos belicistas entre o gentio e dos seus costumes ou características “societais”¹⁵⁵ (fig. 130). Numa perspetiva mais mercantilista, temos o exemplo de Vaz Dourado (fig. 131), em que o cartógrafo ilustra entre o Congo e Moçambique, vários africanos a carregar ou transportar o que parece ser ouro, um dos metais mais cobiçados no comércio transatlântico. No decurso da expansão marítima portuguesa e da sequente produção cartográfica, se o palco africano foi o mais ambicionado entre o século XV e a primeira metade do século XVI, rapidamente veremos uma deslocação dos interesses régios para os continentes recém alcançados, particularmente a partir da segunda metade do século XVI (curiosamente em coletâneas como os Atlas).

¹⁵⁵ Por exemplo no Atlas Queen Mary, Diogo Homem ilustra em várias partes da Carta do Oceano Atlântico Sul, um grupo de africanos em atividades semelhantes a sociedades coletoras-caçadoras (ver fig.130, nº1-3). Por outro lado, na mesma carta, temos também outra ilustração em que parece estar a haver uma peleja entre dois grupos de africanos (fig.130, nº4).



Figura 132 – Recorte da Carta do Oceano Atlântico Central, Diogo Homem (1568). A ilustração de africanos na Guiné é quase etnográfica, percebe-se a destreza dos humanos aqui representados e a sua altura visualmente medível. Homem ilustra uma cena aparentemente em movimento na região da Guiné, onde parece estar a haver um convívio entre alguns elementos, enquanto noutros casos há mesmo uma noção de comunicação ativa. Os africanos são representados nus, de cor acastanhada não muito escura e de um modo geral, com um comportamento pacífico.



Figura 133 – Recorte da Carta do Atlântico Sudeste e da costa de África, Diogo Homem (1565). Esta imagem é uma das que mais me faz pensar fora da caixa e de forma livre, sem procurar perceber o contexto inerente à carta. A ilustração de dois negros com vestes e numa posição física, aparentemente, de submissão ou, menos pessimista, de reverência implícita, faz-me crer que a a colocação de uma linha de rumos entre as figuras não seja acidental, mas antes propositado. As vestes já remetem para um africano mais europeizado ou doutrinado, a relação comunicacional entre os dois africanos é remanescente de uma “lição” ou “missa” (figurativo) e, por fim, o epicentro da linha de rumos parece irradiar, quase como os raios do Sol ou a “palavra” de Deus sobre estes nativos.

5.2.2 Uma alegoria cruzadística

Num palco paralelo à iconografia etnográfica, há poucos exemplos, mas não menos conspícuos, que demonstram de forma muito bem administrada, a relação etno-socio-política aguerrida do Norte de África, justamente na região marroquina, onde os portugueses muito lutaram por territórios e pela fé. Esforço que poderá ser legitimado com a conquista da cidade de Ceuta em 1415, numa “incurso no Norte de África (...), basicamente ligada a um zelo religioso” (Cerqueira, 2020: 79), encontramos os primeiros movimentos político-estratégicos em África, que foram importantíssimos, em grande parte, na regulamentação de uma escola cartográfica em Portugal, visto que terá sido nos anos sucessores à conquista de Ceuta que D. Henrique terá almejado alcançar terras austrais e fortalecer as relações comerciais do Reino.

Compartilhando da diretiva de Adam Simmons (2022) que defende que, entre as primeiras investidas militares no Magreb e o infortúnio de Alcácer Quibir em 1578, compreenderam um período quase ininterrupto cruzadístico para o império português, que terá procurado não só conquistar territórios aos infiéis, como estabelecer fortalezas que os protegessem e assegurassem o comércio, renda indispensável e objetivo subjacente. Gomes Zurara atesta precisamente essa inquietude portuguesa, que logrou a favor da cristandade, como meta e fado, esforço próprio do povo português, mas também dos demais reinos que no Norte de África e para Oriente digladiavam os povos ímpios (Michelan, 2011).

...bem assim como as más ervas hão natureza de crescer muito mais que as proveitosas e boas. Bem assim esta má semente dos infiéis cresceu tanto na horta do Senhor que se não fosse arrancada pelos fiéis e católicos príncipes, em breve cresceria tanto que amortificaria toda a boa semente (Zurara, [1915], como citado por Michelan, 2011: 5).

A vontade motriz em expandir os seus territórios e rematar para longe os infiéis muçulmanos, ainda no ardor da secular Reconquista Ibérica, levou a que se conquistasse ainda no século XV, sob o reinado de D. Afonso V, Alcácer Ceguer (1458), Tânger e Arzila (1471), além de tentativas fracassadas de conquista doutros pontos estratégicos nesse período (Sousa, 2017). Foram as gerações futuras, já nos reinados de D. João I, mas principalmente de D. Manuel I (1495-1521), que consolidaram, não apenas em África, vastos territórios para a coroa portuguesa. No Norte de África, “os portugueses estabeleceram-se em Santa Cruz (1505), ocuparam Safim (1508) e conquistaram Azamor (1513), (...) colocando um ponto final ao esforço militar que havia atingido o zénite como o ataque à cidade de Marraquexe m 1515” (Sousa, 2017: 114), consequência de fracassos militares, despesas insuportáveis e necessidade

de gestão da força militar noutros pontos do mundo (cada vez mais proveitosos para a Coroa, estrategicamente e comercialmente).

É na confluência de sucessos e retrocessos que me parece importante analisar três cenas pictóricas, duas mais evidentes que a terceira, onde o esplendor da presença portuguesa no Magrebe é lembrado e, até, ressonante de tempos áureos face às incertezas do quotidiano do mundo português decorrente de desesperantes perdas (pessoais, materiais e simbólicas). Já firmados na corrente artístico-científica da cartografia portuguesa, os mapas das regiões de África eram completos objetos de opulência, mas principalmente, a mim me tem parecido crer, de simbolismo inatingível. Não apenas serviriam para “legitimar a realidade da conquista e do império”, fez-se-me crer que, casos mais específicos, teriam como objetivo “criar mitos que ajudam a manter o *status quo* territorial [que], como instrumentos de comunicação de uma mensagem imperial, eles fornecem um complemento à retórica do texto escrito, dos contos e canções populares que exaltam as virtudes do império” (Harley, 2009: 6).

Nesse instrumento tão requisitado e apenas tangível às grandes famílias (ricas, fossem pertencentes à burguesia, nobreza ou clero), podemos considerar que a cartografia portuguesa ocupou-se também da replicação das ânsias da sociedade portuguesa no que concerne ao Norte de África, reproduzindo imagetivamente um cenário desfraldado, recorrendo à “riqueza artística e decorativa, uma das características estilísticas da tradição cartográfica portuguesa, que assim se singulariza no panorama das tradições cartográficas” (Marques, 1994: 95). A temporalidade dos acontecimentos é também ela refletora da resposta artística à fatalidade dos eventos ainda amargos na consciência portuguesa. A Carta Atlântica de Sebastião Lopes (fig. 134) é a primeira a ilustrar essa inquietação e resposta imediata, procurando apresentar de forma particular os novos limites territoriais portugueses, tanto em África como no resto do mundo, reforçando as demarcações de Tordesilhas face às disputas com Castela (Neves, 2017). O que Martha Neves deixou escapar ou não lhe coube ali reflexionar, ainda que denote que em África são ilustradas essas delimitações com bandeiras e “cavaleiros do rei”, foi a maneira como indiscretamente África aparece quase dividida entre dois polos antagónicos, um a Norte e outro a Sul, sendo a sua demarcação, os Montes Claros, marco geográfico já antes servido para fazer tais alegações. A carta que terá sido feita entre 1557 e 1558¹⁵⁶ é concomitante com a morte de

¹⁵⁶ Pretendo aqui definir um período de elaboração, dado que a datação da carta, inferida no canto inferior direito da mesma, será muito provavelmente a data de término da obra.

D. João III¹⁵⁷, rei que sofreu o infortúnio da hegemonia dos seus territórios e das guerras com o arqui-inimigo dos cristãos em África, levando a que fossem “abandonadas diversas cidades fortificadas ao norte, particularmente no Marrocos, em consequência dos cada vez mais elevados custos da sua defesa diante de recorrentes ataques muçulmanos” (Eugênio, 2021: 7).

Nessa sucessiva luta cruzadística, o muçulmano é, contudo, apresentado como semelhante social e cultural do cristão, mas antagónico na doutrina religiosa, calamidade que justificou quezílias centurias (Michelan, 2011). Na carta de Lopes podemos ver uma cena de perseguição ou conflito armado entre quatro cavaleiros, dois cristãos e dois muçulmanos que combatem de oeste para este, estando os segundos a ser “perseguidos” ou “derrotados” para terras mais orientais. Ainda assim, é notória a partilha de “determinadas características, como vestuário, (...), potencial bélico, adornos” (Loureiro, 1991: 208), representando esta noção de povos e culturas indissociavelmente próximos. A delimitação dos Montes Claros é igualmente definidora da bipolarização dos esforços portugueses em África. Se no espectro norte vemos cenas bélicas e sem inclusão de brasões ou bandeiras portuguesas, sem qualquer pretensão ou aclamação ao espaço que ainda tinha uma réstia de presença portuguesa no noroeste africano, a sul da cordilheira imponente temos uma vasta ilustração de elementos simbolizadores da presença portuguesa e da sua hegemonia. Vêm-se bandeiras, a Mina, a personificação da Serra Leoa, bandeiras e brasões na costa, a Igreja de São Salvador do Congo, tudo símbolos da suposta passividade e subjugação, até, da África Negra.

O abalo insarável do avanço otomano no Norte de África, durante “o sultanato de Solimão, o Magnífico (1520-1566) que esse crescimento conheceu a fase principal” (Amorim, 2019: 82), é fortemente demarcado pela inclusão exclusiva de uma bandeira otomana no extremo este da carta, no Norte de África, único elemento decorativo com valor reivindicativo de território. Não fosse a cartografia “uma ciência de príncipes”, como defende Brian Harley, independentemente de “outros significados culturais que lhe possam ter sido vinculados” (Harley, 2009: 5), não veríamos tais cenas imponentemente marcadas pela crescente preocupação com o espaço africano. Não nos esqueçamos que foi ainda em 1545 que Pero Fernandes elaborou um impressionante mapa-mundo, onde é primeiramente ilustrado na forma física e na posição de soberano, uma imagem do sultão otomano, na Ásia Menor, não muito longe donde é situada a bandeira otomana na carta de Sebastião Lopes.

¹⁵⁷ Dado que “foi cartógrafo oficial do Armazém das Índias em Lisboa entre 1558 e 1596” (Rocha, 2005: 12635), podemos também correlacionar a simbologia daquela que poderá ter sido a primeira ou uma das primeiras cartas de sua autoria enquanto cartógrafo real, e os elementos de ornamentação escolhidos.



Figura 134 – Recorte da Carta Atlântica de Sebastião Lopes (1558) e projeção ampliada da região que compreende o cenário pictórico do Norte de África. As montanhas e a legenda lembrar, ainda que não totalmente, a ilustração da mesma região, na Carta Atlântica de Pero Fernandes (1528).

Na efemeridade das tentativas de recuperação do controlo de cidades anteriormente portuguesas, e visto desaparecer qualquer esperança de acometer em investidas no interior marroquino, foi reconhecida a inevitabilidade de “abandonar” o norte de África, abandonando fortalezas e cidades, que há muito requeriam reestruturações indispensáveis para a sua defesa (Sousa, 2017). Ainda assim, e mesmo com o advento otomano que na segunda metade do século XVI já havia conquistado vastos territórios no Norte de África, inclusive da potência vizinha, “com a morte de D. João III, o seu sucessor, D. Sebastião, [viria] a empenhar-se em investidas na região para combater os mouros e disseminar a fé cristã” (Eugênio, 2021: 91). Ver-se-ia um projeto quase fanático, perspetivado face à conjectura político-religiosa que se vivia no mundo cristão e que trazia grande tensão internacional, particularmente à Cristandade (Amorim, 2019). A vontade cruzadística de D. Sebastião, que cedo terá mostrado interesse pelos assuntos da guerra, foi seguida por ideia presa à forte devoção católica e à vontade inerte em repelir as forças otomanas de terras que foram antes “suas”, além de devolver à Cristandade a motivação há muito adormecida de retorquir aguerridamente as intentas belicistas no Norte de África. Foi, no entanto, perene a sua luta, pois mesmo devoto à devolução do valor e integridade cristãos e

portugueses, D. Sebastião terá perecido ou desaparecido em batalha no ano de 1578 em Alcácer-Quibir, pondo cobro perene a qualquer interesse militar, político ou religioso em territórios no Norte de África. A fragilidade do reino, as pequenas provisões que defendiam as últimas fortalezas portuguesas, e a desordem política que advieram da morte de um Rei, foram fatais para o espírito cruzadístico português e para a ressonância do império como um todo. Nesta desfeita, é Pedro Amorim (2019: 91) quem muito bem expressa que “valeu-lhe a fama [ao rei], pois a batalha de Alcácer-Quibir foi, até ao fim do século XVI, um dos acontecimentos que internacionalmente mais interesse suscitou”.

Nesta relação de factos, aparece-nos, no último Atlas que se conhece de Fernão Vaz Dourado, uma carta (fig. 135) onde este escolhe ilustrar, à semelhança de Sebastião Lopes anteriormente, uma cena ilustrativa de uma luta entre um cavaleiro cristão e outro mouro. Além disso, a mesma carta está repleta de brasões com os símbolos islâmicos (as meias-luas) tanto no Norte de África, já na zona do ocidente mediterrâneo, como na costa ocidental africana. A idoneidade artística face à ilustração anteriormente revista é bastante elucidativa da reprodutividade da imagem belicista, da dualidade religiosa, vivida no Norte de África.

Contrariamente à noção do papel e da finalidade dos mapas, que Brian Harley (2009: 20) concede como “essencialmente uma linguagem de poder e não de contestação”, compete-me discordar e contrapor, com base nas duas cenas pictóricas que neste subcapítulo demonstrei, que a essência dos mapas, é tanto uma forma de expressão de poder, ou mecanismo de afirmação, como também são uma arma de contestação, uma chamada de atenção ao leitor da carta, uma ferramenta de opulência que acarreta o peso da confrontação entre o mundo real e a efemeridade dos momentos retratados nos mapas. Mais importante e que não deve passar despercebido, é a proximidade e afinidade no extremo que o Atlas de 1580 tem com o Atlas de 1576, as duas últimas obras datadas de Vaz Dourado e ambas, na minha perspetiva, diretamente ligadas ao Rei D. Sebastião. O atlas de 1576, como antes vimos, terá sido uma oferta ao rei ou uma encomenda para o próprio, já o atlas de 1580, findado dois anos após a morte de D. Sebastião, poderá representar a perda portuguesa e a incerteza/inconformação com a situação do Magrebe.



Figura 135 – Carta do Atlântico Oriental, Fernão Vaz Dourado (1580). A cena de perseguição no Norte de África domina a carta e capta toda a atenção para a região do Magreb. O primeiro cavaleiro (cristão) parece querer empunhar alguma coisa sobre o segundo cavaleiro (Mouro), e persegue-o de oeste para este, quase como se o estivesse a expulsar. A datação da carta pode ser também reveladora do significado da cena ilustrada no Norte de África. Os grandes brasões com símbolos islâmicos, tanto no mediterrâneo como na costa ocidental africana, são indicativos da presença inimiga e da sua proximidade, facto que era bem conhecido entre os portugueses visto terem perdido o seu Rei dois anos antes nestas terras, o que levou também à perda da sua independência no ano em que a carta parece ter sido findada.

Se analisadas sequencialmente, as obras de Sebastião Lopes e Fernão Vaz Dourado, podemos separar em dois estágios ou momentos as obras cartográficas que referi, tanto temporalmente como socialmente. A primeira, com forte pendor nostálgico e crítico (no pensamento), face ao passado recente de perda territorial advinda do inconformável avanço Otomano; a segunda, já na fase de decadência e desespero político-militar, comporta também um sinal de esperança, saudade e de renúncia ao mito Sebastianista¹⁵⁸. Se o caso primeiro é conducente à deterioração da situação militar entre os anos 30 e 40 do século XVI, responsável pela queda de vastos entrepostos e cidades sob domínio português (Sousa, 2017), parece-me que o segundo é vítima das “linhas de condução diplomática que D. Sebastião utilizou para levar a cabo tal empreendimento [incurções a Marrocos], [que] se encaixaram nos preâmbulos intra e

¹⁵⁸ Não faço crer, nem tenho o conhecimento para aferir com fundamento esta premissa, mas deixo valer que esta carta em específico, pela conjectura da sua execução, poderá ser uma antevisão da procura espiritual, mental e em bom termo física, também, do mito sebastianista e da profetização do resplendor português em África.

internacionais – as Cortes de 1562 e o regresso a Marrocos” (Amorim, 2019: 84). Na continuidade dos desfeitos marroquinos, a queda do império nas mãos filipinas, a crescente competição no ultramar, e a decadência natural do poderio português resultou em que “el escenario magrib iria passando a un segundo plano, hasta que en la década de 1590 se produjo el abandono caso definitivo del interés por parte del Felipe II” (Azcona, 2020: 158), sendo a carta de Vaz Dourado a última resposta quinhentista às inquietudes do comendatário da carta e de toda a sociedade monárquico-nacionalista que ficou insatisfeita com a sucessão dos acontecimentos de Quibir.

Conclusão

O ato de interpelar um período tão maturo na história de Portugal requer um esforço redobrado quando as ferramentas ao nosso alcance são, por vezes, requintadas obras cuja observação é quase puramente técnica, descurando o seu valor artístico e ornamental, que tão facilmente cativa o olhar alheio pela opulência desmedida e vivacidade das ilustrações que emprega. Outrossim, a perenidade do olhar deambulado, mais passageiro que hóspede, cumpre uma dupla fatalidade de deixar a nossa rica cartografia ao espetro académico mais adoçado ou à maravilha de quem não conhecia obras desta magnificência sem ser em telas, quadros ou visores.

Aquilo que procurei escrutinar no desenrolar deste trabalho, foi primeiro identificar as principais cartas e mapas portugueses dos séculos XV e XVI que apresentavam um maior interesse, intrínseco, na cumplicidade da arte e da ciência, para poder depois analisar fundamentadamente o simbolismo e a persistência, mais comum que rara, de certos elementos ornamentais, cenas pictóricas e, de um modo geral, de uma iconografia sem precedentes, mas fortemente influenciadora de escolas secundárias¹⁵⁹ de cartografia que pela Europa fora tomaram gosto e requinte pelo poder dos mapas e da sua imagem enquanto símbolo de soberania e riqueza. Aquilo que se verifica é uma cartografia própria, em parte contrária à cartografia mediterrânea dos mareantes, ou à eclesiástico-medieval dos mapas-múndi do clero e das cortes régias, imbuída de rigor científico suportando-se nos avanços empiricamente comprovados, e de uma riqueza ornamental, “provocatória” e simbólica, aplicada às cartas náuticas e atlas do Quinhentos.

Não erroneamente assumi que resultaria desta pesquisa mais atenta uma relação, ainda muito subestimada, entre a arte e a cartografia, arte essa tangivelmente iconográfica, em que as imagens apresentam no século XVI uma maior independência estilística do que *a priori* se verificara, nas poucas sobreviventes do século anterior. Inevitavelmente influenciada pela cartografia italiana e maiorquina, não fossem os exemplos de mestres estrangeiros que os nossos ofícios nos ensinaram (Manuel Pessanha e Jacóme de Maiorca, para enumerar um par deles), a ressonância de uma necessidade estética já antes vista nas cartas maiorquinas, mas ainda dotadas de uma necessidade excessiva em recorrer a tradicionalismos e fantasias medievais e da tradição clássica para ocupar os espaços desconhecidos, da larga e inquietante África

¹⁵⁹ Refiro-me às escolas que foram surgindo no decorrer dos séculos (portuguesa, holandesa, francesa, inglesa) e que se firmaram nos alicerces cartográficos das primeiras escolas (italiana, catalã, maiorquina), ramificando-se e cunhando um valor próprio.

Incognitae. A constante reconstrução da visão do mundo, e de África, estimulada pela expansão ultramarina portuguesa e pelas expedições europeias em *novus mundus*, alguns ocupados por arqui-inimigos da Cristandade, logo, do Reino de Portugal, é domada por momentos chave no advento militar, técnico e religioso a que Portugal parte se deve. Por conseguinte, o que se verificou foi que durante séculos a cartografia mundial manteve-se inalterada no contexto mediterrâneo, conducente da evolução social, técnica e artística daquela que, na Baixa Idade Média se conhecia como uma cartografia simbólica, onde pertencem os mapas T-O, depois substituídos por magnânimas obras da cartografia, já no primeiro milénio, que ocupavam mais fielmente grandes porções do mundo ecuménico (quase exclusivamente a região mediterrânea), os *mappamundi*, ricamente ilustrados, mas presos a misticismos bíblicos e a visões religiosas do mundo terrestre. Com o Renascimento, no alvorecer da Modernidade, da qual ativamente participou Portugal, acautelam-se as informações recolhidas e quase que se fazem triagens propositadas às imagens elencadas nos mapas portugueses, não totalmente desprovidos, mas muito menos “se filiam apenas a informações provindas ou da tradição ou da experiência, (...) como o caso do interior do continente africano, onde ocorre a permanência de um local mítico para a nascente do rio Nilo, o Monte da Lua” (Rabelo, 2009: 128). Por isso, cartograficamente pelo menos, podemos contestar, à luz da cartografia cognoscível, que a representação imagética de África e do espaço africano era menos dependente de tradicionalismos medievais (seja na perspetiva etnográfica ou do bestiário), evidenciando-se um conhecimento racionalizante entre os séculos XV e XVI (visível no uso de certas cores, materiais, projeção geográfica, ornamentação e vinhetas).

Não obstante, a iconografia não foi alheia a perjúrio ou quezílias políticas, muito menos é desguarnecida de simbolismos propositados e tentativamente dissimuladores. Com uma análise mais cuidada e confluyente, ainda que tematicamente fracionada, tentei absorver o significado polivalente das imagens que transmitem aos seus destinatários aquilo que é necessariamente válido para quem encomenda os mapas, à luz do que Relaño referiu como “códigos culturais” apreendidos num determinado tempo e por um determinado grupo ou classe social. Na tela em que os cartógrafos trabalhavam, para o presente caso, o “palco” africano, fosse com recurso à pintura de estruturas urbanas, elementos orográficos, representação etnográfica, ou uso de bandeiras e escudos nacionais, a função ulterior à estética é notavelmente conformada com a relação multiplicada destes e da interdependência da leitura do todo pela parte. Se no Quatrocentos e em casos vastos, ainda no Quinhentos, o grotesco, o fantástico e o mítico dominavam a riqueza artística das cartas, mapas e Atlas das escolas mediterrâneas, não só

porque lhes interessaria evidenciar tais concepções esotéricas, mas porque não dispunham de informações mais fieis e críveis, o mesmo elenco de imagens é propositadamente empurrada pelos cartógrafos portugueses para os oceanos ou para as orlas costeiras, vítimas ainda das “tendências na década de 1560, (...) que evidenciam como os cartógrafos não só absorveram e transmitiram informações geográficas, mas também modos artísticos e estilos decorativos” (Gaspar *et al.*, 2023: 223). Além disso, dada a confluência, por um lado, e divergência, por outro de várias cartas e atlas portugueses do século XVI, podemos postular que a resposta para este facto está no local da criação das cartas, na “oficina geolocalizada”, por assim dizer, de cada cartógrafo (localização geográfica da oficina, posição social do destinatário da carta, *status* de quem encomendava a carta e vice-versa).

Resultante da vasta procura cartográfica, tanto pela Coroa como pela classe mais rica, reparamos igualmente que houve uma necessidade de satisfazer estas necessidades, este mercado, recorrendo, assim parece, à abertura e ramificação de mais oficinas cartográficas particulares em Portugal, possivelmente por profissionais menos rigorosos e atualizados (por não terem de seguir um conjunto de regras oficiais) que os cartógrafos oficiais, que trabalhavam nos Armazéns da Índia, mas certamente bons o suficiente para colmatar a procura por estes manuscrito que terá tido o seu zénite em meados do século XVI, existindo à data pelo menos seis oficinas particulares¹⁶⁰ (Costa, 1988). A iconografia de algumas cartas anónimas, mas tidas como portuguesas, parece evidenciar esse facto, tanto pela singularidade das características estilísticas, como pela anonimidade do seu cartógrafo e/ou iluminador. No entanto, pode dizer-se que o século XVI foi o epítome da cartografia manuscrita, que viu cair a sua procura nos séculos procedentes, estando essencialmente ligada a duas das justificações mais constatáveis e explanativas, sendo estas, a dissimulação da profissão e a diáspora de profissionais para outros polos artísticos¹⁶¹, cujos rendimentos eram atrativamente superiores aos que se praticavam em Portugal (Barreto, 2000 e Recio 2006). Coincidente com esta diáspora e queda da hegemonia cartográfica portuguesa, é a implementação do cargo de cosmógrafo-mor em 1559 que “significa o controlo definitivo da produção cartográfica, através da institucionalização do ofício de mestres de cartas de marear, [pois] assume as características de uma corporação, supervisionada por funcionários régios” (Costa, 1988: 20). Essa institucionalização parece ter inclusive criado nichos profissionais e círculos mais fechados de comunicação entre cartógrafos

¹⁶⁰ Ver Brandão, J. (1911) *Majestade e grandezas de Lisboa em 1552*, in *Archivo Historico Portuguez*, XI.

¹⁶¹ Espanha, França, Inglaterra e Holanda, são alguns dos casos onde sabemos terem trabalhado vários cartógrafos portugueses, fosse integralmente ou num dado período da sua vida.

e miniaturistas ou iluminadores. Isto parece evidente pela semelhança de algumas figuras entre meados do século XVI e a segunda metade da mesma centúria. Exemplos como a representação do Castelo da Mina, do leão alegórico à Serra Leoa, ou dos cavaleiros figurados nalgumas cartas, demonstra que a circulação de informação era constante, mas provavelmente circunscrita aos cartógrafos e miniaturistas que trabalhavam para a coroa, denotando-se uma divergência artística com outras cartas portuguesas do mesmo período, maioritariamente anónimas.

Assim sendo, o que vemos realçado no interior do continente africano, com opulenta iconografia entre as décadas de 30 e 80 do século XVI, é uma aproximação artística muito semelhante entre os cartógrafos do Reino, socorrendo-se de imagens pilar e mnemónicas das conquistas portuguesas, de figuras imponentemente hiperbolizadas, falácia imagética simbólica que se repercutirá em vários elementos de interesse para Portugal, mas não só. Paralelamente, mas menos frequente, encontramos ainda elementos pictóricos quase teatrais, de cenas dignas de vislumbre pela sua narrativa móvel e expressão artístico-simbólica, provavelmente como forma de discurso mudo, e com forte pendor político-ideológico, tanto no Norte de África como nos parques cenários etnográficos. A complexidade dos significados das imagens figuradas em tantas cartas do Quinhentos carece ainda de uma análise mais micro analítica, particularmente por encontrarmos, em cada uma delas, um tesouro escondido e todo um repertório simbólico que não é alheio ao contexto sociopolítico da Modernidade e da situação política de Portugal, período de viragem e de reforma dos métodos de “fazer ciência” e de ver o mundo. Num tempo de mudanças constantes, nem Camões ficou alheio à transição temporal de que este foi consentâneo:

“Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
que outro valor mais alto se alevanta”
(Camões, 1572, C. I, v.24).

Fontes eletrónicas

Gaspar, J. A. (2022) Medea-Chart. Disponível em: <https://medea.fc.ul.pt/main>.

Medeiros, V. (2022) Ars Cartographica – Collaboration between portuguese painters and cartographers in the 15th and 16th centuries, in *Rodrigues, A. D. & Avelar, H. (coords.) Art and Science in Portuguese Renaissance* (2020), 10th March, Lisboa, Interuniversity Centre for the History of Science and Technology (CIUHCT). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LxQcTn22hcs&t=185s>.

Krtalić, Š. (2022) Is a chart a work of art?: Locating a creative vision in Portuguese Renaissance cartography, in CIUHCT (ed.) International online conference - Art & Science in the Portuguese Renaissance [Online], 10th March. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jEZDiGFU2w4&t=1909s>.

Referências Bibliográficas

Alegria, M. F., Daveau, S., Garcia, J. C. & Relaño, F. (2007) Portuguese Cartography in the Renaissance, in Woodward, D. (ed.) *The History of Cartography, Volume III – Cartography in the European Renaissance (Part 1)*, Chicago, The University of Chicago Press, 975-1068. Disponível em: https://press.uchicago.edu/books/HOC/HOC_V3_Pt1/Volume3_Part1.html.

Almeida, A. F. de (1999) A demanda do Preste João à missão Jesuíta da Etiópia: a Cristandade da Abissínia e os portugueses nos séculos XVI e XVII. *Lusitania Sacra*, 2 (11), 247-294.

Álvares, F. (1520) Verdadeira informação das Terras do Preste João das Índias / pelo Padre Francisco Álvares. - Nova ed. - Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, ilustração, fac-simile.

Amorim, P. A. S. (2019) A política externa de D. Sebastião: Portugal na Cristandade às vésperas de Alcácer-Quibir. Tese de mestrado não publicada, Universidade de Lisboa.

ANTT & ARSL (1892) *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas publicadas por ordem do governo de Sua Magestade Fidelissima ao celebrar-se a comemoração quadricentenaria do Descobrimento da America*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa [Ed. Lit.], Imprensa Nacional. Disponível em: <https://purl.pt/26221>.

Azcona, E. J. L. (2020) Habitando lo desconocido. La relevância de lo urbano en las exploraciones ibéricas del siglo XVI, in Azcona, E. J. L. & Bonilla, J. M. (eds.), *A 500 Años de la primeira vuelta al mundo; Una mirada histórica a la expedición Magallanes-Elcano*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, 155-176.

Baesjou, R. (1988) The Historical Evidence in Old Maps and Charts of Africa with Special Reference to West Africa. *History in Africa*, 15, 1-83. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3171856>.

Baig, M. (2001) Un nuevo documento sobre Guillem Soler y la cuestión de la cartografía mallorquina. *Llull*, 24, 587-603.

Barbosa, D. (1946) *Livro em que se dá relação do que viu e ouviu no Oriente*; introdução e notas de Augusto Reis Machado. Lisboa, Agência Geral das Colónias. Disponível em: <https://purl.pt/435>.

Barbosa, K. Q. (2016) Literatura e Império: As imagens da África na produção literária portuguesa do século XV. *Medievalis*, 5 (1), 1-10.

Barbosa, K. Q. (2017) *A África sobre o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade Federal Fluminense.

Barreto, L. F. (1989) The Dawn of a new age. *The Courier*, 9, 4-9.

Barreto, L. F. (2000) Fundamentos da cultura portuguesa da expansão. *Philosophien*, 15, 89-115.

Barros, J. (1777) *Da Asia de João de Barros e de Diogo do Couto*. - Nova edição – Lisboa, Regia Officina Typografica. Disponível em: <https://purl.pt/7030>.

Bataller, R. J. P. (2015) La cartografia medieval en cataláobres, taller i circulació internacional deis coneixements cartogràfics, in *Lluch, R. S., Viladrich, M. M. & Comamala, L. C. (coords.) Els catalans a la Mediterrània medieval: noves fonts, recerques i perspectives*, Roma, Viella, 113-132.

Boscariol, M. (2021) São Jorge da Mina and Macao: a comparative reappraisal of European encounters. *Journal of the British Academy*, 9 (4), 32-57.

Bragard, P. (2012) Usages et limites des recueils de vues de châteaux et des atlas cartographiques à la connaissance des châteaux du bas moyen-âge: quelques réflexions. Châteaux et atlas. Inventaire, cartographie, iconographie XIIe-XVIIe siècle in: Mouillebouche, Hervé, Châteaux et atlas. *Inventaire, cartographie, iconographie XIIe-XVIIe siècle, Centre de Castellologie de Bourgogne*: Chagny, 73-81. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2078.1/136185>.

Brentjes, S. (2013) Medieval Portolan Charts as Documents of Shared Cultural Spaces, in Abdellatif, R., Benhima, Y., König, D. & Ruchaud, E. (eds.), *Acteurs des transferts culturels en Méditerranée médiévale*, Munique, Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 135-146. Disponível em: <https://doi.org/10.1524/9783486989342>.

Brooks, M. E. (2009) *Prester John: A Reexamination and Compendium of the Mythical Figure Who Helped Spark European Expansion*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade de Toledo. Disponível em: http://rave.ohiolink.edu/etdc/view?acc_num=toledo1260473876.

Brooks, M. E. (2014) Visual Representations of Prester John and His Kingdom. *Quidditas*, 35, 147-176.

Buescu, A. I. (2019) Olhares estrangeiros sobre Portugal (c. 1450-1571) in Lopes, P. C. (ed.) *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI. Olhares, relações, identidade(s)*, Lisboa, IEM – Instituto de Estudos Medievais / CHAM – Centro de Humanidade, 193-210.

Camões, L. V. (1572) *Os Lusíadas*, Lisboa, em casa de António Gonçalves Impressor. Disponível em: <http://purl.pt/14997>.

Cerqueira, J. M. G. F. C. (2020) A Guerra Justa d'El Rey Dom Sebastião de Portugal aos Imperadores do Monomotapa. Tese de mestrado não publicada, Instituto Universitário de Lisboa.

Cid, P. A. I. (2011) As fortalezas manuelinas do Índico: característica e antecedentes. *Anais de História de Além-Mar*, XII, 9-42.

Clapham, C. (2007) The European Mapping of Ethiopia, 1460-1856. *Journal of Ethiopian Studies*, 40, (1-2), 293-307. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41988232>.

Correa, S. M. de S. (2008) A antropofagia na África Equatorial: Etno-História ea realidade do(s) discurso(s) sobre o real. *Afro-Ásia*, 37, 9-41.

Correia, G. (1858) *Lendas da Índia*, Tomo I (Vol. 3), Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.

Cortesão, A. e Mota, A. T. (1988) *Portugaliae Monumenta Cartographica* (Vol. I-VI), 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Cortesão, J. Z. (1960) *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*, Lisboa, Neogravura Lda.

Costa, L. F. (1988) Acerca da produção cartográfica no século XVI. *Revista de História Económica e Social*, 24, 1-26. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/27131>.

Crawford, O. G. S. (1949) Some Medieval Theories about the Nile. *The Geographical Journal*, 114 (1-3), 6-23. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1789985>.

Crone, G. R. (1953) *Maps and their Makers – An introduction to the History of Cartography*, London, Hutchinson's University Library. Disponível em: <https://archive.org/details/mapstheirmakersi00cron>.

Cuadrado, A. P. (2000) La formación de la carta moderna del mundo en el siglo XVI. *Monte Buciero*, 4, 61-70.

Cunningham, V. & Manquen, B. (2020) The Medieval Copies of Claudius Ptolemy's Maps: A Semiotic Analysis. Projeto de Investigação, Colóquio de Geografia da Universidade de Winsconsin.

Curvelo, A. & Ramos, M. J. (1999) O Nilo Azul: do paraíso terrestre à Etiópia, in Fernandes, M. A. (coord.) *O destino etíope do Preste João*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 17-21.

Destro, L. C. F. (2012) *Serão todos filhos de Adão? A invenção da África Negra pelo imaginário cristão a partir da literatura de viagem e cartografia dos séculos XV e XVI*. Tese de mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Deyse., C. B. F. & Vitte, A. C. (2021) O Novo Mundo e as heranças medievais sobre o ecúmeno: raças plinianas, antípodas e cartografia. *Figura: Stud. Class. Tradit*, 9 (2), 65-89.

Dias, F. R. (2014) A imagem do rinoceronte, in Quaresma, J. (coord.), *Rhinos are coming*, Lisboa, FBA-CIEBA, 68-83.

Domingues, F. C. (1990) Colombo e a Política de Sigilo na Historiografia Portuguesa. *Bollettino della società geografica italiana*, XI (VII), 181-198.

Figueiredo, F. (1926) The Geographical Discoveries and Conquests of the Portuguese, *The Hispanic American Historical Review*, 6 (1/3), 47-70. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2505941>.

Filho, F. A. V. (2012) A expansão europeia dos séculos XV e XVI: contribuições para uma nova descrição geral da terra. *Revista Equador (UFPI)*, 1 (1), 4-25. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7661414820168309>.

Freire, A. A. (2010) La creación artística en la cartografía. *Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla*, 104-118.

Gallozzi, A. & Cigola, M. (2020) Disegno di fortificazioni nella cartografia tra i secoli XII e XVI. *Editorial Universitat Politècnica de València*, XI, 615-622.

George, W. (1969) *Animals and Maps*, Los Angeles, University of California Press.

Godinho, V. M. (1955) O “Mediterrâneo” Saariano e as caravanas do ouro. Geografia econômica e social do Sáara Ocidental e Central do século XI ao século XVI. *Revista de História*, 11, (23), 72-134.

Goulão, M. J. (1994) O negro e a negritude na arte portuguesa no século XVI, in *A Arte na Península Ibérica ao tempo do Tratado de Tordesilhas*. Coimbra, 1994. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 451-484.

Goulão, M. J. (2000) Do homem selvagem ao índio brasileiro: a construção de uma nova imagem da humanidade na arte europeia de Quinhentos, in *A Carta de Pero Vaz de Caminha: documentos e ensaios sobre o achamento do Brasil*, Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 173- 195.

Hanenberg, M. P. L. D. S. L. (2002). As viagens marítimas e a arte das imagens, in *M.S.L. (coord.): Os Descobrimentos Portugueses nas Rotas da Memória*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 121-142.

Harley, B. (2009) Mapas, saber e poder. *Confins* [Online], 5. Acedido a 1 de janeiro de 2024. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>.

Hernández, S. (2014) Imaginario geográfico en los confines occidentales del mundo medieval: África, Atlántico, islas y volcanes. *Almoragen* 54, 87-103.

Heródoto (2016) *Histórias: Livro II – Euterpe*, tradução de Maria Aparecida de Oliveira Silva, Brasil, Edipro.

- Hillerkuss, T. (2013) Las minas de la Nueva España en los mapas del siglo XVI. ¿Un secreto del Estado?. *Apuntes*, 26 (1), 10-25.
- Horta, J. S. (1991) A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos, in Albuquerque, L. & Ferronha, A. L. (eds.) *Confronto do Olhar o encontro dos povos na época das Navegações portuguesas nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, Editorial Caminho, 43-73.
- Ijoma, J. O. (1982) Portuguese activities in West Africa before 1600 the consequences. *Transafrican Journal of History*, 11, 136-146.
- Jordanus, Friar (1863) *Mirabilia Descripta - The Wonders of the East*. Henry Yule, Trans. London, Hakluyt Society.
- Joustra, A., & Six, D. (1989) Elmina. *Bulletin KNOB*, 88 (6), 15-17.
- Kadoi, Y. (2010) On the Timurid Flag, in Ritter M., & Korn L. (Eds.) *Beiträge zur Islamischen Kunst und Archäologie: herausgegeben von der Ernst-Herzfeld-Gesellschaft*, Weisbaden: Reichert, 143-162.
- Kogman-Apel, K. (2014) Elisha ben Abraham, Known as Cresques: Scribe, Illuminator, and Mapmaker in Fourteenth-Century Mallorca. *Ars Judaica*, 10, 27-36.
- Kurt, A. (2013) The search for Prester John, a projected crusade and the eroding prestige of Ethiopian kings, c.1200-c.1540. *Journal of Medieval History*, 39 (3), 297-320. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03044181.2013.789978>.
- Lester, T. (2012) *A quarta parte do mundo: a corrida aos confins da Terra e a épica história do mapa que deu nome à América*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- Lightfoot, D. R., & Miller, J. A. (1996) Sijilmassa: The Rise and Fall of a Walled Oasis in Medieval Morocco. *Annals of the Association of American Geographers* 86 (1), 78-101.
- Lima, F. A. A. (2022) O Patrimônio Antigo do Mundo Português e a Monumental Cartografia do V Império. *Revista Olhar*, 7 (1), 96-114.
- Lopes, A. C. G. (2009) (A) Cerca de Azamor: Estruturas Militares ao Manuelino. Tese de Mestrado não publicada, Universidade do Minho.
- Lopes, J. F. R. (2016) Cartografia histórica e geopolítica do espaço brasileiro no contexto da colonização da América do Sul (séculos XVI-XVIII). Tese de Doutorado não publicada, Universidade de Lisboa.
- Loureiro, R. (1991) A visão do mouro nas crônicas de Zurara. *Mare Liberum*, 3, 193-209.
- Loureiro, R. M. (2007) Para os olhos do Rei: iconografia de fortalezas portuguesas na região do Golfo Pérsico por volta de 1600. *Revista Oriente*, 18, 66-80.
- Lowe, K. (2007) Representing' Africa: Ambassadors and Princes from christian Africa to Renaissance Italy and Portugal, 1402-1608. *Transactions of the Royal Historical Society*, 17, 101-128.

- Madrid, J. M. M. (2021) Circulation and Contacts in Sixteenth Century New Cartography: Spain, Portugal and Italy. *Culture & History Digital Journal*, 10 (2), 1-15. Disponível em: <https://cultureandhistory.revistas.csic.es/index.php/cultureandhistory/article/view/213> (acedido a 5 de Abril de 2023).
- Marcocci, G. (2016) Blackness and Heathenism. Color, Theology, and Race in the Portuguese World, c. 1450-1600. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, 43 (2), 33-57.
- Marques, A. P. (1994) *A cartografia dos descobrimentos*, Lisboa, Edição Eco.
- Martínez, A. S. (2019) Artesanos, cartografia e imperio. La producción social de un instrumento náutico en el mundo ibérico, 1500-1600. *Historia Crítica*, 73, 21-41.
- Mendes, A. C. R. (2017) O castelo de Tânger: Resgate da arquitetura militar portuguesa entre os séculos XV e XVI. Tese de Mestrado não publicada, Universidade do Minho.
- Mendonça, A. T. P. (2007) Por mares nunca dantes cartografados: A permanência do imaginário antigo e medieval na cartografia moderna dos descobrimentos marítimos ibéricos em África, Ásia e América através dos oceanos Atlântico e Índico nos séculos XV e XVI. Tese de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Metcalf, A. C. (2017) Who cares who made the Map? La Carta del Cantino and its anonymous maker. *E-Perimetron*, 12 (1), 1-23. Disponível em: http://www.e-perimetron.org/Vol_12_1/Metcalf.pdf (acedido a 20 de dezembro de 2022).
- Metzler, I. (1997) Perceptions of hot climate in medieval cosmography and travel literature. *Reading Medieval Studies*, XXIII, 69-105.
- Michelan, K. B. (2011) A África muçulmana e África Negra no imaginário português do século XV e início do XVI, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, XXVI, julho, 1-13.
- Michienzi, I. H. & Vagnon, E. (2018) Commissioning and Use of Charts Made in Majorca c.1400: New Evidence from a Tuscan Merchant's Archive. *Imago Mundi*, 71 (1), 22-33.
- Moral, E. G. (2012) *África desde los mapas – Un viaje cartográfico por la historia del África Negra*, Barcelona, Universitat de Barcelona.
- Moreira, L. M. A. B. (2012) Cartografia, Geografia e Poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII. Tese de doutoramento não publicada, Universidade do Minho.
- Moreira, R. (2015) Pedro e Jorge Reinel (at.1504-60). *Terra Brasilis* [Online], 4, 1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1209>.
- Morison, S. E. (1940) *Portuguese Voyages to America in the Fifteenth Century*, Cambridge, Harvard University Press.
- Mota, A. T. da (1966) O cosmógrafo Bartolomeu Velho em Espanha. *Separata da Revista da Faculdade de Ciências*, XXXIX, 5-25.

- Neves, M. C. (2017) Os Portugueses e a Construção da identidade do “Outro” africano durante a formação do mundo atlântico, *Encontros – Ano 15*, 28, 9-31.
- Padrón, F. M. (1971) Los descubrimientos en los siglos XIV y XV. *Revista A.E.A.*, 17, 429-460.
- Pereira, D. P. (1892) *Esmeraldo de Situ Orbis* / por Duarte Pacheco Pereira; dir. Raphael Eduardo de Azevedo Basto. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Pinto, Karen (2013) Passion and Conflict: Medieval Islamic Views of the West. Mapping Medieval Geographies: Geographical Encounters in the Latin West and Beyond. *Cambridge University Press*, 201-224.
- Prange, S. R. (2006) ‘Trust in God, but tie your camel first.’ The economic organization of the trans-Saharan slave trade between the fourteenth and nineteenth centuries. *Journal of Global History*, 1, 219-239.
- Quartapelle, A. (2023) Giovanni da Carignano: Innovator of Cartography in the 14th Century. *Terrae Incognitae – The Journal of the Society for the History of Discoveries*, 55, 1-21.
- Rabelo, L. M. (2009) Construção dos mapas-múndi nos séculos XV e XVI: Entre a tradição e a experiência. *Revista Vernáculo*, 23, 121-130.
- Rabelo, L. M. (2015) Os mapas na Idade Média: representações das concepções religiosas e das influências da antiguidade Clássica. *Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, 7 (1), 163-181.
- Ramos, M. J. (1991) Um mundo de contrários: Preste João / Negusa Negast. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 109 (7-12), 61-70.
- Ramos, M. J. (1998) O Destino Etíope do Preste João: a Etiópia nas Representações Cosmográficas Europeias, in Fernando Cristóvão (coord.) *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias*, Lisboa, Cosmos – Centro de Estudos de Literatura de Expressão Portuguesa da Universidade de Letras, 235-259.
- Recio, J. M. R. (2006) La cartografía de la época precientífica - Utilidad y belleza. *Boletín de la Real academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae Baeticae*, 34, 181-196. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2212967> (acedido a 15 de Março de 2023).
- Rees, R. (1980) Historical Links between Cartography and Art. *Geographical Review*, 70 (1), 60-78. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/214368>.
- Relaño F. (1993) Los grandes mitos geograficos de la cartografia africana en el siglo XV. *Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Zlhstrandam*, 13, 173-199.
- Relaño, F. (1997) The Idea of Africa within Myth and Reality. Cosmographich discourse and cartographic science in the late Middle Ages and Early Modern Europe. Tese de doutoramento não publicada, European University Institute.

Renda, G. (2007) Mapping and Picturing: Maps as Records of History, in El-Gomati, M. & Aydüz, S. (eds.) *Essays in Honour of Ekmeleddin Ihsanoglu*, Istanbul: IRCICA (2006), 557-566.

Robinson, A., Morrison, J., Muehrcke, P., Kimerling, A.J. & Guptill, S. (1995) *Elements of Cartography*, 6ª ed., Nova Iorque, John Wiley & Sons: New York.

Rocha, Y. T. (2005) O pau-brasil e suas representações na cartografia antiga, in *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, março, 12614-12638.

Russel, P. (1997) A quest too far: enry the Navigator and Prester John, in Macpherson, I & Penny, R. (eds.) *The Medieval mind - Hispanic studies in honour of Alan Deyermond*, London, Tamesis, 401-416. Disponível em: https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=h04IHDeA4bkC&oi=fnd&pg=PA401&dq=russel+1999+prester+john&ots=PmXL_DKaRd&sig=KYyiYp9h8uA18fMZ7x7T85oLdxY&redir_esc=y#v=onepage&q=tertia&f=false.

Russo, A. (2020) Lights on the Antipodes: Francisco de Holanda and an Art History of the Universal. *The Art Bulletin*, 102 (4), 37-65. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/45383183>.

Sánchez, A. (2015) Emblemas del Império português: ideas para una historia cultural de los *padrões*. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* [Online], XIX (512), 1-46. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-512.pdf>.

Sánchez, A. (2019) Artesanos, cartografía e imperio. La producción social de un instrumento náutico en el mundo ibérico, 1500-1650. *Historia Crítica*, 73, 21-41. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/histcrit73.2019.02>.

Sandman, A. (2008) Controlling Knowledge: Navigation, Cartography, and Secrecy in the Early Modern Spanish Atlantis, in Delburgo, J. & Dew, N. (eds.) *Science and Empire in the Atlantic World*, New York, Routledge, 31-52.

Sarazin J. (2013) Images des cités antiques, médiévales et du nouveau monde sur les cartes portulans du XVIIe siècle. *Seizième Siècle*, 9, 13-22. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/xvi.2013.1066>.

Sheehan, K. E. (2014) The Functions of Portolan Maps: An evaluation of the utility of manuscript nautical cartography from the thirteenth through sixteenth centuries. Tese de mestrado não publicada, Universidade de Durham.

Sicking, L. (2020) The Medieval Origin of the Factory or the Institutional Foundations of Overseas Trade. *Journal of World History*, 31 (2), 295-326. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/27106150>.

Silva, L. R. da (2020) Imagens de exploração e domínio – Representações da África e africanos sob os olhares de Zurara e Pacheco Pereira (Século XV). Tese de doutoramento não publicada, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Simões, C. S. (2014) La importancia simbólica de lo “exótico” en la corte portuguesa a finales de la Edad Media. *Anales de Historia del Arte*, 14, 517-525.

Sousa, L. G. C. (2017) Revisitar a Batalha de Alcácer Quibir. *e-Stratégica* [Online], 1, 111-159. Disponível em: <http://www.journal-estrategica.com/>.

Stamou, L. (2022) Cartography and Art: A Comparative Study Based on Color. *Geographies*, 2, 87–110. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2673-7086/2/1/7>.

Valentini, P. J. J. (1889) The portuguese in the Track of Columbus (1493). Part 3. *Journal of the American Geographical Society of New York*, 21, 167-196. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/196661>.

Vargas, M. (1995) A imagem do mundo e as navegações ibéricas. *Revista da SBHC*, 14, 81-96.

Verger, P. (1968) Les côtes d'Afrique occidentale entre «Rio Volta» «et Rio Lagos» (1535-1773). *Journal de la Société des Africanistes*, 38 (1), 35-58. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/jafr.1968.1429>.

Woodward, D. (1987) Medieval Mappaemundi, in Harley, J. B. & Woodward, D. (eds.) *The History of Cartography, Volume 1 – Cartography in Prehistoric, Ancient and Medieval Europe and the Mediterranean*, Chicago, The University of Chicago Press, 286-370.

Zurara, G. E. de, (1841) *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné, escrita por mandado de el Rei D. Affonso V, sob a direcção scientifica, e segundo as instrucções do illustre Infante D. Henrique / pelo chronista Gomes Eannes de Azurara ; fielmente trasladada do manuscrito original contemporaneo, que se conserva na Bibliotheca Real de Pariz, e dada pela primeira vez à luz per diligencia do Visconde da Carreira... ; precedida de uma introdução, e illustrada com algumas notas, pelo Visconde de Santarem... e seguida dum glossario das palavras e phrases antiquadas e obsoletas*. Pariz, Officina Typographica de Fain e Thunot.